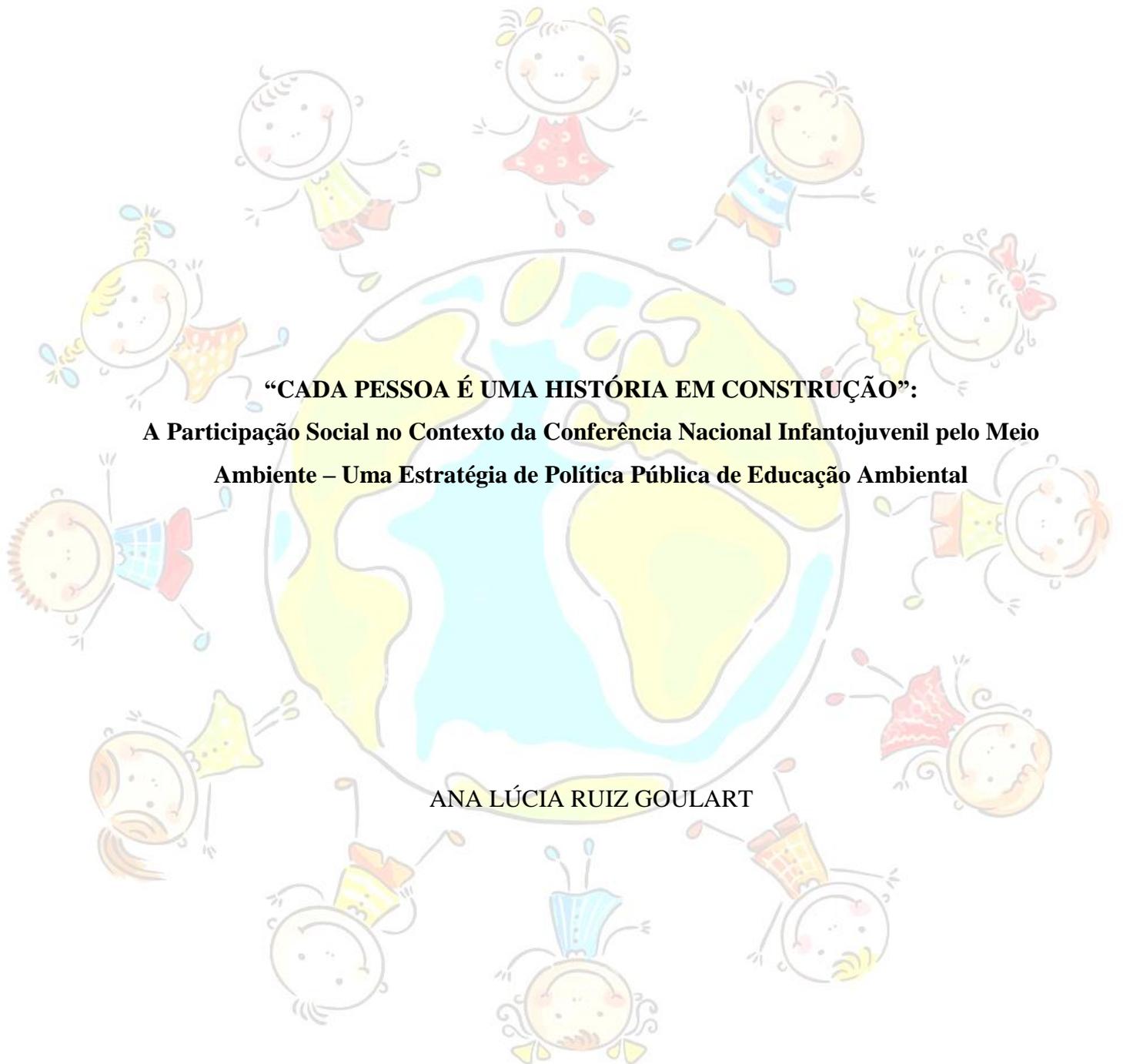


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



“CADA PESSOA É UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO”:

A Participação Social no Contexto da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – Uma Estratégia de Política Pública de Educação Ambiental

ANA LÚCIA RUIZ GOULART

RIO GRANDE - RS

Agosto de 2018

ANA LÚCIA RUIZ GOULART

**“CADA PESSOA É UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO”:
A Participação Social no Contexto da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio
Ambiente – Uma Estratégia de Política Pública de Educação Ambiental**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental.

Linha de Pesquisa: Fundamentos da Educação Ambiental - FEA.

Orientador: Prof. Dr. José Vicente de Freitas

RIO GRANDE- RS

Agosto de 2018

Ficha catalográfica

G694c Goulart, Ana Lúcia Ruiz.

Cada pessoa é uma história em construção: a participação social no contexto da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – uma estratégia de política pública de educação ambiental / Ana Lúcia Ruiz Goulart. – 2018.

222f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2018.

Orientador: Dr. José Vicente de Freitas.

1. Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
2. Educação Ambiental 3. Políticas Públicas 4. Participação Social
I. Freitas, José Vicente de II. Título.

CDU 504:37

Ana Lúcia Ruiz Goulart

“Cada pessoa é uma história em construção: a participação social no contexto da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente”

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof. Dr. José Vicente de Freitas
(PPGEA/FURG)



Profª. Drª. Dione Iara Silveira Kitzmann
(PPGEA/FURG)



Profª. Drª. Rita Silvana Santana dos Santos
(UNB)

Profª. Drª. Sandra Regina Lestinge
(UFPI)

À minha brilhante e iluminada menina Clarissa,
por me ensinar tanto sobre o amor e a vida e por
reacender em mim a esperança de seguir
adiante, e lutar para que este mundo seja um
lugar mais bonito, mais humano e muito mais
justo e solidário para todos nós.

AGRADECIMENTOS

*“A estrada da vida pode ser longa e áspera.
Faça-a mais longa e suave.
Caminhando e cantando
com as mãos cheias de sementes.”
(Cora Coralina)*

Início estas linhas com as palavras desta grande poetisa brasileira Cora Coralina, alguém que com sua simplicidade e doçura, conseguiu iluminar e tocar o mundo. E como não se identificar com estas palavras, especialmente nesse momento? Chegar até aqui, na conclusão da minha tão sonhada dissertação de Mestrado, é rememorar tudo que enfrentei no percorrer do caminho. E como diz a canção, “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”¹, e sabe os desafios e as perdas que tem que superar, ao mesmo tempo que sabe as alegrias e os privilégios que tem. Ao mesmo tempo, o que importa é seguir em frente, mantendo o coração o mais puro possível e plantar sementes ao longo da caminhada. E certamente, a colheita nos alcança mais adiante.

Cada pedacinho deste trabalho me representa. Me representa em toda a minha unidade. Tudo o que foi vivenciado ao longo deste estudo e desses dois anos no curso de Mestrado, me representa. Cada escolha e cada renúncia. Não foi fácil. A missão é árdua para quem se aventura e tem a coragem de enfrentar o caminho, mesmo trabalhando. Mas é possível. Foi possível para mim. Então, no meu coração, não estou apenas concluindo mais uma etapa acadêmica, dentre tantas outras que já trilhei, mas estou realizando um sonho, um sonho que não é só meu, mas certamente, é de todos aqueles que sonharam junto comigo esse momento. E meu desejo mais humilde é que este trabalho possa cumprir o seu sentido neste mundo e inspirar outras pessoas, inspirar sonhos. Outro mundo é possível. Outras formas de ver, viver e se relacionar com este Planeta e com a Mãe Terra, é possível. A vida é de quem se atreve e de quem não desiste. E segue, apesar de todas as dificuldades.

E, assim sendo, e não poderia ser diferente, por toda a minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, não sei sentir outra coisa além de uma profunda gratidão por tudo que passei, por ter chegado a este momento, por tudo que construí nessa jornada. Eu me sinto imensamente feliz e realizada. Sou grata a esse Grande Mentor do Universo, a quem eu carinhosamente chamo de “*Barbudo*”, por razões que nem sei explicar ao certo, e a todas as forças que junto com Ele movimentam essa maravilhosa experiência que chamamos de vida,

¹ Trecho da música de Caetano Veloso, Dom de Iludir.

não somente por concluir mais uma missão, mas conseguir por meio dela concretizar um sonho tão importante.

Minha gratidão se estende também a todos os Mestres, Orixás, Guias, Mentores, Falanges e Amigos de outros planos além deste, por me inspirarem a enfrentar este e outros desafios da jornada, sem perder a minha essência e tudo aquilo que acredito, trago e carrego dentro do meu coração, em especial ao Sr. dos Caminhos, à Mãe das Águas Salgadas, ao Pai do Equilíbrio, da Verdade e da Justiça e a todos os Pais e Mães Velhas, benevolentes mentores da Luz Lilás, por sua humildade, resignação e sabedoria inspiradora.

Agradeço, sobretudo, a Fé. Essa fé que me foi ensinada e que encontrou tanto acolhimento em meu coração, que tanto me representa ao longo desses anos de existência. Essa fé que me inspira e que me guia em todos os caminhos. Fé que me dá força quando chegam as dificuldades, que me dá colo e acalento nos momentos de dor e de tristeza, que me ensina sobre compaixão e caridade e que me traz tantas verdades e alegrias nessa vida.

Aos meus pais Antônio e Diva, agradeço pelo dom da vida, por me permitirem vir a este plano por meio desse encontro, por tudo aquilo que dedicaram a mim, o amor, a amizade, o cuidado, o incentivo, o apoio, a presença e por tudo aquilo que me possibilitaram realizar ao longo destes anos.

Aos meus irmãos Daniele e André, que são parte de mim e da minha existência, por partilharem essa jornada comigo de modo fraterno e por estreitarem os laços de amor, de respeito, de amizade e de união que nos ligam nessa e em outras existências.

À minha família, um bando de “*Ruizes e Goulartes*” misturados, por todo o amor dedicado, por todas as diferenças que nos unem, pela união em todos os momentos, pelas horas boas e ruins que compartilhamos, pelas alegrias, vitórias e conquistas, pelos conselhos e pelo apoio, mas, principalmente, pela presença constante, pelo sentido de família em sua forma mais genuína.

Aos meus amigos, que não só me apoiaram ao longo dessa jornada, mas em tantas outras, e que não importa o tempo de convivência, são irmãos que a vida me presenteou, pelo apoio incondicional, pelo colo e pelo ombro que nunca me faltaram nos momentos de aflição, por entenderem a minha introspecção e as minhas ausências, mas principalmente por acreditarem na minha verdade e acolherem tudo que sou, em especial minha amiga-irmã Leziene Ramirez, minhas amigas do coração Márcia Nascimento e Ionara Cristina Albani e meu amigo e conselheiro João Peres.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Vicente de Freitas, que não somente me guiou neste caminho, mas também se tornou um amigo e incentivador, que aconselhou, ouviu, apontou a

direção, mas especialmente, respeitou e acolheu o meu caminhar tal como ele foi. Um verdadeiro Mestre, condutor de almas e de sonhos. Com certeza, essa jornada não seria a mesma sem a tua presença e luz. Minha gratidão é eterna a tudo que foste e a tudo que és.

Aos amigos que fiz nos cinco anos em que trabalhei na Superintendência do Porto do Rio Grande, em especial na Divisão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, que não apenas incentivaram essa caminhada desde o início, mas se tornaram amigos especiais, para além dos muros da Superintendência. Mesmo que hoje os nossos encontros sejam mais raros, são amigos que cativaram o meu coração e estão sempre em meus pensamentos e lembranças. Em especial, Daniele Mello, Luciana Roldão, Katryana Camila Madeira, Alexandre Caldeirão, Laura Moreira, Ieda Maria Duval de Freitas, Rochiele Veiga e Karyne Ávila, sou grata por tudo que compartilhamos nesse período. A convivência, os desafios e a aprendizagem diária, eu sinto falta todos os dias.

Agradeço também à Professora Dra. Rita Silvana Santana dos Santos, cuja postura firme e doce, me inspiram pessoal e profissionalmente, por contribuir com a realização desta investigação desde o início, sendo inclusive a minha primeira entrevistada, por suas palavras de estímulo e entusiasmo, por sua compaixão e acolhimento no momento em que a pesquisa estava apenas se desenhando e ainda nem sabia exatamente o caminho que trilharia e por todos os conhecimentos, os ensinamentos e as experiências compartilhadas desde que nos conhecemos.

À Professora Dra. Sandra Regina Lestingue, pela sua disponibilidade em auxiliar a realização desta investigação, por suas considerações e contribuições ao longo do percurso, por seus conhecimentos, e por toda sua trajetória, pura fonte de emoção e inspiração a todos nós.

À Professora Dra. Dione Iara Silveira Kitzmann, por aceitar esta missão de contribuir com a realização desta investigação, pela sua sensibilidade e solidariedade que marcaram nosso primeiro encontro no PPGEA, momento da realização da minha entrevista de seleção para ingresso no programa, suas primeiras sugestões à esta pesquisa e, considerando o meio acadêmico, um lugar de tanta competição e disputas, guardo nas minhas mais carinhosas memórias, suas colocações e sua postura comovente e admirável.

E a todos os professores que encontrei ao longo deste processo e em toda a minha jornada acadêmica, que me propiciaram conhecimentos e aprendizagens, que deixaram a sua marca, transformando a minha maneira de enxergar o mundo e que contribuíram para que eu chegasse a este momento único e especial.

Meu agradecimento também à Diretora do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC/FURG), Escola Municipal Cidade do Rio Grande, Débora Amaral Sotter², meu lugar de trabalho, por acolher a minha chegada ao Centro, em abril de 2016, e apoiar a minha condição de estudante de pós-graduação, que já era neste momento, e me propiciar todas as condições possíveis para cumprir minha carga horária de 30h semanais e ainda cursar as disciplinas e os créditos necessários do Mestrado.

Aos amigos que fiz nestes dois anos de CAIC, pelo estímulo e encorajamento, e por serem apoio não somente nos momentos de angústia e inquietação, mas também apoio e incentivo na conclusão dessa etapa, em especial, as caiqueiras Maria Alice Magalhães, Gisele Ruiz, Bruna Alvarenga, Alessandra Obelar, Kellen Oliveira e Janaina Noguez, e àqueles que fazem a convivência diária ser mais leve, agradável e alegre, um bando de erês barulhentos e bagunceiros, por quem sinto tanta amorosidade e afeto e recebo a mais pura energia, apesar de todas as dificuldades que estes pequenos vivenciam.

À todos aqueles que vieram antes de mim, por tudo que me permitiram ser e conhecer, e aos que virão depois, para que consigam potencializar tudo que sou e ir além, para que consigam ser tudo o que puderem e quiserem, em sua totalidade; aos que contribuíram com este processo, direta ou indiretamente, mas que por ventura eu tenha falhado em nomeá-los e a todos aqueles que cruzaram o meu caminho e que trouxeram lições e aprendizados, mas que, acima de tudo, foram instrumentos para que eu seguisse e encontrasse o meu verdadeiro caminho e a minha realização.

À todos, sem exceção, o meu carinho, o meu respeito e a minha mais profunda, sincera e eterna gratidão!

² Débora Amaral Sotter é Pedagoga Escolar da Universidade Federal do Rio Grande e atuou como Diretora do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC por sete anos. Atualmente, está lotada na Diretoria de Arte e Cultura – DAC/FURG, também como Diretora.

*“Não permitas que alguém
te negue o direito de expressar-te,
que é quase um dever.
Não abandones tua ânsia
de fazer de tua vida algo extraordinário.
Não deixes de crer que as palavras
e as poesias sim podem mudar o mundo.”*
(Walt Whitman)

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado trata de pesquisa realizada do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), entre os anos de 2016 a 2018, na Linha de Pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental. A ampliação do espaço público no Brasil é tida como condição para a democratização do Estado, exigindo o incentivo à criação de espaços de participação social. Assim, buscamos compreender como a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), uma estratégia de política pública de educação ambiental consegue concretizar e materializar a participação, com vistas à autonomia e ao empoderamento, contribuindo para a transformação significativa dos sujeitos envolvidos. Para isso, foi realizada uma imersão na política, desde seu surgimento em 2003, percorrendo sua metodologia, suas etapas, a primeira década de história e os seus princípios conceituais. Além disso, foi analisado o processo da IV Conferência, suas fases, a metodologia e a programação da etapa nacional, os resultados e avaliação dos participantes. A questão foi estudada no campo da Educação Ambiental, com base nos documentos fundantes, como a Carta de Belgrado (1975), a Declaração de Tbilisi (1977), o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), dentre outros, além da legislação pertinente, e nos campos das Políticas Públicas e da Participação Social. Em termos metodológicos, o trabalho foi desenvolvido como pesquisa qualitativa, concretizada pelo Estudo de Caso. O levantamento de dados foi realizado por meio da conjugação entre pesquisa bibliográfica e documental e pela realização de um conjunto de entrevistas e de questionários semiestruturados, com diferentes participantes envolvidos nesse processo. Os dados produzidos, a partir das entrevistas e questionários, foram analisados usando as narrativas como metodologia (Walter Benjamin), que nos permitiu refletir sobre as questões que estão sendo compartilhadas e nos auxiliam na transmissão das experiências individuais, ressignificando o tempo vivido e reconstruindo os acontecimentos, sob pena que as histórias se percam no tempo e no espaço. Os resultados apontam a CNIJMA como uma ação efetiva de mobilização cidadã, que assegura a participação e a inclusão social e a política de juventude e meio ambiente, propiciando as mudanças necessárias para a transformação, com a apropriação de novos conceitos e comportamentos, bem como com o estabelecimento de novas relações sociais entre os indivíduos e entre estes e o meio que os cerca.

PALAVRAS-CHAVE: Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente; Educação Ambiental; Políticas Públicas; Participação Social.

ABSTRACT

This Master's dissertation deals with research carried out by the Postgraduate Program in Environmental Education (PPGEA), Federal University of Rio Grande (FURG), between 2016 and 2018, under the Fundamentals of Environmental Education Research Line. The expansion of public space in Brazil is seen as a condition for the democratization of the State, requiring incentive to create spaces for social participation. Thus, we seek to understand how the National Children and Youth Conference for the Environment (CNIJMA), a strategy of public policy for environmental education can materialize participation and make it effective, in what regards to autonomy and empowerment, contributing to significant transformation of the individuals involved. In order to do this, an immersion into this policy has been carried out - since its inception in 2003, following its methodology, its stages, its first decade of history and conceptual principles. Also, we analyzed the process of the Fourth Conference, its phases, the methodology and programming of the national stage, the results and evaluation of the participants. The issue was studied in the field of Environmental Education, based on the founding documents such as the Belgrade Charter (1975), the Tbilisi Declaration (1977), the Environmental Education Treaty for Sustainable Societies and Global Responsibility (1992), among others, in addition to relevant legislation, and in the fields of Public Policies and Social Participation. In methodological terms, the work was developed as a qualitative research, materialized by a Case Study. Data collection was carried out through a combination of bibliographical and documentary research and a set of interviews and semi-structured questionnaires with different participants involved in this process. The data produced, based on the interviews and questionnaires, were analyzed using narratives as methodology (Walter Benjamin), which allowed us to reflect on the issues being shared and helped us in transmitting individual experiences, re-signifying experienced time and reconstructing events, under penalty of stories being lost in time and space. The results show CNIJMA as an effective action of citizen mobilization, which assures participation and social inclusion and the youth and environment policy, providing the necessary changes for the transformation, with the appropriation of new concepts and behaviors, as well as with the establishment of new social relations between individuals and between them and the environment that surrounds them.

KEYWORDS: National Children and Youth Conference for the Environment; Environmental education; Public policy; Social Participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Oficina da IV CNIJMA	19
Figura 2: Participantes da CNIJMA considerados na pesquisa	38
Figura 3: As Perspectivas Conceituais	62
Figura 4: Etapa na Escola em Caeté-Açú em Palmeiras – BA.....	72
Figura 5: Conferências nas Escolas no Estado de São Paulo.....	73
Figura 6: Conferências nas Escolas no Estado de São Paulo.....	73
Figura 7: Etapa Regional em Rio Grande/RS.....	74
Figura 8: Etapa Regional em Rio Grande/RS.....	74
Figura 9: Etapa Regional Vertente Tietê Sorocaba/SP.....	75
Figura 10: Etapa Regional Vertente Tietê Sorocaba/SP.....	75
Figura 11: Etapa Estadual – Os Delegados do MT.....	78
Figura 12: Etapa Estadual – Os Delegados de Santa Catarina	78
Figura 13: Etapa Estadual em Pernambuco.....	79
Figura 14: Etapa Estadual Indígena Itapó – Alagoas.....	79
Figura 15: Etapa Nacional – Representantes do DF.....	80
Figura 16: Etapa Nacional – Equipe de Facilitadores da 4ª Edição da CNIJMA	81
Figura 17: Etapa Nacional I CNIJMA.....	81
Figura 18: Etapa Nacional IV CNIJMA	82
Figura 19: Logo da I CNIJMA.....	82
Figura 20: Temas Trabalhados nas Conferências Escolares na I CNIJMA.....	83
Figura 21: I CNIJMA.....	85
Figura 22: II CNIJMA.....	86
Figura 23: Temas Debatidos nas Escolas e nas Comunidades na II CNIJMA em %	87
Figura 24: Momentos da II CNIJMA	89
Figura 25: Momentos da II CNIJMA	89
Figura 26: Logo da III CNIJMA.....	90
Figura 27: Momentos da III CNIJMA.....	92
Figura 28: Logo da CONFINT.....	93
Figura 29: CONFINT.....	98

Figura 30: Delegados da CONFINT	99
Figura 31: Delegados da CONFINT	99
Figura 32: Logo da IV CNIJMA	100
Figura 33: Subtemas da IV CNIJMA.....	101
Figura 34: Materiais Didáticos encaminhados às Escolas	102
Figura 35: Momentos da IV CNIJMA.....	104
Figura 36: Encerramento da IV CNIJMA.....	104
Figura 37: Oficina com os Facilitadores da IV CNIJMA.....	105
Figura 38: IV CNIJMA – Concentração na Praça dos Três Poderes	107
Figura 39: Pressupostos Pedagógicos da IV CNIJMA	109
Figura 40: Temas da IV CNIJMA	110
Figura 41: Formação de Facilitadores	114
Figura 42: Jogos Cooperativos	116
Figura 43: Danças Circulares	117
Figura 44: Rede de Diálogos	118
Figura 45: COM-TRATOS	119
Figura 46: Programação dos Estudantes	120
Figura 47: Programação dos Educadores	120
Figura 48: Noite dos Brasis	121
Figura 49: Perguntas Norteadoras	122
Figura 50: Leitura da Carta de Responsabilidades	125
Figura 51: Entrega da Carta de Responsabilidades para a Presidenta Dilma Rouseff	125
Figura 52: Tabuleiro do Jogo “Nosso percurso para VenSER juntos”	127
Figura 53: Aprendizagens e Descobertas sobre os Projetos de Ação nas Escolas	127
Figura 54: Painel Interativo – “Eu faço parte da Mudança e Você?”	128
Figura 55: Facilitação Gráfica	128
Figura 56: Painel Interativo – “Como Você pode fazer o PRAZER de casa?”	129
Figura 57: Painel Interativo – “Você se sente livre para seguir em frente?”	129
Figura 58: Painel Interativo – “Qual o meu COM-PASSO?”	130
Figura 59: Diálogo sobre Escolas Sustentáveis	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Espaços Participativos e suas características	57
Quadro 2: Panorama Geral das Edições da Conferência	68
Quadro 3: As Temáticas nas Conferências Infantojuvenis	69
Quadro 4: Número de Participantes da Delegação Estadual na Etapa Nacional	76
Quadro 5: Total de Participantes da II CNIJMA.....	88
Quadro 6: Número de Participantes da III CNIJMA.....	92
Quadro 7: Número de Participantes da CONFINT.....	96
Quadro 8: Mobilização da IV CNIJMA.....	103
Quadro 9: Número de Escolas Participantes da IV CNIJMA.....	103
Quadro 10: Calendário da IV CNIJMA	111
Quadro 11: Número de Projetos Cadastrados por Tema e por Região	112

LISTA DE SIGLAS

- CF/88** – Constituição Federal de 1988
- CGEA** – Coordenação-Geral de Educação Ambiental
- CJ** – Coletivo Jovem de Meio Ambiente
- CNIJMA** – Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
- CNMA** – Conferência Nacional do Meio Ambiente
- CNTI** - Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias
- CNUMAD** – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Desenvolvimento
- COE** – Comissão Organizadora Estadual
- COEA/MEC** – Coordenadoria-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação
- COM-VIDA** - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
- CONFINT** – Conferência Internacional Infantojuvenil “Vamos Cuidar do Planeta”
- CPLP** - Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- CTE** - Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias
- DCN** – Diretrizes Curriculares Nacionais
- DCNEA** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
- DEA** – Diretoria de Educação Ambiental
- DEA/IBAMA** – Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- DMASS** – Divisão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança
- EA** – Educação Ambiental
- EMEF** – Escola Municipal de Ensino Fundamental
- FEA** - Linha de Pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental
- FURG** – Universidade Federal do Rio Grande
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MEC** – Ministério da Educação
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- OG/PNEA** – Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
- ONG** – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDDE – Plano Dinheiro Direto na Escola

PIE – Programa Internacional de Educação Ambiental

PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PNPS – Política Nacional de Participação Social

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGEA/FURG – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PROEA – Programa de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

REJUMA – Rede da Juventude pelo Meio Ambiente

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNPS – Sistema Nacional de Participação Social

SUPRG – Superintendência do Porto do Rio Grande

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	20
2. SOBRE A TEMÁTICA DA PESQUISA	27
2.1 A Questão da Pesquisa e os Objetivos.....	32
2.1.1 O Objetivo Geral	32
2.1.2 Os Objetivos Específicos	33
2.2 A Justificativa.....	33
3. OS ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
3.1 As Fontes de Pesquisa que compõem a investigação.....	35
3.2 A Coleta de Dados	39
3.2.1 O Momento das Entrevistas.....	39
3.2.2 Os Questionários.....	41
3.3 A Análise de Dados.....	43
4 AS PERSPECTIVAS CONCEITUAIS.....	48
4.1 Esclarecimentos Introdutórios.....	48
4.2 As Políticas Públicas.....	48
4.2.1 Definição.....	48
4.2.2 O Ciclo das Políticas Públicas.....	50
4.2.2.1 A Identificação do Problema.....	50
4.2.2.2 A Formação da Agenda.....	51
4.2.2.3 A Formação de Alternativas.....	51
4.2.2.4 A Tomada de Decisão.....	51
4.2.2.5 A Implementação da Política Pública.....	52
4.2.2.6 A Avaliação da Política Pública.....	52
4.2.2.7 A Extinção da Política Pública.....	52
4.2.3 As Políticas Públicas de Educação Ambiental.....	53
4.3 Participação Social.....	54
4.3.1 Compreendendo a Participação Social.....	54
4.3.2 Breves considerações sobre os mecanismos de Participação Social no Brasil.....	56
4.3.3 Participação Social e Políticas Públicas.....	58
4.3.4 Participação Social e Educação Ambiental.....	60
4.4 A Participação Social nas Políticas Públicas de Educação Ambiental	62

5 O CONTEXTO DA PESQUISA: A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente	65
5.1 O Surgimento.....	65
5.2 A Conferência	66
5.3 A Metodologia	70
5.4 Os Caminhos da CNIJMA	71
5.4.1 A Etapa Escolar	71
5.4.2 A Etapa Regional	73
5.4.3 A Etapa Estadual	76
5.4.4 A Etapa Nacional	80
5.5 A Primeira Década de História	82
5.5.1 A Primeira Edição.....	82
5.5.2 A Segunda Edição.....	86
5.5.3 A Terceira Edição.....	90
5.5.4 A CONFINT.....	93
5.5.5 A Quarta Edição.....	100
5.6 Os Princípios Conceituais.....	105
6 UM PROCESSO DE CONFERÊNCIA: Passo a passo da IV CNIJMA	107
6.1 Palavras Iniciais	107
6.2 As Fases da IV CNIJMA	110
6.3 A Metodologia da Etapa Nacional	115
6.4 A Programação da Etapa Nacional	119
6.5 Os Resultados	121
6.6 A Avaliação dos Participantes	126
7 OS RESULTADOS DA PESQUISA	131
7.1 Os Olhares dos Participantes sobre a CNIJMA	131
7.2 Os Olhares sobre a Participação Social na CNIJMA	150
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS.....	177
APÊNDICES.....	190
Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	190
Carta de Apresentação	191
Roteiro de Questionário Semiestruturado.....	192
Contatos das SEDUCs	193

ANEXOS.....	197
Orientações para a Realização da Conferência do Meio Ambiente em sua escola	197
Carta Jovens Cuidando do Brasil.....	204
Carta de Responsabilidades Vamos Cuidar do Brasil.....	212
Carta de Responsabilidades para o Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais.....	214
Carta das Responsabilidades Vamos Cuidar do Planeta.....	216
Portaria Interministerial nº 883 de 5 de julho de 2012	220
Carta Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis	221
Carta do OG/PNEA IV CNIJMA	222



*“Crianças se juntam pra mudar o mundo
Em rede
Pra balançar o mundo
Pra chacoalhar o mundo e você
Pra transformar o mundo
Pra transmutar o mundo
E você?*

[...]

*Convida mais um pra vir
Aprender com esses mistérios
Escolha mais um pra vir
Celebrar o nosso tempo
Somos pais e filhos
De um mesmo destino
Aprender a amar
Aprender a se amar
Aprender a amar um ao outro
E ao Planeta*

[...]

*Cada pessoa é uma estrada
Cada pessoa é uma escola
Cada pessoa é uma história em construção
[...]*”

(Música Convida a viver do Projeto Somos Som)³

³ A letra é baseada no Guia do Participante da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e Conto de Abertura de Karina Perpétuo, Neusa Helena Barbosa, Carolina Ramallete e Naiara Campos. O crédito da música é do Projeto Somos Som. A imagem retrata uma oficina realizada também nesta edição da Conferência.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“O ser humano se torna eu pela relação com o você. À medida que eu me torno eu, digo você. Todo viver real é encontro”. Com este pensamento do filósofo austríaco Martin Buber⁴ desenho as primeiras linhas deste trabalho. O homem é um ente de relação. Sendo a relação o fundamento da própria existência humana, esta investigação, antes de ser um projeto e como não dizer, um sonho idealizado desta pesquisadora em formação, vem se delineando como o resultado de cada encontro que foi sendo cuidadosamente traçado ao longo da minha existência.

Diferentemente de muitos pesquisadores e estudiosos da Educação Ambiental - EA, minha trajetória de vida não foi marcada por militâncias. Não nasci em um meio ambientalista, nem tão pouco me identifiquei com a educação na mais tenra idade. Minha constituição foi sendo construída ao longo destes anos, depois de muitos outros caminhos que trilhei, até que cheguei aqui. Prefiro acreditar que por obra desta força maior que rege todo Universo e a todos nós, fui sendo encaminhada ao encontro do meu coração, de uma parte dele que ainda estava incompleta.

E aqui estou eu, uma educadora ambiental em construção entregue ao desafio do Mestrado. E como cheguei até este momento? O porquê estou aqui? Refletir sobre estas questões é um convite ao resgate das minhas memórias mais íntimas. Minha infância e adolescência foram marcadas por uma criação baseada em vivências e valores que considero diferenciados. Por ter tido uma educação espírita, procurei ao longo dos anos, sempre agir com responsabilidade para com a minha vida e para com as minhas escolhas e procurando não limitá-las apenas à minha mera satisfação individual. Sempre acreditei que estamos neste mundo para realizar algo maior além de nós mesmos. Inclusive, quando chegou o momento de planejar a minha vida profissional, mantive esses ideais bem presentes.

Entendo e creio que aquilo que chamamos de vocação é algo que trazemos, tal como nosso *DNA*⁵. É uma missão a ser desempenhada a serviço do coletivo, de um bem maior. Mas, nem sempre descobri-la é tarefa simples, mesmo que empenhemos todos os esforços possíveis. Há muitos desvios e tropeços pelo caminho. Muitas vezes, as estradas que percorremos e os

⁴ Martin Buber (1878-1965) nasceu em Viena na Áustria. Foi filósofo, escritor, jornalista e pedagogo. Sua obra "Eu e Tu" de 1923, é a chave de todas as suas obras. Buber propõe ao ser humano, tanto na sua filosofia como nos ensaios sobre religião, política, sociologia e educação, uma existência fundada no diálogo e na relação.

⁵ *DNA* em inglês ou *ADN* em português, é a sigla para o ácido desoxirribonucleico, um composto orgânico cujas moléculas contêm as instruções genéticas que coordenam o desenvolvimento e o funcionamento de todos os seres vivos e de alguns vírus.

encontros que vamos estabelecendo ao longo do percurso, vão nos direcionando para onde deveríamos estar. E foi assim que aconteceu na minha caminhada.

Minha trajetória no mundo da escrita e de outros saberes se iniciou aos 5 anos de idade, na 1ª série do ensino fundamental, na Escola Municipal Santa Maria Goretti, localizada nas antigas “casas pretas” no Bairro Santa Tereza, escola que posteriormente foi fechada e originou a E.M.E.F. Admar Corrêa em um outro local do bairro. As séries seguintes do meu ensino fundamental foram realizadas parte na Escola Liceu Salesianos Leão XIII e outra parte no Instituto de Educação Juvenal Miller, onde em 1998, conclui o ensino médio, antigo 2º grau, com habilitação para o Magistério, em 1999.

No ano de 2001, ingressei na Universidade Federal do Rio Grande - FURG para cursar Direito, graduação que escolhi acreditando ser minha vocação e acabei concluindo sem maiores dificuldades em 2006. Saindo da Universidade e seguindo o fluxo contínuo da vida, ingressei no mercado de trabalho. Trabalhei então durante três anos em um escritório de advocacia da cidade, com ênfase em Direito Administrativo, Previdenciário e Trabalhista, atuando no Setor Trabalhista do local. Em razão da especificidade das atividades que desenvolvia, resolvi neste momento cursar minha primeira especialização em Direito e Processo do Trabalho, na Anhanguera Universidade UNIDERP.

Ainda assim, embora nesse período eu tenha sentido muita satisfação com este trabalho, algo dentro de mim fazia com que eu me questionasse a todo instante se estava no caminho certo ou se este caminho era tal como eu havia idealizado quando ingressei na Universidade, junto com meus sonhos, minhas expectativas e meus ideais. E não foram poucas vezes que aqueles valores que eu cultivava tão fortemente dentro de mim, entraram em choque diante da realidade que se apresentava. Ao mesmo tempo, agradeço a todos os aprendizados que tive neste lugar e que carrego sempre comigo, em todos os locais onde trabalho desde então. Agradeço aos encontros e aos vínculos de amizade que estabeleci e que permanecem até hoje.

E foi graças a um destes encontros, que após concluída essa experiência, tive a oportunidade de trabalhar na Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG). Quando cheguei na SUPRG, comecei a trabalhar no Setor Administrativo desta autarquia, atuando em processos desta natureza e após algumas mudanças de gestão, fui realocada para a Divisão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (DMASS), a princípio para lidar com processos ambientais.

Conforme o trabalho foi avançando e fui aprendendo a dinâmica específica do setor, fui adquirindo novos conhecimentos e aprendizados e estreitando laços e encontros, que não só transformaram a minha vida pessoal, mas trouxeram um novo sentido para o meu caminho profissional.

A SUPRG tem por incumbência administrar o Porto do Rio Grande, na qualidade de autoridade portuária executiva. À DMASS compete as questões atinentes à gestão e ao monitoramento ambiental do Porto Organizado, além das questões de saúde e segurança do trabalhador portuário. Dentre estas ações de gestão, encontra-se o Licenciamento Ambiental. O Porto do Rio Grande foi o primeiro porto brasileiro a obter uma Licença de Operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Uma das condicionantes deste licenciamento, refere-se ao Programa de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande (ProEA). E foi dentro deste contexto que passei a atuar.

A EA no Porto do Rio Grande é realizada sob a perspectiva de duas linhas de ação: a linha intraportuária e a linha comunitária. Na linha intraportuária, o trabalho visa atender o conjunto de trabalhadores do Porto, com vistas a implementar novas rotinas que levem em consideração os indicadores socioambientais e, na linha comunitária, busca alcançar uma compreensão sobre a relação do Porto com o seu entorno, concentrando suas atividades com vagoneteiros, crianças e adolescentes, lideranças comunitárias, catadores de materiais recicláveis e pescadores, dentre outros.

Mais do que atingir metas ambientais ou até mesmo cumprir o conjunto de exigências legais e do próprio licenciamento portuário, e aprender sobre estes assuntos complexos e específicos, lidar com tantos sujeitos, tantas realidades, diferentes perspectivas, foi um dos aprendizados mais gratificantes da minha vida. Muitas vezes, ou melhor, na maioria das vezes, nos deparamos com uma realidade dura e rígida no trabalho portuário. A grande maioria dos trabalhadores exercem suas funções a mais de 25 anos, sujeitos às condições mais adversas. Muitos deles não possuem acesso à sistematização ou à informatização e apresentam inclusive grandes dificuldades em lidar com a rapidez das mudanças na legislação. Mesmo que seja difícil vislumbrar, essas são umas das muitas outras realidades que nos deparamos neste meio.

Ainda assim, presenciar inúmeros avanços, dia após dia, não só no ambiente portuário, com uma mudança na postura dos trabalhadores em relação ao lixo, por exemplo, ou até mesmo na sua participação no *Círculo de Diálogos*⁶, no sentido de corresponsabilidade e pertencimento,

⁶ A proposta de ação da linha intraportuária gerou uma ferramenta metodológica chamada de *Círculos de Diálogos*. Consiste na reunião dos diferentes setores que compõem o Porto Público do Rio Grande para uma conversa que visa à resolução e melhora qualitativa de demandas existentes no ambiente portuário. As demandas são apresentadas pelos próprios participantes – em geral responsáveis de setores – que podem expor suas críticas, dúvidas e sugestões para algum problema específico. Em cada um desses encontros a equipe de educadores do ProEA se prepara previamente, elaborando um Plano de Ação para o referido encontro, com a formação da equipe, promovendo a apropriação ou criação de metodologias específicas, além da organização do encontro. Após o *Círculo de Diálogos*, a equipe realiza uma reunião de avaliação. Entra em cena a nova reflexão, agora após a ação (ação-reflexão-ação). Com a avaliação, em que cada participante apresenta os pontos positivos e negativos, criam-se parâmetros qualitativos e possíveis avanços ou retrocessos nesse caminho que é sempre construído à passos cautelosos, mas contínuos.

como também nas comunidades do entorno, em que os moradores passaram a se articular e se organizar com responsabilidade individual e coletiva, buscando seus direitos, exercendo a sua cidadania, com consciência socioambiental, me permitiu vivenciar e aprender fundamentos e princípios da EA na prática, aprendizados estes que muitas vezes não conseguimos dimensionar exclusivamente com o estudo da teoria.

A EA, então, e toda a vida que pulsa dentro dela, se tornou um dos grandes encontros da minha vida. E diante desta constatação, resolvi dar continuidade ao meu processo de qualificação e aprimoramento, por ter no estudo imensa satisfação e realização pessoal, para além da profissional. Primeiramente, ingressei em mais uma especialização, agora em Gestão Ambiental em Municípios, também na FURG, e após concluí-la, me lancei ao Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA/FURG).

O projeto de pesquisa foi proposto no contexto na Linha de Pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental (FEA) e intitulado *“A emergência da participação social na agenda das políticas públicas de educação ambiental no Brasil: o case da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – CNIJMA”*.

Mas então porque a CNIJMA? Revivo minhas memórias mais uma vez e trago à lembrança uma das primeiras vezes que tive contato com este tema, o tema que escolhi, que provocou não só o meu desejo de conhecer e compreender a fundo este processo, mas também despertou um verdadeiro encantamento. Assistindo a um programa de auditório, em um canal de televisão aberta, me deparei com a história de vida e a entrevista de um menino de 14 anos de Aracaju/SE, conhecido na sua localidade como o “menino gênio”, que havia sido aprovado no vestibular para Medicina, mesmo ainda estando no primeiro ano do ensino médio. Conforme ele vai fazendo sua narrativa, e contando sua paixão pelos estudos e como ele conquistou este feito, ele fala sobre a sua participação na CNIJMA e agradece a todos os aprendizados que teve junto a este processo, que contribuiu para a sua formação não só enquanto estudante, mas principalmente enquanto cidadão, despertando a sua vontade de transformar o mundo por meio dos seus estudos na área da saúde.

Ouvindo a fala daquele adolescente, não tive como não me emocionar. Participar, envolver-se, sentir-se parte de um todo maior e a partir daí sentir que pode cooperar para que o mundo seja um lugar melhor para viver, pode transformar uma realidade (ou muitas). E assim foi pensado o projeto, na intenção de compreender como ocorre a participação social na CNIJMA, desde a sua concepção e execução. Em um primeiro momento, buscando analisar o seu alcance e a sua efetividade quanto à internalização no aparato estatal, especificamente no âmbito do Ministério da Educação - MEC, pensou-se aplicar uma estratégia metodológica

recentemente utilizada na Europa, quando se trata de analisar governança centrada no cidadão, que é o Modelo Clear⁷.

Entretanto, conforme a pesquisa foi avançando por meio das imersões, tanto nos documentos técnicos, quanto nas primeiras entrevistas que realizei, percebi mais claramente a dimensão e a importância do projeto ao qual eu estava me dedicando. E neste exercício, meu processo enquanto pesquisadora foi sendo construído, analisando a todo instante cada informação, com um olhar atento e comprometido, mas sobretudo, com muita sensibilidade, para que minha pesquisa conseguisse captar e demonstrar este significado tão especial e muito maior do que eu estava inicialmente vislumbrando.

A participação na Conferência começava a se desenhar como algo tão profundo, que a simples aplicação de um modelo não conseguiria expressar a sua verdadeira essência. Falar da Conferência é falar de sonhos, histórias, experiências, expectativas de milhões de pessoas envolvidas no processo. É falar de pessoas que acreditam que podem fazer a diferença e tornar este mundo um lugar melhor para se viver, com responsabilidade, participação e envolvimento. É falar de cada percurso da EA ao longo destes anos.

Assim, analisar a participação na CNIJMA, a partir dos diferentes olhares, das diferentes trajetórias de vida de quem vivenciou o processo, baseado em suas narrativas individuais, sejam daqueles responsáveis pela sua coordenação e execução, sejam daqueles a quem a política é dirigida no ambiente escolar ou ainda daqueles que participam em diferentes etapas, com funções específicas, se configurou como a decisão mais acertada.

Antes de explicitar a organização da pesquisa, entendo serem necessários alguns esclarecimentos sobre a escolha do título: *“Cada Pessoa é uma História em Construção: A Participação Social no contexto da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente”*. A primeira parte do título, refere-se à verso da música tema da IV CNIJMA, da qual expusemos parte da letra na página 19.

Considero que este trecho, não somente demonstra a importância e a magnitude dos processos de conferência, como também abrange uma série de outros significados não menos importantes. As Conferências são iniciativas que estão em permanente construção e continuação, desde a I edição, inclusive, neste ano de 2018 ocorreu a V edição, que não entrou na análise desta investigação. São, portanto, *história em construção*.

⁷ O Modelo Clear é uma ferramenta que trata de analisar governança centrada no cidadão e colabora com as organizações públicas a fim de entender melhor a participação pública, identificar os pontos fortes e problemas particulares com relação à participação e, subsequentemente, considerar estratégias mais abrangentes para melhorá-la.

No que diz respeito à temática de pesquisa, a escolha do título se justifica por representar a história de todas as pessoas que participaram da iniciativa e que tiveram suas vidas impactadas e transformadas em todos os níveis, o que podemos confirmar com os relatos dos sujeitos de pesquisa que são retratados mais adiante.

E ainda, para além de descrever a temática, o título adquiriu importância significativa para a pesquisadora, revelando a dimensão do próprio exercício de pesquisa, das escolhas que vamos fazendo ao longo do caminho, dessa história que vai sendo idealizada e construída e que se entrelaça com o tempo e com a própria história de vida, *uma história em construção*.

Logo, visando uma melhor compreensão da pesquisa, o texto apresenta nas Considerações Iniciais, a trajetória da pesquisadora e os caminhos da investigação. Em seguida, no capítulo seguinte são apresentadas as primeiras reflexões sobre a temática estudada, a questão de pesquisa, os objetivos geral e específicos e a justificativa do estudo.

Dando continuidade, esclarecemos acerca da metodologia, explicando o caminho do pensamento utilizado para realizá-la, desde a apresentação das fontes, perpassando pela coleta de dados e como foi realizada a análise dos mesmos. A pesquisa é de cunho qualitativo, numa conjugação entre pesquisa bibliográfica e documental e se constitui em um Estudo de Caso. Para a coleta de dados, além das evidências extraídas de documentos oficiais do MEC (relatórios, textos, estatísticas, material de divulgação, entre outros), também lançou-se mão das entrevistas e dos questionários como instrumentos de levantamento de informações e dados, ambos semiestruturados.

Posteriormente, são consideradas as dimensões teórico-conceituais estruturantes da proposta, Políticas Públicas, Participação Social e Educação Ambiental, considerando que sobre o campo da EA, serão apresentados apenas marcos teóricos e históricos, seus princípios e marcos legislativos, importantes ao delineamento do estudo, sem, contudo, esgotar a temática. Ainda neste capítulo, apresentamos uma síntese dos conceitos apreendidos e do entendimento da pesquisadora acerca dos diálogos conceituais realizados, que nos auxiliaram na compreensão do tema e na análise sobre a participação social no contexto da Conferência.

No intuito de compreender se a CNIJMA viabiliza e concretiza a participação social, propiciando as mudanças necessárias para a transformação humana e social, responsabilidade e comprometimento com as questões locais e globais, com vistas a fortalecer a EA, analisamos a Conferência a partir do seu formato, da sua estrutura e etapas, da sua metodologia e do seu projeto político-pedagógico, dos seus princípios conceituais, bem como as respectivas edições realizadas até o momento, além de situar a proposta no contexto das ações de política pública de EA, no âmbito do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental - OG/PNEA.

Além disso, apresentamos o processo da IV Conferência, desde o lançamento da Portaria Interministerial nº 883 de 2012 que a instituiu, suas fases, a metodologia e a programação da etapa nacional, os resultados e a avaliação dos participantes, que nos permitiram conhecer e ampliar outros conhecimentos em relação à realização da política e, principalmente, no que ocorre nos dias de realização da etapa nacional.

Esclarecemos ainda, que optamos pelo processo da IV Conferência por ter sido a última a ser realizada, considerando os dez primeiros anos da iniciativa, com a finalidade de demonstrar um processo mais organizado e metodologicamente mais consolidado.

Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa. Em um primeiro momento, a Conferência pela visão dos participantes, que nos contam sobre a sua concepção e origem, as condições e o contexto político e social da sua criação; sua importância; os pontos fortes e as fragilidades do processo; as possibilidades de qualificação para as próximas edições e os resultados mais significativos na execução da política.

Após, examinamos a estratégia pela qual a premissa da participação social foi acolhida e vem sendo vivenciada na proposta da CNIJMA, em todo o seu significado e extensão, pelos olhares de Delegados, Coletivos Jovens, Gestores Estaduais e Coordenadores Nacionais que participaram da iniciativa e são sujeitos nessa investigação.

Assim sendo, concluímos esta pesquisa, apontando as aprendizagens e sentidos construídos ao longo do processo.

2 SOBRE A TEMÁTICA DA PESQUISA

*“Todo ponto de vista é a vista de um ponto.
Para entender como alguém lê,
é necessário saber como são seus olhos
e qual a sua visão de mundo.”
(Leonardo Boff)*

A CNIJMA é uma política pública de EA, permeada dentre outras diretrizes, pela premissa da participação social, objeto desta investigação. A este respeito, entendemos ser necessário tecer algumas considerações sobre as dimensões teórico-conceituais que norteiam este trabalho, quais sejam, Políticas Públicas, Participação Social, EA, e suas correspondências, o que será melhor detalhado no capítulo que segue.

Cabe esclarecer ainda, que a pesquisa não pretende definir nem ao menos apresentar a totalidade dos marcos teóricos e históricos do campo da EA, senão apresentar princípios, características, entendimentos, marcos legislativos ao longo do texto, que são importantes e fundamentais ao delineamento do estudo.

A EA é um direito difuso⁸ e um processo de aprendizagem permanente, que visa estimular a autonomia e o protagonismo de indivíduos e grupos sociais, frente à necessidade de protegerem-se das ameaças constantes à biodiversidade, do quadro de exclusão social e do elevado nível de pobreza em que se encontram, por meio do incentivo à participação individual, coletiva, permanente e responsável, na defesa da qualidade ambiental, como valor inseparável do exercício da cidadania.

Assim sendo, tem a EA no campo das políticas públicas, um campo de estratégias no sentido de promover uma educação crítica, transformadora e emancipatória, legitimando a participação por meio de formação ou de troca de saberes e informações, tornando os cidadãos capazes de atuar em seus contextos e transformar as relações estabelecidas entre estes e entre a sociedade e a natureza.

No Brasil, a EA surgiu como política pública com o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA (Lei nº 6.938/1981) no contexto da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi⁹ em 1977, que já determinava que o

⁸ Segundo o Dicionário Acadêmico de Direito, de Marcus Cláudio Acquaviva, direito difuso é prerrogativa jurídica cujos titulares são indeterminados, difusos. Um direito difuso é exercido por um e por todos, indistintamente, sendo seus maiores atributos a indeterminação e a indivisibilidade (ACQUAVIVA, 1999, p. 286).

⁹ A Conferência Intergovernamental de Tbilisi, na Antiga União Soviética, é considerada um dos principais eventos sobre EA do Planeta. Esta Conferência foi organizada a partir de uma parceria entre a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU - PNUMA e, deste encontro, saíram às definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a EA no mundo.

saber educativo ambiental deveria ser dirigido à comunidade, despertando o interesse do indivíduo em participar de um processo ativo, no sentido de resolver os problemas dentro de um contexto de realidades específicas, estimulando a iniciativa, o senso de responsabilidade e o esforço para construir um futuro melhor.

A PNMA arrolou como um dos seus princípios, a inclusão da EA em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, com o objetivo de capacitá-la para a participação ativa na defesa do ambiente (BRASIL, 1981, art. 2º, X), destacando o processo educativo como dinâmico, integrativo, permanente e transformador, considerando a possibilidade de todas as pessoas adquirirem os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente.

Alguns anos mais tarde, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabeleceu no inciso VI, do § 1º, do artigo 225, a obrigatoriedade do Poder Público em “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação [...]”, no intuito de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida (BRASIL, 1988, art. 225, §1º, VI).

No ano de 1991, a Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio 92¹⁰, considerou a EA como um dos instrumentos da política ambiental brasileira, criando duas instâncias no Poder Executivo, destinadas a lidar exclusivamente com esse aspecto: o Grupo de Trabalho de EA do Ministério da Educação - MEC, que em 1993 se transformou na Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA/MEC), e a Divisão de Educação Ambiental, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão instituído em 1989, cujas competências institucionais foram definidas no sentido de representar um marco para a institucionalização da política de EA no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Em 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente – MMA, com o objetivo de promover a preservação ambiental no Brasil, aumentando o conhecimento e fiscalizando a execução de políticas relacionadas ao tema. Foram também instituídos os Núcleos de Educação Ambiental nas Superintendências Estaduais do IBAMA, visando operacionalizar as ações

¹⁰ A Rio 92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 aconteceu 20 anos depois da primeira conferência em Estocolmo, na Suécia e marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza, agregando os componentes econômicos, ambientais e sociais.

educativas no processo de gestão ambiental no âmbito estadual.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global¹¹ elaborado em 1992, no âmbito da sociedade civil, no Fórum Global, é um marco da EA e a reconhece como um processo dinâmico em permanente construção, orientado por valores assentados na mobilização e transformação social.

A Agenda 21, assinada em 14 de junho de 1992, como resultado da Rio 92, designa a atribuição de poder aos grupos comunitários por meio do princípio da delegação de poder às comunidades, com ampla participação no manejo sustentável e na proteção dos recursos naturais locais, para que isso possa fortalecer sua capacidade produtiva.

No decurso da Rio 92, com a participação do MEC, também foi produzida a Carta Brasileira para EA, que, entre outras coisas, a reconheceu como um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade, como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana. A Carta admitia ainda que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas, em todos os níveis de ensino, consolidavam um modelo educacional que não respondia às reais necessidades do país.

Assim, a Presidência da República, em função da CF/88 e dos compromissos internacionais assumidos na CNUMAD, criou o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, no ano de 1994, partilhado entre os MEC e o MMA, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O ProNEA apresenta as diretrizes, os princípios, a missão, os objetivos, as linhas e as estratégias de ação para a implantação da EA e da sustentabilidade ambiental no país. O programa propõe um constante exercício de transversalidade para internalizar, por meio de espaços de interlocução bilateral e múltipla; a EA no conjunto do governo, nas entidades privadas e no terceiro setor; enfim, na sociedade como um todo. Estimula ainda o diálogo interdisciplinar entre as políticas setoriais e a participação qualificada nas decisões sobre investimentos, monitoramento e avaliação do impacto de tais políticas (BRASIL, 2005, p.23).

Como princípios, o ProNEA defende a concepção de ambiente em sua totalidade,

¹¹ O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que se constitui num documento significativo para o campo, elaborado no âmbito da sociedade civil, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), reconheceu a EA como um processo dinâmico em permanente construção que visa o envolvimento pessoal, de comunidades e nações, para a criação de sociedades sustentáveis, socialmente justas, ecologicamente equilibradas e equitativas.

considerando a interdependência sistêmica entre o meio natural e o construído, o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual, sob o enfoque da sustentabilidade; abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais, transfronteiriças e globais; respeito à liberdade e à equidade de gênero; reconhecimento da diversidade cultural, étnica, racial, genética, de espécies e de ecossistemas; enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório; compromisso com a cidadania ambiental; vinculação entre as diferentes dimensões do conhecimento; entre os valores éticos e estéticos; entre a educação, o trabalho, a cultura e as práticas sociais; democratização na produção e divulgação do conhecimento e fomento à interatividade na informação; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; garantia de continuidade e permanência do processo educativo; permanente avaliação crítica e construtiva do processo educativo; coerência entre o pensar, o falar, o sentir e o fazer; e transparência (BRASIL, 2005, p. 25 e 26).

No ano de 1997, foram aprovados os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, pelo Conselho Nacional de Educação. Os PCNs apoiam a escola na elaboração do projeto educativo e defendem a necessidade de tratar temas transversais urgentes como meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo. Ainda em 1997, na 1ª Conferência de Educação Ambiental foi produzida a Carta de Brasília para a Educação Ambiental. Já em 1999 foi criada a Diretoria do ProNEA, vinculada à Secretaria Executiva do MMA.

Mas foi a Lei nº 9.795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no Brasil, incumbindo ao Poder Público, conforme seu artigo 3º, I, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a EA em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (BRASIL, 1999, art. 3, I).

Segundo a PNEA, são princípios básicos da EA o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais e o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999, art. 4º).

Por ser um processo de educação permanente, de intervenção político-pedagógica,

destinada à transformação social, por meio da construção de novas relações entre homem e natureza, objetiva o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática socioambiental; o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente e o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999, art. 5º).

Como elucidada Jacobi:

O desafio que se coloca é de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, devendo ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o ser humano, a natureza e o universo, tomando como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano. Quando nos referimos à educação ambiental, a situamos num contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-se como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, se concretiza a partir da possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres e se converter, portanto, em ator corresponsável na defesa da qualidade de vida (JACOBI, 2005, p. 233).

O fortalecimento da cidadania tem por base a consciência de que as ações locais interferem ou refletem, direta ou indiretamente, em todo o mundo e que os direitos e as responsabilidades de cada indivíduo frente ao meio ambiente, devem ser pensados em sua totalidade. Para Guimarães (2004, p. 75 apud Garcia 1993, p. 35), além de aprofundar conhecimentos sobre as questões ambientais, a EA deve criar espaços participativos e desenvolver valores éticos que recuperem a humanidade dos homens. Não há educação sem participação política.

Nesta perspectiva, Leite e Ayala (2004, p. 324) salientam que a participação e o acesso à educação e informação ambiental são pressupostos indispensáveis ao exercício da cidadania ambiental. Para que a EA possa cumprir a sua finalidade de conquistar uma sociedade sustentável, deve incentivar a participação social dos indivíduos tornando-os capazes de discutir e transformar as relações estabelecidas.

A participação social, sob a perspectiva da universalização dos direitos e da inclusão social, transpassa estratégias e ações voltadas à construção de valores culturais, comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável, destinando-se ao empoderamento dos grupos sociais para intervirem, de modo qualificado, nos processos decisórios sobre o acesso aos recursos

ambientais e seu uso. Neste sentido, é necessário que a EA busque superar a desigualdade e a injustiça social.

A partir de 2003, as políticas públicas no Brasil foram orientadas por quatro diretrizes de ação e uma delas é a noção de participação social. Considerando que a responsabilidade pela coordenação das políticas públicas de EA é competência, segundo disposto no Decreto nº 4.281/2002, do OG/PNEA, instância esta constituída pelo MEC e pelo MMA, depreende-se que, de acordo com as atribuições precípua desses órgãos de governo, as iniciativas desencadeadas nesse âmbito buscaram acolher, por diferentes estratégias metodológicas e diversificados arranjos, esta premissa.

A CNIJMA, conforme já mencionado, é uma estratégia que adota a participação em sua proposta metodológica, por meio de um processo dinâmico de encontros e diálogos, a partir de uma EA crítica, democrática e transformadora, buscando o protagonismo nas escolas e nas comunidades do entorno escolar. Entretanto, nos resta entender como a participação vem sendo vivenciada ao longo do processo e se de fato promove a mobilização, a transformação individual e coletiva e a inclusão social.

É o que nos propomos a fazer ao longo dessa pesquisa.

2.1 A QUESTÃO DE PESQUISA E OS OBJETIVOS

O problema central que orienta esta pesquisa pode ser enunciado na seguinte indagação: *Considerando que a ampliação do espaço público no Brasil é tido como condição para a democratização do Estado, exigindo incentivo à criação de espaços de participação social, qual a efetividade dessa premissa, do ponto de vista da experiência vivenciada pelos Coordenadores Nacionais, Gestores Estaduais, Delegados e Coletivos Jovens, segmentos envolvidos na Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, estratégia de política pública de educação ambiental?*

2.1.1 O OBJETIVO GERAL

- Compreender a Participação Social na concepção e na execução da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, em suas diferentes etapas, a partir da perspectiva dos participantes que são sujeitos da pesquisa e integram o conjunto de Delegados, de CJs, de Gestores Estaduais e Nacionais envolvidos no processo.

2.1.2 OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Situar a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente no contexto das ações de políticas públicas de educação ambiental no âmbito do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental;
- Discorrer sobre os diálogos temáticos-conceituais necessários ao entendimento da proposta de pesquisa apresentada, quais sejam: Educação Ambiental, Participação Social e Políticas Públicas;
- Identificar a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, a partir do seu formato, da sua estrutura e etapas, da sua base legal e regulamentos, do seu projeto político-pedagógico e dos seus princípios conceituais, bem como das respectivas edições realizadas nos primeiros dez anos de execução da política;
- Apresentar a etapa nacional de um processo de CNIJMA na sua íntegra, os acontecimentos que antecedem e que ocorrem durante este período, desde a instituição de Portaria Interministerial, as fases, a metodologia, a programação, os resultados e a avaliação dos participantes;
- Apresentar a CNIJMA pelos olhares dos participantes, a concepção e a origem da Conferência; as condições que foram criadas para a sua execução; o contexto político e social; sua importância política e social; os pontos fortes e as fragilidades do processo; as possibilidades de qualificação e os resultados mais significativos;
- Analisar a estratégia pela qual a premissa da participação social foi acolhida na proposta da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e se a participação cumpriu seu objetivo de mobilização, transformação e inclusão social.

2.2 A JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa foi proposta no contexto da Linha de Pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental (FEA), uma vez que constatamos as permeabilidades e as confluências consistentes entre o tema que investigamos e os marcos que circunscrevem esta linha, pois ela refere-se ao trato de questões relacionadas aos pressupostos “históricos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, éticos e epistemológicos da EA, considerando que os mesmos são importantes na definição e compreensão das relações entre natureza e a sociedade e do campo

da EA, favorecendo a construção de perspectivas críticas sobre a temática em face da crise sócio-ecológico-ambiental”¹².

É senso comum que a PNEA é tributária de inúmeros documentos fundantes que colaboram de forma decisiva na conformação do campo disciplinar da EA, que entre suas premissas, propõe a promoção de experiências participativas. A política de EA instituída no Brasil, não só acolhe este argumento e perspectiva, como implementa iniciativas que buscam contemplar a participação social. Assim, esta pesquisa, que incide sobre a efetividade da participação social numa iniciativa específica que é a CNIJMA, remete, nas suas origens, aos próprios fundamentos da EA.

Considerando o contexto mais amplo das políticas públicas desencadeadas pelo governo federal, constata-se a ocorrência de estudos sobre espaços e estratégias que visam o envolvimento social participativo, mas análises e trabalhos relacionados as políticas de EA são quase inexistentes. A revisão da literatura especializada revela poucos estudos, sejam eles, pesquisas, artigos, dissertações ou teses sobre este tema e a conjugação de conceitos que seu estudo revela que, a rigor, sugere diferentes possibilidades investigativas em suas múltiplas dimensões.

Compreender o funcionamento dos processos pedagógicos atrelados aos mecanismos de participação, a participação social como princípio, como fundamento da EA, e também do próprio Estado Democrático de Direito e da democracia representativa, é fundamental para o campo. Por esta circunstância, a proposta apresenta-se como uma valiosa contribuição, tornando a investigação extremamente relevante, além da possibilidade de proporcionar uma contribuição efetiva em termos de referenciais, análises e reflexões críticas.

Podemos dizer ainda, que a pertinência desta investigação se justifica, para além do cunho epistemológico da proposta, pela continuação do processo de qualificação e aprimoramento profissional da pesquisadora, que marca uma trajetória pessoal e acadêmica, num momento em que reunimos as condições intelectuais necessárias para enfrentar os desafios do Mestrado, como resultado de um processo de reflexão que instiga ao desejo de explicar, de compreender, enfim, de conhecer e das múltiplas determinações que explicam as opções pelos caminhos que vamos trilhando.

¹² As Linhas de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG estão descritas no site do programa <http://www.educacaoambiental.furg.br/pesquisa/linhas-de-pesquisan.html>

3 OS ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

*“Caminhante, não há caminho.
Se faz o caminho a caminhar”.*
(Antônio Machado)

3.1 As Fontes de Pesquisa que compõem a investigação

A busca por um caminho metodológico para a investigação a que se propõe um pesquisador não se constitui tarefa fácil. Em muitos casos, o tema escolhido ou o próprio percurso que a investigação vai tomando, incita a inúmeras possibilidades.

A concepção na qual referenciamos o entendimento sobre a teoria contribui para definir o método, enquanto algo dinâmico, que abarca todas as opções e decisões do pesquisador ao longo do processo de pesquisa, desde a construção do objeto, passando pelo encaminhamento da pesquisa propriamente dito, o que envolve técnicas de coleta de dados e de análise, desembocando na estruturação e na redação final do trabalho.

Em síntese, envolve todo o processo de reflexão sobre os caminhos da pesquisa e vai se constituindo passo a passo, fruto da própria experiência que o investigador vai construindo, fruto do diálogo entre teoria e evidências.

Assim, em termos genéricos, esta proposta insere-se na perspectiva da pesquisa qualitativa, posto que buscamos o aprofundamento da compreensão do objeto estudado. Os estudos de pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos e há uma diversidade existente entre os trabalhos qualitativos.

Para Minayo (2001, p. 22), a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, e corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à uma operacionalização variável. Decorre daí a opção em defini-la, a partir da forma na qual entendemos que a pesquisa se enquadra, a conjugação entre pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica no contexto deste trabalho, referiu-se ao rastreamento bibliográfico, buscando a literatura especializada para discutir e entender os conceitos de políticas públicas e participação social, além de todo um processo de revisita aos documentos fundantes do campo que nos constitui. Ademais, buscou-se diretamente no acervo de bibliotecas, principalmente universitárias, mas também no Centro de Informação Documental (CID-Ambiental) do MMA e nos repositórios digitais disponíveis, títulos relacionados ao tema

central.

A pesquisa documental foi sendo constituída pelo exame de materiais (documentos técnicos produzidos pelo OG/PNEA) que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vista à uma interpretação nova ou complementar. Entre os documentos que estão sendo analisados, destacamos os que seguem:

- Caderno 1 “Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente: Primeira década de uma história”;
- Caderno 2 “Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente: Cada Pessoa é História em Construção – Metodologia das Conferências”;
- Caderno 3 “Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente: A Conferência em Avaliação – Primeiros Passos”;
- Caderno 4 “Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente: Olhares que somam – Textos de Educadores (as) de Referência da CNIJMA”;
- Caderno 5 “Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente: Como fazer a 5ª Conferência – Propostas e Recomendações”;
- Documento Técnico da II CNIJMA (Série de Documentos Técnicos nº 11);
- Guia do Participante da IV CNIJMA;
- Formando COM-VIDA, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: Construindo Agenda 21 na Escola;
- Manual Orientador dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente;
- Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola;
- Relatório de Gestão 2003-2006 do MMA;
- Relatório Final da CONFINT;
- Relatório Final da I CNIJMA;
- Relatório Final da II CNIJMA;
- Relatório Final da III CNIJMA;
- Relatório Final da IV CNIJMA;
- Vamos Cuidar do Brasil – Conceitos e Práticas de Educação Ambiental na Escola;
- Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis: Educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais;
- Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis: Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola + Educomunicação.

Tanto a pesquisa bibliográfica quanto à documental nos permitiram a leitura, o aprofundamento e a reflexão sobre a temática de pesquisa, reunindo os conhecimentos teóricos e empíricos que nortearam o trabalho e as informações necessárias para a resolução do problema de pesquisa, ambos organizados ao longo dos capítulos.

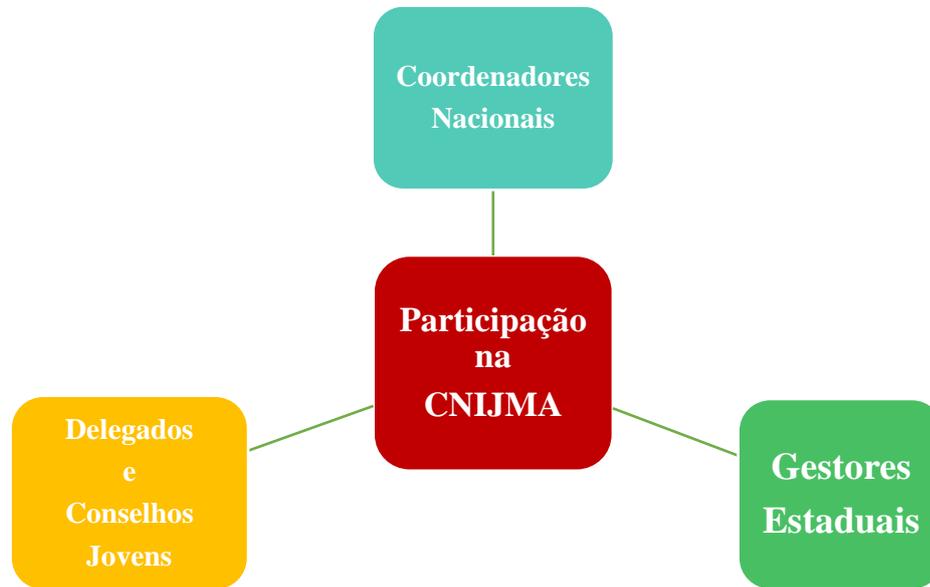
Como estratégia metodológica, adotamos o método Estudo de Caso (*Case Studies*), que se caracteriza por uma imersão em “uma unidade que se analisa profundamente” (TRIVIÑOS, 1987, p. 133), mas também pode envolver a conjugação de casos múltiplos (MILES e HUBERMAN, 1994, p. 34). O avanço e a execução de iniciativas de políticas públicas em EA, permeadas pela perspectiva da participação social, como os Coletivos Educadores ou o Projeto Salas Verdes, dentre outros, incitam o desenvolvimento de estudos que permitam conhecer melhor este assunto. E a presente proposta incide justamente sobre essa questão, na medida em que pretende estudar o tema da participação, a partir de um caso concreto: a CNIJMA.

Para Triviños (1987, p. 111), o grande valor do estudo de caso é fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, em que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas, tendo como objetivo precípuo aprofundar a descrição de determinada realidade.

Como o foco temporal da CNIJMA é bastante amplo (de 2003, quando da I CNIJMA, a 2013, ano em que foi realizada a IV CNIJMA), nos permitiu vislumbrar o fenômeno por diferentes ângulos, até que decidimos priorizar pela análise da participação social na política, a partir da compreensão de diferentes atores envolvidos no processo, independente das etapas ou das edições em que participaram.

A figura abaixo demonstra os participantes da CNIJMA que foram considerados no âmbito desta pesquisa:

Figura 2: Participantes da CNIJMA considerados na pesquisa



Fonte: Elaborado pela Pesquisadora.

Neste sentido, consideramos o método estudo de caso o mais completo dentre todos os outros, em razão de se valer tanto de dados pessoais, quanto de dados documentais. Uma de suas características mais significativas está na utilização de instrumentos padronizados de coleta de dados. Assim, elegemos a entrevista e o questionário, ambos instrumentos semiestruturados, como os mais adequados.

Segundo Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Sobre o questionário, como definem Marconi e Lakatos (1999, p.100), é uma técnica de pesquisa elaborada com uma série de questões, que devem ser respondidas por escrito e não exigem a presença do pesquisador. Esta técnica permite que um maior número de participantes seja alcançado. Pode ser realizada por correio, por telefone e ser aplicada em grupos ou individualmente, além de abranger uma área geográfica mais ampla, obtendo muitos dados.

Entendemos que assim, trabalhando com diferentes atores sociais que participaram do

fenômeno pesquisado, o resultado da investigação será muito mais qualificado. Como elucida Triviños (1987, p. 146) “Nossas práticas em pesquisa qualitativa nos têm ensinado que, em geral, o processo [...] dá melhores resultados se se trabalha com diferentes grupos de pessoas [...]”. Foi o que pretendemos.

Nas seções seguintes detalharemos a respeito das entrevistas e dos questionários realizados, apresentando os participantes, a estrutura dos instrumentos semiestruturados e as facilidades e as dificuldades encontradas ao longo do processo.

3.2 A Coleta de Dados

3.2.1 O Momento das Entrevistas

Durante o processo de investigação foram realizadas oito entrevistas com diferentes participantes da CNIJMA. Nestas entrevistas, conseguimos abranger três Coordenadores Nacionais, responsáveis pela concepção e execução da política, desde o lançamento da proposta, até a realização da etapa nacional; três Delegados, que posteriormente tornaram-se CJs (uma até atuou como Coordenadora de Metodologia da IV CNIJMA); uma Conselho Jovem (CJ), que participou de todo o processo até o final, e um membro que atuou na Gestão Estadual da III edição da CNIJMA, além de participar da Conferência Internacional Infantojuvenil (CONFINT) como membro do MEC.

O roteiro de entrevistas (Apêndice 1) foi estruturado com dezoito perguntas que buscavam a descrição da CNIJMA enquanto estratégia de política pública de EA, indagando sobre sua concepção e criação; o contexto político em que foi realizada; o fortalecimento da EA, a partir de sua criação; seus pontos fortes e fragilidades; os impactos do processo; além das possibilidades de qualificar este ambiente e sua importância e resultados mais significativos.

Sobre a participação social, os questionamentos foram acerca da participação de cada entrevistado, as edições em que participou; se esta participação impactou a sua vida e de que forma; o entendimento sobre como a Conferência acolhe a participação e como avalia esta participação.

O roteiro serviu como orientador das conversas desenvolvidas, respeitando as experiências e informações que foram trazidas pelos entrevistados e nos permitiu aprofundar os conhecimentos sobre a história da CNIJMA e como se deu este processo no decorrer dos anos. Além disso, as perguntas, em ambos os instrumentos, são apenas direcionamentos para que possamos entender o processo, como ele foi e o que representou na vida de cada envolvido. Cada depoimento, seja oral (resultado das entrevistas), seja escrito (resultado dos questionários)

nos permitiu reconstruir essa história, que tem muito nos documentos, mas muito mais da sua magnitude, na fala de quem vivenciou o processo.

As entrevistas foram realizadas em 2017 e gravadas, transcritas e analisadas pela pesquisadora de acordo com os objetivos da investigação. A impressão resultou em um material de 70 páginas e foi numerada individualmente. Em virtude do volume de material, optamos por não apresentar as transcrições no apêndice dessa investigação. As respostas foram autorizadas a serem publicadas na íntegra, assim como foi autorizada a identificação nominal de todos os participantes.

Do processo de entrevistas, apenas uma delas resultou em dados prejudicados, em virtude de falhas no instrumento de gravação em que parte da narração foi perdida. Houveram algumas tentativas, buscando recuperar a totalidade, que restaram frustradas e em virtude de agenda da entrevistada, também não foi possível refazer a parte perdida.

A primeira entrevista foi realizada a Professora Rita Silvana Santana dos Santos, participante da III CNIJMA e da CONFINT. Na III edição, a professora atuou na equipe de Coordenação de Educação Ambiental do Estado da Bahia, desde a discussão metodológica e o acompanhamento, passando pela gestão financeira, até a elaboração e o encaminhamento da proposta, e na CONFINT, como membro do MEC.

A segunda entrevista foi realizada com a Professora Daisy Elisabete de Vasconcelos Cordeiro, que integrou a equipe de Coordenação-Geral da IV CNIJMA (CGEA/SECADI/MEC) e participou das demais edições como integrante da equipe do MEC.

A terceira entrevista, com a Assistente Social Neusa Helena Rocha Barbosa, que atuou como Consultora da Conferência Nacional de Meio Ambiente em 2003. Até 2010 atuou no MEC junto às Conferências Infantojuvenis e atualmente é Analista Ambiental do MMA, exercendo suas funções no acompanhando das Conferências. A entrevistada participou de todas as edições da Conferência na equipe de Coordenação.

A quarta entrevista foi realizada com a Bióloga Naiara Moreira Campos, que atuou como Coordenadora de Metodologia da IV CNIJMA (CGEA/SECADI/MEC). Participou também como delegada na I edição e foi CJ em Belo Horizonte. Também participou da III Conferência e da CONFINT, integrando a equipe do MEC.

A quinta, foi realizada com a Professora Sabrina Dinorá Santos do Amaral, que se envolveu com os processos de Conferência desde a I edição, quando conheceu o Coletivo Jovem do RS, participando das mobilizações em todo o Estado. Na II CNIJMA, participou como facilitadora. Na III participou da COE do Estado e como oficina na etapa nacional. Na IV, já não estava mais na idade atuar como CJ, mas participava da COE e foi para a etapa

nacional como membro da delegação gaúcha, na condição de professora acompanhante.

A sexta entrevista foi realizada com o Bibliotecário Tiago Lincka. O entrevistado atuou em todas as edições da CNIJMA, desde a I edição, participando das etapas estaduais, quando integrou o Conselho Jovem, que passou depois a ser o CJ. A partir da II edição, já passou a atuar como CJ e facilitador da etapa nacional. Na III edição, participou desde o início do processo, atuando no lançamento da Conferência pelo MEC, na formação de professores e na etapa estadual. Na IV, atuou na gestão do processo por meio do Comitê Consultivo Nacional como membro da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA).

A sétima entrevista foi realizada com a Gestora Ambiental Gabriela Barbosa Batista, atualmente Subsecretária de Educação e Mobilização Socioambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/DF. Por ser ativista desde muito cedo no Ceará, se engajou neste processo desde a Conferência Nacional de Meio Ambiente de 2003, quando foi delegada jovem. Atuou como CJ na II, na III CNIJMA e na CONFINT.

A oitava entrevista foi realizada com a Antropóloga Rachel Trajber que participou da equipe de Coordenação Nacional até a terceira edição da CNIJMA, atuando então como Coordenadora-Geral de Educação Ambiental do MEC.

3.2.2 Os Questionários

Para alcançar um maior número de participantes estaduais e em razão da facilidade do instrumento, optamos pelo encaminhamento do questionário aos integrantes da equipe técnica de EA dos Estados da Federação e do Distrito Federal, que atuaram na CNIJMA, na equipe de Gestão Estadual. Os encaminhamentos do instrumento foram realizados no início de 2018.

O roteiro do questionário semiestruturado (Apêndice 3) foi encaminhado por e-mail aos contatos das Secretarias Estaduais de Educação que se encontram no Apêndice 4 desta investigação. Juntamente com o roteiro, a Carta de Apresentação (Apêndice 2) explicitou sobre a temática e o objetivo da investigação, solicitando um prazo de 15 dias para reenvio do questionário devidamente respondido.

Transcorrido o primeiro prazo estipulado, novamente entramos em contato com as equipes técnicas de EA, abrindo um novo período (15 dias) para que fossem encaminhadas as respostas ainda não devolvidas. Contudo, encerrados os prazos estipulados, pouquíssimos questionários foram respondidos. Obtivemos alguns contatos além, mas as respostas, ao final, não foram encaminhadas. Apenas Gestores Estaduais das regiões Sul (Paraná e Santa Catarina), Nordeste (Alagoas, Ceará e Paraíba) e Centro-Oeste (Goiás) responderam. Não recebemos

qualquer resposta das regiões Norte e Sudeste.

Os questionários foram impressos em um total de 28 páginas, que foram numeradas individualmente e assim como as entrevistas, optamos por não os transcrever no apêndice dessa investigação. As respostas também foram autorizadas a serem publicadas na íntegra, assim como a identificação dos participantes.

Do Estado de Santa Catarina, a Coordenadora dos Núcleos de Políticas nas Diversidades e Direitos Humanos e Educação Ambiental, Maria Benedita da Silva Prim, que participou de todas as edições da CNIJMA, desde a I atuando na SEDUC/SC, encaminhou o seu questionário respondido.

Do Estado do Paraná, a Técnica Pedagógica de Educação Ambiental na Secretaria de Educação, Eliane do Rocio Vieira, que participou de todas as edições da Conferência, também encaminhou suas respostas. Eliane atuou como professora de Ciências, tanto na rede municipal como na estadual nas três primeiras edições da CNIJMA. Na I, atuou na etapa escolar, na II atuou até a etapa nacional e na III até a etapa estadual. Na IV, foi responsável por uma das oficinas na etapa estadual. Integra a Comissão Organizadora do Estado (COE).

Do Estado do Paraná, também recebemos as considerações da Técnica da Equipe de Educação Básica do Núcleo Regional de Educação, Marli Secchi de Lima, de Assis Chateaubriand, que não participou de nenhuma edição anterior da Conferência, nem indicou o contato de um gestor que houvesse vivenciado o processo, embora estivesse explicitado no questionário esta questão. Como a servidora teve o cuidado de encaminhar as suas respostas, optamos por mencioná-las na pesquisa, embora não conseguimos a avaliação de um participante como planejamos.

Do Estado de Alagoas, a Gerente das Modalidades e Diversidades da Educação Básica da Secretaria da Educação do Estado, Maria de Fatima Rebelo Figueredo Graça, que participou como organizadora da IV CNIJMA, desde a realização das oficinas, da etapa regional, do processo logístico, das eleições dos delegados, até o acompanhamento da delegação até a Conferência Nacional, também encaminhou o seu questionário.

Do Estado do Ceará, a Assessora Técnica da Secretaria de Educação da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem, Diversidade e Inclusão Educacional, Educação Ambiental, Lindalva Costa da Cruz, que participou da III e da IV CNIJMA como Coordenadora da COE do Estado, enviou as suas respostas.

Do Estado da Paraíba, o Técnico Administrativo na Secretaria de Estado da Educação, do Núcleo de Educação Ambiental, da Gerência Executiva de Diversidade e Inclusão, Luiz Fernando Ribeiro Abrão, participante do processo desde 2003, como acompanhante da

delegação e integrante da COE do Estado, também enviou.

E do Estado de Goiás, as Técnicas da Equipe de Educação Ambiental, da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes, Gerência de Programas Transversais, Silvia de Freitas Alves e Edelma Costa Paiva Vaz, que participaram de todas as edições como integrantes da COE do Estado, encaminharam suas contribuições.

Nossa intenção ao iniciar esta investigação era que a amostragem estadual resultasse em uma escala maior, uma vez que encaminhamos o instrumento de coleta para um número grande de participantes, mas não obtivemos os resultados esperados. Entretanto, essa circunstância não inviabilizou a análise conforme o planejado, apenas resultou em dados com pouca profundidade de informações.

3.3 A Análise de Dados

Em um projeto de pesquisa busca-se a todo instante traçar um caminho eficaz que conduza ao fim que se pretende atingir na conclusão do trabalho, realizando a pesquisa de forma coerente, tanto do ponto de vista teórico, quanto epistemológico e metodológico.

O caminho ou ciclo de pesquisa, segundo Minayo (2001, p.26), “começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações”. É um processo que se inicia pela fase exploratória da pesquisa, em que são interrogados aspectos referentes ao objeto, aos pressupostos, às teorias pertinentes, à metodologia apropriada e às questões operacionais necessárias para desencadear o trabalho de campo.

Em seguida é estabelecido o trabalho de campo, que consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. É nesta etapa que são combinadas várias técnicas de coleta de dados, como entrevistas, observações, pesquisa documental e bibliográfica, dentre outras. Por fim, faz-se necessário elaborar o tratamento do material recolhido no campo, que pode ser subdividido em: ordenação, classificação e análise propriamente dita.

A análise de dados é, portanto, o processo de formação de sentido além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas disseram e o que o pesquisador viu e leu, isto é, o processo de formação de significado, aliando as técnicas e a criatividade, sua experiência e capacidade pessoal e sua sensibilidade (MINAYO, 2008, p. 14).

Nesta investigação, como já mencionado anteriormente, buscamos compreender a participação social nos processos de CNIJMA. Para Minayo (2012, p. 621) compreender é a principal ação em pesquisa qualitativa, em que questões como a singularidade do indivíduo, sua

experiência e vivência no âmbito de grupo e da coletividade ao qual pertence, são fundamentais para contextualizar a realidade na qual está inserido.

No intuito de retratar os processos de Conferência em sua totalidade, para além dos dados contidos nos relatórios e nos documentos técnicos produzidos pelos OG/PNEA, que nos contam e muito dessa história, entendemos que os dados obtidos a partir das entrevistas e dos questionários, merecem uma análise que nos auxilie a demonstrar as trajetórias de vida de cada participante, suas experiências individuais e compreensão de mundo diante do processo, nos permitindo dar sentido a todo contexto e construir sentidos sobre si mesmos.

Neste sentido, optamos pelas narrativas. As narrativas são instrumentos que combinam histórias de vida e contextos sociais e históricos, ao mesmo tempo que revelam experiências individuais e auxiliam a compreender os contextos de cada participante. Além disso, são modos de construir conhecimento e meios de fazer com que as histórias contadas não se percam.

Narrar é considerado como dimensão fundamental da comunicação humana, da atribuição de significados ao mundo. De alguma forma, narramos a todo instante. Narramos os acontecimentos a nossa volta, narramos atitudes individuais e coletivas, narramos os fenômenos. Narramos experiências, sentimentos, outras pessoas e nos narramos. Narramos histórias.

Em toda narração há um fio condutor. Há sempre um sentido atribuído à trama. Pode ser que ele se apresente desde o início ou apenas no final, assim como pode aparecer no desenvolver da narrativa. Seja como for, sempre aparecem os elementos que não fazem parte desse “fio”, mas que nem por isso, são inúteis. Podem ser mais ou menos decorativos, mais ou menos significativos, mas alguma relevância eles revelam.

Nas narrativas, o autor não informa sobre sua experiência, mas conta sobre ela, tendo com isso a oportunidade de pensar algo que ainda não havia pensado. A experiência propicia ao narrador a matéria narrada, quer a experiência seja própria ou relatada. E, por sua vez, transforma-se na experiência daqueles que ouvem a história. Compete assim ao narrador “a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1994, p.198).

Benjamin esclarece que a natureza da verdadeira narrativa tem sempre em si uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir num ensinamento moral, numa sugestão prática, num provérbio ou numa norma de vida, “regra fundamental da existência” (BENJAMIN, 1994, p. 198).

Ao analisar narrativas, estamos diante de cinco considerações fundamentais. Toda narrativa tem um começo, um meio e um fim, o que lhe confere uma sequência temporal específica e a localiza em um tempo e espaço definidos. Toda narrativa é sempre sobre algo ou

sobre alguém. Aquele que narra está fazendo-o de seu lugar, de seu ponto de vista, e a sua fala personifica o indivíduo que é. As narrativas carregam valores culturais e significados e possuem uma série de instrumentos capazes de indicar tempo, lugar, atributos dos atores e dos contextos, os quais são necessários para a interpretação dos eventos narrados.

A experiência propicia ao narrador a matéria narrada, quer a experiência seja própria ou relatada. E, por sua vez, transforma-se na experiência daqueles que ouvem a história. Benjamin acrescenta que:

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje em todas as pontas, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual (BENJAMIN, 1994, p.205).

A interpretação da narrativa fica a critério do ouvinte, uma vez que o narrador se destitui da explicação, ele nada explica ou informa, apenas relata. Por outro lado, o ouvinte interpreta e repassa a história. Como afirma Benjamin:

Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria - a vida humana - não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência - a sua e a dos outros - transformando-a num produto sólido, útil e único? Talvez se tenha uma noção mais clara desse processo através do provérbio, concebido como uma espécie de ideograma de uma narrativa. Podemos dizer que os provérbios são ruínas de antigas narrativas, nas quais a moral da história abraça um acontecimento, como a hera abraça um muro. Assim definido, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida (BENJAMIN, 1994, p. 220-221).

As narrativas são uma forma dos indivíduos experienciar o mundo, indo além da simples descrição do que expõem, pois ao repensarem suas histórias, refletem quem são, reconstruindo continuamente significações acerca de si, dos outros, do mundo que os cerca e dos fenômenos que vivenciam. A capacidade de trocar por meio de palavras suas experiências vividas ou de reconstruir acontecimentos sociais, a partir do seu ponto de vista, ou simplesmente expor um fato, uma história, permite ao ouvinte refletir sobre questões que dizem respeito a todos.

A narrativa, portanto, pode suscitar nos ouvintes diversos estados emocionais, tem a característica de sensibilizar e fazer o ouvinte assimilar as experiências de acordo com as suas próprias, evitando explicações e abrindo-se para diferentes possibilidades de interpretação. Interpretação não no sentido lógico de analisar de fora, como observador neutro, mas interpretação que envolve a experiência do pesquisador e do pesquisado no momento da entrevista e as experiências anteriores de ambos, transcendendo-se assim o papel tradicional destinado a cada um deles. (MUYLAERT, et. al., 2014, p. 194)

Para Muylaert, et. al., o diálogo que surge do recurso da narrativa pode possibilitar inclusive avançar no conhecimento porque traz elementos que muitas vezes não estão disponíveis nos documentos.

Nessa ótica, o recurso da narrativa coincide com a perspectiva de movimento, no sentido teórico, pois através dela é possível conseguir novas variáveis, questões e processos que podem conduzir a uma nova orientação da área em estudo. Ou seja, a narratividade é um recurso que visa investigar a intimidade dos entrevistados e possibilita grande riqueza de detalhes, em virtude disso, pode ser importante quando determinada área de estudo encontra-se estagnada por haver se exaurido a busca por novas variáveis sem conseguir, entretanto, avançar no conhecimento. Ressalta-se ainda que os relatos orais são valorizados porque não são encontrados em documentos. (MUYLAERT, et. al., 2014, p. 195)

A narrativa auxilia na noção do coletivo, tornando a vivência compartilhada infinita, uma vez que pode se enraizar no outro e ressignificar o tempo vivido, as coisas da vida, emergindo o passado histórico das pessoas, a partir de suas próprias palavras. Além disso, nos permite a construção gradativa de uma história, capturando detalhes e experiências de vida de um ou mais sujeitos ouvindo o que a pessoa registrou de sua história, o que a experienciou e o que é real para ela.

Muylaert et. al. considera que:

As narrativas, dessa forma, são consideradas representações ou interpretações do mundo e, portanto, não estão abertas a comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois expressam a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto sócio histórico. Não se tem acesso direto às experiências dos outros, se lida com representações dessas experiências ao interpretá-las a partir da interação estabelecida. (MUYLAERT, et. al, 2014, p. 195)

Consideramos ainda, que a análise das narrativas nos auxilia a compreender os contextos e os fatores que motivam as ações e expressam a verdade sobre um ponto de vista e esclarecem sobre determinado contexto em um espaço-tempo definidos. Ainda assim, não há intenção de esgotar as possibilidades de análise, mas sim de ordenar os acontecimentos para cada indivíduo e agrupar e comparar as trajetórias individuais tornando uma trajetória coletiva, abrindo os sentidos de quem ouve e de quem conta.

Ao analisar os resultados das entrevistas e dos questionários, desenvolvemos as categorias que surgem destes próprios resultados e como produto temos a interpretação dos aspectos relevantes que envolvem a temática de pesquisa, além de retirar dos dados o que de fato eles significam, não impondo uma interpretação com base apenas em teorias preexistentes.

Isto posto, entendemos que por meio das narrativas dos sujeitos pesquisados, que representam um grupo significativo de participantes da política de EA estudada, tendo eles participado como Delegados, CJs, Gestores Estaduais ou Nacionais, considerando todos os que compõe o processo e participam dele ativamente, desde a etapa escolar até a etapa nacional, é possível apreender se a CNIJMA assume a premissa da participação, para além do seu projeto político-pedagógico e dos seus princípios e objetivos, e perceber uma série de sentidos e significados desse processo como um todo, ao longo desses dez anos de execução examinados na investigação (2003-2013).

4 AS PERSPECTIVAS CONCEITUAIS

“O sujeito da ação política é aquele capaz de identificar problemas e participar dos destinos e decisões que afetam seu campo de existência individual e coletivo. A palavra política é entendida em seu sentido mais amplo, como o viver e interferir em um mundo coletivo. A capacidade de ação política é a expressão mais acabada da condição humana, pois os seres humanos definem-se por esse conviver entre seus pares, influenciando no destino do mundo que têm em comum. A capacidade de agir em meio à diversidade de ideias e posições é a base da convivência democrática, da participação, da liberdade e da possibilidade de fazer história e criar novas formas de ser e conviver.”
(Hannah Arendt)

4.1 Esclarecimentos Introdutórios

Um princípio foi adotado como condutor das opções teóricas desta pesquisa: ao considerar o objeto como um campo de possibilidades. A particularização da fundamentação teórica foi sendo definida ao passo que a investigação ia se constituindo, o que significa assumi-la num contexto permanente de reflexão, em que a própria teoria, além da questão do método e da problematização, é objeto da ação contínua da pesquisadora, referenciando-se pela vivência desencadeada e buscando uma interação entre a teoria e a prática, entre o pensar e o agir.

Nesta perspectiva, a fundamentação teórica é encarada como um fazer-se permanente, no qual os conceitos são produzidos no diálogo com os dados coletados, com as evidências. É claro que em função da natureza do objeto, das leituras introdutórias e como resultado do próprio processo de orientação, certos conceitos foram se apresentando como indissociáveis ao estudo. Considerando a CNIJMA como uma política pública de EA, que tem como princípio a participação social, entendemos que os conceitos de política pública, participação social e EA são fundamentais à compreensão da pesquisa e estão organizados nas seções que seguem.

4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.2.1 Definição

O vocábulo *política* tem origem no termo grego *politiká* que designa aquilo que é público. *Politiká* é uma derivação de *polis*, que nos apresenta a ideia de limite. Em civilizações anteriores à nossa, dava-se o nome de polis ao muro que delimitava a cidade do campo. Mais

tarde, passou a designar também o que estava contido no interior dos limites do muro. O resgate destes significados tem a intenção de auxiliar no entendimento preliminar de política: “a arte de definir os limites, ou seja, o que é o bem comum” (GONÇALVES, 2002, p. 64). Entender política a partir da origem do termo nos traz a ideia de pluralidade e igualdade social e política, em uma relação dialética sociedade-Estado.

Neste sentido, no contexto desta investigação, consideram-se políticas públicas o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (PEREIRA, 2012).

De acordo com Sorrentino:

Considerando a ética da sustentabilidade e os pressupostos da cidadania, a política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos assim como à construção e aprimoramento do bem comum. Sua origem está nas demandas provenientes de diversos sistemas (mundial, nacional, estadual, municipal) e seus subsistemas políticos, sociais e econômicos onde as questões que afetam a sociedade se tornam públicas e formam correntes de opinião com pautas a serem debatidas em fóruns específicos (SORRENTINO, 2005, p. 286).

Uma política pública representa a organização do Estado para a solução de um problema público entendido como coletivamente relevante ou o atendimento de uma demanda específica da sociedade. Secchi (2010, p. 2) afirma que uma política pública possui dois elementos fundamentais que é a intencionalidade pública e a resposta ao problema público.

No Estado Moderno há um destaque no estabelecimento das políticas públicas em razão da sua própria existência ser mantida por elas, em virtude de deter o monopólio do uso da força legítima e por controlar grande parte dos recursos, o que permite elaborar políticas mais abrangentes e com maior facilidade.

Dentre as políticas públicas, as chamadas políticas governamentais são as que recebem maior atenção da área e são estabelecidas por atores governamentais. Entretanto, pensar em políticas públicas, é pensar para além da noção governamental, uma vez que a estrutura administrativa não é a única a servir à comunidade.

A essência conceitual das políticas públicas é o problema público e não se a decisão

provém de um tomador com personalidade jurídica estatal ou não. Um problema existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor (diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível). Um problema só se torna público quando ele apresenta implicações para uma quantidade notável de pessoas.

As políticas públicas são classificadas em tipologias, de acordo com os conteúdos, os atores, os estilos e as instituições. As tipologias de conteúdo referem-se à essência, à intencionalidade, à estrutura de indução de comportamento e aos resultados esperados. A tipologia de Lowi (1964, p. 689) baseia o seu critério nos impactos esperados na sociedade, como as políticas distributivas ou redistributivas, por exemplo.

Já a tipologia de Wilson (1983, p. 197) se baseia no critério da distribuição dos custos e benefícios na sociedade, como as majoritárias ou as empreendedoras. Gormley (1986, p. 595) baseia sua tipologia no nível de saliência e no nível de complexidade, como a política de sala de reuniões ou a de audiência e a tipologia de Gustafsson (1983, p. 269) tem como critério o conhecimento e a intenção, como a real ou a simbólica, dentre outras.

O uso de tipologias facilita na comparação entre os níveis de governo e entre os fenômenos político-administrativos, mas também podem apresentar limitações no estudo das políticas e em relação a estas tipologias. Convém destacar que existem outros exemplares em cada uma destas tipologias. Entretanto, a este respeito, não será dada maior atenção nessa investigação.

4.2.2 O Ciclo das Políticas Públicas

O processo de elaboração de políticas públicas é um esquema que organiza as suas fases de forma sequencial e interdependente. O ciclo das políticas, segundo Secchi (2010, p. 33), é composto pelas seguintes fases: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação e extinção. Nem sempre um ciclo revela a real dinâmica ou vida de uma política pública. As fases podem se misturar ou serem alternadas. A seguir, apresentamos de forma breve cada uma dessas fases:

4.2.2.1 A Identificação do Problema:

A identificação de um problema público envolve a percepção do problema, a sua definição ou delimitação e a avaliação da possibilidade de resolução do mesmo. Um problema público pode aparecer subitamente, ou ganhar importância aos poucos, ou ainda ser reflexo da

deterioração de uma situação de determinado contexto.

Os partidos políticos, os agentes públicos e as organizações não governamentais são atores que se preocupam constantemente em identificar os problemas públicos. Se um problema é identificado por algum político, e esse ator tem interesse na resolução do mesmo, poderá entrar na sua lista de prioridades e essa lista entrar na sua agenda.

4.2.2.2 A Formação da Agenda:

A agenda é o conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes, que pode por exemplo, tomar forma de um programa de governo. A agenda pode ser política, um conjunto de temas ou problemas entendidos como merecedores de intervenção pública ou formal, também chamado de institucional, que são aqueles problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar. Para que um problema público entre na agenda, é necessário que diferentes atores entendam a situação como merecedora de intervenção. As ações devem ser necessárias e realizáveis e devem apontar as responsabilidades públicas.

4.2.2.3 A Formação de Alternativas:

A solução dos problemas públicos passa pelo estabelecimento de objetivos, de estratégias e do estudo das consequências de cada alternativa. Este é o momento em que são elaborados os métodos, os programas, as estratégias ou as ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos. São também analisados os custos e os benefícios de cada alternativa disponível. O estabelecimento dos objetivos é importante para nortear a construção de alternativas e as fases seguintes de tomada de decisão, de implementação e de avaliação da eficácia das políticas.

4.2.2.4 A Tomada de Decisão:

Esta etapa representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitadas. Os tomadores de decisão podem buscar as soluções dos problemas por meio de um estudo de alternativas, escolhendo a mais apropriada em termos de custo, rapidez, sustentabilidade, equidade ou qualquer outro critério que julgar pertinente para a tomada de decisão.

4.2.2.5 A Implementação da Política Pública:

Este é o momento que são produzidos os resultados concretos das políticas públicas. Em outras palavras, as intenções são convertidas em ações. Esta fase consiste no planejamento e na organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para realizar uma política.

Como afirma Silva (2009), a implementação pode ser considerada como um processo de interação entre a determinação de objetivos e as ações empreendidas para atingi-los. Os atores encarregados de liderar este processo devem ser capazes de entender a motivação dos atores envolvidos, os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências, os conflitos potenciais, além de agir nas negociações.

4.2.2.6 A Avaliação da Política Pública:

A validade das propostas para a ação pública, bem como o sucesso ou as falhas dos projetos que foram colocadas em prática, são considerados nesta fase. Os principais critérios de avaliação são: economicidade, eficiência econômica, eficiência administrativa, eficácia e equidade. Os critérios são operacionalizados por meio de indicadores.

Apesar de suas potencialidades, avaliações completas e significativas são difíceis de realizar. Todavia, podem trazer informações úteis ao debate político. A avaliação pode levar a continuidade, a reestruturação ou a extinção da política.

4.2.2.7 A Extinção da Política Pública:

O ciclo de políticas públicas também tem um fim. Conforme Giuliani (2005, p. 290 apud Secchi 2010, p.53), as causas da extinção de uma política pública são: o problema que originou a política é resolvido; os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes ou o problema, embora não resolvido, perdeu importância e saiu das agendas políticas e formais.

Momentos como reformas ministeriais, mudanças de mandato executivo e legislativo e aprovação de orçamentos são ocasiões em que as políticas podem ser extintas ou substituídas por outras. Por outro lado, não são raros os casos em que uma política continua viva mesmo depois do problema que a originou tenha sido resolvido. As políticas públicas podem vir a ser institucionalizadas, a medida em que são consideradas relevantes para a sociedade.

4.2.3 As Políticas Públicas de Educação Ambiental

Dentre as políticas, merecem destaque no teor desta pesquisa, as políticas públicas de EA. Adotamos como um princípio teórico inicial a concepção de que estas representam a totalidade de ações, metas, planos, iniciativas, programas e projetos desencadeados pelo OG/PNEA, desde a institucionalização da PNEA, com o fim de concretizar a EA como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999, art. 2º), permitindo que a prática educativa até então difusa, passasse a ser permanente e continuada.

Segundo o disposto no Decreto nº 4.281/2002, compete ao OG/PNEA, instância constituída pelo MEC e pelo MMA, dentre outras competências, intervir em programas, projetos e políticas públicas de EA, compatibilizados com os objetivos da PNEA. As políticas públicas, tanto do MMA (responsável pelas ações de EA fora do espaço escolar), quanto do MEC (responsável pelas políticas voltadas para o espaço do ensino formal), assumem, por diferentes arranjos e estratégias metodológicas, as seguintes diretrizes: transversalidade e interdisciplinaridade; descentralização; sustentabilidade socioambiental; democracia e participação social; e aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros.

É possível mencionar que no contexto das ações de políticas públicas desenvolvidas pelo MMA, diferentes iniciativas foram concebidas e executadas considerando a perspectiva da participação, entre as quais podemos citar as estratégias de formação de educadores ambientais populares via Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis, o Projeto Salas Verdes, o Programa Juventude e Meio Ambiente, o Programa de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar, o Programa Municípios Educadores Sustentáveis, entre outras iniciativas.

No MEC, da mesma forma, destacam-se entre as principais ações alicerçadas na participação, os Coletivos de Juventude (CJs) e a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), sob a perspectiva da universalização dos direitos e da inclusão social, destinada ao empoderamento dos grupos sociais para intervirem de modo qualificado nos processos socioambientais.

O incentivo à participação é função de um Estado comprometido com a igualdade de oportunidades, a redução das desigualdades socioeconômicas e a melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida. Nesta perspectiva, entrelaçada e indissociável do conceito de políticas públicas, consideramos a dimensão teórico-conceitual da participação.

4.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

4.3.1 Compreendendo a Participação Social

Participação, do latim *participatio*, é a ação e/ou o efeito de participar, intervir, compartilhar, denunciar, ser parte de e tomar parte de ou fazer parte de. O termo é constantemente usado para fazer referência à capacidade de cidadãos e cidadãs se envolverem nas decisões políticas de um país ou de uma determinada região.

A participação pode ser definida, segundo Jacobi, como:

(...) um processo continuado de democratização da vida dos cidadãos, cujos objetivos são: 1) promover iniciativas a partir de programas e campanhas especiais visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo; 2) reforçar o tecido associativo e ampliar a capacidade técnica e administrativa das associações e; 3) desenvolver a participação na definição de programas e projetos de interesse coletivo, nas suas diversas possibilidades (JACOBI, 2005, p.232).

Nesta seara, pode-se dizer que o conceito de participação está diretamente associado ao conceito de democracia e a existência de uma esfera pública, em que cada cidadão partilha direitos, deveres e responsabilidades e participa ativamente do exercício do poder. É a capacidade de o governo dar poder a população para desempenhar um papel ativo.

Em outras palavras, participação refere-se a um direito, mas sobretudo a um dever, na medida em que assuntos de interesse social ou comunitário devem envolver a todos os cidadãos. Neste entendimento, Dalmo Dallari (2002, p. 97) destaca que a participação é um dever também na medida em que não se pode ter uma sociedade democrática, na qual a vontade e os interesses de todos sejam considerados, se não houver participação.

Vale dizer ainda que a qualidade da democracia pode ser medida pelo nível de participação política encontrada em cada sociedade, que permite ao cidadão comum inserir-se nos processos de formulação, decisão e implementação de políticas públicas. Quando discutimos participação, antes de tudo, estamos nos posicionando sobre concepções de sociedade, de cidadania, de ética e de justiça, bem como sobre educação popular e movimentos sociais, desigualdade e exclusão social.

Para Jacobi:

A efetiva participação requer princípios para o desenvolvimento da legitimidade democrática: a igualdade e o pluralismo políticos, a deliberação e a solidariedade. Assim, pode-se afirmar que, apesar de alguns avanços, a participação cidadã associada a um projeto de ampliação da esfera pública depende da capacidade de cada sociedade

para ampliar a institucionalidade pública e para fortalecer a comunidade cívica (JACOBI, 2005, p. 232 e 233).

Uma visão participativa teria como meta principal o estabelecimento do pluralismo, por meio de um conceito de sociedade liderado pelo interesse nacional e instituições políticas democráticas baseadas na igualdade política. Como salienta Viglio (2004, p. 18), quanto mais direto for o exercício do poder político, mais acentuada será a capacidade democrática das instituições políticas, cujas decisões estarão mais próximas de traduzir a genuína vontade popular.

A participação pressupõe de um lado, a adoção de procedimentos capazes de obter conhecimentos, informações e envolvimento dos cidadãos no governo, visando maior legitimidade e apoio nas decisões, e por outro, a qualidade democrática dos espaços participativos, por meio do diálogo público nos assuntos em que há interesse individual e coletivo e que poderiam passar despercebidos.

Podemos dizer que se trata de um conceito que simboliza a influência dos indivíduos na organização de uma sociedade e a sua integração na construção de um processo de mudança em prol do coletivo. As classes consideradas menos favorecidas, seja socialmente ou economicamente, possuem oportunidades de opinar e de participar de decisões sociais importantes.

Dalmo Dallari (2002, p. 114) nos assinala que “o povo está descobrindo a participação, está descobrindo que quando ele próprio for o senhor do seu destino, quando for agente de sua história, aí então, e só assim, poderão ser corrigidas as grandes injustiças que existem em nossa sociedade”. Todos os indivíduos têm direito à participação, para decidir aquilo que é de interesse comum e é também um dever, em que seu exercício representa a vontade do povo e ainda, que somente dessa maneira poderemos conseguir as profundas modificações sociais que almejamos.

A participação é, portanto, ingrediente essencial da democracia, uma vez que estimula o exercício da cidadania, assim como é essencial na formulação de políticas públicas, na medida em que auxilia não só na qualificação destes espaços, como também nas transformações do modo de criar e executar este fazer público, além de ser uma ferramenta importante para resolver problemas complexos e propiciar legitimidade para o governo.

Por outro lado, é importante considerar que, ainda que sejam existentes e consolidados os mecanismos de participação, não significa que a mesma seja ativa nem efetiva, já que, além das desigualdades socioeconômicas que podem gerar diferenças nas representações ocorridas nestes espaços, a participação pode não cumprir os objetivos a que se destina.

Além do mais, as emergentes formas de participação digital, as mobilizações e manifestações da sociedade brasileira expressam a necessidade de ampliação e qualificação dos mecanismos já existentes, bem como a criação de novos processos e formas, resultando em participação de qualidade.

Neste sentido, entendemos ser necessário tecer algumas considerações sobre os mecanismos de Participação Social existentes no Brasil, a partir de 2014, com o estabelecimento da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e do Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

4.3.2 Breves considerações sobre os mecanismos de Participação Social no Brasil

A nova dinâmica de relação entre Estado e sociedade é associada à expansão da participação no governo. O papel da participação, além de estar associado à noção de democratização, destaca a possibilidade de obter inteligência coletiva para aumento da governança. Para Levy (2000), na inteligência coletiva cada indivíduo interage constantemente, integrando a sua porção de conhecimento ao espaço do saber, ao mesmo tempo em que se apropria do que existe, reconstruindo sua própria existência.

A formação e a identificação das pessoas com esse coletivo trazem inúmeras possibilidades, constituindo campo fértil, inclusive, para o florescimento de novas formas de democracia, mais participativas e adaptadas à complexidade do mundo contemporâneo.

A participação se reflete na abertura de espaços ao envolvimento da sociedade civil nas atividades de definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Remete-se ainda à abertura de canais de diálogo e de deliberação, compartilhada entre o Poder Executivo e a sociedade, seja por meio de organizações ou de indivíduos.

A partir da CF/88, os conselhos de direitos e as políticas públicas começaram a se multiplicar no nível federal, estadual e municipal, com diferentes desenhos e trajetórias de funcionamento. Desde 2003, os conselhos e as conferências nacionais, foram ampliados rapidamente, implicando em novos desafios para a efetivação destes espaços impulsionados pela participação (IPEA, 2010).

Moroni (2009, p.6) entende os conselhos de políticas públicas e as conferências como espaços públicos institucionais de democratização e controle social, fundamentais e constitutivos de um sistema descentralizado e participativo, possuindo dimensão política, na representação de interesses, e pedagógica na formação da cidadania.

Os conselhos foram estabelecidos após a CF/88, nas esferas federal, estadual e

municipal, em torno de diversas áreas temáticas. Segundo o Decreto nº 8.243/2014, que institui a PNPS e o SNPS, em seu artigo 2º, II, os conselhos tratam-se de instâncias colegiadas temáticas, de caráter permanente, instituídas por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo, para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas. Objetivam incorporar a participação da sociedade no ciclo de políticas e possibilitar formas de controle sobre as ações do Estado.

As conferências, por sua vez, são formas de participação popular, capazes de discutir questões que antecedem o processo de formulação de políticas, colaborando para o processamento da agenda de um setor e permitindo diálogo entre a sociedade e o Estado. São instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação nacional sobre temas específicos e de interesse público, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, podendo contemplar etapas estaduais, distrital, municipais ou regionais, para propor diretrizes e ações acerca do tema tratado (BRASIL, 2014, IV do art.2º).

Quanto mais os conselhos e as conferências se fortalecerem como espaços participativos, maior a probabilidade de avanço no debate de temas relevantes e maior a chance de torná-los temas da agenda governamental. Existem ainda outros importantes espaços participativos, de acordo com a PNPS, conforme demonstramos no quadro que segue:

Quadro 1: Espaços Participativos e suas características

ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	CARACTERÍSTICAS
Comissão de Políticas Públicas	Instância colegiada temática, instituída por ato normativo, criada para o diálogo entre a sociedade civil e o governo em torno de objetivo específico, com prazo de funcionamento vinculado ao cumprimento de suas finalidades
Audiência Pública	Mecanismo participativo de caráter presencial, consultivo, aberto a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, cujo objetivo é subsidiar decisões governamentais
Consultas Públicas	Mecanismo participativo, a se realizar em prazo definido, de caráter consultivo, aberto a qualquer interessado, que visa a receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre determinado assunto, na forma definida no seu ato de convocação
Ouvidoria Pública Federal	Instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços

	públicos, prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública
Fórum Interconselhos	Mecanismo para o diálogo entre representantes dos conselhos e comissões de políticas públicas, no intuito de acompanhar as políticas públicas e os programas governamentais, formulando recomendações para aprimorar sua intersectorialidade e transversalidade
Mesas de diálogo	Mecanismo de debate e de negociação com a participação dos setores da sociedade civil e do governo diretamente envolvidos no intuito de prevenir, mediar e solucionar conflitos sociais
Ambiente Virtual de Participação	Mecanismo de interação social que utiliza tecnologias de informação e de comunicação, em especial a internet, para promover o diálogo entre administração pública federal e sociedade civil

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora, com base no Art. 2º do Decreto nº 8.243/2014.

4.3.3 Participação Social e Políticas Públicas

As metodologias participativas são ferramentas que melhoram a confiança nas instituições públicas e auxiliam na resolução de problemas complexos enfrentados pela administração, como mudanças climáticas, conservação de energia ou governança sobre a água, por exemplo, criando oportunidades que podem colaborar na implantação de soluções políticas. Assim, podemos dizer que a participação social é essencial na formulação de políticas públicas que visem atender as necessidades da população.

A participação implica na transferência real de pelo menos uma quota do poder de decisão aos cidadãos, “os cidadãos tornam-se protagonistas da sua própria história, deixam de serem objetos das iniciativas de outros e tornam-se sujeitos do seu futuro” (SCHIMIDT, 2006, p. 1774). Assim, o fortalecimento da sociedade, tornando-a capaz de ser protagonista de sua própria história, tem sido um discurso comum no campo das políticas públicas.

Por outro lado, podem apresentar dificuldades potenciais, uma vez que o amplo espectro de opiniões e os diferentes interesses que representam, até serem incorporados ao processo de tomada de decisão, e chegarem a um denominador comum, podem conduzir a um processo lento e moroso.

Não obstante, as avaliações feitas pelos governos e ou até mesmo os poucos diagnósticos sobre as políticas, demonstram que há uma ausência de envolvimento dos cidadãos ou que o valor que atribuem à participação é mínimo, tendo em vista sua ineficácia e importância atribuída pelos governantes.

Segundo os pesquisadores Lawrence Pratchett e Gerry Stoker¹³, a participação somente é bem-sucedida quando todo e qualquer cidadão *pode fazer*, os cidadãos possuem os recursos e as habilidades necessárias para participar; *gosta de fazer*, em que são reforçados o senso comunitário e o sentido de corresponsabilidade; *tem os meios*, com o reforço contínuo e o *feedback* do seu envolvimento; *é convidado*, tem a mobilização necessária para participar e *obtem respostas*, na medida em que acredita que o seu envolvimento faz diferença e que pode trazer benefícios concretos à população.

O Modelo Clear foi desenvolvido em virtude da existência de poucos diagnósticos disponíveis e pesquisas pouco esclarecedoras que demonstrassem o valor da participação do público e do envolvimento comunitário. É uma ferramenta que trata de analisar governança centrada no cidadão e colabora com as organizações públicas a fim de entender melhor a participação pública, identificar os pontos fortes e problemas particulares com relação à participação e, subseqüentemente, considerar estratégias mais abrangentes para melhorá-la.

A experiência concreta foi conduzida em 23 municípios, em cinco países da União Europeia, durante a primavera de 2006, na Conferência do Conselho da Europa. Funcionando por meio de uma série de perguntas, que devem ser elaboradas adequando-se às necessidades locais, os principais temas que a ferramenta procura articular, citados acima, devem ser considerados e respeitados.

O incentivo à participação e a criação de mecanismos que possibilitem participação mais direta da comunidade na formulação, na implementação e no controle das políticas públicas tem sido fundamental, não somente em razão dos valores democráticos, mas, principalmente, pelas inúmeras dificuldades do Estado em formular e implementar políticas públicas sem a participação coletiva.

Cabe também considerar que um maior controle do desenvolvimento das políticas, em todas as suas fases, indo desde a constatação de necessidades, passando pela sua elaboração, implementação e chegando até a fase de avaliação das mesmas, considerando a participação ampla da sociedade, fortalece as políticas públicas, tornando-as adequadas às necessidades da coletividade e ao interesse público, além de torná-las muito mais eficientes.

¹³ Diagnosing and remedying the failings of official participation schemes: the CLEAR framework *Social Policy and Society*, 5, 2 pp.281-91; and, V. Lowndes, L. Pratchett na G. Stoker (2006), *Locality Matters: Making Participation Count in Local Politics*, London, IPPR.

4.3.4 Participação Social e Educação Ambiental

Pensar em EA sem pensar em participação social é uma tarefa quase impossível, por assim dizer. A EA para ser crítica, transformadora e emancipatória deve desenvolver teorias e práticas; construir conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, além de preparar pessoas para a participação efetiva na formulação e na condução de seus destinos. Não há como falar na capacidade dos indivíduos de atuarem em seus contextos, na formação de cidadãos conscientes de seu vínculo com a natureza e com os demais, ou no seu compromisso com a construção de um futuro sustentável, sem falar em participação.

A este respeito Solís considera que:

La educación ambiental tiene un compromiso con la sustentabilidad, y para ello puede y debe ejercer su liderazgo, crear espacios y promover acciones que ingresen al campo de lo político, entendido éste como la acción social, como el ejercicio de la ciudadanía, como el compromiso de aportar a procesos emancipatorios y a la revisión y transformación de nuestras realidades hacia un futuro sustentable, equitativo, justo y diverso, con el aporte clave de una real participación (SOLÍS, 2006, p. 270).

A Carta de Belgrado¹⁴, conhecida como o primeiro documento oficial dedicado integralmente ao campo, reconheceu como um dos objetivos da EA, a participação, no intuito de “ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas”. O documento ainda apresentou como diretrizes básicas dos Programas de Educação Ambiental, que a EA deveria enfatizar a participação ativa na prevenção e solução dos problemas ambientais.

A Declaração de Tbilisi¹⁵, documento técnico que apresenta as finalidades, os objetivos, os princípios orientadores e as estratégias para o desenvolvimento da EA, determinou que a EA deve ser dirigida à comunidade, despertando o interesse do indivíduo em participar de um processo ativo, no sentido de resolver os problemas dentro de um contexto de realidades específicas, estimulando a iniciativa, o senso de responsabilidade e o esforço para construir um futuro melhor.

¹⁴ A Carta de Belgrado foi elaborada ao final do Encontro de Belgrado, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizado na Iugoslávia, em 1975. Este documento buscou uma estrutura global para a EA e continua sendo um marco conceitual no tratamento das questões ambientais. Neste evento, ocorreu o lançamento do Programa Internacional de EA (PIEA) que expressava o propósito de promover a EA em todos os níveis de educação.

¹⁵ A Declaração de Tbilisi foi produzida na Conferência Intergovernamental sobre EA, realizada em Tbilisi, na Geórgia, de 14 a 26 de outubro de 1977, reforçando a necessidade já expressada de se desenvolver a EA para renovar o processo educativo e assim lidar com as questões ambientais.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global afirma em seu princípio 10 que a EA deve “estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade”, implicando a retomada da condução dos próprios destinos, por meio do exercício da cidadania ambiental e da responsabilidade global.

Neste sentido, Loureiro destaca que:

Em termos de apresentação dos procedimentos metodológicos que permitem trabalhar com tal método, considerando, para isso, o fato dos documentos nacionais e internacionais sobre educação ambiental destacarem a participação como um dos seus pressupostos indissociáveis, sou por afirmar que as metodologias participativas são as mais propícias ao fazer educativo ambiental. Participar trata-se de um processo que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo. Em tais interações, ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos em função dos interesses, valores e percepções dos envolvidos. Participar, aqui, é promover a cidadania, entendida como realização do “sujeito histórico” oprimido. Num certo sentido rousseauiano, a participação é o cerne do processo educativo, pois desenvolve a capacidade do indivíduo ser “senhor de si mesmo”, sendo, para isto, preciso libertar-se de certos condicionamentos políticos e econômicos também (LOUREIRO, 2004, p. 71).

E ainda para Loureiro, são objetivos norteadores das metodologias participativas em educação:

Conduzir a ação educativa no sentido do crescente comprometimento com a democracia, o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida, recolocada dentro de parâmetros compatíveis com a justiça social, a distribuição equitativa dos bens socialmente produzidos e com a consolidação de uma “ética da vida” que respeite as especificidades culturais e as identidades dos grupos sociais; conduzir os problemas da educação de maneira integrada, em processo participativo das forças sociais locais, numa perspectiva de educação permanente, a partir da formação de consciência crítica; conduzir a ação educativa de modo a apoiar e estimular a manifestação de indivíduos e grupos na transmissão e recriação do patrimônio cultural e vincular os processos educativos com outras práticas sociais, particularmente com as atividades econômicas e políticas (LOUREIRO, 2004, p. 71).

A EA sob a perspectiva participativa deve metodologicamente ser realizada pela articulação dos espaços formais e não-formais de educação; pela aproximação da escola à comunidade em que se insere e atende; pela construção coletiva e democrática do projeto político-pedagógico e pela vinculação das atividades de cunho cognitivo com as mudanças das condições objetivas de vida.

Afinal, participar é muito mais do que reivindicar; é assumir responsabilidades enquanto cidadão e ampliá-las enquanto sujeito social e político. Participar pressupõe agir, envolver-se e estar disposto a transformar e mudar as coisas como elas estão. Nas palavras de Demo (1999,

p.18), “participação é conquista”, pois não significaria outra coisa senão um processo conquistado pelos sujeitos sociais. À medida que o cidadão reconhece que os interesses da coletividade estão acima dos seus, e que é necessário à sua atuação, para as mudanças que almeja, a participação cumpre o seu papel educativo.

4.4 A Participação Social nas Políticas Públicas de Educação Ambiental

Ao longo deste capítulo, entendemos que foi possível traçar, mesmo que de uma forma geral, as perspectivas conceituais que permeiam este trabalho e que emergem da própria temática de pesquisa. Sendo a CNIJMA, uma iniciativa de política pública de EA, entendemos que os conceitos de políticas públicas, de participação social e de EA estão presentes e convergem entre si, se inter-relacionando, como demonstra a figura abaixo.

Figura 3: As Perspectivas Conceituais



Fonte: Elaborada pela Pesquisadora.

A Conferência, por meio de um processo pedagógico dinâmico, de encontros e diálogos, a partir de uma EA crítica, participativa, democrática e transformadora, é em sua origem, um processo participativo, podendo assim dizer, que é um dos seus fundamentos e princípios mais importantes, resultando na promoção da cidadania socioambiental.

Além disso, destacam-se, dentre os objetivos da iniciativa, a mobilização dos processos educativos por meio da participação social, com vistas a fortalecer a EA e propiciar atitude responsável e comprometida com as questões globais e locais. Ainda somam-se a estes, a participação da comunidade escolar no diálogo das questões socioambientais e nas políticas públicas de meio ambiente e educação e o estímulo à promoção de sustentabilidade das escolas.

Assim sendo, para que possamos analisar se de fato a CNIJMA conseguiu materializar e acolher a participação social, se faz necessário, diante dos estudos que foram realizados, demonstrar o que consideramos ser participação social nas políticas públicas de EA. Já mencionamos que a participação é instrumento do Estado Democrático de Direito e o que caracteriza sua concretude e atendimento dentro de uma política pública, que visa concretizar a EA em seus diferentes espaços, é o que precisamos ainda delimitar, segundo o nosso entendimento.

Primeiramente, quando falamos de participação, estamos falando em democracia no seu sentido mais profundo, de uma tomada de decisão coletiva, em que se considera as diferentes visões e alternativas disponíveis em determinado contexto. Entendemos que a participação pressupõe o exercício ativo do poder, uma vez que aquele que participa envolve-se de modo a interferir nas coisas como elas são e tem corresponsabilidade, assumindo seu papel como cidadão e como sujeito social e político, em que os resultados ou as consequências de determinada atitude, interferem não somente em si, mas em toda uma coletividade (responsabilidade individual e coletiva).

Participar pressupõe ação e intervenção. Para a construção de um processo de mudança e transformação, é necessário a integração de indivíduos capazes de exercer seus direitos civis, políticos e sociais, com vez e voz, assegurando o direito de cidadania. A participação envolve o compromisso e a vontade de fazer diferente. Participamos no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade melhor para todos nós, uma sociedade mais próxima da que sonhamos para viver, em que o interesse coletivo está acima do individual.

As políticas públicas devem oportunizar as possibilidades de participação, para promover as mudanças necessárias para a transformação social. Se um indivíduo se sente parte de uma determinada conjuntura, passando a se responsabilizar por ela, atuando para a sua melhoria e reforma, em contato com outros pares, por intermédio do diálogo, é possível que os processos de mudança enfim aconteçam.

Diante dessas colocações e de uma série de conceitos que estudamos até então, reconhecemos que uma política pública de EA somente viabiliza a participação se:

- Estimula a ação, a atuação, a cooperação;
- Efetiva o empoderamento e o protagonismo dos sujeitos sociais;
- Promove mudanças e transformação humana e social;
- Possibilita o diálogo sobre as questões socioambientais que dizem respeito à toda coletividade;
- Incentiva a sociedade a se envolver no processo;
- Propicia espaços de interlocução;
- Consolida e aprofunda as temáticas propostas;
- Fortalece a cidadania em seu sentido mais amplo;
- Encoraja o comprometimento com as questões locais e globais que afetam a todos, incentivando a responsabilidade individual e coletiva; e
- Potencializa as vivências democráticas aos participantes.

Neste sentido, para compreender se a CNIJMA consubstanciou a participação social, consideramos todos os aspectos identificados nessa seção e verificamos por meio dos documentos analisados e das narrativas dos sujeitos de pesquisa, se a iniciativa de fato efetivou o protagonismo dos estudantes; se incentivou as escolas e as comunidades do entorno a se envolverem nos processos; se consolidou e aprofundou as temáticas sugeridas em cada edição; se promoveu a transformação significativa dos sujeitos, dentre outros, questões essas que são analisadas e apresentadas em capítulo à frente.

Antes, contudo, entendemos ser necessário apresentar a Conferência, enquanto proposta metodológica, desde a sua origem, as suas etapas e edições e os seus princípios conceituais e após, o processo da IV Conferência, a última realizada nos primeiros dez anos de execução da política, principalmente demonstrando o que ocorre na etapa nacional e em todas as ações que antecedem a sua realização, as fases, a metodologia, a programação, os resultados e a avaliação dos participantes envolvidos na edição.

5 O CONTEXTO DA PESQUISA: A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – CNIJMA

*“Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
refazendo e retocando o sonho
pelo qual se pôs a caminhar.”
(Paulo Freire)*

5.1 O Surgimento

A CNIJMA surgiu em 2003 e foi lançada no Dia Mundial do Meio Ambiente, em meio à 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), que buscava fortalecer o SISNAMA. O advento da Lei nº 6.938/81 (PNMA), a CNUMAD/RIO-92 e a promulgação da Lei nº 9.795/99 (PNEA), que instituiu uma nova política pública no país e o processo de redemocratização, desde a CF/88, com o estabelecimento de procedimentos e mecanismos fundamentais ao fortalecimento da participação e do controle social no Brasil, inspiraram a realização da Conferência Infantojuvenil.

O resultado das eleições de 2002, em que o Partido dos Trabalhadores elege o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e o seu projeto político de retomada do crescimento do país, de bem-estar e inclusão social, favoreceu este tipo de organização. O fato de um líder operário, oriundo de uma classe social originariamente excluída de qualquer conceito de cidadania, tendo migrado para a capital econômica brasileira, fez emergir nas pessoas o interesse de mudança e de participação, interferindo nas políticas públicas de modo geral.

Na ocasião da 1ª CNMA, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi provocada por uma de suas filhas a reunir e conhecer também as propostas das crianças e jovens sobre as questões socioambientais, a partir do ambiente escolar e das comunidades do seu entorno. Sobre este respeito, quando realizamos as entrevistas, entendemos melhor como se deu essa iniciativa, razão pela qual, optamos por apresentar esta e outras questões sobre o surgimento da política, quando apresentamos os dados e as narrativas dos participantes acerca dos processos de Conferência.

Como iniciativa do OG/PNEA, representado pela Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do MMA e pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) do MEC, os dois Ministérios mobilizaram escolas e comunidades, por meio de Superintendências do IBAMA, Secretarias de Educação e Meio Ambiente, Estados e Municípios, a cumprir princípios e diretrizes da EA em todo o país.

Esta Conferência teve, portanto, o objetivo de instalar uma nova dinâmica à política ambiental do país, incluindo o público infantojuvenil nos espaços de participação social, que naquele momento emergiam ou se fortaleciam com diversas políticas públicas. Mais do que questionar que mundo se pretendia deixar às futuras gerações, o desafio instituído foi o de dialogar sobre pessoas que se quer ter no presente e no futuro e que sejam capazes de cuidar deste Planeta.

A CNIJMA tinha o propósito de formar novas lideranças para atuar no campo socioambiental, por meio do aprendizado de uma cultura de procedimentos democráticos, promovendo o exercício da participação, desde o ambiente escolar, até a etapa nacional, reunindo crianças e jovens de todo o país.

Constituindo-se em um processo pedagógico, a iniciativa introduz diferentes temáticas na dimensão socioambiental para os diálogos a serem realizados nas escolas e comunidades, por meio de uma construção coletiva de conhecimentos, buscando as soluções para os problemas apresentados, respeitando e valorizando a participação e o protagonismo juvenil.

5.2 A Conferência

Conferência, em linhas gerais, é um processo de diálogos e participação, no qual as pessoas se reúnem, discutem os temas propostos, expondo diversos pontos de vista, deliberam coletivamente e, a partir dos debates locais, escolhem representantes que levam adiante as ideias acordadas entre todos. Neste sentido, a CNIJMA é um processo dinâmico de encontros e diálogos, que debate temas propostos, relacionados ao contexto socioambiental, deliberando coletivamente e escolhendo representantes (delegados) que levarão as ideias consensuadas para as etapas sucessivas (até a etapa nacional).

Como estratégia pedagógica de educação difusa, se caracteriza pela mobilização e engajamento do público infantojuvenil e da comunidade escolar em debates sobre temas socioambientais contemporâneos, tendo como lócus as escolas que possuem pelo menos uma série dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano).

A Conferência é parte de uma visão sistêmica das ações de EA implementadas e incluídas no programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, desencadeado pela mobilização da I CNIJMA. No intuito de assegurar a EA nas escolas, o programa foi pensado contendo ações e práticas integradas, contínuas e transversais a todas as disciplinas. As ações se distribuem em quatro modalidades: difusa, presencial, educação à distância e ações estruturantes.

A modalidade difusa atua por meio de campanhas pedagógicas com forte componente de comunicação de massas, que permite ampliar a participação e mobilização da sociedade, tendo a escola como espaço privilegiado de educação permanente e para todos. A modalidade presencial é dedicada à Formação de Professores, que deve acontecer tanto como formação inicial nas licenciaturas e no magistério, como também como formação continuada de professores em serviço. As tecnologias de informação e comunicação são parte da modalidade de educação à distância e as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA)¹⁶ e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs)¹⁷ são ações estruturantes.

Sendo um instrumento voltado para o fortalecimento da cidadania ambiental nas escolas e comunidades, por meio de uma educação crítica, participativa, democrática e transformadora, é uma ação que promove o reconhecimento das responsabilidades coletivas, fornecendo subsídios para políticas públicas de EA.

Neste sentido, a CNIJMA é uma iniciativa que representa um marco na política de EA do país, propiciando o fortalecimento da EA nos sistemas de ensino; atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, com ênfase na participação social e nos processos de melhoria da relação ensino-aprendizagem; uma visão de educação para a diversidade, inclusiva e integral; a promoção ampla do protagonismo infantojuvenil nas escolas e nas comunidades do entorno e o estímulo ao uso da educomunicação socioambiental por diferentes meios e linguagens.

Somando as quatro edições da CNIJMA realizadas ao longo de 10 anos (2003-2013), participaram mais de 20 milhões de pessoas, entre adolescentes de 11 a 14 anos (como delegados e delegadas), jovens de 16 a 29 anos (como mobilizadores, facilitadores, oficinairos, gestores), professores e adultos das comunidades escolares (acompanhantes e participantes da

¹⁶ COM-VIDA ou Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida foi uma iniciativa proposta pelos participantes da I Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. É uma nova forma de organização na escola e se baseia na participação de estudantes, professores, funcionários, diretores e comunidade. Quem organiza a Comissão é o delegado ou a delegada e seu suplente da Conferência na escola, com o apoio de professores. Seu principal papel é contribuir para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre esta e a comunidade. A COM-VIDA vai envolver a comunidade escolar para pensar nas soluções dos problemas atuais e na construção de um futuro desejado por todos. Os principais objetivos da Comissão é construir a Agenda 21 na escola, acompanhar a EA na escola; organizar a CNIJMA na escola e promover intercâmbios com outras comissões surgidas em escolas do Município, Região ou Estado.

¹⁷ São grupos informais que reúnem jovens representantes ou não de organizações e movimentos de juventude que têm como objetivo envolver-se com a questão ambiental e desenvolver atividades relacionadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Esses coletivos são como redes locais, para articular pessoas e organizações, circular informações de forma ágil, pensar criticamente o mundo a partir da sustentabilidade, planejar e desenvolver ações e projetos, produzir e disseminar propostas, que apontem para sociedades mais justas e equitativas, dentre outras ações e realizações.

Conferência na escola), gestores da educação e do meio ambiente (organização local e nacional), mobilizando em média 14 mil escolas, em todos os estados brasileiros.

No quadro a seguir, podemos vislumbrar um panorama geral das edições realizadas até 2013 e a totalidade da mobilização de participantes envolvida.

Quadro 2: Panorama Geral das Edições da Conferência¹⁸

EDIÇÃO	ANO	TEMA CENTRAL	PARTICIPANTES
I CNIJMA	2003	“Vamos Cuidar do Brasil”	15.452 escolas 3.461 municípios 5.658.877 pessoas
II CNIJMA	2005/2006	“Vivendo a Diversidade na Escola”	11.475 escolas 2.865 municípios 3.801.055 pessoas
III CNIJMA	2008/2009	“Mudanças Ambientais Globais”	11.631 escolas 2.828 municípios 3.700.000 pessoas
CONFINT	2010	“Vamos Cuidar do Planeta”	62 países ativos 47 países na Etapa Nacional 87.258 escolas 13.153.229 pessoas
IV CNIJMA	2013	“Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”	16.538 escolas 3.519 municípios 5.193.881 pessoas

Fonte: Elaborada pela Pesquisadora, com base nos Relatórios Finais de cada edição.

A mobilização revela um número expressivo de escolas, municípios e pessoas envolvidas nos processos. É importante considerar também que a cada edição realizada, as atividades foram evoluindo, juntamente com a ênfase dada às etapas que compõe a metodologia, temática que receberá maior atenção na seção que segue. Inicialmente, a ênfase maior era na etapa nacional, como na I edição. A partir da II, a relevância passou à etapa estadual, etapa que tornou obrigatória efetivamente na IV edição.

A evolução do movimento temático entre as Conferências também pode ser observada. A CNIJMA inicia em 2003 convidando a “Vamos Cuidar do Brasil”. A II, destacou o tema da Diversidade, com os Acordos Internacionais. Depois, considera uma agenda mundial diante dos

¹⁸ Os dados que estão contidos neste quadro são oficiais, fornecidos pelo MEC e contidos nos relatórios finais de cada edição. Assim como todos os dados quantitativos utilizados na investigação. Entendemos que podem haver discrepância entre os números apresentados e outros documentos ou sites, mas optamos por estes que são considerados oficiais pelos Ministérios.

desafios das Mudanças Ambientais Globais, com destaque para a questão climática (III edição), o que inspira a mobilização internacional da Conferência Internacional Infantojuvenil “Vamos Cuidar do Planeta” (CONFINT)¹⁹. Já em sua IV edição, ainda que mantenha a orientação do “pensar globalmente”, direciona a temática à construção de espaços educadores sustentáveis, especialmente no contexto da escola, currículo e espaço físico (“agir localmente”).

Quadro 3: As Temáticas nas Conferências Infantojuvenis

EDIÇÃO	TEMÁTICAS
I CNIJMA	Como Vamos Cuidar da nossa água? Como Vamos Cuidar dos seres vivos? Como Vamos Cuidar dos nossos alimentos? Como Vamos Cuidar da nossa escola? Como Vamos Cuidar da nossa comunidade?
II CNIJMA	Mudanças Climáticas; Biodiversidade; Segurança Alimentar e Nutricional; Diversidade Étnico-racial.
III CNIJMA	Mudanças Socioambientais Globais: <ul style="list-style-type: none"> • A água e o problema da escassez, da poluição e da desertificação; • A biodiversidade e a questão da homogeneização, das queimadas e desmatamento; • A atmosfera e as mudanças climáticas; e • A energia e mobilidade, com a questão do modelo energético atual e dos transportes.
CONFINT	Mudanças Socioambientais Globais: <ul style="list-style-type: none"> • Hidrosfera; • Biosfera; • Atmosfera; e • Energia/Sociosfera.
IV CNIJMA	Mudanças Socioambientais Globais e Espaços Educadores Sustentáveis: <ul style="list-style-type: none"> • Hidrosfera/Recursos Hidráticos/Desertificação; • Biosfera/Biodiversidade/Desflorestamento; • Atmosfera/Ar e Clima/Mudanças Climáticas; e • Sociosfera/Energia e Mobilidade/Matriz Energética e Transportes.

Fonte: Elaborada pela Pesquisadora, com base nos Relatórios Finais de cada edição.

¹⁹ Nesta investigação, iremos utilizar a sigla CONFINT, conforme consta no Relatório Final desta edição para descrever a Conferência Internacional, embora encontramos materiais ao longo do trabalho de pesquisa, inclusive no site V CNIJMA, como CONFIT.

E ainda, os processos de Conferência revelam sua amplitude por meio de outros desdobramentos, como a construção de CJs, totalizando aproximadamente 150 grupos em todo o Brasil, a organização da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA)²⁰, que articula mais de 600 pessoas, e as milhares de COM-VIDAs nas escolas, além de outras políticas que foram implementadas.

5.3 A Metodologia

A concepção político-pedagógica da CNIJMA encontra inspiração na educação emancipatória de Paulo Freire, ao buscar o conhecimento pela ação, pelo diálogo e pela participação. Inspira-se também no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, quando nos propõe uma educação crítica para a transformação. Além disso, conforme consta na Carta da Terra, nos inspira à justiça social, à sociedade participativa e ao cuidado e responsabilidade com o planeta, nosso lar comum.

Conforme nos aponta Sorrentino e Trajber:

A educação ambiental cria uma interface entre os dois sentidos etimológicos da palavra latina para educação: *educare* e *educere*. Estamos acostumados com o significado de *educare*, favorecendo o estabelecimento de currículos e programas de ensino formais, mas o diálogo resgata o *educere*, que significa “tirar de dentro o que cada um e cada uma tem de melhor”, quando motivados pela paixão, pela delícia do conhecimento voltado para a emancipação humana em sua complexa dimensão da beleza e da manutenção da vida (BRASIL, 2017, p. 16).

Os processos da CNIJMA procuram valorizar o conhecimento e diferentes saberes, no entendimento de que todos somos aprendizes e educadores, além de contribuir para a formação de todos os autores envolvidos, oportunizando que repensem suas práticas e vivenciem experiências individuais e coletivas, incluindo em sua programação, momentos de pesquisa, reflexão e estudo, de brincar e conhecer outras realidades e culturas, favorecendo talentos e potencialidades, promovendo o protagonismo infantojuvenil.

Tal entendimento respaldou a elaboração e a evolução da metodologia da Conferência. O seu caráter essencialmente pedagógico, dialógico e compartilhado, tem a ver com isso, de modo que o conjunto de atividades que é realizado, tem um grande pretexto pedagógico para

²⁰ Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA) criada em 2003, mobiliza e articula jovens em todo o país para atuarem em seus estados, municípios e comunidades em prol de uma EA crítica e emancipatória e de ações transformadoras e sustentáveis.

subsidiar escolas, comunidades e sistemas de ensino, no diálogo sobre as temáticas ambientais contemporâneas.

Assim, a Conferência retrata o viés participativo, dialógico-reflexivo, construtivista e emancipador, na medida em que investe na interação do indivíduo, na força das suas ações e em um novo modo de ver o universo, a vida, o mundo e as relações sociais, em uma educação para autonomia e para o empoderamento dos sujeitos.

E mais:

“Por tudo isso, a CNIJMA pode ser considerada uma referência em política pública para o exercício do direito à liberdade, previsto no Artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual ‘a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis’. O artigo 16 deste estatuto especifica que **o direito à liberdade compreende os direitos de opinião e expressão, e participação na vida política**”. (BRASIL, 2016, p.10, grifo da pesquisadora)

5.4 Os Caminhos

5.4.1 A Etapa Escolar:

A Conferência como estratégia metodológica se realiza em quatro etapas. A primeira etapa acontece na escola e é obrigatória. É o momento em que estudantes, professores e demais interessados reúnem-se para dialogar sobre como transformar sua escola, constituindo-se, em um local privilegiado para aprofundar o debate sobre a temática em nível local.

Nesta etapa, as escolas são orientadas a constituir uma COM-VIDA para acompanhar a EA e realizar a Conferência; a realizar o estudo do tema para construir conhecimento, buscando subsídio em variadas fontes; a produzir um diagnóstico socioambiental da escola e do seu entorno, visando reunir dados e informações necessárias para compreender a realidade local; a mobilizar a comunidade escolar para difundir amplamente a realização da CNIJMA e a elaborar, de forma participativa, um projeto de ação relacionado ao tema, a partir do diagnóstico e das questões priorizadas.

Além disso, a escola divulga amplamente o projeto para a comunidade escolar e realiza a Conferência, socializando e qualificando o projeto elaborado; elege os estudantes delegados e o respectivo suplente para representar a escola nas etapas subsequentes; e nas edições mais recentes, faz o registro no site da Conferência, anexando imagens que comprovem a realização do processo.

A proposição é de que a eleição do delegado na escola seja conduzida de forma democrática, envolvendo exclusivamente os alunos, segundo o princípio "Jovem escolhe jovem", respeitando os seguintes critérios: o aluno deve estar matriculado em uma turma do ensino fundamental, anos finais, na escola que representará; ter entre 11 e 14 anos na data da Etapa Nacional e ter participado ativamente do projeto de ação que representará a escola durante as próximas etapas. Caso haja algum impedimento à participação do delegado eleito, este será substituído por um suplente em qualquer das etapas.

As escolas localizadas em comunidades indígenas, quilombolas e em assentamentos rurais podem eleger delegados e suplentes que, durante a Conferência Estadual, tenham entre 11 e 14 anos, sem restrição do ano escolar em que estejam matriculados.

A seguir, as imagens apresentadas (Figuras 4, 5 e 6) retratam etapas escolares realizadas em diferentes localidades da federação:

Figura 4: Etapa na Escola em Caeté-Açu, Palmeiras – BA



Fonte: Página do Instituto Brasil Solidário²¹

²¹ Disponível em <http://www.brasilsolidario.org.br/blog/?p=64269>

Figura 5: Conferências nas Escolas no Estado de SP



Fonte: Página da COE - SP²²

Figura 6: Conferências nas Escolas no Estado de SP



Fonte: Página da COE - SP²³

5.4.2 A Etapa Regional:

A segunda etapa, a regional, é optativa. Nesta, as escolas se reúnem para apresentar e debater os projetos de ação escolhidos na etapa anterior e transformados em produtos de educomunicação. Após a realização das conferências nas escolas, as COE têm a opção de promover Conferências municipais ou regionais para consolidar e aprofundar o tema tratado nas escolas; propiciar um espaço de interlocução regional ou municipal; ampliar a participação de um maior número de escolas nas outras etapas e eleger uma delegação municipal ou regional para a etapa estadual.

²² Disponível em <https://ivcnijmasp.wordpress.com/historico-da-cnijma-em-sp/fotos-e-arquivos>

²³ Disponível em <https://ivcnijmasp.wordpress.com/historico-da-cnijma-em-sp/fotos-e-arquivos/>

A COE que optar por essa etapa deve oferecer apoio técnico para sua efetivação, como também definir a metodologia e o regulamento. As figuras 7 e 8 demonstram a etapa regional realizada em Rio Grande.

Figura 7: Etapa Regional em Rio Grande/RS



Fonte: Página da Prefeitura Municipal de Rio Grande/RS²⁴

Figura 8: Etapa Regional em Rio Grande/RS



Fonte: Página da Prefeitura Municipal do Rio Grande²⁵

²⁴ Disponível em <http://www.riogrande.rs.gov.br/smed/?p=8078>

²⁵ Disponível em <http://www.riogrande.rs.gov.br/smed/?p=8078>

As figuras 9 e 10 demonstram etapas regionais realizadas em São Paulo:

Figura 9: Etapa Regional Vertente Tietê Sorocaba em SP



Fonte: Página da COE - SP²⁶

Figura 10: Etapa Regional Vertente Tietê Sorocaba em SP



Fonte: Página da COE - SP²⁷

²⁶ Disponível em <https://ivcnijmasp.wordpress.com/historico-da-cnijma-em-sp/fotos-e-arquivos/>

²⁷ Disponível em <https://ivcnijmasp.wordpress.com/historico-da-cnijma-em-sp/fotos-e-arquivos/>

5.4.3 A Etapa Estadual:

A etapa estadual é obrigatória e objetiva aprofundar os estudos e diálogos sobre o tema da Conferência, propiciando um espaço de intercâmbio. Nela, ocorre o encontro dos delegados e delegadas eleitos na Conferência Municipal/Regional ou nas escolas, escolhidos pela COE e pelos CJs. Os projetos de ação são apresentados e debatidos neste momento.

A escolha dos projetos considera os seguintes critérios: inovação, criatividade, viabilidade, consistência, clareza, coerência com o tema, responsabilidades, prazos, formas de acompanhamento das ações e avaliação. Os delegados e delegadas presentes escolhem quatro projetos, um para cada subtema proposto, se houver, que considerarem mais relevantes, transformadores e que possam ser realizados. Os delegados e delegadas, representantes das escolas cujo projeto foi eleito, serão encaminhados para a etapa nacional. Os demais delegados e delegadas são eleitos em plenário pelos próprios alunos participantes.

A eleição da delegação estadual deve acontecer de forma democrática e participativa. Todos os estudantes, incluindo os indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais, devem participar da eleição da delegação. Os delegados devem ser eleitos por seus pares, garantindo o equilíbrio de gênero. Além disso, devem ser contempladas as redes de ensino que participaram das etapas anteriores e os estudantes das diferentes regiões do Estado; considerando representantes do campo e da cidade e a diversidade étnico-racial.

A quantidade total de delegados varia de acordo com a quantidade de escolas por Estado e está exemplificada conforme quadro abaixo, em que usamos os dados da IV Edição. Estes dados variam em cada edição da Conferência.

Quadro 4: Número de Participantes da Delegação Estadual na Etapa Nacional

Número de Escolas	Estados	Delegados	Acompanhantes da COE
Até 500	Acre Amapá Roraima DF	18 + 03	03
501 a 1000	Rondônia Tocantins Alagoas Sergipe Mato Grosso do Sul	20 + 03	03
1001 a 2000	Amazonas Paraíba	22 + 03	04

	Piauí Rio Grande do Norte Espírito Santo Mato Grosso		
Mais de 2001	Pará Bahia Ceará Maranhão Pernambuco Minas Gerais Rio de Janeiro Goiás São Paulo Paraná Rio Grande do Sul Santa Catarina	24 + 03	04

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora, com base no Relatório Final da IV Edição.

A delegação estadual terá mais três vagas que deverão ser preenchidas por estudantes indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais, que tenham sido eleitos na etapa escolar, sendo uma vaga para cada segmento. Na ausência de participação de qualquer um desses segmentos, a vaga não será transferida para nenhum outro.

Cada delegação deverá ser acompanhada por adultos da COE envolvidos no processo local (professores, técnicos das secretarias e ou de regionais de ensino, entre outros). Delegados representantes de comunidades indígenas serão acompanhados individualmente por um professor responsável.

As figuras a seguir (Figuras 11, 12, 13 e 14) retratam delegações e etapas estaduais em diferentes estados da federação:

Figura 11: Etapa Estadual - Os Delegados do MT



Fonte: Página da IV CNIJMA²⁸

Figura 12: Etapa Estadual – Os Delegados de Santa Catarina



Fonte: Página da Secretaria de Estado da Educação²⁹

²⁸ Disponível em <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/>

²⁹ Disponível em <http://www.sed.sc.gov.br>

Figura 13: Etapa Estadual em Pernambuco



Fonte: Página da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco³⁰

Figura 14: Etapa Estadual Indígena Itapó – Alagoas



Fonte: Página da IV CNIJMA ³¹

³⁰ Disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=37&art=1289>

³¹ Disponível em <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/>

5.4.4 A Etapa Nacional:

A última etapa, a nacional, é o encontro de aproximadamente 700 delegados e delegadas, entre 11 e 14 anos, que já debateram o tema em suas escolas, nas Conferências Municipais e/ou Regionais e nas Conferências Estaduais. Na Conferência Nacional, esses jovens irão aprofundar a temática, socializar os projetos e participar de oficinas temáticas. O resultado final é a produção coletiva de uma Carta de Responsabilidades, representando as ideias de todas as escolas e comunidades envolvidas, fornecendo subsídios para políticas públicas, já que as CNIJMA são importantes instrumentos de participação popular na construção, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, fazendo com que os participantes empreguem esforços cada vez maiores na construção de ações/soluções para as problemáticas socioambientais do país.

As figuras 15, 16, 17 e 18 demonstram diferentes momentos da etapa nacional:

Figura 15: Etapa Nacional - Representantes do DF



Fonte: Página da IV CNIJMA³²

³² Disponível em <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/>

Figura 16: Etapa Nacional - Equipe de Facilitadores da 4ª Edição da CNIJMA



Fonte: Página da IV CNIJMA³³

Figura 17: Etapa Nacional da I CNIJMA



Fonte: Página da COE - SP³⁴

³³ Disponível em <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/>

³⁴ Disponível em <https://ivcnijmasp.wordpress.com/historico-da-cnijma-em-sp/fotos-e-arquivos/>

Figura 18: Etapa Nacional da IV CNIJMA



Fonte: Página do Palácio do Planalto da Presidência da República³⁵

5.5 A Primeira Década de História

5.5.1 A Primeira Edição

Figura 19: Logo da I CNIJMA³⁶



Fonte: Relatório Final da I CNIJMA

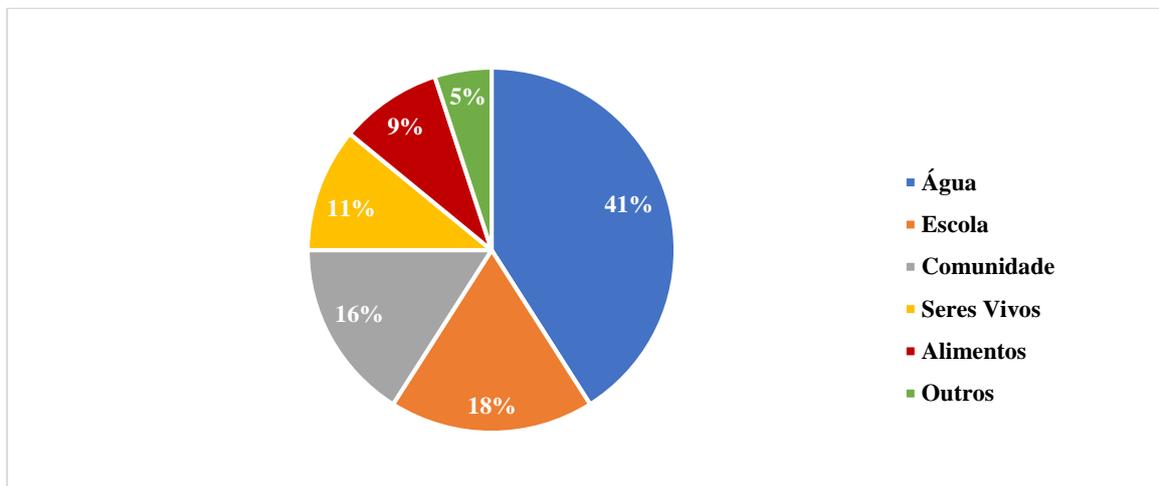
³⁵ Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/centrais-de-conteudos/imagens>

³⁶ Cada edição da CNIJMA tem um logo que a representa e identifica, razão pela qual entendemos por apresentá-los neste momento, uma vez que eles, assim como as figuras compartilhadas, nos auxiliam a retratar a história proposta na investigação.

A 1ª edição, realizada em 2003, foi convocada por Decreto Presidencial de 5 de junho de 2003 e regulamentada pela Portaria nº 359/2003. A partir da temática “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas”, os temas debatidos foram: “Como Vamos Cuidar da nossa água; Como Vamos Cuidar dos seres vivos; Como Vamos Cuidar dos nossos alimentos; Como Vamos Cuidar da nossa escola e Como Vamos Cuidar da nossa comunidade”.

A figura a seguir (Figura 20) demonstra os temas trabalhados nas etapas escolares em %:

Figura 20: Temas Trabalhados nas Conferências Escolares da I Edição



Fonte: Elaborado pela Pesquisadora, com base no Relatório Final da I CNIJMA.

Em consonância com os princípios e as diretrizes da PNEA, destacam-se como objetivos desta edição, ouvir os adolescentes, garantindo o direito de participação no presente e na construção de um Brasil Sustentável; propiciar a discussão na escola dos problemas ambientais das comunidades e do País; promover processo de mobilização e EA; descobrir e incentivar uma nova geração que se empenhe na resolução dos problemas ambientais e incentivar a criação de uma rede “Juventudes pela Sustentabilidade”.

A Conferência conseguiu mobilizar mais de 15 mil escolas a promoverem Conferências do Meio Ambiente para discussão da temática ambiental e para elaboração de propostas. Todo esse processo, iniciado no mês de junho daquele ano, com a formação das COEs, foi deflagrado junto às escolas a partir de agosto e setembro e conseguiu envolver mais de 5 milhões e 500 mil pessoas no país todo.

Em se tratando de um processo de adesão voluntária, esta marca pode ser considerada excepcional. A média de participação das escolas de ensino fundamental do país foi de aproximadamente 30%, bem acima dos projetos realizados até então pelo MEC.

Além destes foram convidados os jovens pertencentes ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). Foram eleitos 7 delegados provenientes de 4 unidades federativas (AL, AP, DF e PE). Indígenas e quilombolas também participaram desta edição.

Toda orientação quanto à princípios e critérios, programação e metodologia a ser adotados na Conferência na escola foram estabelecidos pela publicação “Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola” (Anexo 1).

A delegação estadual deveria observar o equilíbrio de gênero (meninos e meninas), a representatividade entre meio rural e urbano, capital e interior, as escolas públicas e privadas e os delegados de diferentes etnias.

A etapa nacional reuniu 378 delegados (sendo 14 de cada Estado e do DF e 8 de Pernambuco), além de 11 observadores internacionais. Metodologias participativas, dinâmicas e meios de educomunicação facilitaram a priorização entre as propostas do Documento Base para a formulação da Carta de Responsabilidades. Foram realizadas também atividades como Trilha da Vida, integração com jovens estrangeiros, conversas com a Ministra Marina Silva e jogos e atividades culturais.

Na escola, a I Conferência resultou em uma proposta de política ambiental sobre “Como Vamos Cuidar do Brasil” em três linhas e que deveria ser comunicada à comunidade por meio de um cartaz, a escolha de um delegado e três fotos mostrando como foi o processo.

Como produto, o Doc. Base “Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável³⁷”, a elaboração da Carta “Jovens Cuidando do Brasil” (Anexo 2), além de spots de rádio, de vídeo, de jornal e a proposta para a criação de COM-VIDAs, dos Conselhos Jovens e da REJUMA.

A figura 21 mostra a I edição da CNIJMA, etapa nacional:

³⁷ A Coordenação Executiva Nacional organizou dentro de cada um dos cinco temas (água, seres vivos, alimentos, escola e comunidade) as propostas mais recorrentes oriundas das escolas sob a forma de um Documento Nacional que foi apresentado na CNIJMA com o nome de “Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável”. Foram agrupadas dez propostas de cada tema, escolhendo dentre as mais recorrentes, aquelas que expunham suas ideias de forma mais completa. O Documento Base continha então 50 propostas, de um universo de 15 mil. Uma versão preliminar deste Documento foi encaminhada para as COEs, a partir de novembro do corrente ano, visando subsidiar as atividades preparatórias que estavam sendo planejadas e implementadas junto às suas respectivas delegações, com o objetivo de prepará-los para participação na etapa nacional.

Figura 21: I CNIJMA



Fonte: Página da COE - SP³⁸

³⁸ Disponível em <https://ivcnijmasp.wordpress.com/historico-da-cnijma-em-sp/fotos-e-arquivos/>

5.5.2 A Segunda Edição

A figura abaixo demonstra a II edição da CNIJMA, etapa nacional, com a presença da então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva:

Figura 22: II CNIJMA



Fonte: Série de Documentos Técnicos.

A II Conferência não ocorreu simultaneamente à CNMA. A etapa escolar foi no segundo semestre de 2005 e a etapa nacional em abril de 2006. Nesta edição ocorreu uma redução no número de escolas mobilizadas. E foi também nesta edição que os Conselhos Jovens se tornaram Coletivos Jovens de Meio Ambiente.

Realizada no início da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, e no intuito de contribuir para aprofundar o debate sobre as Oito Metas do Milênio, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), esta edição debateu os Acordos Internacionais sobre Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Segurança Alimentar e Nutricional e Diversidade Étnico-Racial.

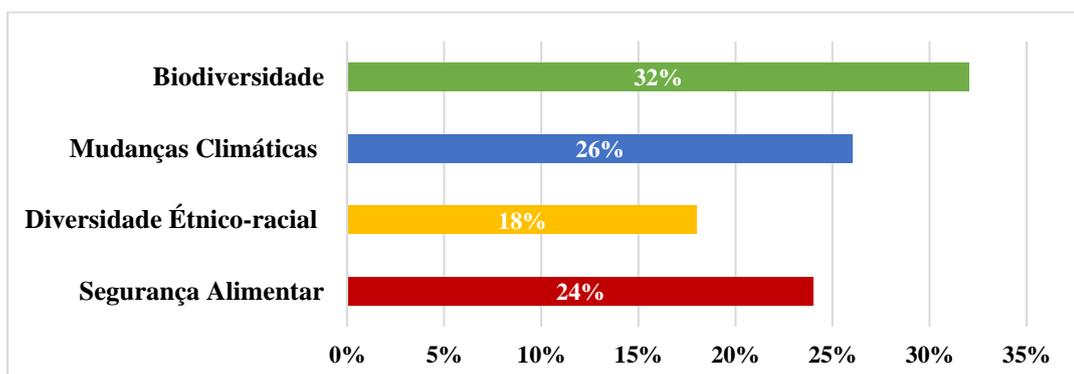
Além disso, reafirmou valores, princípios e ideais propostos por documentos da sociedade civil, como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Carta da Terra, a Agenda 21 e a Carta das Responsabilidades Humanas da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário.

A proposta desta edição visava fortalecer a EA e a Educação para a Diversidade nos Sistemas de Ensino, propiciando atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, a ser alcançada mediante os seguintes objetivos: incluir no PPP das escolas o conhecimento e o empenho na resolução dos problemas socioambientais; contribuir para que as escolas se tornem comunidades interpretativas de aprendizagem; fortalecer e criar COM-VIDAs nas escolas, incorporando o agir cotidiano em prol da vida de maneira dialógica e construtivista; apoiar a integração em rede dos diversos atores socioambientais, tendo como foco a comunidade escolar; fortalecer a REJUMA e os CJs nos estados e contribuir para o alcance das Metas do Milênio.

No tratamento das temáticas, foram trazidos para o âmbito da educação quatro acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário: o Protocolo de Quioto, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e a Declaração de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Com a difusão e popularização de acordos internacionais, o governo brasileiro abriu um caminho inédito no mundo que possibilita o acesso ao conhecimento, ao controle social e à participação da sociedade na necessária reversão de processos destrutivos da vida e humanamente injustos.

Nas escolas, os temas foram debatidos na proporção demonstrada na figura abaixo (Figura 23):

Figura 23: Temas Debatidos nas Escolas e nas Comunidades na II CNIJMA em %



Fonte: Elaborado pela Pesquisadora, com base no Relatório Final da II CNIJMA.

Segundo o relatório final da II CNIJMA, as propostas encaminhadas foram mais responsáveis, claras e coerentes, comparadas às propostas das escolas em 2003, demonstrando um ganho qualitativo e um adensamento conceitual. Isso se deve ao fato que os documentos orientadores dessa edição foram mais esclarecedores, consistentes e complexos.

O tema da Diversidade Étnico-Racial proporcionou atenção às ações Afirmativas, criando um Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas que dirigiu seus esforços às comunidades quilombolas, às indígenas, às de assentamentos rurais e à meninos e meninas em situação de rua que participaram ativamente do processo (64 delegados na plenária final).

O número total de participantes da edição pode ser demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 5: Total de Participantes da II CNIJMA

UF	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO	Total
Delegado de escola	14	17	9	17	16	20	12	17	19	19	17	13	20	12	18	20	19	19	20	18	19	15	14	20	20	18	18	460
Delegados COM-VIDA	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25
Delegado indígena	1	1	0	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	17
Delegado quilombola	0	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	14
Delegado assentamento	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	21
Delegado situação de rua	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	1	1	3	0	0	0	0	12
Acompanhante COE	3	3	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	80
Acompanhante especial	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	9
Acompanhante indígena	2	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	1	3	0	0	1	0	1	2	2	2	1	1	0	23
Facilitador CJ	3	3	2	3	3	2	0	3	3	3	3	3	2	3	3	3	0	1	3	3	3	3	3	2	2	2	3	68
Jovens Internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
Total	24	28	15	28	27	30	14	29	30	29	27	22	29	21	30	36	26	26	32	27	31	27	25	31	29	28	28	746

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora, com base no Relatório Final da II CNIJMA.

Os resultados da edição na escola foi a definição de uma responsabilidade, uma ação com base nos acordos internacionais e a criação de um cartaz com compromisso coletivo. Na etapa nacional o resultado foi a Carta das Responsabilidades “Vamos Cuidar do Brasil” (Anexo 3), também transformada em linguagem de rádio, hip-hop, jornal e publicidade, entregue pelos adolescentes ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Ministro da Educação Fernando Haddad e à Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, no dia 27 de abril de 2006, em cerimônia de encerramento no Palácio do Planalto.

Mais do que cobrar ou exigir medidas do governo, os adolescentes apresentaram na Carta, seu compromisso com a construção de uma "sociedade justa, feliz e sustentável" e com "responsabilidades e ações cheias de sonhos e necessidades." Ao todo, os jovens assumiram nove responsabilidades, sempre acompanhadas por ações voltadas para as quatro temáticas, além de divulgação da informação e ampliação dos conhecimentos por meio da EA.

As responsabilidades assumidas são a proteção e a valorização da biodiversidade; a transformação das cidades, comunidades e escolas em espaços ambientalmente saudáveis; a diminuição da produção de lixo praticando os 5 Rs: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar; a redução da emissão de gases poluentes que provocam o aquecimento global; a prevenção do desmatamento e das queimadas; o respeito, entendimento e reconhecimento da diversidade cultural; a valorização da produção e do consumo de alimentos naturais e orgânicos e a reeducação alimentar respeitando os hábitos dos povos.

As figuras 24 e 25 apresentam momentos da edição:

Figura 24: Momentos da II CNIJMA



Fonte: Série de Documentos Técnicos

Figura 25: Momentos da II CNIJMA



Fonte: Série de Documentos Técnicos

5.5.3 A Terceira Edição

O logo divulgado na III edição é retratado pela figura 26 abaixo:

Figura 26: Logo da III CNIJMA



Fonte: Página Formando Com-Vida³⁹

A III CNIJMA acompanhou a CNMA e foi lançada em 5 de junho de 2007. As oficinas de Conferência foram realizadas entre fevereiro e agosto de 2008, as Conferências nas Escolas, até 15 de novembro de 2008, as Conferências Estaduais, até 08 de março de 2009 e a Conferência Nacional, de 03 a 08 de abril de 2009.

Esta edição debateu as “Mudanças Ambientais Globais”, nos cadernos Terra, Fogo, Água e Ar, a partir dos subtemas: a atmosfera e as mudanças climáticas; a biodiversidade e a questão da homogeneização, das queimadas e desmatamento; a água e o problema da escassez, da poluição e da desertificação; energia e mobilidade, com a questão do modelo energético atual e dos transportes, que foram trabalhados em duas dimensões.

A primeira dimensão foi na perspectiva das ciências e dos saberes tradicionais, trazendo as bases de sustentação da vida das sociedades humanas no planeta; e a outra mostrou como se deu a intervenção tecnológica, intensificada após a II Guerra Mundial, e executada de forma

³⁹ Disponível em <https://comvidaceara.wordpress.com/category/conferencia-nacional-infanto-juvenil-pelo-meio-ambiente/>

desvinculada de uma ética voltada para a sustentabilidade, causando impactos profundos sobre as condições de qualidade de vida.

A III Conferência aconteceu em meio ao enfrentamento de dois grandes desafios: um planetário; pesquisar, estudar e debater nas escolas as alternativas civilizatórias e societárias para as mudanças ambientais globais; o outro, educacional, que acontece no bojo do PDE, devendo envolver a todos, pais, alunos, professores e gestores, em uma iniciativa que busca a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a permanência do aluno na escola, com base nos resultados do IDEB, além de incentivar a inclusão das questões socioambientais e da sustentabilidade no PPP das escolas.

A edição objetivava fortalecer a EA nos sistemas de ensino, como propõe a PNEA, propiciando atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, com ênfase nos processos de melhoria das relações de ensino-aprendizagem e em uma visão de educação integral.

Ainda, incluir no PPP das escolas o conhecimento e o empenho na resolução dos problemas socioambientais; melhorar o desempenho das escolas participantes com base nos resultados do IDEB; fortalecer o papel da escola na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente; contribuir para que as escolas se tornem comunidades interpretativas de aprendizagem; fortalecer e criar COM-VIDAs nas escolas, bem como uma rede de COM-VIDAs, incorporando o agir cotidiano em prol da vida de maneira dialógica e construtivista; apoiar a integração em rede dos diversos atores socioambientais, tendo como foco a comunidade escolar; fortalecer a REJUMA e os CJs nos estados; contribuir para as Metas do Milênio e a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, ambas iniciativas da ONU.

Ambos os objetivos propostos buscavam reafirmar valores e ações propostos pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Carta da Terra, a Carta das Responsabilidades Humanas e a Agenda 21.

Como resultados nas escolas, temos a definição de uma responsabilidade e a criação de um cartaz com compromisso coletivo e como resultado final uma Carta de Responsabilidades por Estado, além de materiais de educomunicação, e a Carta de Responsabilidades para enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais (Anexo 4).

Vale dizer que a iniciativa de dirigir a governos locais e estaduais as demandas e compromissos pela sustentabilidade ambiental, não só reforça a necessária institucionalização desta política, como também impulsiona a consolidação de uma política pública nessas instâncias de governo.

O quadro a seguir apresenta o número de participantes desta edição:

Quadro 6: Número de Participantes da III CNIJMA

Participantes	Número de Participantes
Delegados de escolas	581
Delegados de comunidades indígenas, de quilombolas e de assentamentos rurais	61
CJs e Facilitadores	82
Observadores Internacionais	64
Acompanhantes	128
Equipe Técnica	30
Oficineiros	35
TOTAL	981
Pesquisadores, visitantes e jornalistas	30

Fonte: Relatório Final da III CNIJMA.

A figura 27 apresenta momentos da III edição, etapa nacional:

Figura 27: Momentos da III CNIJMA



Fonte: Página As aventuras de um educador chinês no Brasil⁴⁰

⁴⁰ Disponível em <http://educchines.blogspot.com.br/2009/04/imagens-que-educam-iii-cnijma.html>

5.5.4 A CONFINT

A seguir, o logo de divulgação da CONFINT no país (Figura 28):

Figura 28: Logo da CONFINT



Fonte: Relatório Final da CONFINT

Em 2010 foi realizada no Brasil a Conferência Internacional Infantojuvenil “Vamos Cuidar do Planeta” (CONFINT), envolvendo 62 países, com participação de 47 destes até a etapa final. Um total de quase 90 mil escolas e mais de 13 milhões de pessoas participaram das discussões sobre as Mudanças Ambientais Globais, desde as conferências nas escolas. O tema central da 1ª CONFINT foi “Vamos Cuidar do Planeta/Mudanças Socioambientais Globais” com os subtemas Terra, Fogo, Água e Ar.

Foi uma iniciativa inédita no Brasil, resultado das experiências e dos aprendizados vivenciados nas edições anteriores. Partindo dos problemas socioambientais no Brasil, rumo ao desafio das mudanças ambientais globais, aliado à participação cada vez mais efetiva de delegações internacionais, colocaram em pauta a oportunidade e a necessidade de um intercâmbio mundial entre os jovens.

A CONFINT reafirmou documentos e propostas da sociedade civil como a Carta das Responsabilidades Humanas, a Carta da Terra, a Agenda 21 Global, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e as Metas do Milênio.

Assim, o MEC, em diálogo com o MMA, no âmbito do OG/PNEA, estabeleceu parceria com *Fondation Charles Léopold Meyer pour le Progrès de l'Homme* (Paris)⁴¹.

Junto aos países de língua oficial portuguesa, o MEC, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação, propôs um projeto de cooperação multilateral no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), denominado Conferência Internacional Infantojuvenil: uma Contribuição ao Programa de Educação Ambiental da CPLP.

Os países realizaram Conferências Nacionais com amplo envolvimento das escolas, instituições e jovens comprometidos com o processo e interessados em conhecer as realidades de outras regiões. Em Angola, foram reunidos 250 delegados de todas as províncias. Cabo Verde realizou conferências em todas as escolas e reuniu 90 delegados representantes de todas as ilhas. Na Guiné Bissau, os 100 delegados reunidos na capital eram provenientes de conferências escolares e regionais realizadas nas nove regiões do país.

O Timor Leste realizou conferências em 13 escolas de todos os distritos e reuniu 4 delegados para a etapa final. Em Díli, foram escolhidos 109 delegados, com a eleição de quatro deles para a CONFINT. Em Lisboa, 80 delegados, vindos das cinco regiões de Portugal. São Tomé e Príncipe reuniu na capital 100 delegados e delegadas de todas as escolas primárias e secundárias. Apenas Moçambique não realizou Conferência Nacional e não esteve presente na CONFINT, ainda que tenha realizado um amplo processo de mobilização e realização de diversas formações de professores e Conferências nas escolas.

Além dos resultados expressivos de fortalecimento da EA nos sistemas de ensino, este projeto conseguiu ampliar a comunicação entre os países no âmbito dos Ministérios de Educação e organizações da sociedade civil, o intercâmbio de experiências entre os diversos profissionais, inserindo na pauta da cooperação lusófona a EA, como estratégia para o enfrentamento das mudanças socioambientais globais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e formando jovens comprometidos com a sua realidade.

O interesse, a participação e o apoio internacional para a realização da CONFINT demonstrou a pertinência e a relevância histórica desta iniciativa. Um exemplo disso foi o Haiti. Mesmo com a sua capital Porto Príncipe e a sede da ONG, responsável no país pela realização da Conferência, terem sido devastadas pelo terremoto, os organizadores conseguiram realizar o processo e mobilizar jovens haitianos a participar.

A CONFINT se insere no processo de enfrentamento de dois imensos desafios: um planetário, voltado à pesquisa e ao debate, nas escolas, de alternativas civilizatórias e societárias

⁴¹ A *Fondation Charles Léopold Meyer pour le Progrès de l'Homme* (Paris) é uma instituição de origem franco-suíça, que incentivou a transformação da Conferência Nacional Infantojuvenil brasileira em projeto internacional.

para as mudanças climáticas e o aquecimento global; o outro desafio, este de ordem educacional, relacionado à inclusão da EA nos sistemas de ensino e nas comunidades escolares. Sua realização se deu em meio a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU/UNESCO, e contribuiu para aprofundar o debate sobre as Oito Metas do Milênio, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

A Conferência Internacional teve o propósito de possibilitar que jovens do mundo todo se apropriassem localmente de compromissos globais, assumindo responsabilidades para a construção de sociedades sustentáveis e tecendo uma rede de cuidados para com o Planeta. Além disso, objetivava reforçar a capacidade de adolescentes e jovens como atores de transformações por meio de processos pedagógicos; promover o intercâmbio internacional entre experiências que contribuíssem para o enfrentamento das questões socioambientais globais, por meio da educação e da participação da sociedade e possibilitar aos jovens a oportunidade de definir e assumir responsabilidades e ações sustentáveis.

E mais, integrar as questões das mudanças socioambientais globais ao processo educacional; fortalecer o papel da escola na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente e contribuir para que elas se tornem comunidades interpretativas de aprendizagem; fortalecer movimentos e redes de juventude e meio ambiente nacionais e internacionais e contribuir com as Metas do Milênio e a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, iniciativas da ONU.

O processo foi estruturado buscando concretizar as seguintes fases:

- *Conferência de Meio Ambiente nas Escolas*: na escola, onde se deu os debates temáticos, a eleição de delegados e a formação de facilitadores dos processos, se tornando um local privilegiado de participação democrática e de construção do conhecimento;
- *Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente*: realizada em cada país, para o aprofundamento dos debates temáticos e a eleição de delegados nacionais, com procedimentos claros para a participação de delegados das escolas que fizeram suas Conferências;
- *Conferência Internacional Vamos Cuidar do Planeta*: encontro das delegações eleitas nas Conferências Nacionais, de todos os países em um ambiente intercultural de intervenção política e de aprendizagem coletiva. Da Conferência Internacional sairia uma Carta Coletiva, sintetizando os compromissos e as

corresponsabilidades das crianças e jovens para a construção de sociedades sustentáveis.

O evento teve duração de cinco dias e como produto da CONFINT nas escolas, temos 52 Cartas de Responsabilidades consolidadas nacionalmente, com 552 responsabilidades e como resultado final, a Carta de Responsabilidades, “Vamos Cuidar do Planeta” (Anexo 5), na qual todos os jovens participantes se comprometeram a adotar ações em suas comunidades e divulgar a carta para seus governos locais e nacionais, com 120 responsabilidades de acordo com os temas debatidos, expressas também em uma Carta Musical⁴² em português, espanhol, inglês e francês.

No total, 47 países estiveram presentes na Conferência, que contou com a participação de 498 pessoas distribuídas entre delegados, adultos e facilitadores. As delegações de cada país eram compostas por até 12 jovens de 12 a 15 anos, acompanhados por dois ou três adultos e um facilitador de 18 a 29 anos. No caso do Brasil, a delegação continha 12 delegados, 10 adultos e 22 facilitadores. Tal composição variou de acordo com os processos nacionais e com os recursos disponíveis para viabilizar a viagem internacional, o que resultou em uma média de 10 participantes por país. No quadro a seguir, temos a composição das delegações:

Quadro 7: Número de Participantes da CONFINT

País	Participantes
África do Sul	6
Alemanha	9
Angola	16
Argentina	8
Bolívia	6
Brasil	43
Burkina Faso	7
Cabo Verde	16
Cameroun	14
Canadá	7
Chile	15

⁴² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GFcFTw6tjY8>

Colômbia	16
Costa Rica	7
Egito	16
Equador	13
Espanha	12
Estados Unidos	13
Filipinas	9
França	16
Geórgia	6
Guatemala	13
Guiana Francesa	16
Guiné-Bissau	16
Haiti	4
Iêmen	6
Índia	11
Indonésia	5
Itália	11
México	15
Moçambique	1
Nepal	7
Nicarágua	7
Nova Zelândia	6
Palestina	7
Paraguai	15
Peru	16
Portugal	11
República Democrática do Congo	4
República Dominicana	9
República Tcheca	5
Rússia	7
São Tomé e Príncipe	7
Singapura	8
Sri Lanka	7

Timor Leste	8
Turquia	10
Uruguai	11
TOTAL	498

Fonte: Relatório Final da CONFINT

As figuras 29, 30 e 31 apresentam momentos da Conferência Internacional, com imagens de algumas delegações participantes:

Figura 29: CONFINT



Fonte: Acervo do Orientador.

Figura 30: Delegados da CONFINT



Fonte: Acervo do Orientador.

Figura 31: Delegados da CONFINT



Fonte: Acervo do Orientador.

5.5.5 A Quarta Edição

A figura 32 expõe o logo da IV edição:

Figura 32: Logo da IV CNIJMA



Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA

A IV CNIJMA, em 2013, inseriu a noção de sustentabilidade junto aos sistemas de ensino, estimulando a comunidade escolar a pensar e propor projetos de ação, visando a melhoria do ambiente da escola e do entorno. Nesta edição a proposta era “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”, debatendo os temas da gestão democrática, o currículo nas escolas e o espaço físico, além dos subtemas Terra, Fogo, Água e Ar, conforme figura que segue (Figura 33):

Figura 33: Subtemas da IV CNIJMA



Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA

Para subsidiar os processos formativos e o trabalho pedagógico em sala de aula, foram desenvolvidos materiais pedagógicos e orientadores, disponibilizados amplamente em formato digital, e posteriormente distribuídos pelo MEC em formato impresso para as 72.498 escolas públicas de anos finais do Ensino Fundamental, mapeadas pelo censo INEP de 2012.

O material didático é composto de um kit em 4 volumes, conforme demonstra figura 34:

Figura 34: Materiais Didáticos encaminhados às Escolas



Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA

Esta edição teve por finalidade fortalecer a EA nos sistemas de ensino, favorecendo uma atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, com ênfase na participação social e nos processos de melhoria da relação ensino-aprendizagem, em uma visão de educação para a sustentabilidade e de respeito à diversidade.

Além disso, no intuito de dar visibilidade ao importante papel desempenhado pelas juventudes na construção das políticas públicas, buscava fortalecer a EA nos sistemas de ensino; fortalecer a participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente; apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade, contribuindo para que se constituam em espaços educadores sustentáveis, a partir da articulação de três eixos: gestão, currículo e espaço físico; estimular a inclusão de propostas de sustentabilidade socioambiental no PPP a partir da gestão, currículo e espaço físico.

São objetivos ainda desta edição: criar e fortalecer as COM-VIDAs como espaços de diálogo sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos a prevenção de riscos e as emergências ambientais; contribuir para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável; e para a consecução das Metas do Milênio, ambas as iniciativas da ONU, em uma perspectiva da EA para Sociedades Sustentáveis e fortalecer a participação da juventude na implementação da PNEA e incentivá-la a contribuir com a solução dos problemas socioambientais.

Nos espaços escolares, foram elaborados Projetos de Ação e como resultado final a Carta dos Estudantes, a Carta do OG/PNEA e 108 Projetos de Ação eleitos nas Conferências Estaduais, entregues à presidente Dilma Rouseff, no Palácio do Planalto. Segundo dados informados pelas escolas, a IV CNIJMA mobilizou diferentes grupos de participantes, conforme consta demonstrado no quadro que segue:

Quadro 8: Mobilização da IV CNIJMA

Grupos de Participantes	Total
Estudantes de 1ª a 4ª série (2º ao 5º ano)	761.963
Estudantes da 5ª a 8ª série (6º ao 9º ano)	2.764.330
Estudantes do ensino médio	618.593
Gestores e Coordenadores	57.710
Professores	233.742
Pessoas da comunidade	757.543

Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA

Merece destaque a diversidade e quantidade de povos indígenas que participaram dos processos locais da IV CNIJMA. As escolas informaram a participação de 62 etnias indígenas, de todas as regiões do País. O processo da IV CNIJMA buscou garantir a presença indígena, reconhecendo a sua diversidade e a sua complexidade.

O número de escolas participantes da IV CNIJMA encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 9: Número de Escolas Participantes da IV CNIJMA

Escolas	Participantes
Urbanas	11.565
Rurais	4.973
Área de Assentamento	304
Quilombolas	177
Indígenas	122

Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA

As figuras 35 e 36 mostra momentos da IV edição na etapa nacional:

Figura 35: Momentos da IV CNIJMA



Fonte: Página da IV CNIJMA⁴³

Figura 36: Encerramento da IV CNIJMA



Fonte: Página do Palácio do Planalto da Presidência da República⁴⁴

⁴³ Disponível em <http://conferenciainfanto.mec.gov.br>

⁴⁴ Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/centrais-de-conteudos/imagens>

A figura 37 demonstra a oficina realizada com os facilitadores da IV edição:

Figura 37: Oficina com os Facilitadores da IV CNIJMA



Fonte: Relatório da IV CNIJMA

5.6 Os Princípios Conceituais

As atividades desenvolvidas no âmbito dos processos de conferência são alicerçadas em princípios conceituais bem estruturados:

Jovem Escolhe Jovem: A Conferência é um processo em que se evidencia o protagonismo juvenil. Partindo desse princípio, os CJs analisam as responsabilidades das escolas e comunidades para selecionar as delegações estaduais que participarão da Conferência Nacional, em Brasília e são os próprios adolescentes que escolhem seus representantes para a etapa nacional.

Jovem Educa Jovem: O papel dos jovens como sujeitos sociais que vivem, atuam e intervêm no presente, é reconhecido nesse princípio. Assume-se que o processo educacional pode e deve ser construído, a partir das experiências dos próprios adolescentes, respeitando e

confiando em sua capacidade de assumir responsabilidades e compromissos em ações transformadoras.

Uma Geração aprende com a Outra: Na Conferência é incentivada a parceria entre as diversas gerações envolvidas. Mesmo privilegiando os adolescentes como protagonistas, o diálogo entre gerações é fundamental. Os adultos podem aprender com as crianças e vice-versa, tanto no uso de novas tecnologias de informação e comunicação, quanto nos conceitos de EA. Enquanto os adolescentes e jovens se apropriam facilmente de tendências transformadoras, depende dos adultos darem condições para que as necessárias mudanças ocorram, a partir do aprofundamento dos conhecimentos e da abertura para a participação efetiva.

Responsabilidade: O reconhecimento das responsabilidades individuais e coletivas é o eixo desencadeador do processo, considerando que as responsabilidades são diferenciadas. Cada cidadão e cidadã, cada coletivo, é responsável pelo Planeta dentro de seus limites e na proporção de seu acesso à informação e ao poder.

Além destes, outros princípios também podem ser evidenciados nestes processos:

Empoderamento: A Conferência traz a dimensão política para o meio ambiente, que é a base das experiências que contribuem para a formação de uma visão em relação ao sistema político e em relação às instituições da sociedade. A partir da escola, com o envolvimento da comunidade, os participantes percebem-se como parte de um contexto mais amplo, que podem ter vez e voz nos destinos da sociedade. Esse princípio permeia desde a escola até o final do processo, reconhecendo-se a importância do envolvimento de adolescentes na gestão pública, a partir da corresponsabilidade dos governantes e outros segmentos da sociedade.

Formação de Comunidades Interpretativas de Aprendizagem: As Conferências nas escolas e comunidades contribuem para as transformações na qualidade de vida, a partir de ações e intervenções nas realidades locais, por meio de processos cooperativos em que os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os resultados benéficos para todos.

Ações Afirmativas: São as conferências instrumentos de inclusão social, que buscam a equidade de direitos, respeitando sempre as diferenças e as diversidades, assegurando o direito de participação de comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais sem acesso a escolas dos anos finais do ensino fundamental e de grupos de meninos e meninas em situação de rua. A participação destes segmentos, para além de constituir uma ação de inclusão social, significa, especialmente, a inclusão de seus saberes específicos no processo de construção das responsabilidades.

6 UM PROCESSO DE CONFERÊNCIA: Passo a passo da IV CNIJMA

*“Cada pessoa é uma história, cada pessoa é uma estrada,
Cada pessoa é uma escola em construção
Cada pessoa é uma escola, cada pessoa é uma história,
Cada pessoa é uma estrada em construção
Cada pessoa é uma estrada, cada pessoa é uma escola,
Cada pessoa é uma história em construção [...]”
(Música Convida a viver do Projeto Somos Som)⁴⁵*

6.1 Palavras Iniciais

A figura 38 demonstra a chegada dos participantes na IV CNIJMA:

Figura 38: IV CNIJMA – Concentração na Praça dos Três Poderes



Fonte: Acervo de João Luís Lobo, Delegado de Juiz de Fora/MG na IV CNIJMA.

“1 ano ou 12 meses ou 52 semanas ou 365 dias ou 8.760 horas ou 52.5600 minutos ou 31.536.000 segundos: este é o tempo que se passou desde o início da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, um dos eventos mais incríveis de todos. Mais do que uma simples conferência, uma história e lição de vida. Para a vida toda. A troca de experiências, conhecimentos e opiniões entre jovens de

⁴⁵ Letra baseada no Guia do Participante da IV Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e Conto de Abertura de Karina Perpétuo, Neusa Helena Barbosa, Carolina Ramallete e Naiara Campos. Crédito da Música: Projeto Somos Som.

todos lugares do Brasil. Nossos irmãos brasileiros. Como é possível um país tão grande, com tantas diferenças culturais, linguísticas, sociais e históricas existir? Como pessoas que vivem distantes 5.000 km falam a mesma língua? Como fazer todas estas pessoas se encontrarem num mesmo local para discutir assuntos distintos e chegarem a uma conclusão que inclua todos eles? "Impossível" - essa seria a resposta de muitos. Mas o impossível é possível quando se trata de pessoas como o povo brasileiro e de pessoas que estão determinadas e dispostas a fazer a diferença. O impossível é uma questão de opinião. Alguns consideram, inclusive, que a solução seria transformar o país em outros países menores. Essa consideração se mostra muito pobre, módica e mesquinha; transformar algo tão complexo e interessante em algo simples e reduzido. A IV CNIJMA transformou e ampliou muito a visão de nós, delegados, representantes de todos os Estados do Brasil, "transmutando o mundo" e a si mesmo. É algo muito grandioso que ocorreu em apenas uma semana. Agradeço muito por ter participado disso, todas as pessoas que conheci, todo o conhecimento transmitido e recebido. Amo muito tudo isso. É bastante difícil descrever o que pude concluir com tudo, mas fiz uma pequena síntese. Espero que possa existir infinitas CNIJMA e que experiências do tipo se multipliquem e se espalhem pelo Brasil e nos outros países do mundo. Obrigado por ter te conhecido! (Peço desculpas caso não tenha te marcado, mas considere-se marcado nessa publicação.) "Crianças se juntam para mudar o mundo, em rede, para chacoalhar o mundo, para transmutar o mundo e você. Cada pessoa é uma história, cada pessoa é uma estrada, cada pessoa é uma escola em construção." (Depoimento de João Luís Lobo, Delegado de Juiz de Fora/MG, participante da IV CNIJMA).⁴⁶

Com este depoimento, transcrito na íntegra, de um delegado à época da IV CNIJMA, dou início a este capítulo sobre a IV CNIJMA, no intuito de demonstrar como é realizado este processo, desde a sua convocação, passando pela preparação, a metodologia, até a programação nos dias em que ocorrem a etapa nacional.

A IV CNIJMA foi convocada pela Portaria Interministerial nº 883, de 05 de julho de 2012 (Anexo 6). Com o tema “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”; esta edição trouxe para o contexto das conferências a questão da sustentabilidade, plural, democrática, local e global, coletiva e individual, conceitos presentes no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, propondo a mobilização, a reflexão, a discussão e a ação de alunos, professores e comunidade, voltada ao âmbito curricular, a qualidade do espaço físico da escola e a uma gestão cada vez mais democrática.

Neste entendimento, escola sustentável é aquela que assume, nas suas ações cotidianas, uma intencionalidade pedagógica para o desenvolvimento da cultura da sustentabilidade. Nela, os processos educativos são permanentes e continuados, capazes de sensibilizar o indivíduo e a coletividade para a construção de conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e competências voltadas para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável.

Além disso, a escola sustentável respeita os direitos humanos e a qualidade de vida e

⁴⁶ O delegado João Luís Lobo autorizou a publicação do seu depoimento na íntegra. O depoimento foi relatado em sua página pessoal do Facebook.

valoriza a diversidade; promove a saúde das pessoas e do ambiente; cultiva a diversidade biológica, social, cultural, etnoracial, de gênero; respeita os direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes; permite a acessibilidade e a mobilidade para todos; favorece o exercício de participação e o compartilhamento de responsabilidades e promove uma educação integral.

A sustentabilidade não está ligada unicamente à questão ambiental, mas também às dimensões social, econômica, cultural e espiritual e tem no cuidado uma premissa essencial. Conforme trecho das Diretrizes Curriculares Gerais Nacionais para a Educação Básica:

Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos – crianças, adolescentes, jovens e adultos – com respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade-escolaridade, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo. Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia das relações humanas, neste mundo complexo. Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena (BRASIL, 2013, p.17 e 18).

Assim sendo, uma escola sustentável vincula-se aos seguintes pressupostos pedagógicos, conforme mostra a figura 39 abaixo:

Figura 39: Pressupostos Pedagógicos da IV CNIJMA



Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA

O cuidado diz respeito a uma atitude cuidadosa, protetora e amorosa para com a realidade (Boff, 1999). O diálogo e respeito, pela diversidade de olhares e saberes em todas as suas formas. A integridade se refere à coerência entre o que se diz e o que se faz.

Neste sentido, a CNIJMA incentivava a gestão escolar a modificar práticas enraizadas não condizentes com uma educação para a sustentabilidade, revisitando o currículo, observando edificações e favorecendo o envolvimento da comunidade escolar no cotidiano da escola, conforme figura 40:

Figura 40: Temas da IV Conferência



Fonte: Elaborada pela Pesquisadora, com base nos Temas da IV CNIJMA.

A comunidade escolar deveria realizar um diagnóstico local de sua realidade, com base em conhecimentos científicos e seus saberes locais e tradicionais e um projeto de intervenção para adequar os espaços e preparar as edificações de forma que se tornassem mais seguras e sustentáveis. Além disso, era necessário a criação ou a reativação das COM-VIDAs e um redesenho curricular, a partir de pressupostos e princípios de sustentabilidade socioambiental, iniciando processos políticos pedagógicos favoráveis a transição para a sustentabilidade.

6.2 As Fases da IV CNIJMA

A realização da Conferência envolveu etapas distintas que culminaram no encontro nacional, segundo o quadro que segue:

Quadro 10: Calendário da IV CNIJMA

PROGRAMAÇÃO	PERÍODO
Encontro das COE	28 a 31 de agosto
Encontro de Planejamento Metodológico	16 a 18 de abril
Oficinas de Conferência	Fevereiro-Julho
Conferências na Escola	Março-Setembro
Conferências Municipais/Regionais	Agosto-Outubro
Conferências Estaduais	Outubro-Novembro
Formação de Facilitadores (as)	Novembro
Conferência Nacional	23 a 28 de Novembro

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora, com base no Relatório Final da IV CNIJMA.

O Encontro das COE foi realizado em Brasília-DF e teve a participação de 104 pessoas. Dentre os participantes, membros da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC), CJs e membros da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), possibilitou amplas trocas de experiências e resoluções acerca do envio das publicações e a definição das datas de realização das etapas da Conferência.

No Encontro de Planejamento Metodológico, também realizado em Brasília-DF, participaram 65 especialistas nas temáticas da IV CNIJMA. Os participantes também esclareceram dúvidas e elaboraram propostas de oficinas a serem executadas durante a etapa nacional, permitindo um maior entendimento sobre o pretexto pedagógico da edição.

As Oficinas de Conferência buscaram mobilizar os professores, formar instrutores e facilitadores, além de aprofundar os conteúdos temáticos (Terra, Água, Ar e Fogo) e definir outros detalhes da etapa escolar. As COEs ficaram responsáveis pela realização das oficinas, sendo cada uma de no mínimo 16h, para que a temática e a metodologia do processo pudessem ser bem apropriadas pelos participantes.

Os materiais pedagógicos e orientadores foram disponibilizados em formato digital e posteriormente distribuído pelo MEC para 72.498 escolas públicas⁴⁷ em formato impresso.

Nas escolas, estudantes, professores e demais integrantes da comunidade se reuniram para dialogar sobre o tema da Conferência, aprofundando a reflexão em nível local. Também

⁴⁷ Número de escolas públicas de anos finais do ensino fundamental mapeadas pelo censo do INEP em 2012.

foi nesta etapa que a COM-VIDA fortaleceu os diálogos temáticos, apoiando e promovendo atividades, estimulando mais pessoas a participarem do trabalho.

Além disso, os participantes escolheram e apresentaram um projeto de ação que foi traduzido em peças de educomunicação, dentre elas, jornal, *fanzine*, vídeo, apresentação no computador, programas de rádio e fotografias, meios que pudessem divulgar a ação de sustentabilidade. O registro da Conferência na Escola foi feito no formulário eletrônico disponibilizado no site da Conferência, mantido pelo MEC. A seguir, o quadro demonstra o número de projetos cadastrados por tema e por região do país:

Quadro 11: Número de Projetos Cadastrados por Tema e por Região

REGIÃO	TEMAS			
	AR	ÁGUA	TERRA	FOGO
SUL	916	127	130	1.866
SUDESTE	924	145	123	2.186
CENTRO-OESTE	205	36	26	494
NORTE	554	118	107	834
NORDESTE	3.311	533	463	3.440
TOTAL	16.538			

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora, com base nos dados apresentados no Relatório Final.

Também nesta etapa, os participantes elegeram um delegado, segundo o princípio *Jovem Escolhe Jovem*, para representar a escola nas etapas subsequentes e, caso eleito na etapa estadual, participou da etapa nacional. As eleições respeitaram os seguintes critérios: estar matriculado em uma turma de 6º a 9º ano (5ª a 8ª série) do Ensino Fundamental na escola que iria representar; ter entre 11 e 14 anos na data da etapa nacional e ter participado ativamente na elaboração do projeto de ação e no fortalecimento ou na construção da COM-VIDA.

As escolas localizadas em comunidades indígenas, quilombolas e em assentamentos rurais puderam eleger delegados e suplentes que tivessem entre 11 e 14 anos, sem restrição do ano escolar/série em que estivesse matriculado, ou que tivessem participado da Conferência em escolas de suas comunidades de origem, mesmo que matriculados em escolas de outra localidade.

Após a realização da Conferência na Escola, cada unidade de ensino preencheu um formulário eletrônico via Internet diretamente no endereço eletrônico da IV CNIJMA, <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/>, em que deveria constar o subtema trabalhado, o título do

projeto (o quê, para quê, onde, quem e com quem), o período de realização, além dos dados da escola, do delegado e do suplente.

Além disso, era necessário realizar uma pesquisa sobre a conferência na escola em relação ao número de participantes (alunos, gestores, coordenadores, pessoas da comunidade); avaliar a conferência perante os seguintes aspectos: ótima, regular ou ruim, no que se refere à democracia, à participação, à facilidade na compreensão do tema, à qualidade do material didático, à facilidade na realização da conferência e outras informações sobre a participação nas edições anteriores, em atividades de formação, COM-VIDA e formações à distância sobre as escolas sustentáveis.

As Conferências Regionais respeitaram as especificidades de cada região e foram incentivadas pelas COEs para consolidar e aprofundar os temas debatidos nas escolas, além de eleger uma delegação regional ou municipal. Neste momento, quatro projetos foram selecionados, um para cada subtema e socializados posteriormente na Conferência Estadual.

A Conferência Estadual foi uma oportunidade para adensar conteúdos e partilhar conhecimentos, com o objetivo de despertar o interesse dos jovens sobre as questões socioambientais, motivando para a ação e a criação de novas Com-VIDAs nas escolas. A programação dessas etapas contou com atividades formativas.

Os projetos selecionados obedeceram a alguns critérios sugeridos pela CGEA, tais como: coerência, recorrência no subtema, viabilidade, clareza e consistência. Outros critérios foram sugeridos pela delegação estadual e adotados pela maioria dos estados, como *Jovem Escolhe Jovem*; equilíbrio de gênero; redes de ensino que participaram de outras etapas; estudantes de diferentes regiões; representantes do Campo e da Cidade; diversidade Étnico-Racial e participação de Estudantes com Deficiência.

Após a etapa estadual, cada estado realizou um encontro preparatório com a delegação eleita, a fim de orientar o grupo para a participação na conferência nacional, bem como dialogar sobre sua apresentação cultural.

A Formação de Facilitadores, 54 jovens, com idade entre 18 e 29 anos, representantes de CJs de todos os estados brasileiros, ocorreu entre os dias 17 e 22 de novembro de 2013. Os facilitadores foram os responsáveis pela execução metodológica da Conferência, conduzindo as atividades e as oficinas previstas, junto aos delegados e às delegadas.

A formação, além de preparar para a metodologia e oficinas da Conferência, buscava promover o nivelamento contextual, com o histórico das Conferências anteriores até a atual; alinhar os conhecimentos e proporcionar vivências necessárias para domínio e condução das dinâmicas cooperativas; proporcionar conhecimento sobre os espaços da Conferência e a

logística; transmitir com a clareza os papéis e as responsabilidades individuais e coletivas, para facilitação cooperativa; dialogar e pactuar os valores necessários para condução e dialogar sobre a importância dos limites e da tomada de decisões e posturas coerentes, frente a possíveis desafios (comportamentos-problema).

Outras questões abordadas dizem respeito à postura, aos cuidados com a saúde e à comunicação, no intuito de contribuir para o fortalecimento, a autonomia e a consolidação dos CJs, enquanto grupos de articulação e ação de jovens na área socioambiental, com ênfase na ação política transformadora, que busca ampliar e aprofundar os talentos, as capacidades e as potencialidades dos sujeitos.

A figura 41 mostra um momento da formação dos facilitadores da edição:

Figura 41: Formação de Facilitadores



Fonte: Relatório da IV CNIJMA.

A realização da Conferência Nacional ocorreu no Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias CTE - CNTI, em Luziânia – GO, de 23 a 28 de novembro de 2013 e teve a participação de aproximadamente 1.210 pessoas. Neste encontro final, as equipes de trabalho foram agrupadas de acordo com as responsabilidades e os cuidados necessários:

- Coordenação-Geral;

- Infraestrutura; responsáveis pela alimentação, transporte, equipamentos, espaço físico e materiais, bem-estar e comunicação;
- Hospedagem; Formação de facilitadores e Encontro final;
- Atividades culturais;
- Metodologia da Formação de facilitadores;
- Metodologia do Encontro final para estudantes (Abertura, Oficinas, Dinâmicas e Encerramento) e educadores (Trilha da Vida e atividades formativas).

Dentre os participantes, compareceram 105 professores, 654 delegados, representantes das COE, 14 acompanhantes indígenas e 1 acompanhante para estudante deficiente, 54 CJs, 50 oficinairos, responsáveis pela orientação nas oficinas temáticas ou especialistas convidados para as palestras, 25 técnicos da equipe do MEC e MMA e outros 37 técnicos de serviço de apoio.

Desde 2003, a IV CNIJMA foi a primeira edição que contou com a participação de professores como convidados do MEC. Esses profissionais (3 ou 4 por estado), foram responsáveis por acompanhar a elaboração dos projetos de ação selecionados nas escolas e eleitos nas Conferências Estaduais.

Delegadas e delegados participaram de oficinas temáticas e de educomunicação, rodas de conversa, atividades culturais e artísticas, com foco na sustentabilidade da escola, da cidade e do Planeta.

6.3 A Metodologia da Etapa Nacional

O caminho para a realização desta Conferência foi traçado com o objetivo de que as atividades oferecidas propiciassem a inclusão de todos, dentro de um processo cooperativo, prazeroso, efetivo e transformador.

Esta edição foi orientada pela Pedagogia da Cooperação e os seguintes princípios: a coexistência; a com-vivência, a cooperação e a comunidade, conforme consta no Guia do Participante (2013, p. 28). A *coexistência* diz respeito à interdependência, uma vez que tudo que fazemos, pensamos, sentimos, afeta a todos os outros; a *com-vivência* se refere ao reconhecimento da sua importância e valor, assim como são igualmente todas as outras pessoas; a *cooperação*, no sentido de nutrir e sustentar permanentemente para a cooperação, tanto no

cotidiano pessoal, como no comunitário e no planetário, e a *comunidade*, referindo-se a processos que nos permitem exercitar o “*ser-estar*” cooperativo como uma prática diária.

A adoção desta base metodológica, não só procurou tornar as atividades programadas mais criativas, alegres, colaborativas e integradoras, como valorizou o diálogo, a participação e a inclusão de todos, estimulando a construção coletiva e promovendo a união entre Sustentabilidade e Cooperação.

Neste sentido, foram vivenciados os seguintes processos: Jogos Cooperativos, Danças Circulares, Diálogo e Facilitação Gráfica.

- a) Os Jogos Cooperativos: Esta experiência ajuda a reconhecer a importância de aprender a fazer com o outro, bem como a valorizar os processos de construção coletiva, presentes nos diferentes contextos das relações cotidianas (saber fazer coletivo), que inclua o exercício de convivência e o aprimoramento das relações grupais como condições fundamentais para a vida coletiva. A figura abaixo (Figura 42) demonstra os Jogos Cooperativos realizados:

Figura 42: Jogos Cooperativos



Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA.

- b) As Danças Circulares: São movimentos que ressaltam a importância da diversidade entre os povos, despertando o sentido de Unidade Planetária, como mostra figura 43 que segue:

Figura 43: Danças Circulares



Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA.

- c) O Diálogo: É um jogo em que não há tentativas de ganhar pontos ou de fazer prevalecer um lado, e sim todos jogam com todos, tornando possível uma infinidade de significados para todo o grupo, surgindo uma compreensão nova.

A figura 43 abaixo mostra a rede de diálogos:

Figura 44: Rede de Diálogos



Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA.

- d) A Facilitação Gráfica: É a criação de grandes painéis coloridos, repletos de anotações e desenhos, que sintetizam conteúdos e dinâmicas de um encontro, contribuindo para a visualização e registro de suas etapas, do processo cooperativo e das vitórias coletivas.

A figura 45 demonstra a facilitação gráfica na IV edição:

Figura 45: COM-TRATOS



Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA.

6.4 A Programação do Encontro Nacional

Para atender aos distintos públicos, duas propostas de programação foram criadas, uma destinada aos estudantes e outra aos educadores, embora tivessem alguns momentos coletivos, como a presença de todos os participantes no auditório para iniciar as atividades do dia, fornecer as orientações gerais, bem como para o fechamento do dia, adensando os conteúdos aprendidos, visualizando as conquistas e os avanços coletivos.

As figuras 46 e 47 que seguem demonstram a programação dos estudantes e dos educadores, respectivamente:

Figura 46: Programação dos Estudantes

	23/11/13	24/11/13	25/11/13	26/11/13	27/11/13	28/11/13
7h00-8h00 8h00-8h30	Café da Manhã Chegada	Café da Manhã União	Café da Manhã União	Café da Manhã União	Café da Manhã União	Café da Manhã União
8h30-10h30	Credenciamento 8h00-18h00	Grupos de Atividades	Escolas Sustentáveis Edgard Gouveia	Oficinas Temáticas	Momento COM- VIDA e Rejuma	Retorno das Delegações 8h00-17h00
10h30-11h00	Lanche	Lanche	Preparação Cerimônia em Brasília	Lanche	Lanche	
11h00-12h00	Almoço	Grupos de Atividades	Almoço	Oficinas Temáticas	Momento COM- VIDA e Rejuma	
12h30-14h30		Almoço		Almoço	Almoço	Almoço
14h30-16h30	Lanche	Oficinas Temáticas	Cerimônia em Brasília	Oficinas Temáticas	Socialização das Oficinas	
16h30-17h00		Lanche		Lanche	Lanche	Lanche
17h00-18h00	Descanso	Oficinas Temáticas		Oficinas Temáticas	Re-União	
18h00-20h00	Jantar	Re-União e Jantar		Retorno CNTI e Jantar	Re-União e Jantar	Jantar
20h00-22h00	Abertura Oficial	Noite Cultural		Noite Cultural	Celebração Final	

Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA.

Figura 47: Programação dos Educadores

	23/11/13	24/11/13	25/11/13	26/11/13	27/11/13	28/11/13
7h00-8h00 8h00-8h30	Café da Manhã Chegada	Café da Manhã União	Café da Manhã União	Café da Manhã União	Café da Manhã União	Café da Manhã União
8h30-10h30	Credenciamento 8h00-18h00	Atividades Tv Escola, ANA e Akatu	Escolas Sustentáveis Edgard Gouveia	Pedagogia da Cooperação Fábio Brotto	Momento COM- VIDA e Rejuma	Retorno das Delegações 8h00-17h00
10h30-11h00	Lanche	Lanche	Preparação Cerimônia em Brasília	Lanche	Lanche	
11h00-12h00	Almoço	Atividades Órgão Gestor MMA e MEC	Almoço	Programa Nacional Escolas Sustentáveis	Momento COM- VIDA e Rejuma	
12h30-14h30		Almoço		Almoço	Almoço	Almoço
14h30-16h30	Lanche	Atividades Mapa dos Brasis	Cerimônia em Brasília	Programa Nacional Escolas Sustentáveis	Socialização das Oficinas	
16h30-17h00		Lanche		Lanche	Lanche	Lanche
17h00-18h00	Descanso	Socialização da Atividade Mapa dos Brasis		Programa Nacional Escolas Sustentáveis	Re-União	
18h00-20h00	Jantar	Re-União e Jantar		Retorno CNTI e Jantar	Re-União e Jantar	Jantar

Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA.

Os estudantes também participaram de atividades culturais, como a apresentação “Noite dos Brasis” (Figura 48) para divulgar a cultura dos estados e “Momento COM-VIDA”, destinado à formação e fortalecimento da Comissão nas escolas.

Figura 48: Noite dos Brasis

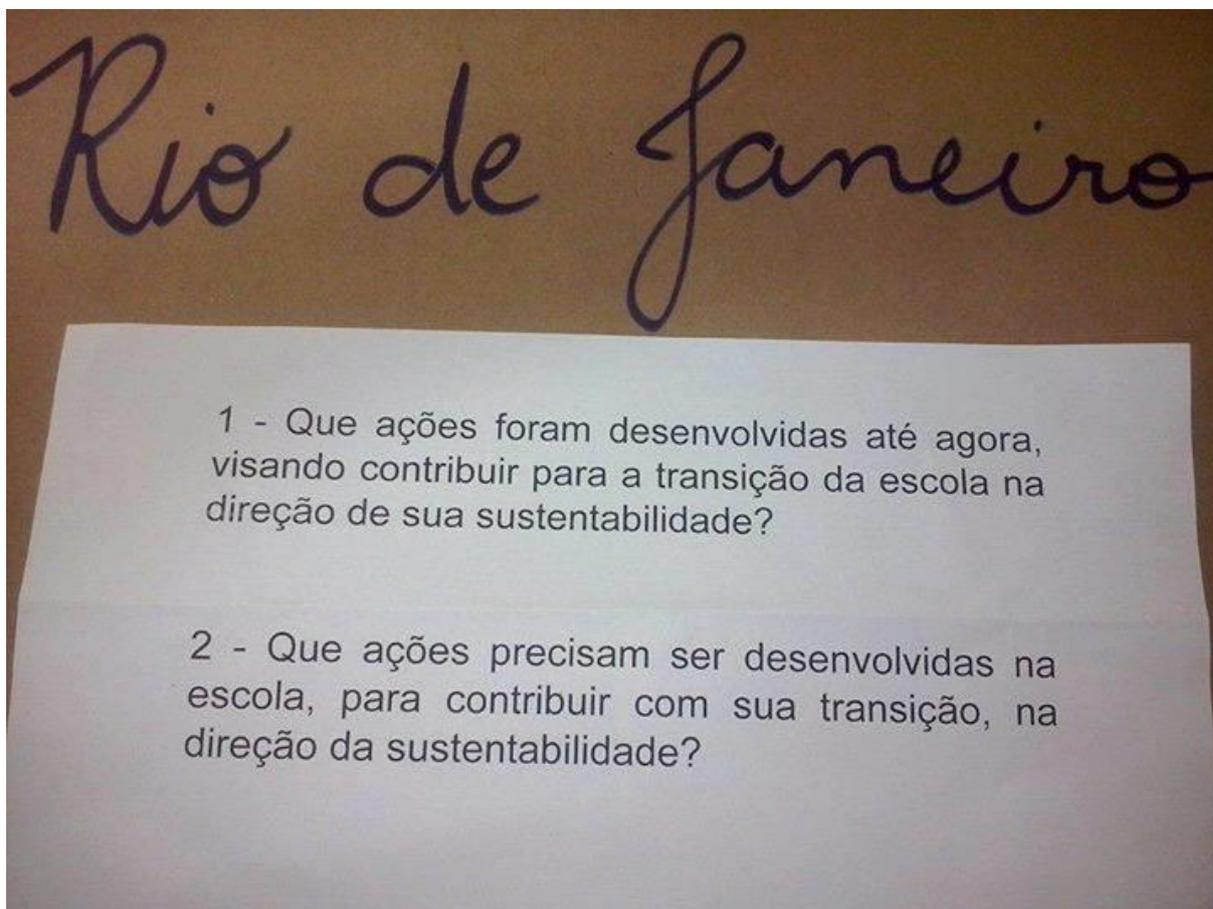


Fonte: Relatório da IV CNIJMA.

6.5 Os Resultados

A atividade denominada “Mapa dos Brasis”, dividindo os grupos por região do país, tinha o intuito de conhecer as ações de EA desenvolvidas pelos estados e as que estavam em andamento, relacionadas à transição da escola na direção da sustentabilidade, a partir de duas perguntas norteadoras, como demonstra a figura 49 a seguir:

Figura 49: Perguntas Norteadoras



Fonte: Acervo da Página da Conferência no Facebook.

Sobre as ações já desenvolvidas, a Região Norte destacou a criação da COM-VIDA e da Agenda 21; as articulações entre organizações governamentais e não governamentais; a mobilização nas escolas com o apoio das coordenações pedagógicas envolvendo comunidade escolar; a elaboração e implantação de projetos na escola; as articulações entre projetos de sustentabilidade e culturais com certo grau de vinculação aos PPP; a elaboração e execução de Plano de Ação para participação no PDDE Escolas Sustentáveis; a criação e o fortalecimento do CJ; a formação continuada de professores e o processo de conferência na escola.

Na Região Sul, a construção e aprovação da Política Estadual de Educação Ambiental e a formação continuada em práticas sustentáveis.

Na Região Centro-Oeste, o estabelecimento de parcerias para realização de ações sustentáveis na escola e a mobilização da comunidade escolar para diagnosticar os problemas socioambientais.

Na Região Sudeste, o fortalecimento do conceito e da prática de uma cultura de sustentabilidade, considerando parcerias disponíveis; o desenvolvimento de ações, nos espaços escolares, que respeitem as particularidades locais com foco no fazer pedagógico e nas DCNs nos sistemas públicos de educação.

Na Região Nordeste, a COM-VIDA, a formação e a estruturação da rede de ensino; o resgate do processo de mobilização e fortalecimento de jovens parceiros à causa socioambiental nos estados e a sensibilização da comunidade estudantil e não estudantil.

Os participantes destacaram também as ações que ainda precisam ser desenvolvidas nas escolas e que contribuam para sua transição na direção da sustentabilidade. Na Região Norte, garantir a efetivação das ações no PPP; implantar a COM-VIDA em escolas que ainda não possuem; continuar as formações dos diversos atores envolvidos, contando com recursos financeiros para isso; implantar e divulgar os projetos de EA, em uma parceria de escolas, famílias, comunidades e universidades e garantir a continuidade dos recursos às escolas e parcerias.

Na Região Sul, implementar a Política Estadual de educação ambiental e orientações curriculares estaduais; mapear parceiros e redes e elaborar Programa de educação ambiental, articulado com o PPP, que forneça formação continuada à comunidade escolar, dando sustentabilidade à escola e ao entorno.

No Centro-Oeste ainda resta definir previsão orçamentária para o desenvolvimento do Programa Escolas Sustentáveis e consolidar o Programa Escolas Sustentáveis em todos os níveis e modalidades de ensino, definindo as responsabilidades de todas as esferas administrativas.

Na Região Sudeste, garantir o direito e o apoio à participação que promova o protagonismo juvenil na escola; inserir a EA e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) no PPP e nas interfaces e atividades de sala de aula, na organização global de trabalho e na relação com a comunidade e potencializar as políticas públicas para as pautas da educação ambiental: COM-VIDA, Educação Integral, Conselho Escolar.

Na Região Nordeste, garantir investimento em escolas sustentáveis (desburocratização e descentralização para estrutura física, recursos didáticos e recursos humanos); oferecer formação continuada de professores e gestores em educação ambiental e pedagogias de projetos; criar e fortalecer as COM-VIDAS nas escolas públicas e privadas; e modificar o currículo, de forma que seja mais aberto, inovador, interdisciplinar e contextualizado.

Quanto à programação dos educadores, ela também foi constituída de momentos de

adensamento conceitual no campo da educação ambiental, como a Roda de Conversa com a Sílvia Frei de Sá, do Instituto Akatu⁴⁸; Edgard Rebouças, da TV Escola e a Taciana Leme, da Agência Nacional de Águas, além de um diálogo com o OG/PNEA, representado pelo Diretor do Departamento de Educação Ambiental (DEA/SAIC/MMA) e pelo Coordenador-Geral de EA (CGEA/DPEDHUC/SECADI/MEC), tendo como convidado o Assessor Especial do Ministro da Educação.

Um momento que causou bastante expectativa durante a etapa nacional foi a visita ao Palácio do Planalto em Brasília - DF, para encontrar a presidenta Dilma Rousseff. Após a leitura da Carta dos Estudantes (Anexo 7), feita por um delegado e uma delegada, foi entregue à presidente uma caixa contendo os projetos selecionados nas 27 unidades federativas, representando as escolas de todo o país que participaram do processo da IV CNIJMA.

Juntamente com estes projetos, foi entregue a Carta do OG/PNEA (Anexo 8), com a intenção de reafirmar compromissos com a continuidade e o fortalecimento das políticas de EA, juventude e meio ambiente.

As figuras 50 e 51 que seguem demonstram a leitura da Carta de Responsabilidades e o momento da sua entrega à Presidenta Dilma Rousseff, respectivamente:

⁴⁸ Criado em 15 de março de 2001 (Dia Mundial do Consumidor), o Instituto Akatu é uma organização não governamental sem fins lucrativos que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o consumo consciente. As atividades estão focadas na mudança de comportamento do consumidor e são realizadas a partir de duas frentes de atuação: Educação e Comunicação, com o desenvolvimento de campanhas, conteúdos e metodologias, pesquisas e eventos. O instituto também atua junto a empresas que buscam caminhos para a nova economia, ajudando a identificar oportunidades que levem a novos modelos de produção e consumo, que respeitem o ambiente e o bem-estar, sem deixar de lado a prosperidade.

Figura 50: Leitura da Carta de Responsabilidades



Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA

Figura 51: Entrega da Carta de Responsabilidades para a Presidenta Dilma Rousseff



Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA

6.6 A Avaliação dos Participantes

Ao final da etapa nacional da IV edição, os participantes foram convidados ao preenchimento facultativo de avaliação do evento, estudantes (delegados), educadores e equipe técnica, no intuito de avaliar as oficinas, as atividades que mais gostaram e as que menos gostaram e apontar sugestões para as próximas edições.

Os estudantes, em sua maioria, foram mais receptivos em relação às oficinas oferecidas. Entretanto, ponderaram sobre a sobrecarga de atividades programadas. Contudo, avaliaram que os aprendizados adquiridos e o compartilhamento dos conhecimentos poderão ser utilizados em suas escolas.

Além disso, sugeriram mais tempo para as oficinas e a interação entre as delegações. Sugeriram ainda que nas próximas edições, fossem convidados outros delegados que já vivenciaram o processo, para que pudessem relatar suas experiências. E, a realização de encontros pós-conferência, a diminuição do intervalo entre as edições, oficinas mais práticas e comidas típicas.

Na visão dos educadores, o destaque foi a Noite dos Brasis, em que cada Estado divulgou sua cultura por meio de músicas, danças e poemas. Destacaram também a falta de momentos para a troca de experiências e a impontualidade das atividades como o que menos agradou.

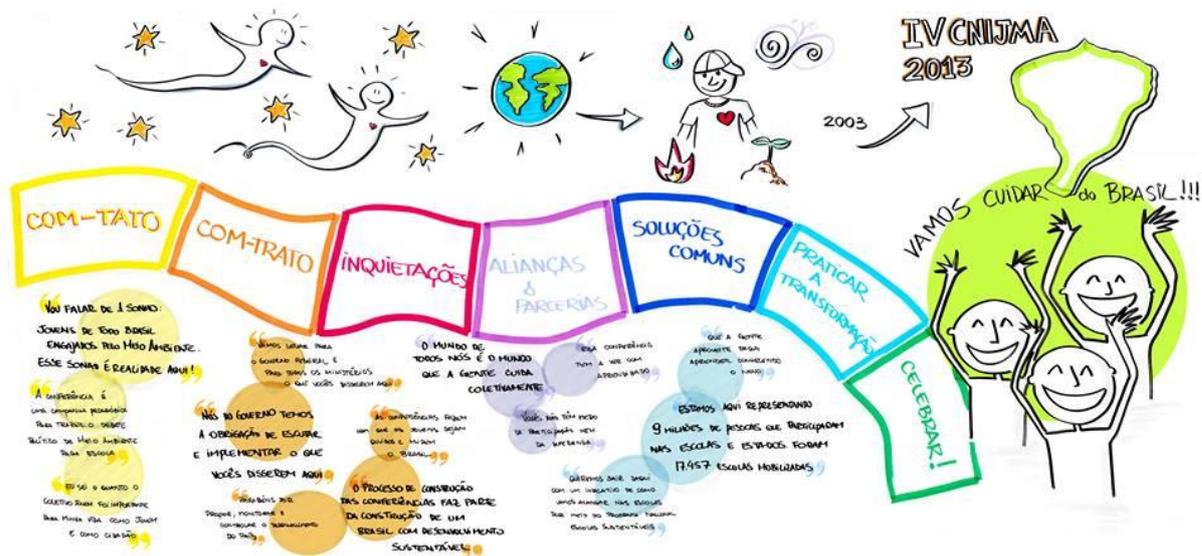
Como sugestão, a socialização dos projetos das escolas por uma rede virtual, a inclusão dos alunos com deficiência e a ampliação na divulgação do evento.

A equipe técnica destacou como momento mais apreciado também a Noite dos Brasis, um momento coletivo de muita alegria, união e brincadeiras entre os participantes, mas que geraram também expectativas, nervosismo e, algumas vezes, competição entre os estados.

A adequação e pertinência dos temas e atividades desenvolvidos na Conferência foram avaliadas por 51% deste grupo técnico como ótimas e por 30% como boas (BRASIL, 2013, p. 59).

A CNIJMA gerou uma rede de informações e contatos entre os participantes, em que eles compartilham fotos, momentos e mensagens sobre a edição, por meio de páginas e grupos no Facebook e canais no Youtube, recordando o que foi vivenciado durante o processo. Assim, para encerrar, optamos por compartilhar alguns destes momentos e imagens da IV edição, nas figuras 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58 e 59:

Figura 52: Tabuleiro do Jogo “Nosso percurso para VenSER juntos”



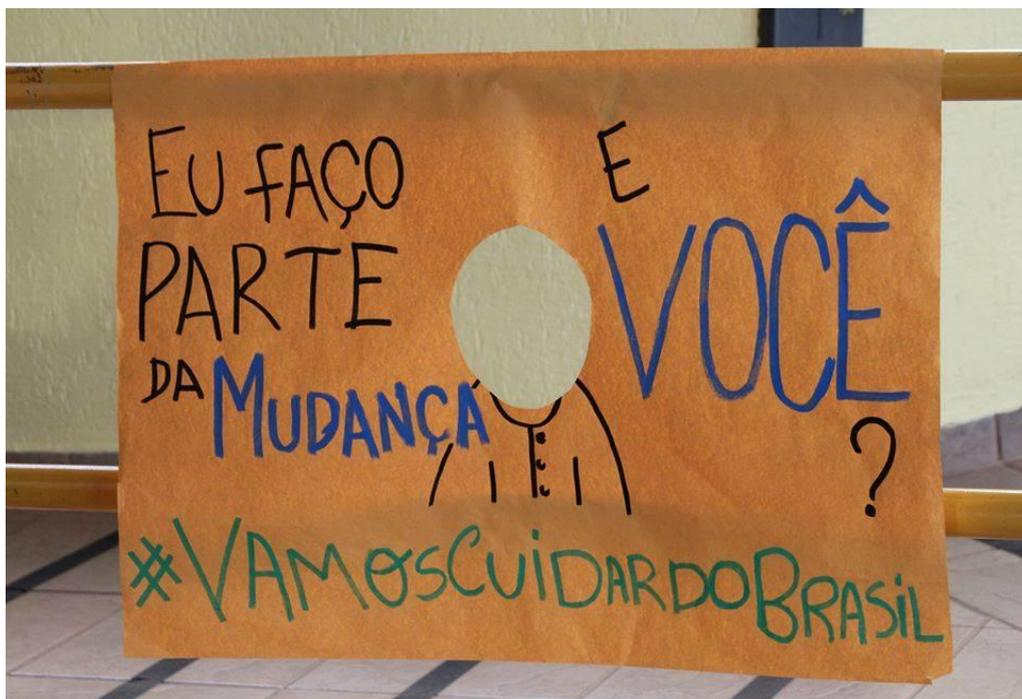
Fonte: Acervo da entrevistada Naiara Campos no seu perfil do Facebook.

Figura 53: Aprendizados e Descobertas sobre os Projetos de Ação nas Escolas



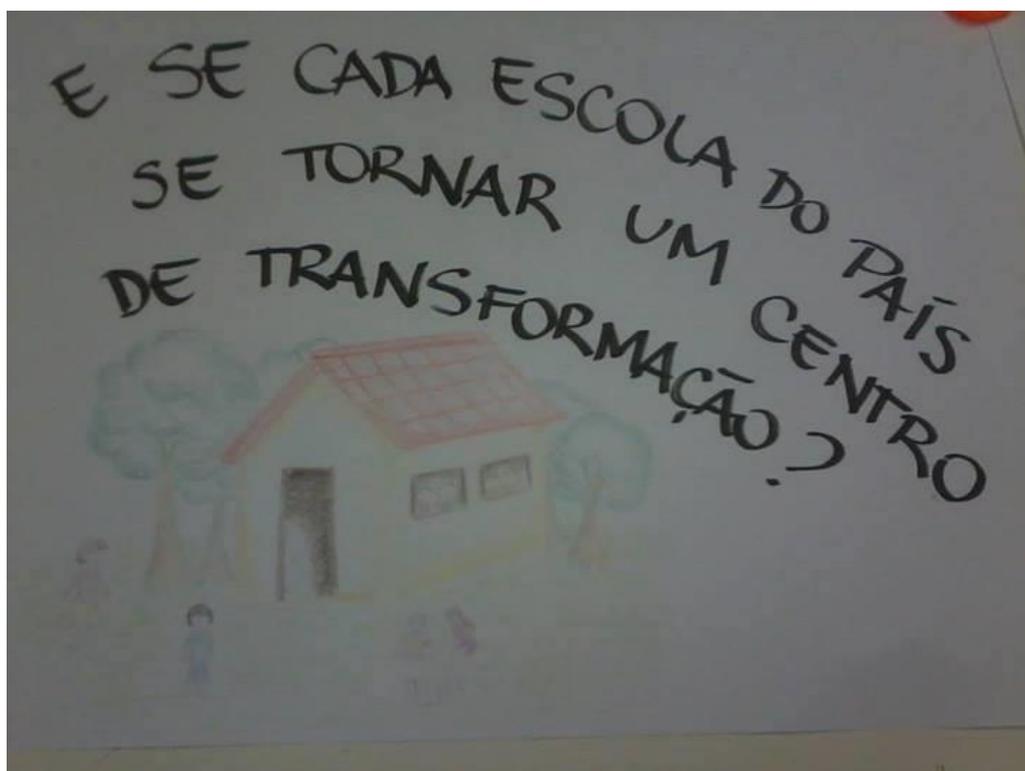
Fonte: Acervo da entrevistada Naiara Campos no seu perfil do Facebook.

Figura 54: Painel Interativo – “Eu faço parte da Mudança e Você?”



Fonte: Página do Facebook sobre a IV CNIJMA.

Figura 55: Facilitação Gráfica



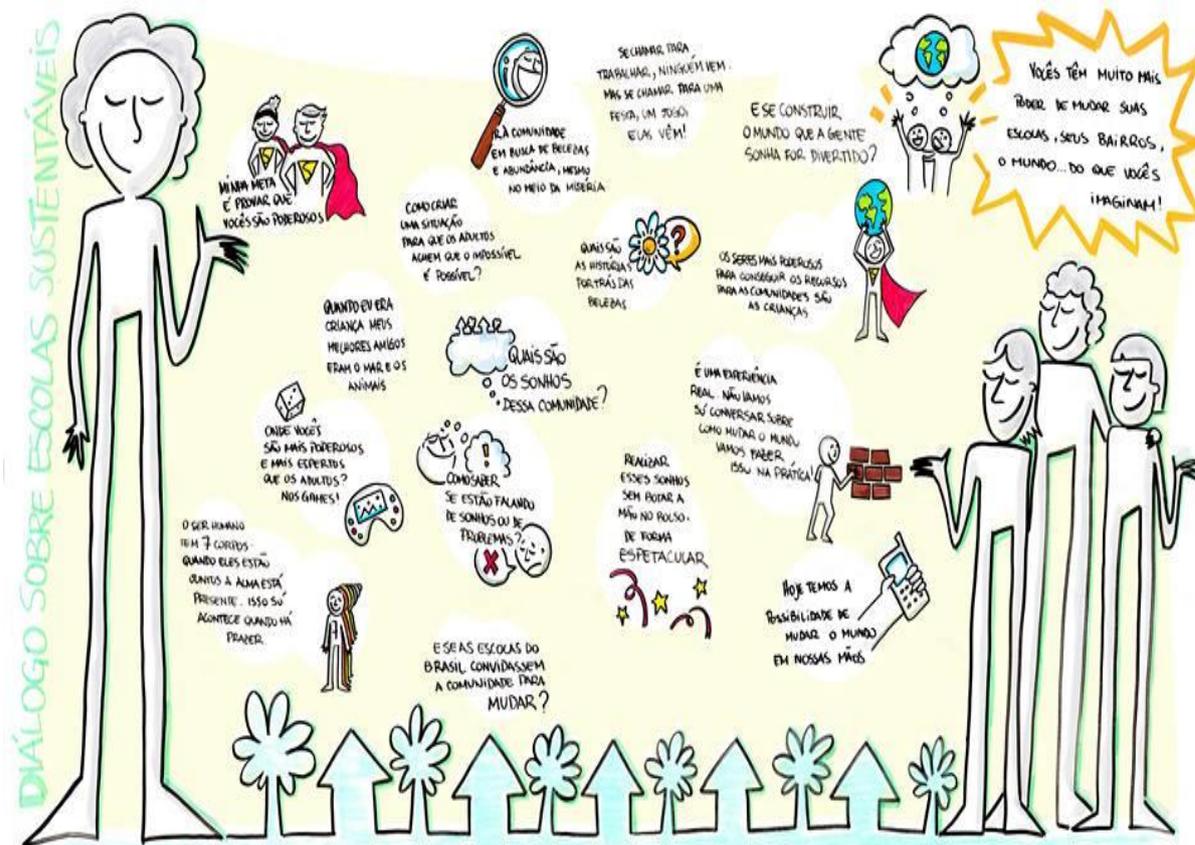
Fonte: Página do Facebook sobre a IV CNIJMA

Figura 58: Paine Interativo – “Qual o meu COM-PASSO?”



Fonte: Acervo da entrevistada Naiara Campos no seu perfil do Facebook.

Figura 59: Diálogo sobre Escolas Sustentáveis



Fonte: Acervo da entrevistada Naiara Campos no seu perfil do Facebook.

7 OS RESULTADOS DA PESQUISA

*“Los científicos dicen que estamos hechos de átomos
pero a mí un pajarito me contó que estamos hechos de historias.”
(Eduardo Galeano)*

7.1 Os Olhares dos Participantes sobre a CNIJMA

Desde o início, essa investigação se propôs a compreender se a CNIJMA conseguiu viabilizar e materializar a participação social. Neste sentido, para entender essa premissa foi necessária uma imersão, não somente nos referenciais teóricos e históricos, como já apresentamos inicialmente, como também em toda a política, desde sua origem e criação, transpassando por sua metodologia, suas etapas e edições e os princípios conceituais da proposta, como também a descrição de um processo de Conferência (IV edição), que contribuiu para um maior entendimento do processo.

Ainda assim, entendemos que é importante trazer à investigação o olhar de quem vivenciou a CNIJMA sobre o próprio processo, desde a sua criação, olhares estes que encontramos nos resultados coletados, tanto nas entrevistas, quanto nos questionários, e que nos auxiliam a contar e ressignificar um pouco mais essa história e seus primeiros dez anos de execução.

Como os resultados tratam de material extenso, compilamos partes deles nas categorias que seguem. Em cada categoria, demonstramos aquilo que os resultados se complementam e no que se diferem, por reconhecer que por meio deles, é possível reviver as emoções compartilhadas e expandir os sentidos, ressignificando o tempo vivido e as coisas da vida e construindo gradativamente uma história que marcou muitas gerações.

a) O Surgimento da Conferência:

Para além das referências já explicitadas sobre os processos de Conferência, a concepção, a criação e as condições criadas para a sua realização; o contexto político e social do país na época de seu surgimento; a metodologia inicial do processo e as primeiras edições, foram lembradas pelo relato dos participantes, memórias que nos permitem recontar estes pontos de forma mais detalhada e comovente.

A Conferência surgiu em 2003, em um contexto político de abertura social, pela motivação da então Ministra Marina Silva. Isso já sabemos. Todavia, a participante Naiara Campos nos conta um pouco mais:

Em 2003, o Brasil viveu o movimento de abertura para a participação, tanto é que tiveram várias Conferências. A CNIJMA começou a partir de 2003 e eu vejo muita sensibilidade da gestora na época, que era Marina Silva, e a partir da Conferência de Meio Ambiente, pela provocação da filha adolescente, a Moara Silva, que falou: “Eu também gostaria de ter voz e participar de uma Conferência”, começou a ser trabalhado esse segmento infantojuvenil com as escolas, primeiro no MMA depois no MEC, que abraçou a educação formal. Essa concepção foi mudando ao longo dos anos. Eu acho que ela foi sendo construída coletivamente e culminou com a ideia de escola sustentável, a escola como um polo de sustentabilidade, contribuindo com a sociedade em uma transição de modelo. Então, eu vejo um caminho. Essa concepção foi sendo construída. Como assim? Foi jogada uma pedra na água e aqueles círculos foram crescendo. É uma coisa que foi crescendo e foi ganhando novas esferas, mesmo. (CAMPOS, 2017, p. 1 e 2).

Neusa Barbosa, outra participante do processo, acrescenta:

Eu atribuo a isso, o próprio momento político que a gente estava vivendo. Era 2003, Lula vencia a presidência da república. Se via animação e principalmente foi feita essa organização, as pessoas estavam muito empolgadas em poder participar e colaborar com um projeto político da nação e viram na conferência esse espaço de fazer propostas, de enfim participar dessas políticas públicas, interferindo na política de modo geral. Então, assim ela nasce, desse contexto. E na época, a conferência infanto foi um processo bem animado, mas muito complexo, porque tinha aproximadamente 2000, 3000, não sei exatamente o número de adultos, e você tinha quase 700 crianças, então você tinha um grupo, um grupo que trabalhava com adultos e um grupo que trabalhava com as crianças, uma metodologia para adultos, uma metodologia para crianças. E o cuidado com essa faixa etária exige muito esforço, pensar em todos os cuidados possíveis, em todos os seus conceitos, mas foi um sucesso nacional de público e bilheteria (BARBOSA, 2017, p. 3).

Como já mencionamos anteriormente, a I edição ocorreu paralelamente a CNMA, por isso a complexidade do processo relatada pela participante em lidar com públicos de faixa etária e interesses diferentes.

Para a entrevistada Rita dos Santos:

A CNIJMA surge dessa inquietação, da necessidade de envolver jovens na discussão de processos decisórios de proposições de políticas públicas. Então, trazendo o que tinha de especificidades de visões e perspectivas diferentes desses jovens, e que seria importante trabalhar com esse público. Surge dessa percepção dos jovens que se tornam autores de suas propostas, de sujeitos que falam e que não esperam outras pessoas falar, do tripé, da perspectiva que jovem escolhe jovem, jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra, numa relação intergeracional no processo de construção da sustentabilidade (SANTOS, 2017, p. 1).

Tiago Lincka corrobora que o pontapé inicial da conferência é a “*Preocupação de ouvir o que as crianças tinham e têm a dizer sobre o meio ambiente, as suas responsabilidades, como elas entendem esse meio, para que elas preservem, porque a gente sempre fala nas gerações futuras, na preservação e tal, tendo em vista as gerações futuras, então por que não começar a ouvi-las?*” (LINCKA, 2017, p. 1).

Rachel Trajber que atuou como Coordenadora Nacional das Conferências nas três primeiras edições, nos conta que a metodologia dos processos foi sendo criada e modificada conforme o andamento do próprio processo, em virtude do próprio tempo que se teve para a realização da I edição e da aprendizagem do processo como um todo.

Olha, é interessante, veio um monte de coisas na minha cabeça, porque eu tive muita sorte de trabalhar com pessoas maravilhosas, gente jovem que trabalhava com metodologias participativas e foram me apresentando outras pessoas. A gente navegou em mar aberto, assim sabe, e com o tempo excelente e vento em proa. Enfim, uma experiência que foi maravilhosa por isso. E a metodologia foi sendo construída à medida que as coisas foram acontecendo. Especialmente na primeira conferência, porque era a primeira. A gente teve que inventar tudo e teve que fazer isso em seis meses, de abril a outubro e envolver todos os Estados. A gente inventava coisas, assim nem sei como que a gente inventava. Por exemplo, os CJs, no começo eles eram conselhos jovens que não me deixaram chamar de conferência juvenil, tinha que ser infantojuvenil, porque era de adolescentes, a idade. Aí a gente delimitou a faixa etária, aí nós criamos aqueles Conselhos Jovens do Meio Ambiente em todos os estados da união, com jovens que vinham de qualquer movimento social. Aí, a gente começou a inventar as metodologias. Como é que nós vamos trabalhar com essas pessoas? Então, nós tínhamos os CJs. E a ideia, com esses Conselhos Jovens, era que nos ajudassem a regimentar a Conferência, os jovens naqueles primeiros princípios que aparecem, que era: “Jovem educa jovem e jovem escolhe jovem” e eram os dois princípios mais importantes, que a gente tinha e tinha que honrar. A gente estava formando-os para entrarem nas Políticas Públicas, enfim, entrarem na questão ambiental. Até a forma de escolher a gente não sabia, então como fazer, tinha conferência nas escolas que é, de fato, um momento mais rico da Conferência e tinha conferência regional e não dava para fazer mais nada, a gente não tinha recurso, a gente não tinha tempo. Aí, nós conseguimos, a gente inventou uns oficinas de conferência, os Estados chamavam todo mundo; os jovens, os professores, aí a gente fazia uma oficina como deveria acontecer na escola e as pessoas daí replicavam, reproduziram nas escolas. Como a gente não tinha tempo de ler todos os projetos, de ler nada que tivesse mais do que, eu acho, que cinco palavras, a gente pediu uns cartazes e uma frase. Agora eu já nem me lembro mais o tamanho dessa frase que ele tinha que escrever junto com o cartaz, e as escolas faziam isso. E aí, a gente escolhia as escolas no visual, pelo cartaz e tem umas contradições nisso, mas eu acho que por mais frágeis que eles fossem, foi indo numa crescente essa questão das formas de seleção. E a mesma coisa foi com o documento final da Conferência, da primeira Conferência, o documento final apontou para essa coisa que eles queriam um espelho de jovens das escolas e aí, apareceu a Com-Vida e aí, as coisas foram acontecendo. Assim, meio que na intuição e de acordo com a disponibilidade de tempo que a gente tinha na época, das pessoas que a gente estava trabalhando, enfim, não teve um planejamento estratégico, nada. Era impossível diante daquilo tudo. Foi muito bom. Agora, conversando com você dá vontade de rir de tão enlouquecido que foi o processo (TRAJBER, 2017, p. 3 e 4).

Luís Fernando Abrão, do COE do Estado da Paraíba, ainda complementa:

Pela vivência durante todos os processos de conferência infanto já realizados, entendo que a cada ano o processo evoluiu e buscou fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino, com base no que propõe a Política Nacional de Educação Ambiental, para que desta forma proporcionasse uma postura/atitude responsável e de forte compromisso de toda a comunidade escolar (gestores, professores, pais, alunos, funcionários, etc.), secretários e prefeitos, em relação as questões socioambientais, sejam elas locais, regionais, estaduais, nacionais e globais (a cada processo já realizado, abordou-se temas diferentes), buscando ter a melhoria das compreensões do processo de ensino-aprendizagem e levando a se ter uma visão de educação integral para fortalecer ainda mais o ensino (ABRÃO, 2018, p. 1).

Sobre as condições que foram criadas para a realização da CNIJMA, Daisy Cordeiro, que atuou na equipe de Coordenação Nacional, nos conta que:

A primeira conferência aconteceu assim, como te disse, foi feito um convite e ainda é um convite, adesão voluntária das escolas. Foi criado todo material de apoio, dentro das temáticas da conferência. Esse material foi enviado às escolas. Foi criado um passo a passo para realizar a conferência. Se estimulou também a criação de uma comissão dentro da escola, as COM-VIDAS, Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida e se estabeleceu que essas COM-VIDAS teriam um papel fundamental nessas conferências, de trazer a temática, de ajudar na organização da conferência na Escola. E, além disso, entre a segunda e terceira conferência, foi bastante forte, na parte da política, foi bastante interessante. Só, que depois disso, não se trabalhou mais com essas questões, a gente precisa retomar isso. Porque só material didático, só passo a passo, como tem que fazer a conferência na escola, sinto que hoje, precisamos retomar todo o projeto político pedagógico da escola. Também fizemos várias oficinas com as COM-VIDAS. No começo era a intenção simular uma conferência, como ela aconteceria, porque era algo assim que os professores não entendiam muito bem do que se tratava. Então, nós montávamos na escola, tipo uma peça teatral, montávamos uma conferência, mostrávamos quais os primeiros passos e tudo. E depois passamos mais para questões mais pontuais de legislação, de como captar o recurso, de que forma que esses recursos seriam cotados no estado e de toda questão de mobilização também, a de formação de uma comissão para administrar, para organizar. Então, assim, nós tivemos muitas etapas. Do que mais eu levo o entendimento desse processo, são os encontros de planejamento dessas conferências, nos Estados, vamos fazendo planejamentos aqui em Brasília, com os representantes da Comissão Organizadora Estadual, das secretarias municipais e estaduais de educação, levando a eles, mostrando a eles como se realiza essa Conferência. E todo apoio que é possível: mídia, telefone, web-conferência, videoconferência, conferência pelo Skype. Então, nós usamos todas as ferramentas possíveis para isso, e tem uma equipe de mobilizadores que vão aos Estados e que dão esse apoio. Contratamos o que chamamos de mobilizadores (facilitadores do processo) e cada um desses consultores fica responsável por um grupo de Estado e dá todo apoio até a etapa nacional. E é isso, acabou a etapa nacional, acabou o contrato e depois, na próxima vez, temos que fazer tudo novamente, isso também traz um certo prejuízo para a conferência e para quem coordena é bem desgastante (CORDEIRO, 2017, p. 2).

No que tange as primeiras edições, Neusa Barbosa nos traz que:

A ideia da conferência ganhou uma confiança grande na primeira, mas o MMA na sua avaliação final entendeu que juntar esses dois públicos era muito complexo,

precisava de uma logística muito grande, muitos recursos. Então, na segunda edição, o MEC que era parceiro, passou a ser protagonista, a Conferência Infantil vai para dentro do MEC por se tratar de uma conferência que acontece no âmbito da escola, com crianças de 11 a 14 anos, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, então era interessante que ficasse sobre a Secretaria Executiva do Ministério da Educação. Então, aquela equipe que trabalhou na primeira Conferência de alguma forma migrou para o MEC para se pensar na segunda Conferência, que só aconteceu em 2005, 2006. Assim como a primeira, a segunda também foi uma boa conferência, apesar de ter tido uma baixa participação, baixo número de participantes e aconteceu em meio àquela crise política, não sei se você lembra, 2005/2006 em que houve mensalão, toda aquela questão da política com o José Dirceu, Genoíno Neto, era um momento desmotivante, não sei se por conta disso, mas nós tínhamos muita estrutura, muita condição, uma equipe bem preparada e a conferência diminuiu o seu número de participantes. E uma Conferência que atinge aproximadamente 11.475 escolas participantes, isso dentro de números é algo assim gigantesco, para a gente, para nós, parece muito, mas para o Ministério da Educação é algo pequeno, 10%. Mas é uma tarefa complicada de chegar às escolas porque é por adesão. A escola que faz adesão à Conferência e fazendo essa adesão ela constrói a sua própria conferência na escola que é o lugar mais importante de debate e de discussão sobre conteúdo e tema (BARBOSA, 2017, p.3).

Naiara Campos complementa:

No ano de 2008 para 2009, no processo da 3ª Conferência, teve uma inovação muito grande que foi a primeira vez que os estados receberam recursos para realizar o processo de conferência das escolas; oficinas de conferência, conferências estaduais, e a partir de 2008, que já tínhamos tido duas que eu participei, tinha sido muito mais por adesão espontânea a própria iniciativa dos estados. Na terceira, o Governo Federal gastou seis milhões na época, tudo para os estados, então houve uma execução de recursos e muitos estados chamaram professores preparados, em termos de Conferência, e tiveram um tempo para fazer suas Conferências estaduais. Então, tiveram processos bem fortes nos estados, ou seja, uma delegação de Brasília, mas até chegar essa delegação, já tinha tido muitos percursos, muitos momentos de troca de Educação Ambiental nos estados. De 2012 para 2013, no processo da quarta Conferência entrou no PAE do MEC, aí também, os estados. A gente também achou que foi um avanço, porque você estava consolidando a política de conferência, instrumento de funcionamento, o que era permanente esse plano, isso também acho que foi muito bom. Porém, em 2012, durante a Rio + 20, foi lançada a ideia do PNDE escolas sustentáveis, que era um programa direto na escola, aquelas escolas que já tinham feito conferência, que já estavam atuando com sua sustentabilidade, tivessem pontos diferenciados para continuar as suas ações e não sei como está até hoje esse repasse. As escolas ficaram na expectativa, as escolas, aqui mesmo de onde estou, demoraram muito para receber e acho que isso atrapalhou, porque às vezes, o professor quem está na frente naquele projeto, nem estava mais na escola e acho que houve uma quebra de continuidade depois da quarta conferência (CAMPOS, 2017, p. 2).

b) A importância:

Os processos de Conferência provam sua magnitude em função do número de pessoas envolvidas e que participam do processo em diferentes etapas e funções. Temos como dados fornecidos pelos Ministérios, que a I edição mobilizou 5.658.877 pessoas; a II, 3.801.055; a III, 3.700.000; a IV, 5.193.881 e isso somente considerando as edições nacionais. Isso posto,

percebemos que só a mobilização já nos mostra o quanto esse processo significou em termos de política pública.

Por outro lado, entendemos que a magnitude do processo, até mesmo por tudo que já estudamos e nos aprofundamos acerca do tema, não está somente no número de envolvidos, vai além e isso quem nos traz são os próprios participantes.

Para Maria Benedita Prim, integrante da COE do Estado de Santa Catarina, a importância da CNIJMA está na mobilização da comunidade escolar e do seu entorno.

As conferências conseguem mobilizar toda a comunidade escolar e do entorno em torno de temas interessantes e necessários. Ao funcionar como um pretexto pedagógico, dando continuidades ao que as escolas já fazem ou provocando a fazer. Incentiva a pesquisa, o diálogo e principalmente o estudo e a pesquisa. O que vai corroborar para o fortalecimento e enraizamento das políticas e programas, Diretrizes Curriculares em âmbito nacional, estadual e regional (PRIM, 2018, p. 1).

Luís Fernando Abrão acrescenta que:

O processo da conferência infante se torna importante por colaborar com o fortalecimento da capacidade de articulação das comunidades escolares, bem como incentivar políticas integradas entre municípios, universidades, faculdades e centros de pesquisa para se pensar em projeto de gestão ambiental em suas localidades, para que desta forma ocorra melhorias nas localidades. Isso envolve a estruturação da rede de articulação, reuniões, visitas técnicas e leva ao fortalecimento do trabalho a ser executado, da implementação ou unificação de procedimentos comuns a ambos, estimulando a descentralização das ações, bem como a participação da comunidade escolar de forma mais ativa nas ações (ABRÃO, 2018, p. 3).

Lindalva da Cruz, do Estado do Ceará, ressalta que “a CNIJMA visa estimular a realização de experiências que promovam um salto qualitativo na formação de princípios direcionados à preservação do meio ambiente, propondo construir um processo permanente de Educação Ambiental na escola, através de várias ações” (CRUZ, 2018, p. 1).

Para Eliane Vieira, do Paraná, “a discussão sobre EA e seus processos e a mobilização dos atores envolvidos na Conferência que efetivam os processos, ou seja, fazem acontecer” revelam a importância dos processos (VIEIRA, 2018, p. 2).

Naiara Campos considera que a CNIJMA é o espaço de realizar sonhos, e nisso reside a grande importância destes processos de Conferência.

É o espaço de realizar o sonho de melhor escola, melhor comunidade, melhor forma de se relacionar; tanto a gente mesmo, como outro, porque a metodologia ao mesmo tempo em que ela é coletiva, ela mexe com o indivíduo, com seus valores, seus princípios, e isso vem sempre trazendo os documentos da Educação Ambiental, dos grandes trabalhos da Educação Ambiental. Então, a gente pega esses valores e princípios, que já são, por natureza, participativos, que são construídos com muitas

mãos, muitas culturas, muitas pessoas de muitos países envolvidos e a gente vai realizar isso com política pública. Acho que para mim isso é um grande ganho da Conferência, é um trabalho metodológico muito difícil e a educação, ela ao mesmo tempo em que precisa muito de mudanças, transformações, que precisam ao mesmo tempo ter uma estrutura muito grande. A gente tem uma estrutura muito refratária, essas mudanças, então, para mim a Conferência é uma questão totalmente transformadora na questão formal. Conseguir levar a Educação Ambiental para as escolas, que é um desafio atual, não como uma disciplina, mas ter uma forma de transformar. Então, a Conferência tem disso, mexe com todas as pessoas, com planos diretores, e conhecer o espaço da escola que os adolescentes vêm que têm muito a contribuir, inclusive o mundo também precisa dessa energia de movimentação da contribuição deles. Eu acho que isso é essencial para alcançar esses objetivos de sustentabilidade que está sendo trabalhado, agora está sendo trabalhado nos ODS com agenda até 2030. Esses documentos históricos que a gente já tem, seja além da Política Nacional de Educação Ambiental, seja materialização disso para a educação formal, acho que a gente tem que estar integrada com a educação informal, também os coletivos educadores têm que se mobilizar também para formar para a comunidade. Então, acho que essa é a grande experiência de política pública (CAMPOS, 2017, p. 4).

Na fala de Neusa Barbosa, encontramos outras considerações sobre a relevância do processo:

Olha, eu vou falar alguns exemplos para você entender do que eu estou chamando de importância. A importância nas políticas públicas. Na primeira Conferência, os jovens delegados e jovens facilitadores, eles escreveram uma carta e nessa carta eles pediam para construir Coletivo de Juventude em todas as escolas brasileiras e a partir daí surgiu a proposta das COM-VIDAs. Isso virou uma Política Pública no Ministério da Educação e, depois disso, foi prestado formação de professores, também, com temas específicos. E isso também gerou muita política mesmo e programas que atingissem jovens dessa faixa etária. Eu acho que nisso tem os princípios muito bacanas, que precisam ser citados, por exemplo, como fazer esses adolescentes de 11 a 14 anos participarem de uma conferência e eles participarem por inteiro, colocando o melhor deles e pensando política pública. Esse foi um desafio muito grande, então a gente entendeu que deveria formar um grupo de jovens que seriam os jovens facilitadores para o processo de conferência e eles teriam uma Comissão Coletiva de juventude que a gente chama de CJs, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, então a gente pensa que o jovem educa jovem e jovem entende jovem. Então, isso ficou tão forte de tal forma que, a partir da primeira conferência de jovens, foi possível construir uma Rede Nacional de Juventude pelo Meio Ambiente chamada REJUMA, não sei se você já ouviu falar. Essa rede está na malha da REDEA e eles começaram a atuar muito fortemente nas Políticas Públicas, levando a pauta ambiental para o movimento de juventude e trazendo a pauta da Juventude para o movimento ambientalista. Eles conseguiram fazer sem interseção e até hoje essa rede é forte e atuante, participou do Conselho Nacional de Juventude, interferiu na Política Nacional de Juventude, interferiu na Política de Meio Ambiente, no programa de Meio Ambiente e são jovens que, hoje, já estão adultos, mas que continuam o movimento nacional a partir dos delegados da Conferência. Então, quem são esses jovens na primeira conferência? Eram jovens de movimentos de juventude. A partir da segunda conferência, eram jovens delegados que começaram a participar desses coletivos jovens para formar os novos delegados que vieram para a nova conferência. Então, você tem hoje uma juventude que atua fortemente na pauta ambiental, leva a pauta ambiental para dentro do movimento de juventude e também se formaram nesse movimento que, como eu estava conversando antes, hoje você tem jovens atuantes nas políticas públicas, em cargos de gestão pública. Aqui no Distrito Federal, por exemplo, uma das Jovens do Movimento da Juventude é secretária do Meio Ambiente do Estado, outra jovem é a coordenadora de Educação Ambiental

dessa mesma secretaria e você tem ainda outros jovens que estão atuando fortemente nas diversas políticas públicas de diversos estados e estão firmes aí nessa pauta ambiental. Então, uma das propostas era criar essa ânsia ambiental, porque às vezes, a gente falava com os convertidos, a gente não falava com as mesmas pessoas, eram algumas que estavam sempre, as mesmas lutas, as mesmas causas. Ela (a Conferência) traz um grupo novo de pessoas, jovens que assumiram essa bandeira, então, isso é uma das coisas mais importantes e geniais, assim, que eu tenho no processo de Conferência (BARBOSA, 2017, p. 5).

Rita dos Santos acrescenta:

A principal contribuição é a formação desses jovens, é um momento muito marcante na vida desses estudantes, a partir das falas, do que acompanhei, é muito forte o que marca, o que fica na vida desses estudantes. Principalmente nas escolas que eu acompanhei, marcou muito a vida deles, em especial dos delegados, então isso é um ponto importante. O segundo, é que várias propostas advindas da conferência foram trabalhadas como políticas públicas, e o importante que nessa política se trabalha o que eu tenho que fazer e não o que o outro tem que fazer. Então, o trabalho é uma questão muito da minha responsabilidade enquanto sujeito coletivo e social, não eu indivíduo, mas eu na relação, a responsabilidade que eu tenho é de uma sociedade sustentável, não estou dizendo no que o outro vai fazer, mas no que eu posso fazer. Mas mesmo pensando esse eu e esse fazer coletivo, ajudou na minha orientação no pensar em políticas públicas para o país. A própria CGEA botou algumas ações a partir de sugestões das conferências. Eu não sei na escola hoje como está, e isso é uma curiosidade que tenho, sobre como andam estas políticas. Mas é só para ver essas duas grandes contribuições, a formação deles e de fato a constituição de Política Pública, a partir da concepção e das contribuições dos estudantes (SANTOS, 2017, p. 4).

Sabrina do Amaral considera que:

Essa questão das COM-VIDAs serem organizadas na escola, diferentemente de antes, fez com que as escolas buscassem saber o que é a comissão; o que é ter uma comissão na escola, como age; o que é a Agenda 21 na escola. Isso, para mim, é muito importante, quando falo da Agenda 21, sempre digo que é um planejamento estratégico para a escola, e aí qual é a estratégia? A estratégia, hoje, é ser uma escola sustentável e nesse quesito foi de grande valia para o espaço escolar. Porque a gente acaba se sentindo, nas escolas, muito sozinhos, começo a trabalhar com essas questões e acabo me sentindo muito sozinha, então ter um processo, uma “desculpa pedagógica” para falar da questão ambiental, um processo mobilizador que envolve todos atores da escola, os alunos, o CPM, a comunidade vindo para o espaço escolar faz com que o tema se fortaleça naquela escola, naquela comunidade. E aí todo mundo lembra, na conferência ficou decidido tal ação. A gurizada está colocando em prática tal ação que foi decidida na conferência. E aí? Quem vai ajudar? Como será os materiais, o planejamento, o que, quando, onde, como. E isso tudo faz com que mexa bastante com o processo e valide todo trabalho na questão ambiental (AMARAL, 2017, p. 5).

Gabriela Batista descreve que a importância dos processos de Conferência são muitas, como a questão da responsabilidade, da educação e da mudança na vida dos participantes.

A importância da Conferência são muitas. Eu acho que uma importância é trazer esse conceito da responsabilidade, de fazer com que cada um entenda que faz parte de um

todo e que o que eu faço vai influenciar nesse todo, nesse mundo, então eu preciso fazer a minha parte para a gente contribuir, sabendo que existem responsabilidades diferentes, diferenciadas, que vem todas as responsabilidades com vista ambiental, mas eu tendo responsabilidade nas minhas atitudes. Então, desde que eu vou comer ao que vou vestir, como eu vou falar com as pessoas, como eu vou tratar as pessoas, onde vou jogar meu lixo, eu estou contribuindo com a sustentabilidade, então assim, a Conferência, ela traz inúmeros valores, valores muito fortes, princípios. Ela realmente traz uma educação para esses jovens. Essas crianças que participaram, que podem mudar completamente o pensamento de ser uma pessoa individualista, de ser uma pessoa que só quer estudar, para seguir uma carreira e ganhar seu salário, não. A conferência traz muito mais valores e princípios da sustentabilidade, aí, em todas as suas dimensões, não só na questão ambiental, mas sim na questão social, cultural, ambiental. E muda completamente a vida de uma criança que passou pela conferência, isso eu acho das coisas mais importantes (BATISTA, 2017, p. 7).

c) Os pontos fortes e as fragilidades:

Como todo e qualquer processo de massa, na dimensão que é a Conferência, temos fragilidades e desafios a serem superados, como também o que deu certo ao longo do processo. Sobre os pontos fortes, Maria de Fatima Rebelo Figueredo Graça nos traz que:

A oportunidade que a conferência dá a estes jovens de discutir, socializar e amadurecer socialmente, de sair do seu mundo, sair das suas limitações para ampliar conhecimentos, tendo em vista que as escolas públicas possuem um público carente e vivemos numa sociedade em que as oportunidades não são para todos. Então é gratificante ver nossos estudantes tendo a oportunidade de viajar, conhecer outros espaços e principalmente ter a oportunidade de interagir com as outras culturas do nosso país (GRAÇA, 2018, p. 3).

Maria Benedita Prim acrescenta como ponto forte dos processos a mobilização de escola e parceiros em seu Estado (PRIM, 2018, p. 2).

Luís Fernando Abrão nos aponta como pontos fortes o total envolvimento dos estudantes; a melhoria no reconhecimento da EA nas Secretarias de Educação; a qualidade do material apresentado e o aumento de participação das escolas ao longo dos anos (ABRÃO, 2018, p. 3).

No seu depoimento, Lindalva da Cruz menciona a grande participação das escolas públicas; o engajamento da juventude; a formação de COM-VIDAs e CJs e a atuação da COE do Estado do Ceará que continua se encontrando e planejando, mesmo após a realização da etapa nacional (CRUZ, 2018, p. 2).

Eliane do Rocio Vieira complementa e diz que “a mobilização, articulação e integração do MEC e MMA, das secretarias de educação do estado com os municípios, dos alunos com os professores, em busca de soluções para os problemas apontados são pontos fortes da política”. Além disso, o empoderamento, o protagonismo juvenil e os princípios que foram estabelecidos

na Conferência. Destaca ainda que o material e os relatórios disponibilizados e as parcerias que as escolas buscam para implementar as ações propostas se somam aos pontos fortes da CNIJMA que ela considera dos processos que vivenciou (VIEIRA, 2018, p. 2).

Para Marli Secchi de Lima, a comunidade escolar é chamada a discutir questões ambientais importantes, tanto em esfera local como planetária e a possibilidade de visibilidade dos trabalhos desenvolvidos em ambiente escolar ou pequenas comunidades são pontos fortes da CNIJMA (LIMA, 2018, p. 2).

Por outro lado, os processos de Conferência também apresentam fragilidades e dificuldades a serem superadas nas próximas edições. Os próprios participantes, que são os mais interessados na qualificação do processo, nos apresentam estes desafios que merecem ser lançados à reflexão.

Para Rachel Trajber:

Eu acho que qualquer processo assim tão grande, você acaba só tocando nas pessoas. Eu gostaria de poder adensar um pouco mais essa relação com o planeta, com a vida, de uma forma mais aprofundada, tanto pela ciência, quanto por outras dimensões, da relação com o meio ambiente. Outro dia me perguntaram assim: 'Puxa vida, não teve contato com ninguém que foi delegado? Vocês, a Secretaria de Educação não dá continuidade?' Não, eu acho que não, eu acho que as coisas acabam por aí, até a próxima Conferência. Dá tanto trabalho e a gente mobiliza tanto, mas eu não sei qual o verdadeiro potencial transformador nessas coisas. Eu não sei, eu gostaria de trazer mais densidade. Agora, nesse trabalho que estou fazendo no SENADE, eu estou vendo uma outra coisa, eu estou tendo oportunidade de fazer, de trabalhar com metodologias científicas de uma forma mais aprofundada, mas as escolas têm muita dificuldade de embarcar num paradigma diferente da educação. Então, em cada situação tem os lados que não são tão positivos assim, sempre tem coisas para melhorar e tem muita coisa para melhorar. A gente muda a vida de muita gente, mas acaba também. As coisas parecem que voltam aquilo como elas eram. Agora com o governo Temer, o quanto está tendo retrocessos em tudo. Eles vão fazer a nova Conferência, mas não tem aquela densidade mais. Vão fazer o que é o interessante. É uma geração de crianças que não vai ter acesso a uma coisa que é super legal que são esses debates. As coisas são muito dinâmicas, são processos muito dinâmicos que não dá para a gente manter uma densidade humana e ambiental boa. Eu queria transformar tudo com essas conferências, mas é um pensamento mais adolescente que os próprios adolescentes que vão na Conferência (TRAJBER, 2017, p. 6).

Neusa Barbosa ainda acrescenta como fragilidades da Conferência:

Como poderia te dizer que a gente deve selecionar, precisa passar por processos seletivos, pois é difícil passar pelo processo seletivo, entrar e participar da Conferência sem isso, senão a gente teria muitos jovens e não teria espaço nem condições de fazer uma Conferência Nacional. Lidar com a frustração de não ser eleito na escola ou de não ser eleito na Conferência Estadual, de não vir para a Conferência Nacional, isso é uma coisa que essa faixa etária vai precisar lidar na hora que ela entra no processo seletivo. De alguma forma, a gente convive um pouco com as regras da democracia, uma democracia representativa, que de alguma forma também é um processo difícil, a gente elege alguns para representar e muitas vezes você não elege o ideal, o correto, muitas vezes você elege aqueles que são mais

falantes e isso é um processo que a criançada vai ter que aprender, vai ter que lidar, mas é um aspecto que eu poderia considerar negativos de ter que lidar com um processo seletivo. A outra coisa, assim, é que é muito recurso para fazer uma Conferência, que precisa ser muito bem empregado e ter um retorno social muito forte. Às vezes, eu fico questionando será que é preciso gastar toda essa grana com esse projeto? Será que se passasse esse valor para cada estado, cada estado não poderia organizar? É um investimento muito alto, um recurso que deve ser muito bem empregado. Eu sinto a necessidade de ver mais concretude nos processos nas escolas. Quando a escola faz a conferência e a gente não está nas escolas, o MEC não está nas escolas, nós temos que acreditar que esse professor fez essa conferência, porque ele registra o seu processo. E, às vezes, você se pega vendo algumas crianças que foram selecionadas não pelos seus pares, mas foi indicado por uma diretora ou por ser filho de professora. Aconteceu poucas vezes isso, mas a gente teve, sim, algumas crianças que foram indicadas e a gente não teve controle total desse processo, porque a gente está nas mãos dos Estados. Então é confiança de entrega e formação, formação para as comissões organizadoras fazer esse trabalho bem feito, formação para os professores fazerem os processos educativos com o tema da conferência e o tempo que a gente tem é um tempo pequeno para tudo isso acontecer e o tempo da Escola, que é muito diferente do tempo da Política (BARBOSA, 2018, p. 6).

Sabrina do Amaral pondera sua fala nas dificuldades encontradas pelos CJs, que foi a sua participação mais atuante.

Enquanto Coletivo Jovem, a principal dificuldade é que os CJs ficaram muito enraizados na conferência, há coletivos que só existem na época que tem conferência. Então esse fazer, essa mobilização que os CJs tomaram, em alguns espaços, perdeu o fôlego. Então a pós-conferência, não é o caso do nosso estado, daí estou falando de um debate mais amplo, que a gente lute muito que isso não acontecesse, querendo ou não o CJ é um grande mobilizador ou busca ser um grande mobilizador para as conferências nos estados e aí, quando chega o pós-conferência é a formação das escolas que participaram como delegadas da conferência nacional, tinha recurso para contratação de oficinairos e palestrantes para tais espaços. Aqui no RS, a gente construiu de tal forma que o Coletivo Jovem participou e foi remunerado por esse trabalho, em outros estados, pelo fato desse Coletivo não ser uma instituição, não ter um “saber acadêmico” que o coletivo tem dentro dessas escolas, ou seja, não ter uma graduação, como seriam contratados pela secretaria? Então acho que de negativo seria isso, em suma, eu nem poderia estar tendo como fato negativo porque aqui no Estado, conseguimos superar. Na segunda não, mas na terceira e quarta, sim. Mas conheço Estados que não conseguiram participar do processo e se manter como um grupo realmente de ação de enraizamento ambiental, de protagonismo juvenil na questão ambiental. Aqui no Estado, mesmo, tentamos manter cinco ou seis jovens participando do CJ, mas é difícil manter, e vamos “passar o bastão” para quem? É necessário, principalmente em um espaço que se tem uma idade como limite, até 29 anos. Então temos que estar sempre construindo juntos, caso contrário, ficamos sem ter para quem “passar o bastão” (AMARAL, 2017, p. 3).

Para Gabriela Batista, na descontinuidade do processo é que está um dos maiores desafios a ser superado pelos gestores nas próximas edições, a instabilidade dos calendários.

Acho que a fragilidade é a continuidade, tipo quanto tempo ficou sem Conferência não sei, mas acho que bastante tempo. A última eu acho que foi em 2013. A conferência é um processo que envolve muitas pessoas, mas também tem rotatividade. Quem está envolvido, o gestor que está no momento, o estudante que está no momento, aquele jovem que está no momento, aquele jovem tem uma faixa etária que muda muito e que também é uma fase de muita mudança. Então, às vezes, a pessoa

passa por um ano, a outra está fazendo estágio já não consegue mais ter tempo para se dedicar ao processo de conferência, porque demora muito tempo. Eu me lembro que na segunda, terceira conferência, teve uma ajuda de custo para cada oficina na escola que ajudava a pagar o transporte e a alimentação. Então, assim, a conferência tem que ser encarada como um programa, como um programa contínuo. Esse é todo o processo que as crianças discutem na escola, o que elas querem fazer na escola, tem que fazer, tem que implementar, porque a Educação Ambiental, ela tem que ser contínua dentro da escola, tem que ter projeto de Educação Ambiental e a conferência ser esse grande momento articulador. Acho que dessa forma seria incrível e aí começar a trazer outras coisas para dentro da escola, levar a cultura para a escola, as escolas começarem com espaços educadores sustentáveis, começar a implementar a energia solar. Ter um programa com recurso, realmente, para que possa melhorar a educação no Brasil (BATISTA, 2017, p. 7 e 8).

Assim também Tiago Lincka considera a descontinuidade do processo e o retorno da política pública, daquilo que foi decidido em conjunto pelos jovens como algo que fragiliza o processo e a participação.

O primeiro ponto é o caso com o produto final que é a carta de responsabilidade. A partir do momento que o Governo Federal gasta milhões num processo e envolve milhares de pessoas, toma tempo, esperança, expectativa para se produzir um determinado material e isso é engavetado. Isso é um grande erro. Então, para que isso tudo? Para aparecer? Para dizer que faz algo sendo que na verdade não faz? Isso tudo, a meu ver, o relatório final, não o relatório burocrático, mas o produto, na verdade deveria ser mais estudado e viabilizar o que pudesse ser realizado. Como segundo grande problema, vejo a descontinuidade do processo. Como assim a descontinuidade? Na própria questão dos envolvidos, das escolas. E essas escolas, onde estão? Como estão? Esses delegados, essas crianças que muitos não são mais crianças, esses recursos, será que serviu para alguma coisa, o PDDE que foi agora de 2013 como está? Foi utilizado? Essa descontinuidade dos processos, desde a parte burocrática até mesmo dos temas, 2003 foi um tema, 2013 foi outro tema, isso tem a ver, não tem? Em 2009, outro tema, não teve um encadeamento lógico uma questão consensual, até porque estamos falando de um processo e esse processo precisa de um encadeamento dos temas, não precisa ser igual, até porque se for igual perde o caráter, mas acho que precisaria de um acompanhamento, uma sequência, algo que interligue cada etapa do processo. E, por fim, eu creio que a questão metodológica, como podemos discutir a metodologia. Esse caráter de ouvir as pessoas que fazem e já fizeram a Conferência é muito importante para propor até mesmo porque as pessoas nos ministérios, principalmente quando não é servidor de carreira, mudam e aí um relatório que tem lá dizendo, não diz exatamente o que foi, por mais que, por exemplo, eu sou a pessoa lá do MEC que participa da Conferência, eu vou participar de uma, mas nunca participei de nenhum outro momento, aí não ouço ninguém que participou, mas eu tenho o relatório das outras quatro, cada uma em 300 páginas. E aí, em primeiro, eu não vou ler as 300 páginas, segundo, por mais que eu leia essas 300 páginas eu não vou saber o que foi de fato, não vou entender se deu certo aquilo que foi proposto. Então eu acho que ouvir os envolvidos é que vamos ir para frente, isso foi feito em 2013 e eu creio que para ter um bom resultado isso tem que ser feito nas próximas edições (LINCKA, 2017, p. 4 e 5).

Rita dos Santos considera a exclusão de público e o limite de idade, que gera nos jovens um sentimento de exclusão deste processo significativo, principalmente para àqueles que não

conseguiram alcançar a etapa nacional e na edição seguinte são impedidos de participar em virtude da idade, e as ações afirmativas, que revelam que o processo não é inclusivo em sua totalidade.

A conferência, por uma questão de idade, de capacidade de organização, tem um limite de idade e, além disso, uma questão de ano escolar. Quando a gente estabelece esse critério de dados de ano escolar para a rede pública, em especial, a gente tende a excluir os que já são excluídos, porque a rede pública tem uma defasagem bastante grande, então se esse aluno tem 14 ou 15 anos e está em um determinado ano, ele não pode fazer parte. Eu ainda não encontrei uma saída para esse critério de faixa etária, porque aí a gente trabalha com um público bem seletivo na rede pública; na particular não é assim. Então quando vamos trabalhar em nível Nacional e até mesmo Estadual, os adolescentes ficam hospedados e tal, então precisamos ter muito cuidado, pois realmente são interesses diferentes, a faixa etária muda demais, o cuidado tem que ser maior, mas apesar de reconhecer a importância desse cuidado, eu acredito que a gente trabalha com um grupo seletivo dentro da rede pública. Além disso, toda vez que a gente tem ações afirmativas significa que o processo não é inclusivo, quando se ele é inclusivo, eu não preciso de ações afirmativas. Então se nós temos, no País, essas políticas afirmativas, é porque historicamente foi negado à população negra e indígena, o acesso às políticas públicas que teoricamente seria para todos. Então para mim é a mesma situação na conferência. É um mecanismo importante? É, mas a gente ainda não dá conta, ainda, de pensar um projeto, de fato, viável para todas as pessoas. Pois quando eu preciso criar cotas para Quilombolas, significa que eu penso em uma conferência que, quem é da comunidade Quilombola não consegue participar com a mesma efetividade; quando crio uma cota para indígenas, significa o mesmo; e para uma população do campo, significa o mesmo. Então é uma situação imediata e necessária, mas eu acredito que a gente ainda precisa avançar para de fato a conferência ainda ser um processo de inclusão de todos. Não é algo fácil, não posso dizer que é fácil que é feito de má fé, é muito complicado, é muito complexo um processo de conferência, porque a gente se responsabiliza por adolescentes, que muitos estão saindo de casa e viajando pela primeira vez e não é algo fácil. Eles estão na fase da descoberta do corpo, do namoro. Então tem que ter muito cuidado com tudo, então realmente o cuidado com a faixa etária e os interesses e propriedades próximas, temos que ter muito cuidado com isso. Mas ainda assim, acho que não se descobriu um caminho viável para tornar a conferência aplicativa a ponto de não precisar ter as suas alternativas (SANTOS, 2017, p. 3).

Naiara Campos fala do monitoramento e do interesse público para as próximas edições, assim como Maria de Fatima Graça (GRAÇA, 2018, p. 2).

Sim, como eu falei, desde a sua origem, acho que tem a ver com a sensibilidade do gestor e no MEC eu senti que enquanto a gente teve gestores comprometidos, pelo menos na Educação Ambiental, a coisa pode acontecer. Então, você chega ao gestor que não tem esse olhar, fica mais difícil. Então, a política não está enraizada. Então, isso acaba criando alguns problemas para o público e realizar suas ideias e nem os gestores vêm esse papel importante, então, a gente ainda não está conseguindo monitorar como deveria, a gente teve ideia de escola sustentável, mas teve a crise, então, um dos primeiros locais a sentirem foi a parte da Educação Ambiental nos ministérios, então, têm vários desafios ainda. Então, eu acho que o desafio está muito ainda na procura, na questão de modelo de desenvolvimento, então enfim, e não perder esse legado, a gente conseguir manter esse legado vivo para podermos retomar com força necessária esses processos (CAMPOS, 2017, p. 4).

Eliane Vieira pondera ainda a falta de periodicidade do evento; a falta do feedback dos alunos que participaram da etapa nacional; a falta de uma coordenação permanente no MEC/MMA para evitar que ocorra descontinuidade do evento e dos processos de EA nas escolas; a ausência da participação dos jovens do ensino médio; o monitoramento dos projetos que foram apresentados na etapa nacional e sua efetivação nas escolas, além dos resultados obtidos, são desafios a serem superados nas próximas edições (VIEIRA, 2018, p. 2).

d) As possibilidades de qualificação do processo:

Transcorrida a primeira década de execução da CNIJMA, podemos dizer que a iniciativa se constitui numa política educativa e mobilizadora dos diferentes atores envolvidos ao longo do processo, sejam eles coordenadores, técnicos, membros das COE, professores, oficinairos, facilitadores ou delegados. No entanto, conforme estudamos a sua metodologia mais a fundo e nos apropriamos do seu contexto, e até mesmo por meio do contato com muitos destes sujeitos que participaram de suas etapas, percebemos que reflexões são necessárias no sentido de inovar os processos, uma vez que o fortalecimento da Conferência como lócus de formação e participação depende de sua institucionalização como política pública de Estado.

A sua institucionalização, para além de estimular que seja um processo permanente e continuado, envolvendo não só a dinâmica de preparação, realização e encaminhamentos, também se refere ao intervalo entre uma edição e outra, com a ampliação do espaço e da autonomia da sociedade. Compreende ainda o acolhimento dessa política entre as demais políticas de educação do MEC, de forma que na escola a Com-Vida e a Agenda 21 se consolidem como referências de interface da EA com outros campos inter e multidisciplinares no âmbito da comunidade escolar.

Institucionalizar quer dizer consolidar a CNIJMA como política pública de estado, posto que o fortalecimento da EA em diversas dimensões é confirmado, como é o caso dos impactos nas políticas estaduais de EA, ou como instância de aprendizagem para os seus próprios organizadores, como instrumento de fomento à formação de educadores ambientais, como processo que proporcionou maior visibilidade às áreas afins e, sobretudo, como espaço de formação e sensibilização de grandes contingentes de adolescentes, jovens e professores, entre outros.

A título exemplificativo, podemos citar como impactos nas políticas públicas de Estado em 2007 no Acre, a elaboração da cartilha “Educação Ambiental na Escola”; em 2013 e 2014 no Ceará, as Diretrizes Estaduais de EA nas escolas; também em 2013 e 2014 no Espírito Santo,

a inserção de ações educativas da IV Conferência no Plano de Ação Administrativa; em 2014 no Pará, Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para professores e Seminário da Diversidade para professores e gestores; em 2014 e 2015 no Rio de Janeiro, elaboração do projeto Letramento Ambiental; dentre outros em diferentes estados da federação.

Além disso, os processos de Conferência podem ser qualificados na medida em que é ampliada e fortalecida as etapas nas escolas, as etapas regionais e as estaduais, reduzindo o foco maior na etapa nacional, podendo favorecer um processo formativo mais orgânico e equalizado ao longo de todo o processo. Assim, os jovens poderiam vivenciar oficinas e ações de EA como oportunidade formativa em si, e não somente como uma ponte para a etapa final.

O que permanece ou não na escola, além das atividades realizadas em sala de aula fechada, com o mapeamento dos impactos locais; a repercussão da CNIJMA junto ao ensino médio, já que os delegados e delegadas passam a este nível de formação e tem suas expectativas em relação à EA; as formas de mobilização, que muitas vezes não alcançam as localidades mais remotas e que são retomadas apenas em época de Conferência; o envio de material físico também em papel para escolas que possuem restrições ao acesso digital, são outros pontos que também devem ser considerados e que poderiam qualificar o processo.

Naiara Campos acrescenta que trabalhar o pós-conferência poderia manter as comunidades escolares engajadas e qualificar o processo ainda mais.

Para mim, dá para qualificar, principalmente, a questão da continuidade de trabalhar a pós conferência com esses projetos que depois vão manter as comunidades escolares ainda animadas, ainda engajados. Então, você não faz a conferência e de repente some, você continua mantendo esse vínculo. Para mim, isso é uma qualificação muito necessária, trabalhar a pós conferência. E também, se tem vários elementos de como institucionalizar de fato, para que o programa seja continuado mesmo e acho que ao longo do tempo das conferências elas já foram sendo modificadas, a própria experiência, ela vai trazendo aprimoramentos e, eu acredito que na última, na quarta Conferência deu um salto ao trazer uma metodologia ainda mais lúdica para as crianças, de conseguir construir os simbolismos e unificar um pouco a Conferência para linguagem das crianças e adolescentes. Foi incrível. Além disso, praticamos um processo coletivo, a gente está em uma comunidade de aprendizagem e durante o processo, acho que é possível, também, de várias formas a gente perceber se está sendo realmente democrático, se está sendo efetivo, acho que tem algumas formas, metodologias já para a gente apreender isso durante o processo (CAMPOS, 20017, p. 6).

Sabrina do Amaral aponta que:

Acho que sempre podemos pensar em um espaço para abrangência, hoje, a última conferência, se não me engano, foi 17 mil escolas. Mas ainda vou conversar em escolas que nunca tiveram acesso a nenhuma formação, ainda há escolas que perguntam: Mas de onde que vem essa conferência? Como não ouvi nada? Talvez a parte de mobilização antes, para que mais escolas conheçam o processo, mais escola participem, possam participar do processo, seja uma questão para pensar em

estratégias e, no depois, algo que pudesse manter uma rede de todo esse trabalho. A gurizada que vai como delegado vejo que continuam. Eles montam grupos, teve até aqui no RS, uma delegação que acho que foi da terceira conferência que se reuniu. Eles foram para uma cidade fazer um encontro de delegados. Então, eles buscando essa aproximação, montar esse protagonismo, mas talvez algo que não fosse a cada dois anos ou não a cada momento que se consegue organizar a nível nacional, mas que se pudesse manter o rol dessas pessoas com um processo cíclico. Talvez o PPDE de escola tivesse ficado perdido também, recebendo o recurso sem saber o porquê, porque as pessoas, querendo ou não, nas escolas existe um trânsito no município ou até fora dele, quando são escolas estaduais. E aquela direção que organizou o PPDE de 2013 para 2014, o recurso foi chegar em 2016, final de 2016 nas escolas. Então, querendo as escolas custaram a receber o recurso. É muito tempo para elas perceber que estão dentro de um processo que passou por uma conferência, por um debate, teve toda uma construção de reivindicações para chegar a um recurso para colocar em prática e que esse recurso é para tornar a escola um espaço educador sustentável, botar em transição; que não é um recurso para reforma da escola; não é para manter folha na escola, xerox. Mas sim, para trazer a educação ambiental com a sustentabilidade e que é possível essas situações. Eu acompanho essas escolas, às vezes as diretoras querem colocar uma rampa, um muro. Falo: Tudo bem, mas onde está esse projeto na Agenda 21 da escola? Está na questão ambiental? Da conferência? Já vi muitas trocando, para mudar a fiação da escola, o telhado. Mas a gente precisa discutir como isso vai tornar a escola sustentável e como será utilizado para que seja educador, que essa proposta é para a sustentabilidade, os alunos, a comunidade em si. E acho que mais clareza nesse ciclo, na ligação entre esses processos faz com que a escola continue um trabalho e entenda o que está fazendo. Acho que isso seriam as questões que qualificaria o processo de conferência (AMARAL, 2017, p 5 e 6).

e) Os resultados mais significativos:

A CNIJMA proporcionou experiências transformadoras significativas, em especial aos que chegaram à etapa nacional. Relatos pessoais de ex-delegados são evidências contundentes neste sentido. A Conferência propiciou aprendizados no campo das relações humanas e pessoais, mudanças de visão e de postura no mundo, bem como influenciou na adoção de hábitos e comportamentos pessoais coerentes com o cuidado ambiental e, ainda, estimulou o engajamento em propostas e iniciativas coletivas.

Em muitos casos, a mudança de vida passou pela redefinição de trajetórias mais orientadas pela agenda social, política e ambiental. Muitos jovens buscaram seguir áreas profissionais ligadas à temática socioambiental ou passaram a integrar assuntos e vivências da Conferência em suas práticas e atividades. Podemos identificar em todos os estados do país, trajetórias de vida de pessoas que foram fortemente impactadas pela conferência, seja no âmbito pessoal e/ou profissional. Percebemos isso em cada relato dos atores sociais entrevistados.

Um outro legado importante deixado pela CNIJMA diz respeito ao espaço público, à ação coletiva, aos processos participativos e à democracia. O público infantojuvenil tem o que dizer e o que aportar nas políticas públicas. Toda e qualquer gestão pública deveria considerar a oportunidade do envolvimento deste público. E este incentivo e a qualificação da participação

social da juventude, um valor social significativo incorporado à consecução dos objetivos da Conferência, tem pleno respaldo nos artigos 4º e 5º do Estatuto da Juventude, senão vejamos:

Art. 4º: O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Art. 5º: A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.

Parágrafo único. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens (BRASIL, 2013).

Naiara Campos complementa que:

A gente vê pessoas que fizeram conferência que continuam, outras escolas que também foram influenciadas continuam com projetos, a gente vê, eu aqui no DF, a gente está fazendo uma conferência do meio ambiente distrital, a gente está trazendo adolescentes e jovens das escolas e tem um movimento, estamos fazendo uma Conferência em paralelo com eles e tudo isso foi planejada a partir da experiência da Conferência. Então, eu estou vivenciando, atualmente, muitas das coisas que eu trago de aprendizado das conferências. E a minha chefe atual a subsecretária da Educação e Mobilização sócio ambiental da CEMA, também foi do Coletivo Jovem, também vem desse histórico. Então, a gente consegue ter essa linguagem contínua. Trazer estes aprendizados, para esses projetos que estamos desenvolvendo aqui da biodiversidade, da Virada do Cerrado e também da Conferência Distrital do Meio Ambiente. Eu estou viciando tudo isso no território do Distrito Federal, mesmo, vivi as conferências, então agora, a trajetória de algo parecido (CAMPOS, 2017, p. 6).

Tiago Lincka aponta que a institucionalização da EA nas escolas é o grande marco desse processo de conferência, somando-se o fortalecimento da EA como previsto na PNEA.

Eu como entrei com 16 anos, já como CJ, eu estou um pouquinho mais velho nesse processo, mas os jovens que entraram ali com 11 ou 14 anos, que foram delegados, eles estão em idade de faculdade, e muitos deles, muitos mesmo escolheram cursos como Geografia, Biologia, aqui no Estado mesmo temos muitos casos que conheço que os meninos escolheram cursos dessas áreas, o fortalecimento para a formação de outros profissionais, pessoas com uma vista mais atentas, um olhar diferente, a questão da humanização, a questão de pensar no outro, isso para mim é fortalecer a Educação Ambiental, porque a Educação Ambiental não é somente questão de poder público, porque a Educação Ambiental com vista para o poder público, eu creio que tenha mudado bastante nos últimos anos, porque passou muito pela vontade do poder público e não pela vontade política, agora se discute isso, tanto é que a aprovação

da reforma do Ensino Médio é que se tirem disciplinas que ensinam a pensar que se ensina a cuidar e entender do Meio Ambiente de forma complexa. Então esse processo tem formado pessoas e jovens que pensam dessa maneira, que conseguem entender dessa maneira e embora eu não esteja na Escola, mas a Escola, em termos estruturais, mudou muito. Eu não estou na escola, mas eu atuo em um projeto, inclusive eu estava em um projeto de extensão que é de imersão em que vamos para municípios, cada equipe vai para um município e eu era coordenador de uma equipe, era 25 equipes esse ano. É tipo o que temos nacionalmente o projeto Rondon, não sei se você já ouviu falar, então é assim, a gente anda muito pelas escolas e até mesmo na questão do meu mestrado em Educação e agora a Pedagogia me aproximou muito das escolas e eu vejo que até na estrutura física dessas escolas tem mudado nesse processo. Escolas, hoje, que se preocupam com hortas, que se preocupam com a separação do lixo, se preocupam em fazer parcerias com a comunidade para fazer algo ao seu entorno. Então eu vejo esse fortalecimento da Educação Ambiental por intermédio desse processo de conferência, não só a conferência em si, mas sim a formação das pessoas envolvidas no processo dela (LINCKA, 2017, p.8).

Maria Benedita Prim, chama a atenção para a formação e o fortalecimento das COM-Vidas nos estados, o que impulsionou não só a CNIJMA como também o próprio campo da EA (PRIM, 2018, p. 2).

Lindalva Cruz acrescenta que *“os jovens que foram delegados nas etapas estadual e nacional, em sua maioria, conseguem participar de programas maiores, inclusive em nível internacional e participar de movimentos em prol do meio ambiente, bem como ter uma boa aprovação no ENEM e vestibulares”* (CRUZ, 2018, p. 2). Considera ainda que no Estado do Ceará, a CNIJMA é um pretexto pedagógico para se trabalhar a EA nas escolas.

Eliane Vieira considera que *“as escolas que participam da Conferência ficam estimuladas a pensar e propor soluções para seus problemas socioambientais para além do evento”* (VIEIRA, 2018, p.2).

Maria de Fatima Graça entende que a Conferência repercute na vida dos jovens delegados e CJs que atuam no processo: *“Percebo algo significativo na vida desses jovens, o empoderamento social e participativo, contribuindo para as mudanças socioambientais em seus municípios e o amadurecimento político e social”* (GRAÇA, 2018, p. 2).

Neusa Barbosa, ao refletir sobre os impactos da Conferência, considera três como os fundamentais de todo o processo.

Primeiro a institucionalização da Educação Ambiental na Secretaria de Educação foi o impacto genial. Segundo a atuação dos jovens em movimentos sociais ligados à questão ambiental, foi outro impacto muito importante. Colocar no projeto político pedagógico das escolas a questão ambiental da sustentabilidade, que isso é outra pauta importante. Então, eu estou citando três que eu destaco como impactos que considero fundamentais (BARBOSA, 2017, p. 9).

E ainda comenta que o resultado mais significativo é:

É isso, é colocar na pauta da juventude, a luta ambiental, e colocar na pauta ambiental, as questões da Juventude e fazer da escola, nos rumos da política, ter uma boa transição e dizer: Nós jovens queremos fazer políticas públicas que transformem as nossas escolas, queremos escolas sustentáveis, que façam valer os nossos direitos como cidadão, o direito de ter um mundo melhor, o mundo diferente, mais sustentável, justo, igualitário, enfim. Eu acho que traz a consciência ambiental daqueles que participam direta e indiretamente dela e é um número muito grande de pessoas (BARBOSA, 2017, p. 9).

Sabrina do Amaral pondera que a EA se tornou mais visível, mais parte do cotidiano das escolas com os processos de Conferência. *“Muitos trabalhos nas escolas se deram após a conferência, uma continuidade, uma participação dos outros professores, foi o que fez com que realmente mobilizasse a escola para o processo de Educação Ambiental”* (AMARAL, 2017, p. 6).

Neste sentido, Silvia Alves e Edelma Vaz também entendem que efetivação da EA nos projetos políticos pedagógicos das unidades educacionais (ALVES e VAZ, 2018, p.1)

Para Gabriela Batista:

O resultado eu acho que é essa formação de cidadãos conscientes, de ver que aqueles delegados, sabe, que aqueles jovens hoje eles trabalham com sustentabilidade, levaram isso nas suas vidas, estão atuando. Eu acho que isso é melhor resultado, porque muita gente fala assim, em indicadores. Porque as pessoas não conseguem reconhecer que a formação é um indicador, sim, mas qual o resultado? Eu acho que o resultado é isso mesmo, sabe. É transformar numa sociedade transformadora, porque a gente está vivendo uma crise muito grande, uma crise muito profunda, uma crise política, ambiental, social. Sabe, esses jovens que passaram por tudo isso, eles com certeza, hoje, fazem escolhas melhores. Isso é um ato legítimo, são cidadãos melhores, são pessoas melhores porque vivenciaram na prática essa transformação; esse aprendizado; essa troca; esses valores. Então, para mim, isso é um grande legado que a Conferência deixou (BATISTA, 2018, p. 11).

Rachel Trajber continua:

Agora em Manaus eu encontrei com a Edilene que foi do Conselho jovem de Meio Ambiente no Amazonas. E aí, foi CJ e agora ela trabalha na Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas. Eu fui para o Acre também fazer o trabalho de Desastres e encontrei o Daniel, que já foi Secretário de Juventude lá do Estado do Acre, ele foi CJ, ele foi uma grande liderança para as conferências e agora ele é Secretário Estadual da Saúde do Estado do Acre. Os jovens com quem eu conversei, o pessoal aqui do Cala a boca já morreu, umas meninas maravilhosas, todo mundo participou e foi CJ e tem muito carinho por tudo isso, por todos esses processos e é com carinho que reverberam e é muito legal e todos eles estão trabalhando com Políticas Públicas. Marcou a vida das pessoas, sem dúvida. E os pequenos delegados, agora Neusinha, encontrei com ela, a gente foi fazer um trabalho juntas no Amazonas e depois, aqui, em Minas Gerais, na Fundação Renova, encontrei com a Carla Borges, todo mundo que participou desses processos e é muito emocionante. A gente fala muito sobre eles, porque acho que ficou impregnado nas células de tão forte que

é a experiência das Conferências, e não são só as Conferências que é todo aquele pensamento, assim de fazer formação de professores; de fazer a COMVIDA; a COMVIDA manteria a chama acesa com os delegados, que mesmo sem terem vindo para Brasília, manteriam essa riqueza nas escolas (TRAJBER, 2017, p.7 e 8).

Nas palavras emocionadas da Naiara Campos, o resultado mais significativo da CNIJMA é materializar documentos históricos substanciais para a EA, documentos estes que nos trazem princípios e fundamentos para o campo, que são a base do conhecimento e de todo e qualquer fazer ambiental.

Materializar documentos históricos que refletem sonhos, muitas pessoas, tratado da Terra, tratado da Educação Ambiental é uma forma de fazer com que isso se torne vivo, e aí trazer as pessoas para sonhar juntos e para corresponsabilizar, para tentar dar o seu melhor, para que se torne real é uma mobilização também. E, como Gestora, agora no papel de Gestora de Educação Ambiental, também eu quero aquela coisa crítica e transformadora, mas também, quero que seja pragmática. Eu sei que existem linhas diferentes, mas eu quero juntar o melhor de cada um, o melhor é feito, porque assim, a gente ver diversas situações muito práticas que a gente precisa dar conta, vamos supor, a questão do lixo na rede pluvial, a empresa de saneamento que gasta milhões para retirar lixo da rede pluvial, aí também tem questões pragmáticas que precisam ser resolvidas de forma crítica, mas que também reflita na realidade, eu fico muito nessa. Eu quero juntar tudo isso (CAMPOS, 2017, p. 6 e 7).

Tendo em vista a dimensão e a amplitude dos processos de Conferência, sabemos que existem outros tantos elementos que poderiam ser observados. Sem dúvida, não esgotamos as possibilidades nesta investigação. Apontamos aqueles que entendemos que nos auxiliam a ter um panorama geral e uma avaliação da política.

Muitas das questões que foram narradas aqui foram surgindo naturalmente nas falas dos participantes, sem necessidade de qualquer direcionamento ou questionamento. E outras tantas optamos por não reproduzir porque resultaria numa infinidade de dados que não conseguiríamos analisar na sua totalidade e com a devida profundidade que merecem, uma vez que retratam vivências e histórias que nos contam tudo o que este processo representou na vida destes participantes.

7.2 Os Olhares sobre a Participação Social na CNIJMA

A participação social é um princípio estruturante de todo o processo de CNIJMA. O projeto político-pedagógico e a metodologia participativa e dialógica, com vistas a fortalecer uma EA crítica, democrática e transformadora, confirmam essa afirmativa. Além do mais, a mobilização e o incentivo à reflexão sobre as questões socioambientais; a promoção de atitudes responsáveis e comprometidas com as questões locais e globais; as possibilidades de

participação e de envolvimento, propiciando as mudanças necessárias para a transformação social, individual e coletiva, também reforçam esse como um dos fundamentos da iniciativa.

A este respeito, consideramos que a participação nas políticas públicas de EA, compreende uma série de elementos que nos auxiliam, não somente a entender essa concepção, como também analisar como é concretizada nos processos de Conferência, acolhendo a sua totalidade de sentidos e significados. Por ser um instrumento de fortalecimento e mudança social, a participação assegura o exercício da cidadania ativa e permite que os indivíduos assumam a sua responsabilidade como sujeito social e político. E uma vez que a participação seja garantida e vivenciada, não há como esse envolvimento não gerar uma transformação significativa na vida dos sujeitos.

Nas Conferências, a participação é vivenciada em todas as etapas, de diferentes maneiras e por diferentes atores. No teor dessa pesquisa, fizemos uma opção por considerar apenas os Coordenadores Nacionais, os Gestores Estaduais e os Delegados e/ou CJs. Tão somente a título exemplificativo, os Coordenadores Nacionais vivenciam os processos desde a sua origem, no lançamento da portaria e do edital, na elaboração do regulamento e das publicações explicativas sobre como fazer as Conferências nas escolas, organizando a metodologia, integrando as equipes de formação, na realização da etapa nacional, dentre outras.

Os Gestores Estaduais ou aqueles que atuam nas equipes técnicas das Secretarias Estaduais, participam da administração financeira, da coordenação das COEs, que mobilizam as escolas e elaboram o regulamento estadual, articulam com as organizações interessadas nos processos, na realização de campanhas publicitárias, nas formações específicas na temática.

Os Delegados, após eleitos para representarem suas escolas nas etapas seguintes, participam da elaboração do projeto de ação, auxiliam na preparação do material de educação, atuam na mobilização da comunidade, participam da COM-VIDA, isso somente na etapa escolar, e os CJs, por exemplo, atuam como facilitadores do processo, fazem parte das COEs e atuam na etapa nacional.

Assim, buscando entender sobre a noção de participação nos processos de Conferência, foram lançadas nas entrevistas quatro indagações sobre o tema. A primeira se refere a participação de cada entrevistado no processo: *“Já participou da CNIJMA? Em que edição?”*. Na segunda, cada entrevistado deveria descrever como o envolvimento impactou a sua vida: *“De que maneira essa participação na CNIJMA impactou na sua vida?”*.

A terceira indagação relaciona-se à avaliação de cada participante sobre o processo: *“Sendo a CNIJMA uma metodologia participativa e dialógica, como você avalia a participação social dos diferentes grupos participantes?”*. E a quarta *“A CNIJMA conseguiu*

resultar/acolher a premissa da participação de crianças e de jovens de forma efetiva?”, em cada entrevistado deveria manifestar sobre o seu entendimento acerca do acolhimento ou não da participação na Conferência.

Nos questionários, foram apresentadas duas questões estruturantes. A primeira diz respeito às edições. Cada um dos entrevistados deveria descrever como foi a sua participação: *“Em que edição você participou da CNIJMA? Poderia descrever como foi a sua participação?”*. A segunda, refere-se à avaliação que cada sujeito da pesquisa tem a respeito da participação social na CNIJMA: *“Sendo a CNIJMA uma metodologia participativa e dialógica, como você avalia a participação social na Conferência?”*.

Então, por se tratar de um número significativo de dados, optamos por separar os participantes, que são os sujeitos de pesquisa, de acordo com a sua atuação nos processos e compartilhar o relato de cada um sobre como foi o seu envolvimento, as edições em que participou e outras considerações que foram sendo contadas ou escritas nesse momento e que são evidências acerca da sua participação individual. Para apresentar esses dados, organizamos as seguintes seções: ***A Participação Social dos Coordenadores Nacionais, A Participação Social dos Gestores Estaduais e A Participação Social dos Delegados e CJs.***

Em seguida, relatamos outras colocações sobre a participação, as influências destes processos na vida dos indivíduos, os impactos e os significados dessa participação, ou outras informações que entenderam pertinentes e foram sendo relatadas, e que avaliamos como necessárias para recontar essa história, momento que sistematizamos em ***A Participação para os Coordenadores Nacionais, A Participação Social para os Gestores Estaduais e A Participação Social para os Delegados e CJs.***

Em alguns momentos, essas informações se entrecruzaram, uma vez que a narrativa, principalmente nas entrevistas, é livre e a própria metodologia permite isso. Então cada participante discorreu, contou sua história e rememorou as suas vivências da maneira que entendeu mais adequada, sendo os questionamentos planejados, meros direcionamentos.

a) A Participação Social dos Coordenadores Nacionais:

Rachel Trajber inicia o relato sobre a sua participação na CNIJMA, lembrando a sua trajetória:

A minha trajetória foi interessante, porque eu sou da área de linguística, da antropologia, mas quando eu terminei o doutorado, eu não quis mais trabalhar com

antropologia e com pesquisa. Eu tive uma filha e eu quis trabalhar com educação. Então, meio que eu deixei de lado a minha dissertação e tudo e resolvi trabalhar com educação, eu trabalhei na universidade, mas antes disso eu fiz um curso de formação de professores na escola Waldorf Rudolf Steiner, em São Paulo; e trabalhei em Secretaria Municipal de Educação aqui em São José dos Campos; trabalhei na Secretaria de Estado de Educação em São Paulo; na Fundação para o Desenvolvimento de Educação; depois eu trabalhei no MEC, então em Secretarias Municipais, em todos âmbitos federativos, eu trabalhei com Educação em órgãos centrais e também dei aula em faculdades e daí eu me liguei muito em Educação Ambiental e desde então eu acho que a minha trajetória foi totalmente voltada para a Educação ambiental e agora eu estou trabalhando com Educação Ambiental, mais ou menos assim, porque eu estou trabalhando com prevenção de desastres e que vem a Educação Ambiental, trabalhando com sustentabilidade e eu agora com prevenção de desastres, se chama: ERRD, Educação para Redução de Riscos de Desastres, e daí eu faço essa ponte aí entre os dois (TRAJBER, 2017, p.1).

E continua:

Porque imagina você dialogando com milhões de pessoas né, e querendo fazer o melhor possível nesse sentido. A Educação Ambiental é uma coisa, é uma área que entra nas escolas, porque eu acho que, por sorte das crianças gostarem, porque não tem nenhuma Política Pública nesse sentido, quer dizer, tem algumas, teve a lei e tudo, o Brasil, de fato, é um país que é muito especial nesse sentido, mas isso não quer dizer que repercute nas escolas e de forma a trazer a contemporaneidade de um debate ambiental. E não só uma coisa ou conservacionismo ou só trabalhar com garrafa PET, assim mesmo, isso continua acontecendo, mas eu acho que foi uma grande oportunidade que eu tive, que isso mudou minha vida, de criar essa Conferência como um pretexto pedagógico para poder debater assuntos da contemporaneidade, da questão ambiental socioambiental de uma forma mais leve nas escolas (TRAJBER, 2017, p. 2 e 3).

Foi um momento brilhante, que aconteceram muitas conferências no governo Lula e nós tínhamos essa única conferência com crianças, e era sobre o meio ambiente, não era sobre criança falando de criança, era criança falando da questão ambiental, da teia de sustentação da vida no planeta. Então, isso foi muito legal e como eu acabei coordenando quatro conferências, não, três conferências nacionais e uma conferência internacional, eu usei isso para cada oportunidade, para criar esses materiais pedagógicos, materiais mais adensados e bonitos para poder trabalhar com as escolas dessa forma. Enfim, eu tive muitas oportunidades, de ir aprendendo com cada uma das conferências e eu acho que foi legal, porque a equipe toda foi aprendendo e os estudantes também, e acabou que as escolas ficaram mais abertas, já parecendo que entrou como Política Pública mesmo, porque na minha opinião Política Pública não é lei, mas são formas de organização da sociedade, da educação, no caso que se tornam óbvias. Então, é uma Política Pública quando todo mundo aceita isso como uma política de todos, então eu achei que foi bem legal (TRAJBER, 2017, p.3).

A participante Neusa Barbosa recorda a sua história de mobilização e envolvimento social:

Em 2003 fui para Brasília participar de uma seleção de consultoria para participar da Conferência Nacional do Meio Ambiente e participei da equipe da conferência infante. Já em 2004, fui convidada para fazer uma Consultoria no MEC, também participei de processos seletivos e, de 2004 até 2010, participei de uma consultoria,

sempre trabalhando nesses processos de Conferência. Então, eu participei da primeira e participei, agora, até da 5ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Participei de algumas Conferências, também, na versão adulta do Meio Ambiente, eu participei de algumas da Cultura, enfim, comecei a ganhar uma expertise nesse trabalho de conferência e principalmente com metodologias de processos participativos. O meu mestrado em Educação, na linha de Educação Ambiental e hoje sou Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (BARBOSA, 2017, p. 2).

Eu participei de todas as edições, inclusive a quinta já está em processo. Eu participei na da equipe de coordenação, na organização, facilitação, enfim, de todo o processo (BARBOSA, 2017, p. 4).

Eu venho de uma história de muita mobilização e participação social, eu participei de construções políticas da época, contra a ditadura militar, por anistia e me envolvi em partidos políticos. Depois, eu saí dessa história de partidos políticos, mas participei de organizações não governamentais, sempre ligada às causas socioambientais. Então, assim, participar dessa conferência é participar de um espaço importante, muito importante até para participação social. Na época, quando eu soube da primeira conferência, eu participava do Fórum Social de ONGs e movimentos sociais, e a conferência foi apresentada neste Fórum, eu estava lá participando já pensando em Rio+5, Rio+10. Em toda essa movimentação das grandes conferências internacionais, então, assim foi tranquilo para mim, porque eu era uma etapa que estava vinculada diretamente ao poder público. Então, assim, eu saio de uma experiência que é de muitos movimentos sociais e participo de um projeto ligado ao poder público, à Política Pública de modo geral, então a experiência muito interessante porque ela ganha uma amplitude. Eu participo diretamente dos projetos, viajar aos Estados com a finalidade e objetivo de entender, articulando essas comissões organizadoras nacionais, fazendo as pessoas refletirem sobre a temática pensando na organização estadual, lá na Secretaria de Meio Ambiente, então, assim, eu acho que foi outro olhar e esse olhar me fez perceber que esse espaço de participação ele precisava ganhar, também, uma metodologia diferenciada, que fosse mais participativa, porque a gente deixa um legado de muita participação social, mas sempre tem os líderes e liderados que comandam os comandados das bases de execução, e o processo de conferência não coloca a necessidade de se pensar em metodologias de processos participativos integrativos, de saber fazer chegar às Políticas Públicas, a voz, o pensamento das pessoas, em transformar isso em políticas de modo geral. Então, é outra dimensão, uma nova realidade. Eu acho que eu cresci bastante com a experiência, o que eu considero fundamental foi ter participado, também, da Conferência Internacional Infantojuvenil, eu pude levar essa metodologia, essa terminologia social aos Países de Língua Portuguesa. Então, eu cheguei a Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e alguns países, a gente era um grupo muito grande e se dividiu. E levar essa tecnologia, conversar com outros países e eles virem participar da Conferência Internacional também foi uma experiência muito grande, porque essa pauta, ela é muito rica, ela é muito fácil de abrir diálogos e discussões, ampliar a consciência, ampliar o conhecimento. Então, eu me considero uma pessoa que hoje pensa metodologia a partir dos processos de conferência, sempre penso isso, tive a formação específica para isso. A partir daí eu fiz a minha especialização em cooperativa, na cooperação. E agora estou fazendo formações de metodologias de processos participativos, e isso é uma chamada para olhar para este lugar de participação, acho que é lugar de facilitar processos interativos e participativos. Acho que é isso (BARBOSA, 2017, p 4 e 5).

Daisy Cordeiro iniciou sua narração avaliando os processos de Conferência e relembando a sua participação em todas as edições. Segundo Daisy, a experiência é transformadora. Considerando que os projetos se qualificaram ao longo dos anos, considera as

Conferências Infantojuvenis, um divisor de águas. “Os estudantes e professores saem daqui com outra visão, pois percebem a criatividade e capacidade de uma escola mais sustentável e os processos ainda proporcionam união ao reunir estados e regiões do Brasil” (CORDEIRO, 2017, p.2).

b) A Participação dos Gestores Estaduais:

A entrevistada Rita dos Santos, como já mencionamos, participou enquanto membro da MEC, na CONFINT. Entretanto, seu relato está focado na sua experiência enquanto membro de Coordenação do Estado da Bahia:

Eu participei da terceira conferência integrando a equipe da coordenação de educação ambiental do estado da Bahia, então participei de todo esse processo no estado, parte financeira, acompanhamento e na conferência internacional que aconteceu em 2010 se não me engano, não lembro muito de datas. A infanto eu participei no estado, a quarta conferência nacional eu já não estava no Ministério da Educação, eu estava saindo e não me envolvi tão diretamente com a quarta conferência, porque onde eu estava a pauta era outra, então não me envolvi diretamente (SANTOS, 2017, p.1).

Foi muito bom, na participação no estado, eu acabei focando mais na infanto nacional, então vou focar mais nessa experiência no estado. Foi bem interessante porque eu participei desde o encaminhamento da proposta, a parte financeira, a elaboração da proposta, considerando tudo que era exigido pelo FNDE, então isso envolve um conhecimento administrativo e de gestão pública, que de um modo geral, nós da área de educação (pedagogos, professores...) não estamos habituados a nos relacionar, não é algo tão simples. Então, essa foi a primeira percepção e o primeiro grande aprendizado, que é perceber o quanto é necessário a gente também ter uma formação na gestão pública para conseguir captar recursos para desenvolver trabalhos pedagógicos, que às vezes, com quem a gente conversa no setor financeiro, não tem um domínio pedagógico, não entende determinadas questões, determinadas necessidades. E isso foi reforçado no período que eu estava acompanhando os Estados para a continuidade da terceira conferência. Porque a gente faz a conferência em si, o evento reunido, a conferência estadual e a nacional, mas existem desdobramentos da conferência. Eu participei de seis acompanhamentos, RS, SC, Paraíba, Piauí, Pará e Roraima, então no acompanhamento desses estados, sendo a mesma dificuldade, a dificuldade de diálogo entre o setor pedagógico e financeiro dentro da secretaria para a execução das ações. Inclusive, recursos eram devolvidos mesmo tendo necessidades de desenvolver atividades pedagógicas nessa questão. Então, isso foi um aprendizado importante, esse diálogo necessário (SANTOS, 2017, p. 1 e 2).

E complementa:

Outra questão é a formação dessas crianças e adolescentes. Muito interessante é perceber a autonomia desses estudantes, a capacidade que eles têm de liderança e de autogestão, isso é muito interessante e reforça muito essa possibilidade. Desde que nós, profissionais da educação, possamos perceber e possibilitar que essa autogestão aconteça. Então esse é um ponto muito importante, pois nós não acreditamos e

quando não acreditamos, não possibilitamos condições para, e a conferência permite isso, possibilita isso. Então, de certa maneira, ela forma a gente também, nos faz dizer que “pode continuar acreditando que vai acontecer”. Então, essa questão da autonomia, a ideia de pensar propostas pedagógicas, foi um grande aprendizado, pensar como trabalhar com outras metodologias, com outras conduções de processos formativos usando, de maneira muito forte, a ludicidade, outras expressões, principalmente artísticas formativas para a sustentabilidade e mostrando que de fato nós não aprendemos apenas com a mente, mas com o corpo inteiro e existem diferentes forma de expressão e de aprendizado. E isso foi outro ponto de aprendizagem muito boa no processo da conferência (SANTOS, 2017, p. 2).

A articulação com os jovens também é bem interessante, porque são os professores, a coordenação dialoga com os jovens e esses que de modo geral conduzem as oficinas para a formação dos estudantes que vão participar da conferência. E essa relação com gerações diferentes facilita e ajuda no processo de confiança do adulto com outra geração, e aí entra a relação de respeito, às vezes eu escutava assim: “-Ah, os professores são quadrados e não gostam disso!” E não é bem assim, a responsabilidade do docente é muito diferente dos jovens, então não dá para a gente achar que os professores não querem fazer ou que não querem assumir ou porque não gostam ou não confiam. Lá, de fato a responsabilidade muda, mas quando acontece de forma responsável, quando os jovens reconhecerem a importância dos adultos e quando os adultos reconhecerem a importância dos jovens, tudo flui de uma maneira mais tranquila (SANTOS, 2017, p. 2).

E no Estado da Bahia a gente teve essa boa experiência, relação de respeito do papel de cada um e das limitações de cada um, então não houve uma relação de disputa de “eu não consigo fazer porque fulano de tal não quer ou os professores não querem ou os jovens não querem ou os adultos não querem”, isso foi bem interessante, construir essas relações também foi um bom aprendizado, conhecer grupos e movimentos sociais do Estado da Bahia que poderiam trabalhar na formação de outros jovens, também foi algo bem importante. E no acompanhamento dos Estados, essa questão administrativa foi bem forte, não somente em relação à questão financeira, mas também da capacidade da escola, a partir da formação de uma comunidade, que aí a gente já trabalhava com as Com-Vidas, mesmo com toda a dificuldade de se formar, mas quanto esse trabalho cooperado favorece as inovações dentro da escola. A implementação de ações de fato mais concretas, mais factíveis, mais duradouras (SANTOS, 2017, p. 2).

Maria de Fatima Graça, atuante no Estado de Alagoas, nos conta que *“Participei como organizadora de IV Conferência. Da realização das oficinas, Conferências Regionais e Conferência Nacional, processo logístico, eleições dos delegados, acompanhando também a delegação até Brasília” (GRAÇA, 2018, p. 1).*

Maria Benedita Prim, de Santa Catarina, *“participo desde a primeira edição na SEDUC/SC, na coordenação” (PRIM, 2018, p. 1).*

Luís Fernando Abrão, da Paraíba:

Venho participando ativamente do processo da conferência infante desde sua primeira edição em 2003, sendo acompanhante da delegação em todos os processos. A participação sempre foi de suma importância como profissional por ver no processo um momento de se ver um caminho para consolidar as deliberações/informações oriundas da comunidade escolar, que possui conhecimento vasto de sua região e que nem sempre é repassado para outros locais (troca de informações com outras comunidades escolares) e que o processo da conferência permite acontecer. Tal comunicação leva a se ter as ideias concebidas pelos participantes do processo da conferência para favorecer o acesso à informação, ter uma sensibilização para levar a uma capacitação e assim educar as gerações existentes para o cuidado com o meio ambiente e a promoção da sustentabilidade, de forma correta e consolidada. A cada participação, poder ver os jovens delegados expondo suas vivências e mostrando para os demais como aquele momento foi gratificante para ele como pessoa e quando com o passar do processo, estes delegados, que já são ex-delegados, se comprometem a participar do próximo processo e quando este novo processo começa a ocorrer e estes ex-delegados estão presentes durante todo o processo, seja auxiliando em reuniões ou nas palestras ou apresentando o processo da conferência nas suas ex escolas e dando o seu depoimento, mostrando como o momento foi importante em suas vidas e que realmente vale muito estar participando da conferência, é de sentir realizado totalmente e este momento só o processo da conferência pode proporcionar (ABRÃO, 2018, p. 1 e 2).

Lindalva Cruz, do Ceará:

Particpei de forma mais ativa, como coordenadora da Comissão Organizadora Estadual da Conferência - COE Ceará, da terceira e quarta Conferência e nesse momento coordenando também o processo da V CNIJMA no nosso estado. Ao fazer meu mestrado, em Avaliação Política Públicas pela UFC Ceará, priorizei pesquisar os delegados da III CNIJMA e sua atuação após sua participação na Conferência (CRUZ, 2018, p. 1).

Eliane Vieira, do Paraná:

Particpei de todas as Conferências, da 1.^a a 3.^a como professora de Ciências, tanto na rede municipal como na estadual: na primeira na etapa da escola, na segunda até a etapa nacional (meu aluno fez parte da delegação estadual que foi para a etapa nacional), terceira até a etapa estadual. Na quarta fui responsável por uma das oficinas na etapa estadual e na quinta, estou na organização da CNJMA no estado como Secretária de Educação e integro a Comissão Organizadora do Estado (VIEIRA, 2018, p. 1).

Silvia Alves e Edelma Vaz, de Goiás, contam que “participamos de todas as edições. Nossa participação foi enquanto COE – Comissão Organizadora do Estado de Goiás” (ALVES e VAZ, 2018, p.1)

Já Marli de Lima, do Paraná responde o instrumento dizendo que “Não participei de edições anteriores” (LIMA, 2018, p. 1), entretanto não indica outro gestor que tenha participado dos processos, mesmo tendo essa indicação nos questionamentos.

c) **A Participação dos Delegados e CJs:**

Naiara Campos, que começou sua trajetória nestes processos desde muito cedo, recorda:

Sou Naiara Moreira Campos, sou de Belo Horizonte, Minas Gerais, onde me formei em Biologia, Ciências Biológicas, com ênfase em Gestão Ambiental, me formei em 2007 e em 2008 me mudei para Brasília para trabalhar como consultora da delegação da educação ambiental do Ministério da Educação, onde trabalhei no projeto da conferência infantojuvenil e no letramento da política da educação ambiental em alguns estados. Eu já tinha participado da conferência, da primeira, em 2003, como delegada da adulta e conheci o projeto da infantojuvenil e atuava em Belo Horizonte, como Coletivo Jovem. Então, eu já sabia a metodologia adotada pelo MEC desenvolvido nas escolas e a gente teve um projeto que chamou Chico Mendes nas Montanhas de Minas onde a gente teve até o recurso do FNDE. Na época, ainda fazia convênio com ONGs e desenvolveu uma rede de escolas em Belo Horizonte, as Com-vidas, então em 2008 eu já passei essa vivência; vim para Brasília, onde eu trabalhei na terceira Conferência Infantojuvenil, foi a minha primeira como equipe. Em 2010, teve a Conferência Internacional, onde eu participei do processo preparatório dos Países de Língua Portuguesa, então eu cheguei a alguns países da África levando essa metodologia nas Conferências de lá e depois, 2010, teve a Conferência Internacional. E então, já na quarta Conferência, que foi em 2013, eu fui coordenadora de metodologia da equipe nesse período em Brasília. Eu também trabalhei em várias conferências, me especializei em dinâmicas de grupos e até hoje estou trabalhando na Conferência Distrital, com participação na educação ambiental (CAMPOS, 2017, p. 1).

Eu era do Coletivo Jovem, então a gente tem uma rede de vários amigos que foram e são agora gestores públicos, que trazem o compromisso, um olhar para a sustentabilidade e como a gente sempre trabalhou como metodologia participativas, eu sinto que essas pessoas têm uma tendência a querer fazer diferente, a querer chegar à gestão pública e abrir mais, transformar, trazer um pouco do olhar dessa sustentabilidade. Eu vejo muitos casos, jovens, hoje já adultos, que atuaram no Coletivo Jovem, hoje no papel de gestores, em outros papéis e eu sinto que existe esse compromisso, que fica até hoje. E os delegados tem alguns contatos pelo Facebook, que eles criaram até um grupo da quarta conferência, onde eles ainda trocam mensagens e informações; vira e mexe colocam fotos do momento da conferência e até da internacional, matando saudade. Tem pessoas que vieram como delegados na época, para o Brasil, e até hoje mantêm contato com os países da África que queriam muito ter essa experiência de novo. Podemos ver que aquilo foi um divisor de águas na vida das pessoas mesmo (CAMPOS, 2017, p. 1).

Gabriela Batista também nos conta o seu longo percurso nas Conferências:

Como eu já era ativista no Terra Azul, a gente já tinha uma juventude, chamava Juventude Alternativa Terra Azul e tinha mais de 30 jovens lá em Fortaleza, o MEC procurou a gente e convidou para integrar a comissão organizadora da conferência e aí eu comecei a participar em meio às reuniões do IBAMA, comecei a participar dessa comissão. E aí, depois, a gente fundou o Conselho Jovem. Depois dos grupos de jovens que estavam participando da conferência, surgiu a ideia de criar os Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente. Porque tínhamos três lemas, jovem escolhe jovem, jovem educa jovem e uma geração aprende com outra. Então, a ideia era que a gente, os jovens pudessem ir nas escolas para formar outros jovens na linguagem que fosse de jovem para jovem. Isso era muito legal, a gente recebia formação do MEC e a gente ia para as escolas fazer essa formação. Foi assim uma das

experiências mais legais que eu já tive, porque foi uma oportunidade, porque eu não trabalhava com jovens então adolescentes, quase crianças e eles são muito, muito encantadores. A gente acaba ganhando experiência de como facilitar grupo, de como dialogar e acaba passando essa energia, porque eles realmente querem fazer alguma coisa, eles absorvem muito rápido e vão muito para prática. Então, isso é uma coisa muito legal da conferência, porque não ficava só uma oficina explicando a importância da natureza, mas já passava para prática. Eles já queriam fazer uma horta, já queriam é que a escola economizasse a água, já conversavam com a família. E desse processo, desses jovens que a gente formou nas escolas, a gente criou a Rede Cearense de Juventude do Meio Ambiente, chamado de RECEJUMA, eu lembro que eles tinham um sítio no Ceará e a gente fazia já independente do MEC e independentes a gente continuou. As conferências acabaram e a gente continuou fazendo as formações e os encontros sobre o meio ambiente. E a gente tinha autorização dos pais, os pais gostavam da gente, a gente conseguia ir atrás na SEDUC, escrever projetos e ter financiamento para trazer todos esses jovens que tinham sido delegados para esse encontro com a gente e a gente criou essa rede de jovens que foram delegados (BATISTA, 2017, p. 1 e 2).

Eu participei de todas as edições da conferência. E vamos lembrar que só ia três de cada CJ, pois vamos contar que a primeira eu não fui para a etapa nacional, a primeira foram outros dois jovens do Ceará; o Bruno e a Rebeca, eu fui na segunda, na terceira e na internacional, porque como eu morei na Argentina, eu falava espanhol e eu fiquei com os jovens de língua espanhola, então eu facilitei o grupo de jovens de língua espanhola; que a internacional foi a coisa mais linda do mundo (BATISTA, 2017, p. 3).

O Ceará é o Estado que sempre fazia conferência, depois de ver esse dado, a gente era quem mais fazia conferência. Então a gente fazia conferência na escola, fazia conferência municipal, fazia conferência estadual, tinha concursos de cartazes, de desenhos que eles faziam; os desenhos selecionados iam para nacional e depois a gente ia para a conferência nacional. Na conferência nacional, a gente ficava um tanto de 20 dias, eles contratavam os oficinairos, determinavam as oficinas e a gente recebia a oficina que a gente ia reproduzir. Então, por exemplo, na conferência infanto eu tinha que fazer a oficina de spot e de rádio com os jovens; então, eu ficava 20 dias estudando o projeto e quem ministrava era o “Cala a boca já morreu” que era um grupo de São Paulo. Então, a gente contratava o “Cala a boca já morreu”, a gente ficava cinco dias aprendendo essa oficina para depois se preparar para receber as delegações e viver a conferência que eram mais cinco dias. Era muita responsabilidade, porque assim, a gente tinha que saber lidar com criança, ensinar, estar sempre à disposição; a gente tinha um colete, um colete verde que era o facilitador, então assim, era uma experiência de trabalho mesmo, a gente recebia todo o apoio do MEC e a gente tinha esse compromisso de ser um facilitador mesmo, de atender bem, de ver como é que os jovens são, de cuidar também. Vinham os professores e os responsáveis legais pelos jovens, não era o nosso papel enquanto CJ, mas a gente sempre estava atenta para saber se eles estavam bem, a gente fazia brincadeiras nas horas vagas, fazia o tempo todo rodas de conversa. Era assim como de 6 horas da manhã até 6 horas da noite. E aí vinha o presidente falar com os jovens, tinha a noite. Cada noite tinha uma programação, porque criança não pára, criança tem muita energia, adolescente tem muita energia. Então, você tem que ocupar muito eles para que eles consigam ficar tranquilos, que eles possam dormir, se não eles não param e eles precisam dormir, então você tinha assim, era oficina de manhã, brincadeira de tarde, aí tinha um almoço; aí tinha parte da delegação e uma noite, tinha apresentação cultural; eles sempre paravam para fazer apresentação cultural, de cada estado, era lindo demais o pessoal do Ceará fazia forró; o pessoal da Bahia fazia um axé. Então tinha as apresentações culturais, tinham os vídeos todas as noites, tinha alguma programação, plenárias, rodas de conversa, a gente fazia rodas de conversa com eles sobre a importância do CJ; como é que eles poderiam ser um ativista, um adolescente ativista; que eles tinham que fazer alguma coisa pelas escola deles e aí, tinha a carta, que toda conferência tinha e a carta era uma das oficinas.

Eu não lembro quantas oficinas eram, mas geralmente tinha oficina de tecnologias sustentáveis, oficina de comunicação e uma das oficinas era a carta e aí, na carta é muito legal porque eles fazem a carta (BATISTA, 2017, p. 4 e 5).

Então era uma experiência muito intensa e de muito trabalho. A gente trabalhava muito, a gente trabalhava muito, meu Deus, eu lembro que era uma coisa assim, todo mundo queria ser um facilitador da conferência e não dava para ir todos, realmente tinha que fazer uma reunião com todos os CJs para ver quem eram os escolhidos para conferência e acabava que eu sempre era escolhida para ir e eu acabei indo em quase todos, porque eu me dedicava muito, assim a ir nas escolas para fazer esse trabalho, porque era muito legal. Eu acho que isso foi muito determinante para ser o que eu sou hoje assim, para o trabalho que eu faço hoje no governo, porque a gente tem que gostar do que a gente faz, tem que querer fazer e se dedicar para poder fazer, porque parece que tudo vai contra. Assim, esse governo, é tudo tão difícil, falta de recurso, falta de pessoal, burocracia (BATISTA, 2017, p. 5).

A participante Sabrina do Amaral compartilha as suas memórias:

Na primeira conferência eu já me envolvi, fui convidada para uma reunião no IBAMA, aqui no Rio Grande do Sul, que foi apresentada a proposta aqui para o Estado, fui acompanhando a coordenadora pedagógica aqui do município onde eu trabalhava. Recebi o convite dela, eu era professora, estava começando a dar aula em uma escola do interior e essa escola começou a participar de um projeto que se chama Peixe Dourado, que é do comitê de Bacia hidrográfica aqui do Rio dos Sinos, e aí o projeto estava dando certo, estava conseguindo mobilizar mais escolas para participarem e essa coordenadora me convidou para essa reunião. Foi, então, que apresentaram a proposta para os municípios e quando me foi apresentado o Coletivo Jovem, junto com a Conferência, em 2003. Nesse ano, participei das mobilizações em todo Estado, regionais e estadual. Depois pude participar do Coletivo Jovem com mais três jovens do RS, inclusive uma estava grávida e acompanhamos o nascimento do bebê e dizíamos que era fruto da conferência, brincávamos bastante (risos). Mas, até, então, sempre o envolvimento aqui no Estado, depois teve a etapa Nacional, mas não participei. Houve outros encontros nacionais, que os jovens foram e eu também não participei. Na segunda conferência, comecei a participar de uma forma mais ampla, quando pude participar do segundo encontro de juventude, que foi uma preparação para que os Coletivos Jovens pudessem desenvolver ideias, se conhecer, alguns eu já conhecia do Fórum Social de 2005, aqui. Foi quando conheci a Rejuma também, que é a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente, que foi criada nesses encontros, desde o primeiro. E pude participar também, como facilitadora, na Conferência Infância Nacional com oficinas e estava facilitando a gurizada na segunda conferência, onde já estavam todas as delegações nacionais, em 2006 (AMARAL, 2017, p. 1).

Então, participei da primeira, que as escolas já estavam bem envolvidas, mas não fui para a nacional. Na segunda, eu já estava bem ambientada, então participei da nacional devido às normas de idade; a terceira, também. Já na terceira, participei da COE, o Coletivo Jovem já tinha um espaço na COE e fui convidada para fazer parte no RS; fizemos toda essa construção em 2009, se não me engano. E pude participar como oficineira, novamente. Antes da quarta conferência, teve a Confint, mas não pude participar porque era só até 26 anos e eu estava com 27 já e foi outro jovem aqui do Estado que foi; e começamos a trabalhar já para a quarta conferência. Na quarta conferência, foi bem interessante, porque fomos nós do Coletivo jovem que montamos, a SEDUC, na segunda, terceira e quarta conferência, foi quem mobilizou e organizou no estado, só a primeira que foi o IBAMA, então já pudemos participar de uma forma muito maior, porque a Silvana que ainda é a coordenadora aqui da SEDUC, sentou com a gente em todos os encontros, e o Coletivo Jovem já foi bem mais participativo, fizemos grupos no estado e ajudamos a fazer o regulamento de encontros no Estado, metodologias de formação para a quarta conferência em

Brasília, para fazer toda essa construção, desse o início, participando dessa tomada de decisões para o encontro estadual. A Silvana pediu a metodologia, a gente montou e fomos aprovados pela COE. A gurizada pode participar de um consenso entre as 27 escolas que estavam fazendo parte da Confederação Gaúcha para a quarta conferência (AMARAL, 2017, p. 2).

Eu já tive um papel diferente, nessa quarta, pois já não estava mais na idade de Coletivo Jovem, mas ainda estando no CJ, participava da COE e fui acompanhando a delegação gaúcha como professora acompanhante. Foi um processo bem diferente das outras conferências, acompanhei nos quartos, nos locais onde ficavam, bem diferentes das outras. Nas outras, eu era apenas oficinaira, os jovens chegavam naquele espaço e apresentávamos uma proposta a eles, onde conheciam as propostas dos outros e construíamos processos para internet, entrevistas sobre o evento, etc. E já na quarta conferência eu pude acompanhar em várias oficinas e não só na que eu dava, podendo conhecer mais a fundo os trabalhos em geral, fiquei um pouquinho em cada oficina (AMARAL, 2017, p. 2).

Do mesmo modo, Thiago Lincka relembra seu envolvimento no processo:

Então, assim, eu estou nesse processo desde a primeira conferência, então na verdade a minha entrada no movimento ambientalista de fato, eu já tive outros trabalhos na época de escola, quando criança, o meio ambiente, era mais como espectador do que como ator, na verdade. A minha entrada, de fato, na primeira, foi em 2003 e na verdade na conferência adulto e não infante que foram simultaneamente que nesse ano. Eu comecei na adulta, com 16 anos e daí que tive conhecimento da conferência infante, e aí eu cheguei a participar lá, ingressei no meio, nos primórdios do famoso Conselho Jovem, que em 2005, dois anos depois, agora não lembro, começou a se chamar Coletivo Jovem e já no Coletivo Jovem que eu entendo de onde saiu esse processo de Conferência. Na segunda Conferência, na qual eu cheguei à etapa final em Brasília, não como participante, até porque o público alvo das crianças é de 11 a 14 anos, mas como facilitador do público jovem, enquanto CJ (LINCKA, 2017, p.1).

Na primeira edição eu participei das etapas estaduais, eu era muito novo, não tinha muito conhecimento, eu mais ouvia que participava mais como espectador do que participante, não só pela pouca experiência, mas pela pouca idade mesmo. Na conferência de 2003 e já na segunda conferência que foi em 2005, eu participei bem ativamente, eu já era membro do coletivo jovem e também já nos reuníamos enquanto coletivo periodicamente já tínhamos um grupo não muito grande, mas um grupo pré estabelecido, que tinha essa dinâmica de reuniões e aí nessa de 2005 eu cheguei até a etapa nacional, como facilitador. Éramos três facilitadores por Estado e esses facilitadores eram membros do CJ obrigatoriamente e aí eu fui um dos três facilitadores aqui do Rio Grande do Norte. Na segunda, na terceira Conferência, que foi em 2009 eu participei das etapas nacionais, participei de todo processo de formação, foi quando mais me envolvi nas etapas iniciais, então desde o processo de inicialização e de implementação do Ministério do Meio Ambiente. Eu fiz seleção de professores, fiz vários seminários aqui em Natal e no interior do Estado com as escolas, os gestores, incentivando para que as escolas fizessem a conferência na sua escola e participasse do restante do processo, porque é preciso ter a conferência para eleger delegados e fazer parte do restante do processo. Então na de 2009 eu participei de todo processo de formação e até a etapa Estadual, fiz parte dos facilitadores da conferência nacional, porém, por questões de rodízio de jovens eu abri mão para outros jovens serem facilitadores. E em 2009, se não me engano, foram dois facilitadores ao invés de três devido à falta de recursos, foram dois jovens aqui do estado para a facilitação. Na quarta conferência, que foi a última, em 2013, a minha participação foi um pouco diferenciada que ela foi mais do cunho de gestão. Ao invés do MEC, do órgão gestor determinar como iria ser feito tudo, o Comitê Construtivo

Nacional que é o CCN era ouvido e todas as decisões partiam desse comitê e aí eu fazia parte desse comitê como membro da REJUMA. Ao invés deles determinarem de cima para baixo a metodologia da conferência, a gente auxiliava esse processo. Inclusive acabei de lembrar que me esqueci de falar da REJUMA, ao longo desse processo desde 2003, eu passei a me integrar, não sei o momento exato, eu me integrei na REJUMA que é a Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e aí foi quando entrei no CCN na parte de gestão, de pensar a metodologia, foram feitos alguns encontros em Brasília junto com outros membros do CCN para pensar toda a parte metodológica o que seria abordado na conferência e junto a isso, eu participei mais desse formato nacional do que no Estado, só que, também, participei das formações aqui no Estado quando dava (LINCKA, 2017, p. 2).

Em 2013 eu já era servidor, já tinha um trabalho, já tinha a dificuldade da questão do tempo, que sou servidor da faculdade do Rio Grande do Norte e em 2013 eu já tinha esse cargo, então não tinha tanto tempo como 2009 que era estudante universitário, aí eu fazia mais essa parte nacional e quando dava essa mobilização local, e daí eu fui à conferência nacional que no período da conferência, nós do comitê construtivo fomos convidados a participar exatamente para ajudar no andamento, a pensar e elaborar e ajudar no processo de conferência propriamente dita, a colocar a mão na massa. Além disso, eu como membro da REJUMA, conseguimos um espaço para a REJUMA, fazer um túnel do tempo, até porque em 2013 fazia 10 anos de Conferência, de Coletivo Jovem, de todo esse processo. E aí, aproveitamos todo esse momento temporal, o marco histórico de 10 anos e conseguimos um espaço da REJUMA na conferência fazendo parte da metodologia, da programação do cronograma da conferência nacional infanto e então eu estive com mais cinco jovens que foram escolhidos um por cada região, para ter essa representatividade nacional e desenvolvemos alguns momentos nesse espaço. Então, fizemos o túnel do tempo, fizemos em fotos, vídeos, banners, materiais produzidos. Foi um grande túnel mesmo, fizemos uma salinha fechada que todos participantes da conferência, sejam eles os delegados que são as crianças de 11 a 14 anos; os facilitadores e gestores; pessoal do MEC, MMA; convidados, palestrantes, enfim, todos tinham acesso a esse túnel e vivenciando ano a ano todos esses momentos. E não só da Conferência, mas da juventude pelo meio ambiente desde 2003 até 20013, para elencar esse momento. O encontro nacional da juventude que se não me engano foram seis, a Rio + 20 em 2012, também estivemos presentes, os Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental, o Fórum de 2005, o de 2012 na Bahia, de 2009 no Rio, mobilizações locais, projetos locais da REJUMA, estavam todos em 2013 lá, durante o processo da quarta Conferência. A Confint que foi em 2010, eu participei da etapa que foi toda pela internet, foi criado uma plataforma. Caraca, já faz sete anos já. Parece que foi ontem. Daí, tinha uma plataforma que a gente tinha que interagir, mas daqui do Estado foi outro jovem que foi o Fernando e foi um ganho desse processo, porque nós realizamos aqui em Natal em 2016, o primeiro evento Potiguar e esse jovem tinha sido delegado da escola, mas não foi a nenhuma conferência nacional, só foi delegado da escola e aí ele foi para esse encontro em 2006 e desse encontro ele passou a ser parte desse Coletivo Jovem e participou da Internacional, em 2010 (LINCKA, 2017, p. 2 e 3).

d) A Participação para os Coordenadores Nacionais:

Sobre a participação nos processos de conferência, Rachel Trajber nos conta que:

Ela sempre foi participativa e o que que eu entendo por participativa, é uma definição que há muitos anos atrás a Eda Tassara deu e nunca mais saiu da minha cabeça. Então, a definição da Eda Tassara é ótima, são três características, a primeira delas, que é a mais básica, é aquela de poder: “Para ter um processo participativo, você

precisa dividir poder e não fazer aquelas coisas fakes do jovem, que dizem que é participativo, mas não é, estar disposto a ouvir o outro e dividir informações do conhecimento e esse é o primeiro o de poder.” A segunda característica é: “Providenciar com o governo da época, a promover de espaços de interlocução, espaços para que esses diálogos pudessem acontecer, e o terceiro, e a terceira característica é: “Compartilhar conhecimentos e informações”. Essas são as três características, dividir poder, espaços de interlocução e diálogo e compartilhar informações e conhecimentos. São três características que tem como base, também, o Tratado de Educação para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que tem uma série de princípios. Quando eu olhava para o Tratado, para aqueles princípios do Tratado, eu via que tudo que eu estava fazendo era, tinha base nesse Tratado. Eu tentava ter uma base no Tratado e ele é eminentemente participativo, e como o Governo Federal, eu tinha essa condição de prover esses espaços de interlocução e as escolas eram os espaços fundamentais de diálogo (TRAJBER, 2017, p. 5).

E, como o grande impacto da experiência em sua vida, compartilha:

Para mim pessoalmente Raquel, o tempo todo lido com gente que participou de conferência, de Secretaria de Educação, eu fui fazer uma palestra em Angra dos Reis, aqui no Rio de Janeiro e a secretária de educação fez uma homenagem para mim por causa da conferência que eles foram. Eu fui para Manaus, também, fazer um trabalho e as pessoas conhecem a COM-VIDA e falam das conferências como as coisas mais importantes que aconteceram naquela Secretaria de Educação. Não sei é uma coisa estranha, porque eu não fico em contato com isso o tempo todo, mas quando eu entro em contato, em geral é lembrado pelas pessoas assim, que participaram e muita gente participou, do sistema de ensino tal, então é, não sei é bem emocionante isso, é inacreditável que eu participei desses processos, é difícil (TRAJBER, 2017, p. 7).

Neusa Barbosa acrescenta:

É, ela tem quatro etapas. A participação, ela chega em quatro etapas: a primeira acontece na escola, jovens estudam o tema, elegem um processo de ação, constroem e vão para a conferência para escolher quem vai representar a escola. E aí, vai para seguinte, que pode ser uma conferência regional ou municipal. Nessa etapa, ela não é obrigatória, mas muitos estados fazem, principalmente estados grandes como: Minas Gerais, São Paulo, Ceará e Bahia, estados que têm muitas escolas, mais de duas mil escolas, então eles fazem essas etapas que antecedem a conferência estadual e lá tiram o número de delegados que vêm para a estadual e na conferência estadual começa todo o processo de eleger o melhor projeto. Então são quatro etapas de participação, de pura participação, e a ideia é que os adultos não interfiram no processo dos jovens e dos adolescentes, os adultos, eles estão ali para dar o suporte e o conhecimento necessário, mas o jovem é que vai fazer toda a metodologia, toda participação. E os adultos vão formar esses jovens para isso, então a conferência tem três princípios que é jovem educa jovem, jovem escolhe jovem e uma geração aprende com a outra, nesse processo de participação. Então, eu acho que a conferência é pura participação. Eu acho que todo processo é participativo, tem comissão consultiva nacional, comissões organizadoras estaduais, tem as equipes das escolas que se mobilizam. Então é um grande processo de mobilização, de articulação e de formação, formação de conteúdo específico, formação também de democracia e participação social (BATISTA, 2017, p. 7).

Muitos estados formaram coordenações de educação ambiental e institucionalizaram a educação ambiental dentro das suas secretarias por conta do processo de conferência. E a Conferência, na realidade, é só um pretexto para fazer educação ambiental, é um pretexto de mobilização, organização de uma educação mais difusa, que na realidade leva temas mais importantes para educação ambiental. A terceira conferência, por exemplo, ela tratou de mudanças climáticas especificamente. Então, você fazer jovens e crianças pensar sobre a situação do clima no mundo, no país e na sua cidade, o que elas podem fazer, é uma força muito poderosa e passando por processos formativos de participação. A segunda conferência trabalhou com os interesses internacionais, acordo sobre a biodiversidade, sobre as mudanças do clima, sobre a desertificação, assuntos que foram construídos lá na rio-92. Então, assim, se eu pensar em uma educação ambiental crítica, que ela é participativa, que ela é fortalecedora, a conferência fortalece a educação ambiental e faz as pessoas refletirem sobre como elas estão convivendo com os outros, como elas se colocam como natureza e começam a fazer um projeto de ação. Então, também não fica só na elaboração conceitual, ela propõe uma ação concreta na escola. Aí, no Rio Grande do Sul a gente tem mais uma experiência bem bonita, não lembro o nome do município, mas lembro o nome da jovem que se chama Sabrina do Amaral. Hoje, ela é professora e estava fazendo mestrado, não sei se está fazendo doutorado, ela está na Secretaria de Educação e fez um belo trabalho com as escolas e a região que ela participa, foi uma jovem que veio muito novinha para primeira conferência, mas continua atuando na educação ambiental, na rede de juventude pelo meio ambiente (BARBOSA, 2017, p. 8).

E prossegue no seu relato:

Uma coisa importante que essas conferências abordam também são essas questões de meio ambiente e qualidade de vida nas escolas, porque aí, ela não se caracteriza apenas como um evento, ela entra com o tema e faz o processo participativo, mas constrói uma comissão de meio ambiente e qualidade de vida na escola que vai pensar na educação ambiental a sua sustentabilidade. A quarta conferência teve esse tema de escolas sustentáveis e o que é uma escola sustentável? É uma escola que tem o sustento rico, que pensa a sua edificação, que pensa todo um processo pedagógico, a partir da ótica da sustentabilidade. Então, isso já é muito. Qual a educação ambiental faria isso na conferência? O pretexto para a gente chegar lá é rumando as pessoas no processo participativo e com um conteúdo muito forte e poderoso por trás. A base da educação ambiental é essa reflexão crítica e transformadora para a sociedade, no caso, para escola, porque a conferência acontece na escola e na comunidade, mas a gente entende que ela não fica só na escola, que a escola tem um ciclo todo, que existem os pais, que existem os professores, porque a escola, ela pulsa para fora dela, esse tema não consegue ficar dentro de seus muros, não tem jeito. Então, você está fazendo as pessoas olharem para outro lugar que está dentro e fora da escola, que está na comunidade, então, essa educação ambiental é crítica e transformadora e participativa e a conferência fortalece isso (BARBOSA, 2017, p. 8 e 9).

Tem uma jovem com um “vtzinho” que passava na televisão, na época da segunda conferência que a jovem dizia: “A gente não quer pensar no futuro, a gente quer pensar no presente, a gente quer agora esse negócio de que nós somos o futuro da gente, a gente quer fazer uma coisa já!” Então, é muito legal você ver que eles, nessa idade, são capazes de dizer isso, de querer fazer alguma coisa. Na segunda ou terceira conferência eles fizeram uma carta de responsabilidade, eles, ao invés de fazer reivindicação, eles assumiram responsabilidades, eles entregaram ao presidente Lula, na época e depois à representação dos ministros, a Marina e Henrique, na época da terceira, dizendo que: “Nós, estudantes participantes da conferência infantojuvenil nos responsabilizamos, nós vamos cuidar disso, nós vamos fazer aquilo, que causaram constrangimento ao gestor público, porque assim, nós crianças estamos dizendo que vamos fazer e vocês gestores públicos, você o presidente da república, o que vai ser feito pela questão ambiental? (BARBOSA, 2017, p. 9).

Vou contar um fato pitoresco, até um pouco folclórico: existiu um gestor do ministério do meio ambiente que ele é muito rígido, muito duro e chamava-se Gaetani. Ele era o secretário executivo da Isabela Teixeira, todo mundo tinha muito medo dele porque era um cara muito difícil de lidar, enfim, ele foi para a conferência infantojuvenil representando a ministra e a gente fez uma brincadeira no processo de conferência de “tocou colou”, não sei se você conhece, é uma metodologia de jogos cooperativos. Todo mundo ia se tocando e ficando colado e, todo mundo tinha que tocar em várias pessoas que estavam na frente, atrás, então, você via aquele cara todo de paletó, todo rígido, colado nas pessoas e no final chorando em lágrimas. Essa história me lembrou uma coisa interessante, que são dois ministérios juntos: Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente, como órgão gestor da política nacional de educação ambiental, colaborando numa grande ação que responde à Política Nacional em termos de participação social, em termos de educação formal. De cumprir artigos da lei como toda escola tem direito, toda escola tem o dever, o direito de ter educação ambiental no seu currículo. Então, eu acho que assim, unir esses dois ministérios é uma grande ação também dessa conferência, é uma das mais importantes. Eu, por exemplo, sou do Ministério do Meio Ambiente e trabalho nessa conferência como colaboração desses dois ministérios. Então, isso faz a gente pensar de como a gente tem que andar junto em outros ambientes, também, não só na educação formal. E trazer o Ministério da Educação para olhar, também, para o não formal e que existe um espaço muito importante de constituir, que a gente pode importar conteúdo e isso que é bacana. E outra coisa que a conferência faz é olhar para as diretrizes curriculares nacionais. Nos estados, a gente conversa com o IBAMA, com o Conselho Estadual de Educação, e isso tudo acaba se unindo em segmentos sociais e instituições públicas em torno de um projeto que é muito maior que um evento em si (BARBOSA, 2017, p. 10 e 11).

Para Daisy Cordeiro, a participação nos processos de Conferência contribui para a implementação da política de EA no país:

No olhar de implementação da política, por meio desses diálogos transversais, por meio dessas mudanças de atitude, de diálogos que acontecem na escola para realizar a conferência, é possível dizer que ela contribui, sim, muito para a implementação da política de educação ambiental. Mas isso em uma questão de longo prazo, isso não acontece do dia para a noite, ela é assim, a educação ambiental precisa ser o componente essencial e permanente dentro da educação nacional (CORDEIRO, 2017, p.3).

E ainda acrescenta:

A Conferência traz a satisfação, traz essa problemática. Traz, porque ela não ocupa esse espaço tão importante que ela deveria ocupar, desde o Ministério da Educação até as Escolas? Então a conferência traz esse olhar, essa reflexão, que ela vem para esse diálogo transversal, que ela vem para uma mudança de comportamento, nisso eu acredito que acontece, sim. Agora, implementar políticas, trazer as diretrizes para a discussão, eu acho que temos ainda que trabalhar em paralelo com a formação continuada de professores. E não só de professoras, uma formação continuada de toda a comunidade escolar, penso que é algo bem abrangente. Isso, na minha opinião (CORDEIRO, 2017, p. 3).

e) **A Participação para os Coordenadores Estaduais:**

Para Rita dos Santos, quem se envolve nos processos demonstra um encantamento em participar:

E tem algo que é muito interessante na conferência, a equipe envolvida tem um desejo, um compromisso tão grande que supera qualquer dificuldade. Então, geralmente quem estava na conferência, tinha um encantamento, não era só um compromisso político, não era só um trabalho, mas um encantamento, um acreditar de fato. Então, trabalhar na conferência, nas duas equipes que trabalhei, tanto no Estado, quanto a equipe do MEC, era impressionante, a gente não se desestimulava. Às vezes, até parava para saber o que fazer com tal coisa e de repente estava todo mundo junto. Podia ser sábado, domingo, manhã, tarde, noite, todo mundo disponível para fazer. A equipe, mesmo pequena, além de ser uma equipe qualificada, tinha esses três elementos que ajudavam muito a conferência ser o que foi até hoje, que é a qualificação da equipe, o compromisso e o encantamento (SANTOS, 2017, p. 7).

Então, são pessoas que de fato, acreditam na mudança, a partir do processo da educação ambiental e aí via na conferência, o encantamento, o desejo, a vontade, o envolvimento. Hoje quando percebo a equipe que está na coordenação da educação ambiental, eu não sei, porque não sei se tem o mesmo envolvimento, se de fato acredita a ponto de viver esse processo que a gente viveu, se está a ponto de abrir mão de algumas coisas e correr atrás, como não tem recurso para tal coisa. Conversava com um, com outro. A equipe faz a diferença, as pessoas das secretarias também, muito envolvidas, das secretarias estaduais, às vezes era uma pessoa na equipe estadual, era a equipe na secretaria estadual e, no entanto, o grupo ali, se tinha SEA e a SEA fortalecida, também tinha estados que ajudava e se envolvia diretamente na conferência. Então, você tinha SEA, tinha CJ, tinha muita gente envolvida. E a participação foi fundamental para o processo da conferência. (SANTOS, 2017, p. 7).

Maria de Fatima Graça considera:

Partindo desse princípio e avaliando na prática, o envolvimento da comunidade escolar no processo de conferência nas escolas e o envolvimento de pais, vizinhos, escola e até o município é mobilizado, a partir da escolha de delegados que será representado em Brasília, isso contribui para a mudança social e ambiental porque a partir daí é provocado um estímulo para as mudanças de comportamento com o meio ambiente. Foi uma das experiências mais ricas que já tive o privilégio de participar e ver as mudanças de comportamento de cada jovem na Conferência Nacional (GRAÇA, 2018, p. 2).

Para Maria Benedita Prim, a participação é cheia de possibilidades:

A participação na conferência é cheia de possibilidades de integração pois, ao formar a COE/SC e as CORs com os diferentes seguimentos da sociedade civil organizada, instituições governamentais, indígenas, assentados, acampados, quilombolas, por exemplo, o estado vai construindo uma teia de interesses comuns. No entanto,

compreendo que o MEC, digo a coordenação de EA precisava estar mais presente nos estados, inclusive possibilitando a participação nas decisões das conferências como aconteceu nas 4 edições anteriores (PRIM, 2018, p. 2).

Luís Fernando destaca a participação como um princípio a ser assegurado pelo poder público:

Podemos ver que a educação ambiental soa como uma das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória de dupla ordem, seja ela cultural ou social. Sua aparência de análise leva à uma deflagração de processos nos quais a busca individual e coletiva (comunidade escolar) por mudanças culturais e sociais que levem a adotar o princípio de que o poder público deve informar, estimular e assessorar a participação popular na criação, no desenvolvimento, na coordenação e na execução de projetos nas comunidades. A articulação de princípios de Estado e comunidade, coloca que se deve haver a construção da educação ambiental como política pública, implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), implicando processos de intervenção direta que fortaleça a articulação de diferentes atores e sua capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável e educadora, formação de educadores ambientais, educomunicação socioambiental e outras estratégias que promovam a educação ambiental crítica e emancipatória. O processo da conferência leva a produzir e disseminar materiais didático-pedagógicos e de campanhas ambientais, com realce para a construção de uma nova consciência ambiental e de práticas ambientalmente sustentáveis, a partir de processos educacionais participativos, respeitando-se as peculiaridades regionais e culturais, partindo disso das comunidades escolares. Desta forma, a política pública voltada para a educação ambiental implica uma atual capacidade do Estado de responder, ainda que se tenha uma mínima intervenção direta deste, às demandas que surgem do conjunto articulado de instituições atuantes na educação ambiental crítica e livre de preceitos (ABRÃO, 2018, p. 2 e 3).

Para Lindalva Cruz:

A CNIJMA é uma metodologia bastante dialógica e participativa, pois envolve os jovens na discussão de temáticas ambientais importantes, melhorando seu referencial teórico, bem como o seu senso crítico, pois se tornam pessoas mais críticas e politizadas. É notório, no Ceará a participação efetiva da juventude nesse programa e muitos dos delegados formam COM-VIDA em suas escolas ou participam de movimentos de juventude, inclusive de Coletivos Jovens (CRUZ, 2018, p.2)

Para Eliane Vieira, a participação na CNIJMA é limitada:

Percebo a participação da comunidade escolar que se articula para a efetivação do projeto, tanto dos profissionais que trabalham na escola, como alunos e pais. Mas não constatei o envolvimento de outros segmentos da comunidade local a não ser dos parceiros do projeto. Falta maior envolvimento dos colegiados da escola e maior visibilidade na mídia sobre a CNIJMA, seus objetivos e princípios (VIEIRA, 2018, p. 1).

Para Silvia Alves e Edelma Vaz “A participação é positiva, porque essa metodologia agrega as diversidades dialogando entre as gerações” (ALVES e VAZ, 2018, p. 2).

Marli Lima considera a participação bastante reduzida:

Dadas as circunstâncias que são colocadas para a participação da comunidade, esta é bastante reduzida. A escola deveria ser o vínculo entre a comunidade e a política de Estado efetivada via Conferência, porém isso não se efetiva conforme proposto pelo Ministério do Meio Ambiente. Já tivemos momentos em que este formato de evento contribuía para o fortalecimento do movimento sobre o meio ambiente e as questões pertinentes a seu uso racional e conservação, no entanto, na atualidade as escolas não têm em seu calendário previsão para tais eventos, nem tão pouco, recursos para estes projetos, assim tais atividades deixam de ser tratadas com importância no cotidiano escolar (LIMA, 2018, p. 2).

f) A Participação para os Delegados e CJs:

Para Naiara Campos, os processos de Conferência reforçam a ideia de fazer diferente, de acreditar que se pode:

Para mim, fica muito essa vontade de fazer diferente, acreditar que a gente consegue, porque as conferências sempre há defesa, sim, com muita luta e dedicação, o sonho da equipe mesmo, não era fácil, não é fácil superar a máquina pública, ainda mais com projetos inovadores, que já sentimos isso na pele. Assim, a gente tentando construir as coisas para poder organizar o orçamento, coisas que não são fáceis e a complexidade do projeto, às vezes, traz algumas dificuldades para você conseguir encaixar nos padrões de licitação, de regras básicas. A gente queria os critérios de sustentabilidade juntos, a gente queria pensar no bem-estar dessas crianças; então, sempre era assim, muita militância, sempre foi o projeto da gente de confiar, a família se envolve e até hoje eu fico pensando da gente ter conseguido, colocar a “minha” qualidade do que eu faço profissionalmente, até hoje eu tenho, quando envolve isso, uma coisa que eu herdei desse processo mesmo de achar que eu tenho, que a gente pode fazer a diferença, sim, com muito trabalho, com profissionalismo, mais com coração na frente, é uma forma de unir essas coisas, hoje em dia, para mim isso é muito precioso. Então, a base aonde eu posso exercer o que eu acredito e ter o sustento ali, dessa forma, foi uma coisa que marcou e que eu trago, acho que mudou minha vida; e acreditar que a gente pode, que a gente pode fazer diferente, a gente não tem que parar, olhar, e aí, então, a gente tem que arregaçar as mangas e construir o que a gente sonha. Isso significou muito para mim e sinto que também é para todo número de jovens que participou. A gente não tem que aceitar as coisas como elas são, nós temos que construir juntos o mundo que estamos sonhando. Isso é sempre muito bonito de se ver. A energia de mudança dessas crianças e jovens, é uma coisa impressionante. Às vezes, a gente vê, por exemplo, um auditório com 400 crianças e adolescentes, sabendo o que eles queriam. Andando, assim, pelo Brasil, dá uma esperança. Não podemos desistir, vamos em frente e construir isso que a gente está sonhando aqui (CAMPOS, 2017, p. 3).

Gabriela Batista, sobre os impactos de sua participação:

A Conferência transforma muito quem participa, transforma o aluno que passa por uma conferência, ele não vai ser o mesmo em vista da consciência dele é realmente transformador. Agora, ela tem uma responsabilidade, porque são crianças, vão trabalhar com crianças, precisa de toda uma formação, um perfil para que isso chegue da cabecinha deles, para que eles possam entender. Mas envolve muito escola,

acho que tem um envolvimento gigantesco, acho que cumpre com que se propõe, sabe. E aí, com essa ideia dos CJs, isso é muito legal, né, é uma ideia que o MEC tenha de formar esses jovens que acaba, também fomentando a educação juvenil, não só infante público. Não pode também perder esse público. Eu acho a participação social é muito boa, muito grande, agora é isso é muita seriedade também, você não pode é adentrar a escola, trabalhar com crianças e adolescentes, com pessoas que não tiveram uma formação, um acompanhamento. Então, isso eu acho muito legal, porque envolve os CJs. Você trabalha com um grupo de juventude, mas você capacita ao mesmo tempo. Era um negócio assim, bem democrático, a gente não deixava o MEC dizer o que a gente tem que fazer, não. Então, a gente se apropriou mesmo do que eles se propuseram a fazer com a gente, a dar as ferramentas para que a gente ficasse empoderados para trabalhar com democracia, a gente seguia isso, o CJ tinha assembleia, sabe, terminava as conferências, a gente tinha assembleia para avaliar o que tinha que mudar, se a gente não gostasse da formação que estava recebendo a gente dizia: “- Essa formação, isso aqui tá errado, tem que ser assim”. A gente construir junto, então era realmente uma experiência de democracia na veia, era intenso e a gente articulava nacionalmente (BATISTA, 2017, p. 4).

Nossa, totalmente, totalmente, porque eu me formei em tecnologia e Gestão Ambiental, então a minha área é dentro da química e a minha monografia já foi sobre educação ambiental, e eu lembro que eu não tinha professora para me orientar. Eu tive que encontrar uma professora, assim que ela topou me orientar, porque a minha faculdade era muito mais voltada para tecnologia de águas e essas coisas. Então, a minha monografia já foi voltada para educação ambiental e hoje eu sou subsecretária de educação ambiental. Então, essa experiência no CJ me transformou em uma educadora ambiental, porque as formações que a gente recebia eram muito legais. A gente tinha que ler a Isabel Cristina de Carvalho, Leonardo Boff, ler as formações; a gente ia na prática aplicar educação ambiental nas escolas, a gente vai em uma escola fazer uma oficina de meio ambiente, que depois se desdobravam em ações e você acompanhava aqueles jovens, ensinava aqueles jovens, e via o resultado deles na família. O nosso grupo teve total participação dos pais. Os pais ligavam para gente. Quando um deles estava com um problema, por exemplo, porque adolescente também envolve muita coisa, eles estão em um momento de descoberta. Então, a gente estava sempre em contato com eles, até hoje eu tenho contato com muitos, porque que eu formei. Então, isso foi totalmente determinante para eu ser o que eu sou hoje. Assim, para eu saber como me planejar, onde eu quero ir, como que eu quero atingir determinado público-alvo, qual a linguagem, que tipo de oficina. Então, assim, eu acho que foi totalmente determinante para ser o que eu sou hoje, com certeza eu sempre falo isso assim que eu, inclusive hoje, com esse trabalho, eu encontrei mais duas, três amigas de CJs, uma está na SLU Secretaria de Limpeza Urbana, outra está na CEMA e outra ganhou consultoria lá da CEMA e a gente fez trabalho junto; a gente morria de rir. Nossa, é muito legal a gente trabalhar de novo junto, que parece, assim, que tem a mesma linha de ocupação, que a gente já tem essa inspiração mesmo, de ter que buscar as referências; de trabalhar a educação ambiental; de ir para as escolas; isso tudo foi muito determinante (BATISTA, 2017, p. 6).

Para Sabrina do Amaral:

Sinceramente, minha vida é bastante pautada nisso, minha vida profissional, principalmente, é pautada nisso. Em 2005, conheci meu marido que é do Coletivo jovem, o Marcio. Hoje sou casada no meio da Conferência, já namorei, noivei e casei. No lado profissional, trabalhar com os processos de conferência, trabalhar dentro do Comitê de Bacias, conhecer outras escolas; dentro desse processo poder encaminhar espaço de Educação Ambiental dentro da Educação Formal, me trouxe bastante questões positivas. Por exemplo, em 2006, fui convidada para trabalhar com

Educação Ambiental aqui na Secretaria de Educação de Parobé, que é uma cidade ao lado de Taquara, trabalhei ali até 2012. Trabalhamos com centos de Educação ambiental, com salas verdes, dentro desse espaço. Depois, em 2005, ainda, montamos um Coletivo Educador ambiental, que também é um processo que conheci dentro da conferência, fiz parte do Coletivo de Parobé de 2005 a 2012; em 2013, vim para o município de Taquara, fiz concurso e passei como professora daqui e já fui convidada para trabalhar com Educação Ambiental, também. Trabalho aqui na coordenadoria de Educação Ambiental para as escolas. Já começamos com uma mobilização para a Conferência, foi a primeira mobilização que fizemos aqui em Taquara, fez em todas as escolas do 6º ao 9º ano e todas outras séries quiseram participar, vieram escolinhas de educação infantil, séries iniciais e finais participando juntos, fizemos uma conferência municipal (AMARAL, 2017, p. 3).

A proposta de uma escola sustentável foi o que regeu 2013 e 2014, todo o trabalho da educação ambiental no município. A proposta era a seguinte, a participação da população aqui em Taquara ainda é muito pequena nos processos de discussão e tomada de decisão, tu chama para uma convenção, tu chama para uma conferência, tu chama para qualquer reunião, para tomada de decisões, mas o público que participa ainda é muito pequeno e muitas vezes a qualidade dessa participação também é muito pequena, as pessoas vão para reclamar da sua calçada, para falar sempre de questões individuais e não pensando na coletividade. Então o que queríamos mostrar naquele momento com a conferência aqui, foi que participar dava um retorno, essa decisão coletiva realmente era implementada, pois fazer todo esse movimento de escola, votar, pensar, não ser colocado em prática, acaba desmobilizando eles para um processo futuro dentro da comunidade, pois eles serão chamados também por outras organizações, para tomadas de decisões e não irão querer participar, porque nada que é decidido é colocado em prática, todo aquele discurso que já existia e não queríamos que fosse o da escola. Então foi bem interessante, pois tivemos 22 escolas participando, taquara tem a média de cinco mil alunos na rede, e as 22 colocaram em prática a ação da conferência do PDDE escola sustentável, fizeram o projeto, receberam o recurso e até já estávamos encerrando essa parte do PDE de escola sustentável de 2014 que essas escolas participaram. Então, acho que profissionalmente é isso. Acabou sempre a minha ação profissional fazer parte de onde participei que trouxe o enraizamento da Educação Ambiental na Escola Formal, nessas duas cidades que pude participar de perto, com certeza esse foi o principal norte que tivemos (AMARAL, 2017, p.3).

Como havia dito, eu tive a alegria, digamos assim, de poder visitar as escolas pós-conferência, tive em várias cidades do Estado, algumas não fui eu, o Coletivo se dividiu em duplas e tivemos em algumas escolas que participaram da conferência e chegaram à final, vamos dizer assim, chegaram a ter um delegado, um aluno que foi o delegado que foi até a conferência nacional em Brasília. E ficamos felizes de ver o quanto isso mobilizou, mexeu com a escola que fez parte disso. Mas também penso na escola que não chegou até lá, como foi esse processo. E isso, estou podendo ver agora, por quê? O que aconteceu com o pdde da escola sustentável? Esse pdde não foi para as escolas que fizeram parte da delegação de seu estado, ele foi para as escolas que, dentre seus critérios, participaram das conferências, ou seja, fizeram na escola. E aí, para o meu doutorado, estou trabalhando com as escolas aqui da Bacia do Sinos, então cheguei à escola aonde a gente descobriu que o professor não fez conferência, ele preencheu a fichinha lá e mandou adiante para ver no que dava, o que aconteceu. Claro, ficou um trabalho que não tinha profundidade, a gente vê que não foi adiante, não chegou à estadual, não foi para a nacional, mas a escola está registrada como quem fez e já outros espaços que a escola estava à milhã, envolvida, a maioria deles com a comissão de meio ambiente. A quarta conferência foi uma que deu para dar uma diferença grande, porque até a terceira dizia assim: Você fez a conferência infantojuvenil na sua escola? Construa também uma Com-Vida. Na quarta dizia: Você quer fazer a conferência? Quem organiza a conferência é a Com-Vida. Ou seja, tinha que ter Com-Vida antes para organizar a conferência. Essa

diferença de Com-Vida depois, ou antes da conferência deu um movimento muito grande, aqui na minha região do Vale dos Sinos que estou vendo escolas que não fizeram parte da delegação, mas que fizeram conferência. Deu um movimento tão grande que tem Com-Vida aqui na minha região desde 2003 e vejo que o espaço fez aumentar a participação. Agora trabalho com uma gurizada de Taquara, um fórum de Agenda 21 para as comissões do meio ambiente. A gente tinha convidado 22 escolas e do nada, o município do lado, Sapiranga ligando, porque ficaram sabendo e tinha uma escola que tinha Com-Vida e queriam vir, os alunos queriam vir, também Igrejinha e Parobé, foram três cidades que custearam tudo e vieram a Taquara, na faculdade daqui que sediou o nosso evento, porque ficaram sabendo de outras Com-Vidas, ou seja, isso já fez que o espaço da escola tivesse um diferencial, discutir e debater questões ambientais cotidianas no espaço escolar. Acho que todo esse processo, aí fechando, agora, com um recurso financeiro do PDDE escola Sustentável, trouxe um olhar, até do gestor da escola, diferente. Antes, a Com-Vida era a “patrulha ambiental” da escola, o grupinho de meio ambiente e depois do recurso, vi que foi considerado como espaço de tomada de decisão. Tanto é que, os espaços com as Com-Vidas que acompanhei, e foram bastante, participaram de todo planejamento da escola com o Agenda 21, planejamento para o PddE e depois de selecionado o projeto eles acompanham a prática colocada em ação, do recurso na escola. Essas que estou acompanhando agora, que são 38 escolas, em 32 municípios. E isso para mim é uma resposta positiva, quer dizer que, por mais que há espaços burlando o procedimento correto, temos também espaços que a ideia foi fecunda e rendeu outros frutos, além do que a gente já estava acostumada (AMARAL, 2017, p. 4).

Antes da Conferência eram trabalhos individuais, um professor fazendo isso aqui, outro ali. Não existia um trabalho junto, unido, de protagonismo, principalmente da gurizada, isso, a nível de educação ambiental, mas a nível pessoal, tem um significado importante de reencontro, de reenergizar, encontrar pessoas que acreditam no mesmo que eu acredito, estar junto delas, poder se renovar, se revitalizar para depois voltar para o espaço local e começar de novo. Para mim, época de conferência é um momento que a gente vive o processo, vai de um espaço ao outro buscando que dê certo, que as coisas aconteçam, a participação das escolas, principalmente das pessoas que a gente sabe que gostam do processo, que participam dele de alguma forma, para que possam estar juntas, para que depois possa voltar para a escolas, para os nossos locais e fazer diferente, fazer com um ganho a mais que construímos com os laços com os outros, nos elos que pudemos construir (AMARAL, 2017, p. 6).

Tiago Lincka aponta uma série de contribuições das CNIJMA em sua trajetória:

Já começa que da Biblioteconomia, que sou inclusive bibliotecário que trabalho aqui na UFRN, eu ingressei em 2004, então eu já era ambientalista. Então minha carreira foi sempre tentando permear a temática ambiental nos meus trabalhos acadêmicos. Inclusive, em 2006, teve um encontro de estudantes e eu propus um encontro ambiental. Eu fiz toda uma contextualização, uma defesa e consegui aprovar a temática, consegui deixar “Informação Ambiental” para deixar um elo com minha área e eu era membro da comissão organizadora desse encontro. E aí, eu considero como uma primeira grande contribuição desse processo na minha vida acadêmica. A posteriori eu escrevi a minha monografia de conclusão de curso exatamente sobre a Educação Ambiental, A temática maior foi “O Bibliotecário como educador Ambiental” e aí eu fui dialogando, mostrando com base, porque assim, como eu deveria fazer uma defesa bem diferente de como um bibliotecário deveria agir, eu fiz um relato, um traçado, um apanhado da profissão da Biblioteconomia com base na legislação vigente, mostrando vários espaços em que se permitia a inserção do bibliotecário nessa discussão de educação ambiental, então essa é a segunda grande

contribuição profissional e acadêmica na minha vida. E aí, eis que veio o mestrado na educação que entrei exatamente com a proposta de discutir as salas verdes, aquele projeto do Meio Ambiente que funcionou aqui também em Natal, mas infelizmente agora estamos vivendo um retrocesso muito grande dessa área da Educação Ambiental. E aí, eu escrevo a minha dissertação na área da Educação Ambiental e nessa dissertação vou fazer diferente, vou tentar justificar, diferente da graduação, vou mostrar o que é um bibliotecário educador ambiental e então eu faço a narrativa da minha história. Então venho desde meu tempo de escola, de lembranças que tenho a primeira feira de ciências que trabalhei com a temática das plantas e a importância de se preservar de se recuperar as plantas o reflorestamento e então inclusive eu tenho uma foto, consegui recuperar e então venho contando minha história de como pode ser um bibliotecário na área da Educação Ambiental. Na segunda parte da dissertação eu vou discutir, eu faço até uma parte, que eu a escrevo toda em metáfora, minha orientadora gosta muito de trabalhar com metáforas. E na segunda parte da dissertação eu trabalho com um ambiente inteiro fazendo um trocadilho com o meio ambiente, fazendo o meio como metade e tento justificar que todos os fatores fazem parte do meio ambiente e que o homem é o meio ambiente e que o ambiente não é meio e sim inteiro, eu trabalho um pouco da epistemologia da ciência, o lago de gênesis da bíblia, que nós temos muito essa visão utilitarista que o meio ambiente deve ser preservado porque eu vou precisar dele amanhã e não ter que ser preservado porque ele tem que ser preservado, porque ele tem direito de ser um meio preservado independente se vou precisar usufruir ou não. Então eu faço uma visão disso, da preservação do Meio Ambiente (LINCKA, 2017, p. 3 e 4).

E na questão pessoal as contribuições desse processo é a esperança de estar dentro de um auditório, na segunda conferência em 2005 e na quarta conferência em 2013 que foram as duas que cheguei até a etapa nacional, então, estar dentro de um auditório com cerca de quatrocentas crianças que falam feito gente grande, que pedem responsabilidade dos governos, que se dizem responsáveis pela mudança, que lutam pelo que defendem, não tem como não termos esperanças. Temos muitos casos de jovens que passaram por esse processo, tanto como delegados, como os próprios CJs que tem uma história diferente, a conferência mudou a vida deles, que não tinham nenhuma perspectiva de vida, a educação ambiental mostrou uma educação mais idealizadora, mais atenta ao outro. Jovens que hoje estão ocupando cargos de gestão, secretários de meio ambiente que foram do CJ, que farão ou fizeram gestões, é diferente, são pessoas que por ter passado por esse processo, por mais que estejam em alguma empresa privada, tenho certeza que irão se lembrar do momento em que viveram e vão fazer diferente nesse mercado de trabalho. E isso que me motiva lutar pela educação, e a educação ambiental, ela passa por tudo, pela questão do letramento da política, principalmente nesse período perturbadíssimo que estamos vivendo, de poder assistir a um jornal, de poder ser crítico e perceber o que a pessoa está falando, do real sentido que está por trás, tudo isso trabalhamos, com web rádios, web jornais, linguagem jornalística, cordel, poesia, música, com teatro. Então, são várias metodologias que foram utilizadas ao longo desses anos, com o intuito de formar jovens com essa responsabilidade e perspectiva e a educação ambiental nos dá essa força para seguir em frente (LINCKA, 2017, p. 5).

O grande ponto forte é exatamente o envolvimento de pessoas nesse processo, a participação social. Pensa comigo, a Conferência mexe com pessoas e jovens de diversos lugares do Brasil, de diversas localidades, desde indígenas, quilombolas, periféricos, comunidades carentes, de escolas particulares, embora não seja o foco, o foco é a pública, mas já tivemos particulares com alto padrão envolvido, então, mexe com jovens de diversas realidades e aqueles jovens têm, ao longo do processo, desde a conferência na escola até a nacional, vivências e aprendizados que vão levar, querendo ou não, eles vão levar para toda a vida. Eu até digo, brincando, é uma sementinha do bem que é plantada na pessoa, ou que é o vírus do bem, eu vejo aquele jovem do estado do Nordeste que é precário, ou até mesmo do Sudeste, que acabamos

pensando que só o do Nordeste que passa por precariedades, então, você pega um jovem do interior, sem nenhuma vivência ambiental e que nunca tinha discutido nada sobre isso, aí ele volta de um processo ou estadual ou nacional, ele foi infectado por aquele vírus e irá infectar outro jovem, outro colega em sua comunidade e vai chamar atenção, vai discutir isso, vai levar a pauta, para a sua igreja, sua comunidade, sua aldeia, enfim. Eu vejo então esse infectar com suas vivências e aprendizados o grande ponto alto. Então se a cada edição que temos uma média de 700 alunos que entram na nacional, mas se pensar somente nos que chegam só na Nacional são 700 jovens que quando chegar nas suas cidades (e são cidades diferentes) são 700 cidades que estarão discutindo sobre isso, que vão ter, querendo ou não, isso envolve a família, tem jovens de 15 anos que conseguem mudar o pensamento dos pais sobre o jogar o lixo na rua, de produzir o que come, eu já vi jovens mudarem a realidade de cada família. Então é esse infectar de pessoas, com essa sementinha do bem que eu considero um ponto alto do processo como um todo (LINCKA, 2017, p. 7).

Antes de encerrar essa seção, é necessário tecer algumas considerações sobre os resultados encontrados. Inicialmente, a escolha dos questionários, como instrumento de coleta de dados, dificultou a avaliação das respostas e, conseqüentemente, a questão da participação nos processos. Mesmo que as perguntas fossem abertas e mais objetivas, as respostas não conseguiram esclarecer em sua totalidade os fatos vivenciados, além da maioria dos sujeitos não terem encaminhado as respostas.

No que tange a temática de pesquisa, não conseguimos perceber com os questionários até que ponto a participação transformou a vida dos sujeitos, ou ainda se a participação gerou mudanças significativas nos contextos que atuam, e até mesmo sobre a sua participação, como atuou, como vivenciou o processo, enfim, as respostas não são tão completas e detalhadas como as obtidas por meio do outro instrumento escolhido.

Por outro lado, as entrevistas nos permitiram o acesso a dados importantes sobre as CNIJMA, que nos auxiliaram a entender e contar essa história sob a ótica daqueles que vivenciaram os processos e sabem de fato o que ocorre, como ocorre e podemos perceber como a participação foi viabilizada nos processos e como foi sentida por cada participante, tanto que os relatos individuais nos narram inúmeras transformações na vida dos sujeitos, e transformações de toda ordem, pessoal, profissional, acadêmica, humana.

Entendemos que a participação nas políticas públicas de EA devem oportunizar e estimular a ação, a atuação, a cooperação; efetivar o empoderamento e o protagonismo dos sujeitos sociais; promover mudanças e transformação; possibilitar o diálogo; incentivar o envolvimento de indivíduos e comunidades; propiciar espaços de interlocução; consolidar e aprofundar temáticas socioambientais; fortalecer a cidadania em seu sentido mais amplo; encorajar o comprometimento com questões locais e globais, incentivando a responsabilidade individual e coletiva e potencializar as vivências democráticas aos participantes.

Diante desses princípios que decorrem da participação, as políticas públicas na área, não somente garantem o direito à EA, como também fortalecem a consolidação do campo. E por ser uma ação de EA, a CNIJMA impulsiona os processos pedagógicos, permanentes e continuados, em que é preciso pensar e planejar, para então realizar e os processos dialógicos e participativos, enfatizando a importância da ação coletiva e da atuação em rede (ação, atuação e cooperação).

E podemos perceber pelas narrativas apresentadas, para além das informações contidas nos relatórios do MMA e do MEC, que as Conferências são processos que garantem e acolhem a participação do público a que se propõe envolver nos processos, exatamente como entendemos, em todas as etapas e se constituem em um espaço de reconhecimento e de protagonismo do público infantojuvenil, como fonte de aprendizado para a vida, de ganho de autoestima e de consciência da capacidade para realizar projetos significativos para a escola, para a sociedade e para a sua vida.

Claro que essa participação apresenta limitações. As limitações de idade e de ano escolar, as limitações aos alunos do ensino médio, originando um sentimento de exclusão daqueles que não conseguem participar dos processos em função disso ou ainda, não conseguem dar continuidade aos projetos elaborados e aos compromissos assumidos. Inclusive, os participantes de CJs, que muitas vezes não encontram condições para manter a sua atuação nas COEs, por não integrarem instituições capazes de oferecer suporte à sua representação.

A ausência de acompanhamento; de mobilização das escolas, das COM-VIDAs e de CJs; e de atenção no período pós-conferência ou entre uma edição e outra; o acompanhamento dos projetos elaborados e sua continuação no âmbito escolar, bem como o mapeamento dos impactos locais e do que permanece ou não na escola, são fragilidades que provocam uma perda significativa nos esforços de mobilização da EA.

A descontinuidade dos processos também limita a participação. Os intervalos entre as Conferências deveriam ser diminuídos, garantindo que os processos fossem permanentes e continuados. A CNIJMA deveria ser garantida como política pública continuada, assim como deve ser efetivamente a PNEA, conduzida pelo MEC e pelo MMA. A institucionalização, portanto, fortaleceria e consolidaria a EA para a autonomia e emancipação dos indivíduos e das comunidades.

A falta de atenção do Poder Público às Cartas de Responsabilidades e a ausência de um instrumento que torne público as propostas dos adolescentes, provocam muitas frustrações pelo caminho e um desestímulo à participação, uma vez que reforçam o sentimento de que participar não traz resultados satisfatórios.

As ações afirmativas são limitadas. Além de reforçarem a exclusão, o número de vagas para delegados indígenas e quilombolas não é proporcional ao número de etnias e de comunidades existente nos Estados. Os recursos por vezes não são suficientes para assegurar a sua participação, já que em muitas etnias, crianças e adolescentes precisam ser acompanhados por um membro da família para se ausentar, por exemplo. Aos jovens com deficiência, também não é garantido amplo acesso.

A inexistência de avaliação (a única que foi feita até o momento ainda não foi publicada), limitam as inovações dos processos e conseqüentemente, a participação. Sendo um ciclo importante das políticas públicas, a importância da avaliação se refere ao aperfeiçoamento necessário à política, à sua continuidade e até mesmo permitir a verificação do seu desempenho e seus impactos. Avaliar uma política não só auxilia na verificação dos objetivos a serem perseguidos, se estão efetivamente sendo realizados, comparados às metas estabelecidas, como também, em razão dos seus resultados concretos, se existe comprovação da mudança social e política dos envolvidos.

Entretanto, continuamos acreditando que a participação é efetivada nos processos de CNIJMA, fortalecendo a EA, propiciando as mudanças de vida, conscientizando a juventude para a necessidade do seu envolvimento nas questões socioambientais, proporcionando vivências significativas e transformadoras e o desenvolvimento de valores, sentimentos e sonhos, garantindo sua condição plena de cidadania.

A Conferência se constitui em um espaço de participação e aprendizado significativo do público infantojuvenil. O protagonismo é reconhecido e incentivado, desafios são vivenciados e superados, conceitos e práticas socioambientais são apreendidas, trocam-se experiências e conhecimentos e o público desenvolve maturidade e responsabilidade. É também uma forma de cada vez mais educar a sociedade para o espaço público, a ação coletiva, os processos participativos e a democracia, que não exclui qualquer faixa etária da participação.

Enfim, muitas emoções e sentidos foram compartilhados por meio das narrativas. Assim sendo, nos resta dizer ainda que a CNIJMA é um verdadeiro encantamento, uma iniciativa apaixonante e envolvente, até mesmo para quem não vivenciou o processo na íntegra, mas o vivenciou e sentiu por meio de cada relatado contado, cada memória revivida. E são iniciativas como esta que nos permitem acreditar que um novo mundo é possível, ainda que a realidade se apresente dura.

E é nosso papel enquanto educadores ambientais que somos, em um processo constante de formação, é acreditar. É ter esperança. É buscar fazer a diferença, iniciando pelos contextos que atuamos. Como nos ensina o Mestre Paulo Freire: *“É preciso ter esperança, mas ter*

esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo”.

É caminhando que se faz o caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Meu caminho é feito de uma alma com pés valentes,
mesmo quando cansados arriscam mais um passo.
É essa doce valentia que me trouxe até aqui.”
(Ana Jácomo)*

Ao chegar no momento final da investigação, novamente dou voz e sentidos às minhas narrativas mais íntimas. Não foi fácil chegar até aqui. O percurso foi longo e árduo. Envolveu muita dedicação e estudo, uma gama considerável de documentos e bibliografias para dar conta, muito trabalho e inúmeras reflexões que insistiam em permanecer em meus pensamentos a todo o instante. Como se um filme passasse diante dos meus olhos, e creio que isso ocorre com todo pesquisador em algum momento, relembro todas as trajetórias percorridas, tudo que foi aprendido, todas as dificuldades que atravessei, e olha que não foram poucas, e todas as conquistas que me permitiram chegar até aqui.

Em todo o momento, escolhas e renúncias fizeram parte da pesquisa. Mas, um pensamento se fez e continua presente, tal como certeza absoluta. Todas as opções, tudo que fiz ao longo do processo, foi o melhor que pude, diante das condições, oportunidades e dificuldades que se apresentaram. Procurei atender da melhor maneira possível os objetivos propostos, com tudo o que as minhas aprendizagens me permitiram alcançar, mas sem esquecer da minha sensibilidade e do meu compromisso humano ao lidar com tantas histórias de vida que me foram confiadas, de modo que meu trabalho reproduzisse os sentidos e os significados que tem a CNIJMA para todos os envolvidos.

E nesse processo em que me constituo pesquisadora chegando ao fim, percebo e sinto claramente que não sou mais a mesma pessoa que iniciou a caminhada. O quanto esse processo me encantou e me transformou, talvez as minhas palavras não consigam explicitar. Espero que todos aqueles que participaram das Conferências, se sintam representados por ter essa história de participação reconstruída, uma história que há mais de dez anos se dedica ao empoderamento e à autonomia de crianças e adolescentes; representados por cada relato e memória que foi compartilhada. E para aqueles que não vivenciaram os processos, assim como eu, meu desejo é que sejam inspirados pelos princípios e fundamentos defendidos nessas linhas e nessa política, que são pura EA.

A CNIJMA não se destaca apenas como estratégia do OG/PNEA ou em razão da sua importância no campo das políticas públicas. Sua relevância se justifica por ser uma iniciativa

transformadora na vida de todos aqueles que foram envolvidos em alguma etapa dos processos, ao longo de suas edições. Todos aqueles que tivemos oportunidade de conversar, nos contaram sobre o seu entusiasmo em participar, sobre como foram tocados e modificados por essa participação. Os relatos nos contam sobre mudanças de vida em todos os sentidos, sobre a aquisição de novos conhecimentos e atitudes, sobre uma nova relação consigo, com os outros, com o mundo, um verdadeiro processo de inclusão social.

Buscando compreender a efetividade da participação nos processos de Conferência, percorremos um caminho no intuito de conhecer a temática. Por ser uma pesquisa de cunho qualitativo, numa conjugação de pesquisa bibliográfica e documental, concretizada pelo estudo de caso, realizamos uma imersão nos conceitos de EA, de Políticas Públicas e de Participação Social, e posteriormente, nos processos de Conferência. Para a coleta de dados, optamos por dois instrumentos semiestruturados, as entrevistas e os questionários, que ao final foram apresentados e analisados por meio das narrativas.

Apresentando os diálogos temáticos-conceituais, iniciamos o estudo pelo campo que nos constitui, a EA, que surgiu como política pública com a instituição da PNMA. Assim, foram trazidos ao longo do texto documentos fundantes como a Declaração de Tbilisi, a Carta de Belgrado, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Agenda 21, o ProNEA, a Carta Brasileira para Educação Ambiental, dentre outros, numa perspectiva de uma EA crítica, transformadora e participativa.

Estudamos também os marcos legislativos como a CF/88, e seu art. 285, § 1º, VI; a Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre PNMA; a Lei nº 9.975/99, que institui a PNEA e o Decreto nº 4.281/2002 que a regulamenta; a Lei nº 12.852/13, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude; o Decreto nº 8.243/14, que institui os mecanismos de participação social no Brasil, por meio da PNPS e do SNPS.

As políticas públicas e o ciclo das políticas públicas e suas fases, como a identificação do problema; a formação da agenda; a formulação de alternativas; a tomada de decisão; a implementação; a avaliação e a extinção e as políticas públicas de EA no Brasil, que visam concretizar a EA em todos os níveis e modalidades do processo educativo, foram diálogos necessários à investigação.

Vimos também a temática da participação social e o seu entrelaçamento com o tema das políticas públicas e da EA, ingrediente essencial à democracia e à formulação das políticas, assim como conceito indissociável do campo da EA. A participação estimula o exercício da cidadania, uma vez que cada cidadão partilha direitos, deveres e responsabilidades e participa

ativamente do exercício do poder. Participar envolve agir e estar disposto a transformar, reconhece os interesses da coletividade e a necessidade de atuação.

Consideramos ainda, que as políticas públicas devem oportunizar as possibilidades de participação, para promover as mudanças necessárias para a transformação social e que para isso as políticas públicas de EA devem oportunizar e estimular a ação, a atuação, a cooperação; efetivar o empoderamento e o protagonismo dos sujeitos sociais; promover mudanças e transformação; possibilitar o diálogo; incentivar o envolvimento de indivíduos e comunidades; propiciar espaços de interlocução; consolidar e aprofundar temáticas socioambientais; fortalecer a cidadania em seu sentido mais amplo; encorajar o comprometimento com questões locais e globais, incentivando a responsabilidade individual e coletiva e potencializar as vivências democráticas aos participantes.

Em seguida, caracterizamos a Conferência como uma ação de política pública de EA, de responsabilidade do OG/PNEA, que vem sendo fomentada desde 2003 e é orientada pela premissa da participação social. Dentre outros objetivos, por meio de uma estratégia metodológica de amplo alcance, busca o adensamento de conteúdos e a promoção dos debates, concebida a partir de uma visão sistêmica, sobre temáticas socioambientais contemporâneas e a sua inserção e apropriação nos sistemas de ensino.

Além disso, tendo como lócus as escolas que possuem pelo menos uma série dos anos finais do ensino fundamental, promove amplamente o protagonismo infantojuvenil na escola e comunidade do entorno no trato das questões socioambientais locais e estimula, na escola, o uso da educomunicação socioambiental por diferentes meios e linguagens.

Como estratégia metodológica, examinamos as quatro etapas que são realizadas nos processos de Conferência. A primeira etapa, que acontece na escola, e é obrigatória; a etapa seguinte, a regional, que é optativa; seguida pela etapa estadual, também obrigatória e a etapa nacional, momento em que os jovens aprofundam as temáticas, socializam os projetos e participam de oficinas temáticas, produzindo uma carta coletiva, a Carta de Responsabilidades, representando as ideias de todas as escolas e comunidades envolvidas.

Consideramos os primeiros dez anos de Conferência e as respectivas edições que foram realizadas no ano de 2003 (I edição), 2005/2006 (II), 2008/2009 (III), 2010 (CONFINT) e 2013 (IV). A I edição, única que ocorreu simultaneamente à CNMA, trabalhou com a temática “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas”, nos subtemas “Como Vamos Cuidar da nossa água”; “Como Vamos Cuidar dos seres vivos”; “Como Vamos Cuidar dos nossos alimentos”; “Como Vamos Cuidar da nossa escola” e “Como Vamos Cuidar da nossa comunidade”.

A II, debateu os Acordos Internacionais sobre Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Segurança Alimentar e Nutricional e Diversidade Étnico-Racial e foram considerados os seguintes acordos internacionais: o Protocolo de Quioto, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e a Declaração de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

Com o tema central as “Mudanças Ambientais Globais”, a III edição trabalhou a biodiversidade, queimadas e desmatamento; a energia e mobilidade, modelo energético e transportes; a escassez, poluição e desertificação e a atmosfera e mudanças climáticas.

A CONFINT, Conferência Internacional Infantojuvenil “Vamos Cuidar do Planeta”, trabalhou com as Mudanças Socioambientais Globais, em um evento com duração de cinco dias. Nesta edição, participaram 498 indivíduos, entre delegados, adultos e facilitadores, de 47 países. A delegação brasileira continha 12 delegados, 10 adultos e 22 facilitadores.

Na IV edição, a proposta era “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis” debatendo os temas da gestão democrática, o currículo e o espaço físico, destacando o incentivo à gestão escolar para modificar práticas habituais não condizentes com uma educação para a sustentabilidade, priorizando o currículo, observando as edificações e favorecendo o envolvimento da comunidade escolar no cotidiano da escola.

Os números das CNIJMA são expressivos. A I edição envolveu 15.452 escolas e mobilizou aproximadamente 5.658.877 de pessoas em 3.461 municípios. A II, foi realizada em 11.475 escolas, abrangendo 2.865 municípios e mobilizando cerca de 3.801.055 pessoas. A III, 11.631 escolas, envolvendo mais de 3,7 milhões de participantes em 2.828 municípios. A CONFINT, envolveu 13 milhões de pessoas e 87.258 escolas nos diversos países. A IV aconteceu em 16.538 escolas, envolvendo 5.193.881 participantes em 3.519 municípios.

A CNIJMA reafirma valores, princípios e ideais propostos por documentos da sociedade civil, como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Carta da Terra, a Agenda 21 e a Carta das Responsabilidades Humanas da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário.

Os princípios conceituais são denominados *Jovem escolhe Jovem, Jovem educa jovem* e *Uma geração aprende com a outra* e em decorrência destes, outros princípios como *Responsabilidade, Empoderamento, Formação de comunidades interpretativas de aprendizagem* e *Ações Afirmativas* também aparecem nos processos.

Seguindo o curso da investigação, consideramos o processo da IV Conferência, que foi instituída pela Portaria Interministerial nº 883/12, nos debruçando sobre a etapa nacional, suas

fases, metodologia, programação, resultados e avaliação dos participantes, que nos permitiram conhecer e ampliar outros conhecimentos acerca da política e da realização desta etapa nacional.

Após, analisamos a estratégia pela qual a premissa da participação social foi acolhida e vem sendo vivenciada na proposta da CNIJMA, pelos olhares de Delegados, CJs, Gestores Estaduais e Coordenadores Nacionais que participaram da iniciativa e são sujeitos nessa investigação, por meio das narrativas.

As narrativas, além apresentar os resultados da pesquisa, nos auxiliaram na construção gradativa da história contada, permitindo que tudo aquilo que nos foi exposto, não se perca no tempo e no espaço, ressignificando o tempo vivido e a formação de sentidos e significados, por meio das experiências individuais e dos contextos relatados.

Sobre os resultados, inicialmente apresentamos os olhares dos participantes sobre a CNIJMA, diante das seguintes categorias: surgimento, importância, pontos fortes e fragilidades, possibilidades de qualificação e resultados mais significativos destes dez anos de execução. Posteriormente, os olhares sobre a Participação Social nos processos de Conferência. Sendo a participação vivenciada em todas as etapas, de diferentes maneiras e por diferentes atores, foram lançadas nas entrevistas quatro perguntas sobre o tema e nos questionários, duas, que serviram apenas para direcionamentos.

Para apresentar esses dados, organizamos os participantes de acordo com a sua atuação nos processos e compartilhamos os relatos individuais sobre a sua participação nas edições e demais considerações que julgaram necessárias, nos seguintes tópicos: *A Participação Social dos Coordenadores Nacionais, A Participação Social dos Gestores Estaduais e A Participação Social dos Delegados e CJs*. Após, expomos outras colocações sobre como avaliam a participação, as influências, os impactos, os significados e outras informações que foram relatadas, em *A Participação para os Coordenadores Nacionais, A Participação Social para os Gestores Estaduais e A Participação Social para os Delegados e CJs*.

Assim, cada participante contou a sua história e rememorou as suas vivências da maneira que entendeu mais adequada, compartilhando muitas emoções e sentidos e nos permitindo reconhecer que a CNIJMA é uma iniciativa que garante e acolhe a participação, promovendo a transformação e o protagonismo do público infantojuvenil.

Essa participação tem limites? Tem. Tem desafios a serem vencidos e superados? Com certeza. Podemos citar as limitações de idade e de ano escolar; as limitações aos alunos do ensino médio; as dificuldades de condição dos CJs para manter a sua atuação nas COEs; a ausência de acompanhamento, de mobilização das escolas, das COM-VIDAs e de CJs e de atenção no período pós-conferência ou entre uma edição e outra; o acompanhamento dos

projetos elaborados e sua continuação no âmbito escolar e o mapeamento dos impactos locais e do que permanece ou não na escola.

Além do mais, a descontinuidade dos processos; os intervalos entre as Conferências; a falta de atenção do Poder Público às Cartas de Responsabilidades; a limitação das ações afirmativas e do número de vagas para delegados indígenas e quilombolas; a inexistência de avaliação e a institucionalização que não se efetiva, são outros exemplos desses desafios a serem superados na continuação da política.

Ainda assim, podemos afirmar que a participação é efetivada nos processos de CNIJMA, propiciando o fortalecimento da EA e as mudanças necessárias para o envolvimento nas questões socioambientais do público infantojuvenil, garantindo a cidadania e proporcionando vivências significativas e transformadoras e o desenvolvimento de valores, sentimentos e sonhos.

Uma história em construção. Esperança, vontade de fazer diferente, mudança de vida e de valores, participação. Tudo isso representa a Conferência. Uma nova ética social. Um processo de mobilização de crianças e jovens a se educarem mutuamente, em um intercâmbio com outras gerações, fortalecendo redes, coletivos e organizações, fortalecendo gentes.

Um novo mundo é possível. Não podemos deixar que os sonhos adormeçam na alma da gente. Eu vivo de acreditar.

“Crianças se juntam pra mudar o mundo, em rede,

Pra balançar o mundo,

Pra chacoalhar o mundo, e VOCÊ?

Pra transformar o mundo,

Pra transmutar o mundo, e VOCÊ?”

É sempre tempo para quem acredita e trabalha por um mundo melhor.

Utopia? Talvez. Mas parafraseando Fernando Birri citado por Galeano: *“Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar...”*

REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário Acadêmico de Direito**. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1999.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BAUER, M.; JOVCHELOVITCH, S. **Entrevista Narrativa**. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BRASIL. **Lei n. 9.795 de 27 abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 28 abr. 1999.

_____. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. Brasília: 2012.

_____. **A Conferência em Avaliação – Primeiros passos**. Caderno 3. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação/Órgão Gestor da PNEA. Brasília: MMA/DEA, 2016.

_____. Carta da Terra Brasil. **O texto da Carta da Terra. 2014**. Disponível em <<http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/text.html>>. Acesso em 15 de maio de 2018.

_____. **Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. Brasília, 2005.

_____. **Como fazer a 5ª Conferência – Propostas e Recomendações**. Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Caderno 5. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação/Órgão Gestor da PNEA. Brasília: MMA/DEA, 2016.

_____. **Constituição Federal do Brasil**. Diário oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. **Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2002.

_____. **Decreto n.º 8.243 de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 26 mai. 2014.

_____. **DOCUMENTOS TÉCNICOS n.º 11. II Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente**. Brasília: MMA/MEC (Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, MMA/MEC), 2007.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal n.º 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Formando Com-Vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. / Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente. 3ª ed., rev. e ampl. Brasília: MEC, Coordenação-Geral de Educação Ambiental, 2012.

_____. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**. Estado, instituições e democracia: República. Brasília: IPEA, 2010.

_____. **Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial, Brasília, 6 de agosto de 2013.

_____. **Lei n.º. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 2 de setembro de 1981.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013

_____. **Olhares que somam – Textos de educadores (as) de referência da CNIJMA.** Caderno 4. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação/Órgão Gestor da PNEA. Brasília: MMA/DEA, 2016.

_____. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007** – Brasília: MMA/2008.

_____. **Participação social como método de governo: um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais.** Secretaria Geral da Presidência da República (org.); Tradução de Gisele Noce; Apresentação do Ministro Gilberto Carvalho. Brasília: FUNAG, 2012.

_____. **Passo a Passo da Conferência do Meio Ambiente na Escola.** Brasília: MMA/PRONEA, 2003.

_____. **Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola + Educomunicação: escolas sustentáveis.** Brasília: Ministério da Educação, SECADI; Ministério do Meio Ambiente, Saic, 2012

_____. **ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental.** Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3 ed – Brasília: MMA, 2005.

_____. **Relatório de Gestão 2003-2006.** Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: DEA/MMA, 2007.

_____. **Relatório Final da Conferência Internacional Vamos Cuidar do Planeta: uma Contribuição ao Programa de Educação Ambiental da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.** Brasília: MMA/MEC (Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, MMA/MEC), 2010.

_____. **Relatório Final da I Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.** Brasília: MMA/MEC (Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, MMA/MEC), 2003.

_____. **Relatório Final da II Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.** Brasília: MMA/MEC (Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, MMA/MEC), 2006.

_____. **Relatório Final da III Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.** Brasília: MMA/MEC (Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, MMA/MEC), 2009.

_____. **Relatório Final da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.** Brasília: MMA/MEC (Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, MMA/MEC), 2013.

_____. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

DALLARI, Dalmo. **Direito de Participação.** SORRENTINO, Marcos (Coordenador). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez, 1999.

EVANS, Mark; FERRAREZI Elizabete; OLIVEIRA Clarice G. e GRAU, Nuria Cunill. **Participação Social: textos para discussão.** Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais – IFCI / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão – MPOG. Brasília: IABS, 2013.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (organizador). **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores.** Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.** Rio de Janeiro: 1992.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M.; SOUZA, N. R. (Org.). **Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná.** Curitiba: UFPR, 2004.

GONÇALVES, C. W. **Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade.** In: QUINTAS, J. S. (Org). **Pensando e praticando a educação ambiental.** Brasília: IBAMA, 2002.

GORMLEY Jr., W. T. **Regulatory issue networks in a Federal system.** Polity, v. 18, n.4, 1986.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

GUSTAFSSON, G. **Symbolic and pseudo policies as responses to diffusion of power**. Policy sciences, v. 15, n. 3, 1983.

JACOBI, Pedro. **Participação**. In: JR, Luis Antônio Ferraro (org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005, v. 01.

LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LEITE, José Rubens Morato. AYALA, Patryck de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LEVY, P. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Loyola, 2000.

LOWI, T. J. **The State in politics: the relation between policy and administration**. In: NOLL, R. G. (Org.) **Regulatory policy and the Social Science**. Berkeley: University of California Press, 1985.

LOWNDES, V; PRATCHETT, L.; STOKER, G. **Public Management Trends in public participation; Part 2 – Citizen's perspective**. Public Administration, v. 79, nº 2, pp. 445-455. 2001.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MILES, M.; HUBERMAN, A. **Qualitative data analysis**. 2ª ed., Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva. 2012.

_____. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.9-29.

_____. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORONI, José. **O direito à participação no governo Lula**. In: AVRITZER, Leonardo. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

MUYLAERT, C. J.; SARUBBI JR, V.; GALLO, P. R.; ROLIM NETO, M. L.; REIS, A. O. A. **Entrevistas Narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa**. Revista da Escola de Enfermagem da USP. V. 48. Nº 2. P. 193-199. Abril – Julho. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Carta de Belgrado: Uma estrutura global para a educação ambiental**. 1975. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Declaração de Tbilisi**. 1977. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/decltbilisi.pdf>>. Acesso em. 10 de abril de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação**. Brasília: UNESCO, 2005. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

PENTLAND, B. T. **Building process theory from narrative: from description to explanation**. *Academy of management review*. v. 24, n. 4, 1999.

PEREIRA, José Matias. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Um dia dedicado às ações positivas pelo meio ambiente**. 2014. Disponível em <<http://www.unep.org/portuguese/wed/about/>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

SCHIMIDT, J. P. **Exclusão, inclusão e capital social: o capital social nas ações de inclusão.** In: REIS, J. R. DOS; LEAL, R. G. (Eds.). **Direitos Sociais & Políticas Públicas: Desafios Contemporâneos.** Tomo 6 ed. Santa Cruz do Sul/RS: Edunisc, 2006. p. 1521–1832.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: 2010.

SILVA, E. G. **Desempenho Institucional: a política de qualificação dos docentes da UESB.** Dissertação (Mestrado) – UNEB / Departamento de Ciências Humanas, Salvador. 2009. 134 f.

SOLIS, Eloísa Tréllez. **Educación ambiental y sustentabilidad política: democracia y participación,** *Polis*[En línea], 14 2006, Publicado el 08 agosto 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/5167>.

SORRENTINO, M. et al. **Educação ambiental como política pública.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio-ago. 2005

SORRENTINO, Marcos (Coordenador). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002.

TATAGIBA, Luciana. **Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate.** Revista Sociologia Política. Nº 25, p. 209-213, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31122.pdf>

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIGLIO, José Eduardo. **Avaliação da experiência do Orçamento Participativo numa cidade média: o caso de Jaboticabal – SP.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2004.

WILSON, J. Q. **American government: institutions and policies.** Lexington: Heath & Co., 1983.

APÊNDICES

Apêndice 1: Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1. Qual o seu nome?
2. Você vem de onde?
3. Qual a sua formação?
4. Qual a sua ocupação no momento?
5. O que você sabe sobre a concepção/criação da CNIJMA enquanto estratégia de política pública de educação ambiental?
6. O que você sabe sobre as condições que foram criadas para a sua realização?
7. O que você sabe sobre o contexto político em que foram realizadas as CNIJMA no país?
8. Já participou da CNIJMA? Em que edição?
9. De que maneira essa participação na CNIJMA impactou na sua vida?
10. Na sua opinião qual a importância da CNIJMA?
11. Quais as fragilidades e os pontos fortes da CNIJMA? Sugestões? Críticas? Elogios?
12. É possível qualificar esse ambiente de envolvimento e participação social? Como?
13. Sendo a CNIJMA uma metodologia participativa e dialógica, como você avalia a participação social dos diferentes grupos participantes?
14. A CNIJMA conseguiu resultar/acolher a premissa da participação de crianças e de jovens de forma efetiva?
15. Houve o fortalecimento da educação ambiental?
16. O que você sabe sobre os impactos da CNIJMA, seja nos projetos nas escolas, nas políticas locais, na formulação e na execução de políticas públicas de educação ambiental no Brasil ou até mesmo impactos institucionais?
17. Na sua opinião, qual o significado e a importância da CNIJMA para a consolidação e enraizamento efetivo da educação ambiental?
18. Na sua opinião, qual o resultado mais significativo deste processo?

Apêndice 2: Carta de Apresentação

Prezados e Prezadas,

Meu nome é Ana Lúcia Ruiz Goulart e atualmente sou mestranda em Educação Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

No âmbito do Mestrado, desenvolvo a pesquisa inicialmente intitulada "*Os olhares sobre a noção de participação social no contexto da Conferência Nacional Infantojuvenil sobre o Meio Ambiente (CNIJMA)*" na Linha de Pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental - FEA, sob orientação do **Prof. Dr. José Vicente de Freitas**.

Minha pesquisa, que é um estudo de caso, busca compreender como essa Política Pública de Educação Ambiental (CNIJMA), consegue concretizar e materializar a participação social, que é uma das diretrizes das Políticas Públicas do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (OG/PNEA), sob a perspectiva dos diferentes atores que participam do processo, sejam eles Delegados, Coletivos Jovens, Gestores Estaduais e Coordenadores Nacionais.

Sendo os Gestores Estaduais sujeitos da pesquisa, uma vez que acolhem e concretizam a CNIJMA nos Estados, e que em muitos casos já constatados, a Conferência gerou resultados em políticas estaduais de EA, venho solicitar por meio deste contato, caso seja possível, o preenchimento do questionário.

As respostas são livres.

Como o intuito é de pesquisa, solicito autorização para a publicação das respostas na íntegra, bem como a identificação nominal dos participantes.

O prazo máximo para envio das respostas é de 15 dias.

Desde já agradeço a sua participação.

Atenciosamente,

Ana Lúcia Ruiz Goulart
Mestranda em Educação Ambiental
PPGEA/FURG

Apêndice 3: Roteiro de Questionário Semiestruturado

NOME: _____

ESCOLARIDADE: _____

LOCALIDADE: _____

OCUPAÇÃO ATUAL: _____

Sobre a Participação na Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA)

1. O que você sabe sobre a CNIJMA enquanto estratégia de política pública de educação ambiental?
2. Em que edição você participou da CNIJMA? Poderia descrever como foi sua participação? Caso você não tenha vivenciado nenhuma edição da Conferência no seu Estado, poderia indicar o contato de um Gestor anterior que tenha vivenciado este processo?
3. Sendo a CNIJMA uma metodologia participativa e dialógica, como você avalia a participação social na Conferência?
4. Na sua opinião, qual a importância e/ou o resultado mais significativo deste processo?
5. Sobre os processos de Conferência, na sua opinião, quais as fragilidades e os pontos fortes da CNIJMA? Sugestões? Críticas? Elogios?

Apêndice 4: Contatos SEDUCs – Equipe Técnica de EA

Nome	UF	E-mail
Flavia	AC	
Terezinha Lourenço		terezinha.lourenco@ac.gov.br
Wudson Chaves		wudson.chaves74@gmail.com
Maria de Fátima Rebelo Figueredo	AL	fatimarebelofg@bol.com.br suped@educ.al.gov.br supervisao.diversidades@educ.al.gov.br
Thelma de Oliveira Prado	AM	thelma@seduc.am.gov.br thelmaprado@hotmail.com
Marcelina Dias Neto	AP	linanetaap@gmail.com
Janete Silva de Senna Barreto		janetesenna03@bol.com.br
Fábio Fernandes Barbosa	BA	fabio.barbosa1@educacao.ba.gov.br educacao.ambiental@educacao.ba.gov.br
Lindalva Costa da Cruz	CE	lindalvacc@seduc.ce.gov.br lindalvacc@hotmail.com
Isabel Cristina Campos de Andrade	DF	ambiental.seedf@gmail.com geia.dipef@gmail.com
Flávia Basso		flaviafoulla@gmail.com
João Paulo Derocy Cêpa	ES	jpdcepa@sedu.es.gov.br
Wanderley Lopes Sebastião		wlsebastiao@sedu.es.gov.br wanderleylopesseb@gmail.com
Flavia Demuner Ribeiro		fdribeiro@sedu.es.gov.br

Nome	UF	E-mail
Silvia de Freitas Alves	GO	nea@educ.go.gov.br gept@educ.go.gov.br silvia.alves@educ.go.gov.br
Luiz José Camara Pedrosa	MA	lucampe@yaho.com.br lucampe@bol.com.br
Lucimeire Seguint Sotão		lucymarytutora@yaho.com.br
Eliane Oliveira de Abreu		
Marcia Isabel Chaves	MG	tematicas.ambiental@educacao.mg.gov.br marcia.isabel.chaves@educacao.mg.gov.br'
Erica Justino		gabseemg@educacao.mg.gov.br erica.justino@educacao.mg.gov.br
José Bazan	MT	educacao.ambiental@educ.mt.gov.br jose.bazan@educ.mt.gov.br
Angélica Pereira		angelicapereira08@hotmail.com
José Flavio Siqueira	MS	siqueirajfr@gmail.com nef@sed.ms.gov.br
Marcus Campelo		campelogeografia@gmail.com
Emilly Hanna Souza da Silva	PA	emilly.nicole@yahoo.com.br; caec.seduc@gmail.com
Remo Peixoto	PB	remo.dantas@professor.pb.gov.br
Luis Fernando Ribeiro		luisribeiro@see.pb.gov.br
Laudicéia Cavalcante		laudic2@gmail.com,
Geny Pereira Mendes	PE	genimendes@oi.com.br
Angela Galo		angelacpgallo@gmail.com
Silda Villar		sildavillar@yahoo.com

Nome	UF	E-mail
Luanas Maria Batista	PI	unea@seduc.pi.gov.br luanasmariab@hotmail.com
Eliane do Rocio Vieira	PR	ambiental@seed.pr.gov.br elianervs@seed.pr.gov.br
Rosilaine Durigan Mortella		seed.ambiental@gmail.com lainemortella@seed.pr.gov.br lainedurigan@yahoo.com.br;
Fabiano Farias de Souza	RJ	ffsouza@educacao.rj.gov.br
Marcello Oliveira Corbolan		marcello.corbolan@prof.educacao.rj.gov.br
Paulo Gerson de Lima	RN	educambiental.seecrn2014@gmail.com paulogerson2014@gmail.com
Rita de Lourdes Campos Feitoza		ritadelourdescampos@gmail.com;
Roselane Rivero Abdelnour	RO	rosrivero10@gmail.com rosrivero@seduc.ro.gov.br
Erriete Duarte Maduro	RR	diab.seed@gmail.com erriete_dm@hotmail.com
Sonia Lopes dos Santos	RS	sonia-santos@seduc.rs.gov.br
Sandra Polino		sandra-polino@seduc.rs.gov.br
Silvana Favreto		silvana-favreto@seduc.rs.gov.br
Maria Benedita da Silva Prim	SC	beneprim@hotmail.com mariabene@sed.sc.gov.br
Ketryn Fabiana		ketrynsed@gmail.com

Nome	UF	E-mail
Pedro de Santana Santos	SE	pedro.santos1@seed.se.gov.br
Cristiane Barreto Andrade		crisbarreto2010@hotmail.com
Andreia Cristina Barroso	SP	andreia.cristina@educacao.sp.gov.br;
Sonia Maria Brancaglioni		sonia.brancaglioni@educacao.sp.gov.br
Sergio Luiz Damiani		sergio.damiani@educacao.sp.gov.br
Roselice Ferreira Silva	TO	ambiental@seduc.to.gov.br rosemorena05@gmail.com

ANEXOS

Anexo 1: ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DO MEIO AMBIENTE EM SUA ESCOLA I CNIJMA

Objetivos da Conferência do Meio Ambiente na Escola:

- Ouvir a voz dos adolescentes. Milhões de estudantes têm o direito de participar, no presente, da construção de um Brasil sustentável.
- Propiciar a discussão, nas escolas, dos problemas ambientais da comunidade e do País. Esta é uma forma diferente de tratar os temas da Educação Ambiental.
- Descobrir e incentivar uma nova geração que se empenhe na resolução dos problemas ambientais.

Quem pode participar:

Todas as escolas de ensino fundamental do Brasil, públicas e privadas, urbanas e rurais. A adesão é voluntária. Estudantes são os protagonistas deste processo. Pais, professores, funcionários, direção e demais atores envolvidos na comunidade escolar poderão ser colaboradores da Conferência na Escola. Todos estudantes da escola terão direito a voz e a voto. A comunidade terá direito a voz. Somente poderão ser eleitos delegados/delegadas alunos de 5a a 8a séries do ensino fundamental, entre 11 e 15 anos de idade, em função da Conferência Nacional em Brasília.

Como Participar:

Todas as escolas do ensino fundamental receberão o material “Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola” que apresenta os procedimentos e os princípios gerais para a realização da conferência na escola. Não é necessário preencher ficha de inscrição. As Secretarias Municipais de Educação e Regionais de Ensino oferecerão Oficinas de Conferência e distribuirão o material pedagógico às escolas. Mais informações poderão ser obtidas através dos escritórios regionais do IBAMA ou pelo site www.mma.gov.br/conferenciainfantojuvenil/ Cada Conferência do Meio Ambiente na Escola

elegerá um delegado ou delegada, definirá uma proposta e elaborará um cartaz divulgando a proposta para sua comunidade. As propostas serão sistematizadas em todos os estados, e os cartazes serão selecionados para definir as delegações estaduais que participarão da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente em Brasília.

Etapas para realização da Conferência:

Setembro é mês de Conferência nas Escolas. Para participar, cada escola deverá organizar a Conferência de acordo com as etapas descritas neste regulamento. Ficarà a critério de cada escola a definição da data de realização da Conferência, bem como a duração, a programação e a metodologia adotada, desde que obedecidos os princípios e critérios estabelecidos no material “Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola”. Atenção – a data limite para postagem dos materiais é dia 30 de setembro de 2003.

Mobilização:

Para assegurar que a Conferência seja democrática e participativa, deve-se levar em consideração algumas premissas básicas:

- Facilitar o acesso dos estudantes ao material “Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola”;
- Organizar a Conferência com os interessados (duração, programação, metodologia);
- Divulgar antecipadamente a data da Conferência na escola e na comunidade;
- Escolher um facilitador(a), cujo papel é favorecer a troca de ideias entre os participantes, organizando as discussões de maneira firme e tranquila, respeitando as opiniões dos participantes, sem direcionar a discussão para um ponto de vista específico.

Preparação:

Devem ser organizados grupos para aprofundamento de cada tema através da leitura dos textos do material “Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola” e de pesquisas.

Os temas a serem debatidos são:

- Como vamos cuidar da nossa água;
- Como vamos cuidar dos seres vivos;

- Como vamos cuidar dos nossos alimentos;
- Como vamos cuidar da nossa escola;
- Como vamos cuidar da nossa comunidade.

Realização da Conferência:

Construção das propostas:

A partir da pesquisa sobre os temas, cada grupo deverá debater suas respostas a duas questões:

- Qual o principal problema do tema escolhido pelo grupo?
- Como podemos fazer para resolver esse problema?

Organização das ideias:

Deve ser escolhido um relator ou relatora por tema, que ficará encarregado/a de anotar as opiniões e sugestões que surgirem. Durante os debates, todas as ideias são válidas e devem ser respeitadas e anotadas.

Escolha da proposta:

Das diversas propostas levantadas pela escola, será necessário defende-las e votá-las, para que apenas uma seja escolhida para ser encaminhada à Comissão Organizadora Estadual da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Somente os alunos e alunas matriculados têm direito a voto, independente da idade e da série. A proposta sobre “Como Vamos cuidar do Brasil nesta escola” deve ser redigida em, no máximo, três linhas.

Eleição do delegado ou da delegada e seu suplente:

O delegado ou a delegada eleito pela a escola poderá fazer parte do grupo de adolescentes que participará da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, em Brasília. O suplente substituirá o delegado ou delegada caso haja algum problema que impeça a sua participação.

Na escolha do delegado ou delegada devem ser respeitados alguns critérios. O aluno ou aluna deve:

- Estar cursando de 5ª a 8ª séries;
- Ter de 11 a 15 anos;
- Gostar de debater sobre o meio ambiente;
- Comunicar-se bem e ser claro na defesa de suas ideias;
- Ter espírito de liderança;
- Ter se destacado na construção das propostas.

Produção do cartaz:

A proposta da escola deve ser expressa em uma cartolina de 29 cm x 41 cm. A técnica para a produção deste cartaz é livre, podem ser utilizados desenhos, colagens, textos, frases, etc.

O cartaz pode ser elaborado por qualquer aluno, aluna ou grupo de alunos da escola.

Os alunos deverão eleger o cartaz que melhor comunica a proposta da escola. Para tanto, deverão levar em consideração dois critérios:

- criatividade;
- contexto (se o cartaz, de fato, ilustra a proposta a qual está vinculado e se o faz com originalidade).

Registro em fotos:

A escola deverá comprovar a realização da Conferência através do envio de três fotos, que devem registrar três momentos distintos do processo:

- 1) como foram os debates;
- 2) escolha do cartaz e;
- 3) eleição do delegado ou delegada (com destaque para o eleito).

Estas fotos devem ser coladas no envelope-resposta.

Triagem e Seleção dos trabalhos e delegados:

A Comissão Organizadora no Estado será responsável pela triagem e sistematização das propostas e o Conselho Jovem pela seleção final dos trabalhos e delegados, garantindo o

princípio jovem escolhe jovem. A comissão é composta por representantes do IBAMA, Secretarias Estaduais de Educação e Meio Ambiente, Dirigentes Municipais de Educação, ONG's e Conselho Jovem (membros de movimentos e organizações de juventude).

Triagem: Entende-se por triagem a tarefa de verificação se os trabalhos estão completos, ou seja, se têm a seguinte composição:

Seleção dos trabalhos e dos delegados:

O número de delegados em cada Estado será no mínimo oito e no máximo quatorze, proporcional ao número de escolas participantes em relação ao número total de escolas de ensino fundamental do estado. Por ex: O Mato Grosso tem 1245 escolas de ensino fundamental. Se 124 escolas participarem, ou seja 10% em relação ao total, a delegação do estado será composta por 13 adolescentes.

Atenção - a adesão mínima por estado é de 5%. Abaixo desta quantia, o estado não enviará delegados para a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

Para a formação da delegação estadual, a Comissão Organizadora deverá adotar os seguintes critérios: o equilíbrio de gênero (meninos e meninas); a representatividade entre meio rural e urbano, capital e interior, escolas públicas e privadas e de delegados de diferentes etnias (quando houver).

cartaz + folha de retorno + 3 fotos (ou desenhos)

Etapas de seleção 1:

Agrupamento por categorias:

A primeira seleção para a escolha dos delegados está vinculada à organização dos trabalhos em categorias de acordo com os critérios estabelecidos e o número de delegados. Para tanto deve-se proceder ao agrupamento por categorias, de acordo com as etapas:

1. separar os cartazes por origem urbana e rural;
2. no grupo de origem rural separar na diversidade existente no estado (p.ex., escolas de assentamentos, escolas indígenas, quilombolas, ribeirinhas etc;)
3. nos grupos acima (item 02) separar por gênero;
4. no grupo de origem urbana separar entre capital e interior;
5. nestes grupos separar em escolas públicas e privadas;
6. das categorias acima separar por grupos étnicos;
7. nos grupos étnicos separar por gênero;
8. nos diferentes grupos resultantes (rurais e urbanos) escolher os melhores cartazes levando em consideração critérios de seleção de forma e conteúdo;

Seleção dos cartazes:

A segunda seleção para a escolha dos delegados está vinculada à seleção dos cartazes. Em cada uma das categorias, os cartazes serão analisados sob a ótica de dois critérios: Criatividade e Contexto. Ou seja, o Conselho Jovem verificará se o cartaz ilustra a proposta ao qual está vinculado e se o faz com originalidade.

Nos Estados que realizarem Conferência Estadual e/ou Regional Infanto-Juvenil devem ser observadas as etapas de seleção que deverão ser descritas no regulamento estadual.

No dia 30 de outubro será divulgada a lista das delegações estaduais selecionados para participar da Conferência Nacional Infanto-Juvenil em Brasília.

Sistematização das propostas:

TODAS as propostas recebidas pela Comissão Organizadora Estadual, independentemente da seleção do cartaz e delegado, serão sistematizadas e apresentadas na Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente sob a forma de um Documento Nacional.

No início de novembro será aberta uma página na internet para a valoração dessas propostas.

Participação na Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente:

Os delegados e delegadas selecionados para compor as delegações estaduais participarão da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, em Brasília, nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2003. Cada delegação estadual será acompanhada por dois adultos, um homem e uma mulher, membros da Comissão Organizadora Estadual. Custos de transporte, hospedagem e alimentação serão cobertos pela Conferência Nacional do Meio Ambiente. Delegados(as) representantes de povos indígenas, deverão vir acompanhados, individualmente por um adulto.

Direitos Autorais:

O Ministério do Meio Ambiente se reserva o direito de reproduzir ou viabilizar, em parte ou na totalidade, os trabalhos produzidos na Conferência do Meio Ambiente nas Escolas e enviados para as Comissões Organizadoras Estaduais, sem que seja devida aos participantes e autores dos trabalhos qualquer remuneração direta ou indireta, obrigando-se, todavia, a mencionar o crédito dos autores.

Fica desde já esclarecido que o Ministério do Meio Ambiente (ou terceiros por ele autorizado) poderá utilizar livremente os trabalhos produzidos na Conferência do Meio Ambiente nas Escolas e enviados para as Comissões Organizadoras Estaduais, divulgando-os por meio de mídia impressa e televisionada, bem como, disseminando-os pela internet, ou qualquer outra mídia que venha a ser desenvolvida, sem que seja devida qualquer remuneração aos participantes e autores dos trabalhos.

Anexo 2: Carta Jovens Cuidando do Brasil

I CNIJMA

INTRODUÇÃO

Estamos elaborando este trabalho para mostrar a sociedade o que está acontecendo com o meio ambiente e com o Brasil, para que se mobilizem e tentem mudar a realidade de hoje. A Conferência do Meio Ambiente chegou até os estudantes com o principal objetivo de alertar o Brasil sobre os problemas ambientais que estão presentes no cotidiano dos estudantes, tendo a participação de 15.148 escolas, 5.300.000 pessoas. Escolas que marcaram presença foram: indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhas, assentamento, caiçaras, portadores de necessidades especiais entre outros, somando mais de 296 escolas. Participaram ao total de 400 delegados de todo o país. A notícia chegou nas escolas em meados de setembro. Foram promovidas miniconferências nas quais elaborou-se propostas feitas pelos alunos, que foram enviadas ao Conselho Jovem do Estado. Foram selecionados 14 delegados de cada Estado para a Conferência Nacional em Brasília. A carta expõe propostas que foram priorizadas pelos delegados, contendo informações sobre os problemas do meio ambiente e as soluções. Esta carta é direcionada a toda a sociedade (empresas, ONGs, Governos, comunidades, escolas, etc.). A expectativa de todos é mobilizar a população do que ocorre no país.

Se você está satisfeito com a realidade do país não vire a página.

ÁGUA

São muitos os problemas referentes à água no nosso país, dentre eles, é válido ressaltar a falta de saneamento básico; o desperdício de água (inclusive nas descargas sanitárias); a poluição dos rios; a falta de informação, conscientização e compromisso por parte da população; bem como a falta de apoio dos órgãos públicos, principalmente no que diz respeito a disponibilização de verbas, fiscalização das áreas de preservação ambiental e um tratamento mais efetivo com relação às penitências aplicadas aos infratores ambientais. Pensando nesses problemas propomos:

Proposta 01: Formular um plano de ação para conscientização da população da necessidade de preservação da água. O plano deverá envolver os órgãos públicos, empresas, comunidades, escolas e universidades, utilizando os meios de comunicação (jornais, revistas, TV e rádio) formas artísticas em geral (filmes, peças, músicas, palestras e passeatas).

Inúmeras sugestões poderiam ser feitas, contudo, destacamos a necessidade urgente do estabelecimento de uma estreita parceria entre população e governo, visando a melhoria da qualidade de vida para todos e também o real cumprimento das leis ambientais. Para tanto, sugere-se a criação de um site de divulgação dos problemas ambientais; a cobrança de impostos para o desperdício de água; o uso da mídia em geral como importante mecanismo de informação e comunicação; um maior monitoramento do uso das águas por parte dos órgãos públicos competentes; aumento das campanhas de conscientização; preservação das nascentes; reflorestamento das matas ciliares; mobilização da comunidade contra o desmatamento; inclusão dos órgãos privados na luta pela preservação da água; produção de materiais em braile; campanhas informativas sobre os incalculáveis prejuízos do lixo radioativo nas águas; e o envolvimento de um número maior de ONGs e instituições educacionais na sensibilização e mobilização de toda a sociedade sobre a importância da preservação das águas. Nós, jovens e adolescentes, podemos multiplicar os delegados, formando ONGs juvenis, uma vez que, tendo como objetivo dar continuidade às propostas apresentadas nessa conferência, os próprios jovens podem tomar muitas iniciativas, dentre elas, criar mutirões de limpeza, procurar ajuda da sociedade e dos órgãos públicos e privados para a solução dos problemas que se apresentam. Outra ação que pode ser feita pelos jovens é pedir ajuda aos protetores ambientais e a mídia, tendo em destaque estes são importantes aliados na luta pela conscientização da 2 população em geral sobre a importância de estarmos preservando a água para garantir nossa própria sobrevivência e sobrevivência das gerações futuras.

Proposta 02: Criar um programa nacional chamado SEDE ZERO estabelecendo metas prioritárias e prazos, dando enfoque a questão como a erradicação de problemas causados pela falta de saneamento básico, campanhas efetivas de conscientização sobre o uso da água e realização de mutirões de limpeza dos rios e córregos. Fiscalização rigorosa para a punição, fazendo cumprir as leis. Divulgação dos problemas das águas para que haja uma sensibilização através de projetos e também desperdício. A preservação das nascentes com a conservação da mata ciliar e a mobilização contra o desmatamento é uma das formas de manter a água limpa. Para conscientização pode-se criar redes de voluntários para trabalhar na comunidade sobre a questão ambiental. Criar um projeto para tratamento da água da chuva, criando redes de reutilização. Quanto aos municípios, criar grupos de fiscalização, criar grupos de fiscalização, criar uma cota de consumo de água. Além disso, organizar cursos para que o jovem aprenda a cuidar mais da água, combatendo a corrupção. O auxílio pode vir por parte dos governos, dos órgãos públicos, ONGs e também das escolas, que podem trabalhar mais os temas. A população ajudando, fazendo sua parte. E também dos cientistas trabalhando para encontrar formas de

reverter a poluição dos rios pelos esgotos e do subsolo por agrotóxicos conseguindo outros recursos para esses problemas, além de recursos para que se possa fazer o monitoramento da qualidade de água. As empresas privadas fornecerem auxílio e não poluir. Participando da criação de projetos de conscientização apoiados pela mídia. Cada um deve fazer a sua parte, criando grupos de jovens. Promovendo passeatas, palestras e campanhas educativas nas escolas e na comunidade. Nós, adolescentes, também podemos economizar água e não poluir, preservando o que nos resta de água potável.

MENSAGENS AOS JOVENS Nós, delegados, representantes de todos os jovens, deixamos o alerta que o futuro, desse planeta está em nossas mãos. Por isso, lutem pelo meio ambiente e pelos recursos hídricos! Só depende de nós. Façam com que essa delegação e defensores se amplie, participe! Somos adolescentes, somos o futuro do meio ambiente.

ESCOLA

Devido à falta de empenho do governo na disponibilização de verbas para a manutenção e construção de novas escolas capazes de formar cidadãos críticos, encontramos uma péssima qualidade de ensino no país, que se reflete nos índices de violência, fome e desemprego. Outra questão é a falta de coleta seletiva nas escolas pela má utilização do lixo na mesma, podendo ser influenciada também pela falta de alerta dos pais, e conscientização nas escolas. Propomos:

Proposta 01: Criar escolas em todas as comunidades para formar cidadãos e cidadãs conscientes dos seus direitos e obrigações, diminuindo o índice de desemprego, violência, fome, deixando o meio ambiente com saúde, pois entendemos a educação como base de tudo na vida do ser humano. Para a realização da proposta que se refere a criação de escolas em todas as comunidades, se faz necessário que haja incentivo fiscal do governo junto a população para a criação de escolas com professores qualificados para trabalhar com jovens, além de melhorias no lazer e na alimentação disponível aos alunos. Para fortalecer o conceito de Educação Ambiental, fundamental na formação de cidadãos críticos, é importante a criação de uma matéria específica relacionada ao meio ambiente. Desenvolvendo um projeto de coleta seletiva e reciclagem do lixo produzido nas escolas, nas comunidades e na zona rural de todo o país, reutilizando o material orgânico como fertilizante na horta escolar e o inorgânico como matéria prima para as oficinas de arte, o lixo, além de ser reutilizado, deixa de poluir, ajudando ainda na conscientização.

Proposta 02: Desenvolvendo um projeto de coleta seletiva e reciclagem do lixo produzido na escola, reutilizando o material orgânico como fertilizante na horta escolar e o inorgânico como matéria prima para oficinas de artes. Já com relação a reciclagem, precisamos

ter locais na escola onde possamos trabalhar, transformando o lixo orgânico (através da compostagem) em adubo para a horta escolar e o lixo inorgânico como matéria-prima para as aulas de arte. O governo deveria, através de uma parceria com ONGs, promover campanhas para incentivar a instalação de hortas nas escolas e capacitar professores para a realização do processo de reutilização do lixo em forma de arte. 4 Nós jovens podemos formar mutirões para a reutilização do lixo. Ser exemplos e começar por nossas atitudes. Devemos nos comprometer em realizar projetos que tenham resultados positivos. Também podemos contribuir para a melhoria de ensino no nosso país. Para isso, seria necessário maior empenho e respeito com as nossas escolas. Temos que, preservar o ambiente escolar e criar grêmios estudantis para estarmos presentes nas decisões. Todos os jovens devem se mobilizar, pois assim estaríamos colaborando com o bem-estar de todos.

MENSAGEM AOS JOVENS Nós jovens devemos nos organizar para a construção de projetos, onde possamos, juntos com a população e órgãos responsáveis, nos responsabilizar pelo bem-estar do nosso patrimônio. Com respeito à construção de escolas qualificadas para a formação de cidadãos críticos, onde tenhamos o direito de nos alimentarmos, bem como direito a um espaço de lazer e para a criação de arte com materiais recicláveis. Devemos estar a disposição para cobrar e também fazer nossa parte. É dever de cada um de nós lutar por nossos direitos e saber quais são nossas obrigações. Tudo isso com o objetivo de ter escolas dignas e capazes de formar bons cidadãos.

SERES VIVOS

O maior problema entre os seres vivos é o desequilíbrio ecológico causado pela extinção de animais, caça predatória, dando prosseguimento ao prejuízo da biodiversidade. A falta de investimento dos órgãos de fiscalização ambiental gera então um regimento inadequado da lei, assim, não há uma aplicação correta das penas. Um exemplo desse problema é o pagamento obrigatório de multas aplicadas a empresas poluentes, o qual poderia ser retribuído através de ações que reduzissem a destruição ambiental cometidas pelas mesmas. O desenvolvimento de tecnologias que prejudicam o meio ambiente, a falta de conhecimento e informações sobre educação ambiental, e o desmatamento das matas ciliares e nativas de cada região do Brasil são os fatores que mais afetam os seres vivos.

Proposta 01: Vamos cuidar dos seres vivos – evitar as queimadas, reflorestar áreas desmatadas, criar parques de proteção ambiental, construir cativeiros para proteger espécies em extinção, cumprimento de lei dos crimes ambientais com penas mais rigorosas para a pirataria, tráfico de animais silvestres, pesca predatória e indústrias que se beneficiam do contrabando

de peles de animais silvestres e madeira. 5 Os elementos fundamentais para um meio ambiente melhor são os órgãos fiscalizadores, mas como eles não podem estar sempre em todos os lugares, necessitamos de uma grande união entre órgãos ambientais, ONGs ambientalistas, Secretarias e Ministérios da Agricultura e Meio Ambiente, da mídia e da comunidade. É importante um patrocínio especial de pequenas e grandes empresas junto à segurança de órgãos florestais, juntamente com a criação de conselhos jovens nas escolas. Para uma proteção especial aos seres vivos deve-se ampliar a segurança ambiental já existente para os animais silvestres contra a venda ilegal, ou seja, a biopirataria, com a prisão de infratores. Com relação à população, esta poderia se conscientizar também por meio de cartilhas de braille, programas com tradução para libras, um projeto com a comunidade e o município que se tornem leis para combater a poluição com a coleta seletiva. Nós, jovens, podemos ajudar com a sensibilização das pessoas através de informações sobre como reciclar o lixo nas escolas e como fazer cooperativas de reciclagem. Podemos também adotar movimentos ambientalistas nas escolas juntamente com ONGs, com a participação de portadores de necessidades especiais. Mas, para fazermos tudo isso, primeiramente temos que conhecer, amar e saber a falta que a natureza pode fazer aos seres vivos.

Proposta 02: Primeiro, aprimorar órgãos que fiscalizem as florestas em relação ao desmatamento e ao tráfico de animais; segundo, multas para empresas que poluírem as águas, ou até o fechamento dessas empresas, se continuarem poluindo; terceiro, fazer um trabalho de conscientização com a população mediante propagandas, encontros, etc. Com o apoio do governo federal, órgãos locais, ministérios do meio ambiente e entidades de ensino multinacionais, da mídia, empresas especializadas, vigilância sanitária, guardas florestais e, acima de tudo, a união das associações de bairros e condomínios numa forma de cobrança e fiscalização. Para que isso tudo aconteça, deve-se realizar trabalhos com o exército e forças armadas, dando incentivo a criação de uma polícia ambiental para proteção da biodiversidade. Também é possível reflorestar as plantas nativas em extinção através da criação de reservas da criação de reservas naturais com a ajuda de empresas e incentivar outras a realizar o mesmo trabalho. Colocar em prática as leis já existentes com a ajuda de intercâmbios, trocando ideias entre países. É importante desenvolver um trabalho de conscientização com os alunos na escola através do apoio da comunidade sobre assuntos relacionados a seres vivos para serem cidadãos responsáveis. Cada jovem pode ajudar a desenvolver o ecoturismo da sua localidade com o apoio do governo. Com a comunidade podemos fazer pequenas ações como plantar árvores e incentivar a diminuição da biopirataria. Mas não basta só falar, temos que agir.

MENSAGEM AOS JOVENS O meio ambiente tem que ser preservado para que nós, jovens, possamos ter um futuro saudável. Cabe a nós denunciar as agressões aos seres vivos e lutar pela sua proteção.

COMUNIDADE O maior problema apontado foi à falta de saneamento básico, o precário atendimento pela rede de saúde e a má estruturação da rede de esgoto, que muitas vezes correm a céu aberto. Por esse e outros motivos a população acaba ficando doente, procurando os postos médicos sem receber um atendimento necessário. Isso prejudica a qualidade de vida, ligada ao desperdício de dinheiro, necessário para a construção de aterros sanitários e lixões que podem, além de ajudar na conscientização, trazer ofertas de empregados para aqueles que necessitam de ajuda. As nossas propostas dependem da comunidade e, por isso, todos devemos ajudar, então propomos:

Proposta 01: O maior problema apontado foi a falta de saneamento básico, com reflexos na saúde da população que não consegue um atendimento eficaz na precária rede de saúde existente. São necessárias obras de ampliação das redes de esgoto, de fornecimento de água e de saúde. Uma boa distribuição de verbas facilita o trabalho contínuo da estação de tratamento do esgoto e criação de novas redes de saúde. As empresas, ONGs, mídias, população, Ministério da Saúde e a juventude podem colaborar com a Agenda 21 para que a população se envolva, lembrando que a sensibilização não pode ser apenas para alguns, mas para todos os cidadãos. O governo pode ajudar incentivando a criação de projetos elaborados pela comunidade e dando continuidade a esses trabalhos. São necessários mutirões, passeatas, incentivo aos jovens na área de trabalho e até mesmo criações de ONGs para adolescentes. Não é preciso saber para fazer e sim fazer para saber que somos capazes.

Proposta 02: O problema da nossa comunidade é o que fazer com o lixo. A solução é a conscientização da sociedade par a importância da coleta seletiva e buscamos parceiras com as autoridades locais para a reciclagem de todo o lixo produzido, gerando empregos. O governo pode ajudar criando campanhas de conscientização utilizando a mídia, criando um local de reciclagem com máquinas apropriadas, protegendo os trabalhadores do lixão (principalmente crianças) e fundando cooperativas para produzir produtos a partir do lixo. Essas serviram não só para a reciclagem, mas também para a geração de empregos. O que ainda pode ajudar, é a realização de excursões para conhecer realidades relacionadas ao lixo, colaborando com a conscientização. O governo deveria incentivar empresas e pessoas que queiram investir no problema do lixo, além de criar centros comunitários que pensem coletivamente nos problemas da comunidade. A escola contribuiria com esta questão conscientizando os alunos, através dos

professores, a respeito da importância da educação ambiental, abrindo nos finais de semana para realizar oficinas de aprendizagem e ainda transformando lixo orgânico em adubo para as hortas escolares. Professores participariam levando seus alunos a locais onde haja coleta seletiva ou trabalho com reciclagem.

MENSAGEM AOS JOVENS Nós, jovens, somos o futuro do Brasil e, para cuidar bem do país, temos de colaborar primeiramente com a nossa comunidade. Podemos expandir a consciência ambiental, além de fiscalizar o cumprimento das leis ambientais.

ALIMENTOS Fazendo um diagnóstico da situação dos alimentos no Brasil, podemos observar alguns problemas que afetam a sociedade brasileira em pontos diferentes, são eles: desperdício, falta de informação nas escolas, a questão dos transgênicos, a contaminação por agrotóxicos, falta de vigilância sanitária, falta de alimentos nas regiões pobres, má distribuição de renda, ausência de hortas comunitárias e escolares, falta de conscientização dos comerciantes em relação a venda e conservação dos produtos, pouca mobilização dos jovens, merenda escolar inadequada e falta de integração da comunidade.

Proposta 01: Implantação de horta comunitária com participação de toda comunidade, visando a melhoria da merenda escolar, bem como ao crescimento do aluno como um ser crítico e transformador dentro da sociedade. Para a criação de hortas comunitárias seria preciso introduzir a educação ambiental nas escolas para que a comunidade, juntamente com os jovens, esteja preparada para o cultivo de alimentos. Necessitamos de incentivos por parte do governo no sentido de ceder locais apropriados, além de instrutores qualificados para coordenação de projeto. Mutirões e doações seriam realizados, pois sem a mobilização da comunidade, não chegaremos a lugar algum. Também é importante ressaltar que as comunidades mais carentes devem ser priorizadas na realização das hortas.

Propostas 02: Criação da Semana Nacional de Vigilância Sanitária e Cidadania Estudantil. Deverá ser escolhida uma semana em que todos os alunos visitariam feiras livres, supermercados, mercearias, açougues e afins, verificando a qualidade dos alimentos e prazos de validade e no caso de serem constatadas irregularidades, informariam aos órgãos responsáveis para procederem às orientações e/ou autuações. Esta semana tem por objetivo educar a criança e o adolescente para a prática da cidadania, uma vez que é direito do cidadão lutar pela qualidade de vida, além de fazer valer seu direito de consumidor. A principal preocupação que levou a elaboração dessa proposta foi a falta de higiene na venda de alimentos e a preocupação dos consumidores em relação a qualidade dos alimentos que consome. Ocorre uma falta de conscientização do comerciante e a falta de respeito com o consumidor. Nas

escolas poder-se-ia trabalhar mais a questão, trazendo informações através dos alunos para comunidade. A má distribuição dos alimentos e da renda causa a desnutrição infantil, danificando a saúde das pessoas, que muitas vezes não conseguem o atendimento necessário. A Semana Nacional de Vigilância Sanitária e Cidadania Estudantil deve ser obrigatória e incluída no calendário escolar para que os alunos qualificados possam exercer o papel de fiscalizadores no comércio, visando mercados, feiras e outros. Esses alunos deverão trabalhar com campanhas de sensibilização com a comunidade através dos meios de comunicação.

MENSAGEM AOS JOVENS Após tudo isso, todos nós jovens percebemos a importância dos alimentos em nossas vidas, porque sem eles não temos meios de sustentabilidade e vida saudável. Um dia a raça humana poderá receber os reflexos da má administração da alimentação em nosso cotidiano.

CONCLUSÃO

Esperamos que sejam cumpridas todas as reivindicações das propostas apresentadas. Aos jovens, aguardamos que continuem sua luta pela defesa do meio ambiente. E aos que não conhecem, procurem entender o que o meio ambiente significa para sua vida. Pedimos ajuda ao legislativo para que abracem essa campanha e discutam essas leis que beneficiam o meio ambiente. Queremos dizer que as leis devem ser cumpridas e que nós vamos cobrar. Acreditamos que a mídia tem grande peso sobre a conferência, assim, pedimos colaboração para continuarmos conscientizando a população. Agradecemos aos que promovem a conferência, dando oportunidade aos jovens para demonstrar a sua força e união e gostaríamos de mais espaços como este para sermos ouvidos. Queremos continuar os agradecimentos ao Conselho Jovem, Comissão Organizadora Estadual. Apoiadores, Facilitadores da Conferência, Governos etc. A motivação é importante e esperam as reações.

Jovens unidos jamais serão vencidos.

Apenas no dia em que o homem poluir o último rio, matar o último peixe e cortar a última árvore ele verá que não pode alimentar-se de dinheiro.

Anexo 3: Carta de Responsabilidade Vamos Cuidar do Brasil

II CNIJMA

Somos jovens do Brasil inteiro envolvidos no processo da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Buscamos construir uma sociedade justa, feliz e sustentável. Assumimos responsabilidades e ações cheias de sonhos e necessidades. Esta carta carrega as ideias coletivas de 12 mil escolas e comunidades de todo o país que realizaram suas Conferências em 2005, com os desejos de 4 milhões de pessoas.

Este é um meio de expressar nossas vontades e nosso carinho pela vida e sua diversidade. Compreendemos que sem essa diversidade o mundo não teria cor. Encontramos caminhos para trabalhar temas globais, complexos e urgentes: Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Segurança Alimentar e Nutricional e Diversidade Étnico-Racial. Queremos sensibilizar e mobilizar as pessoas para juntos encararmos os grandes desafios socioambientais que a nossa geração enfrenta.

Para cuidarmos do Brasil precisamos de sua colaboração. Estamos fortalecendo as ações estudantis e nos unindo nas COM-VIDAS - Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, nos Coletivos Jovens de Meio Ambiente e em tantos outros grupos. Compartilhamos a responsabilidade com os governos, empresas, meios de comunicação, ONGs, movimentos sociais e culturais, além de nossas comunidades.

Assim, assumimos estas responsabilidades:

1. Divulgação da informação e ampliação dos conhecimentos por meio da educação ambiental

Criaremos grupos de intercâmbio para realizar palestras, seminários, campanhas, pesquisas e apresentações culturais de jovens para jovens e de jovens para adultos. Iremos proteger e valorizar o local em que vivemos e suas culturas com a produção e apropriação de diversas linguagens de comunicação descontraídas e criativas.

2. Proteção e valorização da biodiversidade

É necessário manter a vegetação nativa dos nossos biomas, protegendo a existente e recuperando áreas degradadas no campo e nas cidades. É importante reflorestar matas ciliares, construir viveiros e sementeiras para o cultivo de plantas nativas.

3. Transformação das cidades, comunidades e escolas em espaços ambientalmente saudáveis

Vamos unir forças com toda a comunidade escolar para arborizar as escolas e bairros com espécies frutíferas e criar hortas, pomares, praças, parques e jardins.

4. Diminuição da produção de lixo praticando os 5 Rs: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar

Vamos repensar os modos de produção e as reais necessidades de consumo, recusar descartáveis, optar por produtos reciclados, praticar a separação do lixo para apoiar a coleta seletiva e criar adubos a partir da matéria orgânica. Iremos incentivar as cooperativas e exigir o apoio das prefeituras.

5. Redução da emissão de gases poluentes que provocam o aquecimento global

Praticar a carona solidária e incentivar o uso de transporte coletivo e bicicletas. Estimular a utilização de energias alternativas como solar, eólica e biodiesel.

6. Prevenção do desmatamento e das queimadas

Iremos pesquisar e dialogar sobre práticas sustentáveis com os fazendeiros e agricultores: uso e manejo do solo e das florestas, o que contribui para a redução do aquecimento global. Organizaremos mutirões de distribuição de sementes nativas, campanhas publicitárias, fóruns e caminhadas ecológicas.

7. Respeito, entendimento e reconhecimento da diversidade cultural

Promover eventos para a socialização das culturas e etnias. Garantir a visibilidade e a prática das leis que incluem a história de outras culturas no conteúdo escolar, como a afro-brasileira. Divulgar pela mídia o valor das diversas culturas.

8. Valorização da produção e do consumo de alimentos naturais e orgânicos

Precisamos mudar nossos hábitos alimentares para a escolha de alimentos saudáveis; sensibilizar agricultores para práticas de cultivo com adubos orgânicos e inseticidas naturais; e dizer não para o plantio e o consumo de transgênicos.

9. Reeducação alimentar respeitando os hábitos dos povos

Elaboração de projetos de segurança alimentar como: cardápio escolar balanceado, resgate e socialização de conhecimentos tradicionais, receita de alimentos saudáveis e hortas escolares.

Convidamos você para cuidar do Brasil!

Luziânia (GO), 26 de abril de 2006.

**Anexo 4: Carta de Responsabilidade para o Enfrentamento das Mudanças Ambientais
Globais
III CNIJMA**

Somos jovens estudantes de diferentes regiões do Brasil na III Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Pequenos guerreiros da paz com o mesmo propósito e o mesmo desejo: cuidar do Brasil, mobilizando a população brasileira sobre as mudanças ambientais globais.

Reconhecemos o panorama ambiental nacional e nos comprometemos a lutar e defender o meio ambiente, não apenas buscando o conhecimento e o entendimento, mas também realizando ações para minimizar os problemas causadores de impactos ambientais.

Para isso, junto com milhares de escolas e comunidades em todo o país, assumimos as seguintes responsabilidades:

1. Preservaremos as nascentes e margens dos rios, protegendo as matas ciliares existentes e recuperando as que estão degradadas.
2. Praticaremos e promoveremos os 5”R””: refletiremos sobre os processos de produção desde a matéria prima até a distribuição e o descarte; recusaremos produtos que causem danos ao meio ambiente e à nossa saúde; reduziremos o consumo e a geração de lixo; reutilizaremos, sempre que possível e reciclaremos, quando necessário.
3. Sensibilizaremos e estimularemos as escolas e comunidades para que economizem energia e utilizem fontes limpas, econômicas, acessíveis e renováveis.
4. Distribuiremos e plantaremos mudas e sementes para arborizar nossas escolas, ruas e comunidades.
5. Diminuiremos o uso de sacolas plásticas e adotaremos as biodegradáveis, reutilizáveis e embalagens retornáveis na nossa comunidade.
6. Junto com a comunidade escolar, denunciaremos as queimadas, as irregularidades do lixo urbano e qualquer ação que degrade o meio ambiente, propondo, quando necessário, ações corretivas aos órgãos competentes.
7. Somaremos esforços e experiências, repensaremos os modos de utilização da água e desenvolveremos novos valores e atitudes sustentáveis no cotidiano.

8. Mostraremos à comunidade a importância de reduzir os transportes poluentes, incentivaremos e cobraremos o investimento do governo em transporte público ecológico, assim minimizando a emissão de gases que intensificam o aquecimento global.

9. Disseminaremos conhecimentos para que os estudantes e a comunidade protejam e conservem o planeta, sensibilizando-os sobre as consequências do aquecimento global e sobre as possíveis soluções.

Nós, jovens brasileiros estamos unidos e contribuindo para cuidar do planeta. Esse é o nosso compromisso. Pedimos o total apoio da sociedade brasileira: autoridades, poder público, movimentos sociais, ONGs, escolas e comunidades para que essas responsabilidades sejam cumpridas.

Vamos cuidar do Brasil? Junte-se a nós!

Luziânia/GO, abril de 2009

Anexo 5: Carta das Responsabilidades “Vamos Cuidar do Planeta”

CONFINT

Nós, jovens de todo o mundo e delegados desta Conferência Internacional, convidamos você a compartilhar conosco a responsabilidade de cuidar do Planeta.

Esta Carta, criada pela união de 53 países, representa responsabilidades e ações vindas de diferentes nações, com diversas culturas, idiomas e sociedades.

Todos conhecemos os problemas ambientais que nosso Planeta enfrenta. Algumas pessoas dizem que o dinheiro é a solução, outras pensam que é a inteligência. Mas na verdade o dinheiro não importa quando mais de 400 milhões de crianças se reúnem para cuidar do seu lar. Um lar que tem sido degradado ao longo do tempo e que tem um futuro instável e incerto.

Se queremos nos proteger das mudanças ambientais, precisamos assumir responsabilidades e ações.

Se não for agora, então quando?

Se não formos nós, então quem?

Responsabilidades e ações

1. Sensibilizar e informar as pessoas sobre o uso eficiente e responsável da água, energia, biodiversidade e recursos minerais, melhorando os hábitos de consumo, nossos e de todos.

Reduzir o consumo de energia, desligando os equipamentos elétricos que não estejam sendo usados, utilizando transportes ambientalmente amigáveis e usando energias renováveis como uma alternativa para diminuir emissões de gases causadores de efeito estufa.

Incentivar o armazenamento e reutilização da água sempre que possível, conscientizando as pessoas sobre o uso racional da água por meio de campanhas publicitárias, revistas escolares e eco-clubes.

2. Reduzir, a fim de deter, a poluição da água, com o apoio e a ação de governo, empresas, agricultores e outros.

Conscientizar sobre a contaminação da água através dos meios de comunicação a nosso alcance de forma interativa e dinâmica, adaptando-os às realidades e ao contexto de cada comunidade.

Plantar árvores nas margens dos rios para protegê-los, contando com o apoio ativo do governo, ONGs, organizações comunitárias e empresas e colocar cartazes com indicações para não jogar lixo.

3. Informar e estimular as pessoas para que reduzam a emissão de gases de efeito estufa, por meio do uso de todas as energias renováveis acessíveis e disponíveis, contando com o apoio do governo, quando possível, em ações executáveis que todos nós possamos colocar em prática.

Fazer manifestações públicas para estimular o uso de energias renováveis, evitando o aumento da poluição e as mudanças climáticas, lutando por apoio político e financeiro.

Organizar atividades criativas, práticas, educacionais e relacionadas ao uso adequado de energias renováveis ecoeficientes em cada uma de nossas comunidades para disseminar conhecimento sobre a difusão de alternativas sustentáveis.

Pressionar os governos para estabelecer impostos progressivos diretamente relacionados à poluição emitida por diferentes empresas.

4. Estimular uma agricultura sustentável, consciente e menos impactante social e ambientalmente, sem agrotóxicos e transgênicos, promovendo a educação no campo para colocar em prática formas mais eficientes do uso dos recursos, garantindo a segurança alimentar e, em alguns países, evitando queimadas durante a preparação dos campos.

Difundir alternativas e informações sobre as consequências do uso de agrotóxicos e transgênicos a produtores e consumidores, informando-os sobre a importância da agricultura ecológica e o consumo de produtos orgânicos.

Realizar seminários e campanhas públicas para a educação de crianças sobre tecnologias na agricultura e respectivos impactos ambientais.

Militar a favor de uma distribuição equilibrada e racional dos recursos alimentares de modo a garantir a segurança alimentar e erradicar a pobreza extrema.

Consumir produtos alimentares locais estimulando a economia sem exploração social.

5. Cuidar do meio ambiente, fortalecendo e aprofundando projetos educacionais, investindo na participação dos jovens e em sua capacidade de decisão, informando-os sobre a educação ambiental, exigindo que seja respeitada, transformando comunidades e escolas em comunidades de aprendizagem.

Formar grupos de estudantes envolvidos com o meio ambiente que implementarão educação ambiental nas escolas por meio de projetos ambientais, envolvendo imprensa, universidades e toda a comunidade.

Estar constantemente atualizado no que diz respeito à situação socioambiental do nosso planeta para que possamos educar por meio de nosso próprio exemplo e implementar ações concretas que colocarão a nossa ideologia em prática e, assim, formar uma corrente sem fronteiras para transmitir a mensagem ambiental.

Criar uma grande organização juvenil que possa organizar formas de pressionar o governo, empresários e outros por meio de manifestações, petições, sensibilização e engajamento político.

Fortalecer e aprofundar projetos educacionais pela mídia, tecnologias, oficinas e várias atividades práticas ao ar livre e em centros educacionais.

6. Criar grupos ecológicos junto às comunidades que protejam, preservem e valorizem a biodiversidade, cuidando dos ecossistemas para contribuir para a sustentabilidade da biosfera, reduzindo o desperdício e usando os recursos naturais de forma racional.

Cooperar com organizações juvenis para que juntos consigamos pressionar o governo; realizar campanhas informativas, tais como manifestações, petições, campanhas de sensibilização, conferências e redes sociais e virtuais para alterar as perspectivas e estilos de vida da humanidade.

Instaurar clubes e grupos de estudo em todas as escolas para a utilização consciente dos recursos naturais, encorajando a educação ambiental por meio de jogos educativos, filmes, palestras, teatros.

7. Fomentar o consumo adequado e a política dos 5R (refletir, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) por meio da propaganda informativa, adotando tal política para a vida cotidiana e assim constituindo sociedades e estilos de vida sustentáveis.

Criar organizações não-governamentais pelo meio ambiente que estimulem práticas relativas aos 5R e fomentem centros ecológicos, mobilizações, publicidade e feiras de troca.

Usar meios de comunicação como sites e blogs para publicar ideias, compartilhar vídeos, revistas e músicas, a fim de criar redes ambientais que realizem atividades ecológicas, fortalecendo a educação ambiental.

Boicotar produtos que são prejudiciais para o ambiente ou não respeitem direitos fundamentais dos seres humanos.

Promover o aprendizado prático e interativo, que ensine as pessoas sobre o meio ambiente e permita que se divirtam enquanto aprendem.

8. Reduzir o uso de energias impactantes, conscientizando e mobilizando a sociedade sobre o uso de meios de transporte ecológicos, respeitando as mudanças que essas novas atitudes trarão.

Vamos convidar as sociedades por meio de oficinas didáticas e artísticas, dos meios de comunicação e do diálogo permanente com as pessoas para que conheçam os efeitos negativos das emissões de gás carbônico e usem energias renováveis e meios de transporte alternativos, tais como bicicletas, patins, patinetes e skates.

Pressionar nossos governos para que invistam em tecnologias limpas.

Criar e difundir páginas da Internet que ajudem os motoristas a se organizarem para dar carona quando estiverem indo para o mesmo lugar.

Estimular a população a usar filtros nos automóveis apontando os danos das emissões de gás carbônico.

Promover o Dia Mundial Sem Carros, pressionando o governo para que multe quem use carros neste dia e a dar continuidade a esse projeto a longo prazo por meio de subsídios para automóveis ecológicos e públicos.

9. Implementar perspectivas e valores ambientais, melhorando o ponto de vista das pessoas para estimular uma cidadania ativa.

Desenvolver uma cultura ecológica por meio de práticas de educomunicação e da arte para estimular novas ideias de sustentabilidade.

Criar campanhas informativas em todos os meios de comunicação, como jornais, rádio, TV, Internet, para estimular as pessoas por meio de exemplos práticos a tomar atitudes positivas e a utilizar produtos ecológicos.

Hoje, jovens e adultos de todas as partes do mundo presentes nesta Conferência, reconhecemos e aceitamos que todos somos e seremos responsáveis pelo que acontece em nossa amada Terra.

Somos de diferentes países e de diferentes culturas e, ainda que separados por oceanos e continentes, somos todos um, unidos por um objetivo comum: cuidar do planeta!

Para isso necessitamos da minha ajuda, da sua ajuda e da de todos. Precisamos agir agora e começar a partir de nossas casas, nossas escolas, porque cuidando de nós mesmos estaremos cuidando de toda a humanidade e provando que o ser humano não é o que diz e sim o que faz.

Anexo 6: PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 883, DE 5 DE JULHO DE 2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GABINETE DO MINISTRO

DOU de 06/07/2012 (nº 130, Seção 1, pág. 24)

Dispõe sobre a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

OS MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO MEIO AMBIENTE, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e o art. 1º, § 3º, do Decreto de 5 de junho de 2003, e tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 15 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no art. 2º do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, resolvem:

Art. 1º - Fica convocada a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, destinada ao público infantojuvenil de escolas públicas brasileiras, que será regida pelo Regulamento anexo a esta Portaria.

Art. 2º - A Conferência Nacional de que trata esta Portaria será presidida pelo Ministro de Estado da Educação e coordenada pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente.

§ 1º - São etapas obrigatórias da Conferência Nacional as conferências nas escolas e as conferências estaduais e no Distrito Federal.

§ 2º - A primeira reunião preparatória para a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente realizar-se-á até agosto de 2012, em Brasília, tendo como tema "Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis".

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

Ministro de Estado da Educação

IZABELLA TEIXEIRA

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Anexo 7: Carta Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis

IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

À Senhora Presidenta do Brasil, Dilma Roussef

Nós, adolescentes e jovens, delegados da 4ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, viemos visitar a senhora e entregar um PRESENTE SUSTENTÁVEL.

Trazemos nesta caixa 108 projetos para Escolas Sustentáveis, representando os 26 estados e o Distrito Federal.

É um sonho que sonhamos junto com muita gente: são quase 18 mil escolas, mais de 3 mil municípios do Brasil e quase 9 milhões de pessoas.

Pra nós, jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra, tudo a favor de uma vida boa e um ambiente legal para todos, incluindo nós, os seus netos e futuros bisnetos. Nas outras Conferências, desde 2003, nossos amigos e amigas assumiram responsabilidades junto com o presidente Lula.

Nesta 4ª. Conferência viemos fazer uma pergunta: “o que podemos fazer juntos que não conseguiríamos fazer sem a senhora?” Queremos assumir um compromisso com a senhora e os seus ministros: Vamos fazer a nossa escola ser mais saudável e legal com o meio ambiente, pra ser um lugar bom de aprender e ensinar uma nova lição: cuidar e mudar a nossa cidade, o Brasil e o mundo.

Luziânia, Goiás, 26 de novembro de 2013.

Anexo 8: Carta do Órgão Gestor da PNEA

IV CNIJMA

Excelentíssima Presidenta Dilma,

Neste momento em que juventude e sustentabilidade estão em destaque no Brasil, viemos entregar-lhe um presente. São 108 projetos das 27 unidades federativas, que representam sonhos e esforços de 17.457 escolas de 3.554 municípios brasileiros que, durante 2013, mobilizaram cerca de 9 milhões de pessoas. É um rico processo pedagógico voltado a dar voz à juventude e aos demais integrantes da comunidade escolar, por qualidade de vida e do ambiente.

Se nas Conferências anteriores as escolas assumiram responsabilidades, compartilhadas com o presidente Lula, a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente pode representar um passo adiante nos esforços para cuidar do Brasil. É uma iniciativa que visa tratar a educação ambiental de forma mais criativa, com ações concretas capazes de tornar as escolas mais saudáveis, acolhedoras; um lugar de transformação onde se exerce o prazer de produzir e disseminar conhecimentos significativos para a vida de suas comunidades no enfrentamento das mudanças ambientais globais.

Nesta fase nacional da Conferência, prosseguimos com o jogo de cooperação iniciado nas escolas. As CNIJMA Caderno 1.indd 74-75 09/11/2016 11:29:46 76 77 pessoas aqui presentes estão imbuídas do espírito de fazer contatos e contratos, buscando responder à questão: “o que podemos fazer juntos que não conseguiríamos fazer isoladamente?”.

O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental foi instituído pela Lei n. 9.795/1999, sendo regulamentado pelo Decreto 4.281/2002, e implantado por estes ministérios, em junho de 2003. É fundamental que este órgão tenha condições de propiciar apoio efetivo ao processo de tornar sustentáveis as escolas de todo o País.

O Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente e o Programa Nacional Escolas Sustentáveis, em fase final de concepção, são iniciativas que envolvem diversos ministérios e nascem desses anseios de mudança. Constituem respostas concretas de apoio do Governo Federal à transição para a sustentabilidade nas escolas e nas comunidades das quais fazem parte. Estamos trabalhando para tornar esses programas permanentes, e contamos com a sua iniciativa para convertê-los em ação de Estado, por meio de decreto presidencial.

Assim, nas próximas conferências, estaremos juntos celebrando a transformação desses sonhos de milhões em realidade nacional.